


Ana Paula Vosne Martins
Cleusa Gomes da Silva
Julian Simões
Marlene Tamanini
(Orgs.)

The background features a complex pattern of wavy, concentric lines in shades of orange, red, and purple. Overlaid on this are several large, semi-transparent circles in various colors: a purple circle in the upper left, a teal circle in the upper right, a yellow circle in the lower left, and a black circle in the lower right. A network of black lines connects these circles, creating a web-like structure. A solid black rectangle is positioned behind the central text.

Que diferença faz?

Teorias feministas e estudos
sobre mulheres e gênero na
América Latina

cancioneiro

QUE DIFERENÇA FAZ?

ANA PAULA VOSNE MARTINS
CLEUSA GOMES DA SILVA
JULIAN SIMÕES CRUZ OLIVEIRA
MARLENE TAMANINI
(ORGANIZADORES)

**Que diferença faz? Teorias feministas e estudos sobre
mulheres e gênero na América Latina**

cançãoeire

Copyright © 2026 by Ana Paula Vosne Martins, Cleusa Gomes da Silva, Julian Simões, Marlene Tamanini (org.)

Todos os direitos reservados.

Editoração, projeto gráfico e diagramação

Ronyere Ferreira

Capa

Alexandre Mesquita

CANCIONEIRO

Editores

Márcio Douglas de Carvalho e Silva

Ronyere Ferreira

Conselho editorial

Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Héctor Fernández L'Hoeste (Georgia State University, EUA)

Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)

Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Talyta Marjorie Lira Sousa (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Que diferença faz? Teorias feministas e estudos sobre mulheres e gênero na América Latina / Ana Paula Vosne Martins, Cleusa Gomes da Silva, Julian Simões, Marlene Tamanini (org.). – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2026.

348 p.: il

ISBN: 978-65-5330-088-0

1. História 2. Historiografia - América Latina 3. Teorias feministas Título

CDD: 981

Ficha catalográfica elaborada por Larissa Andrade, CRB 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO

Teresina - Piauí

www.editoracancioneiro.com.br

contato@editoracancioneiro.com.br

Sumário

Agradecimentos.....	9
INTRODUÇÃO	
30 anos de feminismo.....	11
<i>Ana Paula Vosne Martins</i>	
<i>Cleusa Gomes da Silva</i>	
<i>Julian Simões</i>	
<i>Marlene Tamanini</i>	
Reflexões sobre campos e cânones: a teoria feminista da segunda metade do século XX, legado e desafio.....	29
<i>Miriam Adelman</i>	
Estudos de gênero no Brasil.....	59
<i>Bila Sorj</i>	
Comentários sobre o campo dos estudos de gênero no Brasil.....	83
<i>Adriana Piscitelli</i>	
La Sociología y los estudios de género en Cuba. Algunos apuntes sobre su institucionalización.....	113
<i>Clotilde Proveyer Cervantes</i>	

Características e evolução da produção sobre mulheres negras nas últimas décadas.....	135
<i>Julia S. Abdalla</i>	
Volviendo a Cuba, de la mano de los feminismos negros.....	169
<i>Rosa Campoalegre Septien</i>	
Paredes da memória. Memória de la esclavitud en el arte de Rosana Paulino desde el feminismo descolonial.....	193
<i>Karina A. Bidaseca</i>	
O campo de estudos sobre masculinidades e conexões com teorias feministas: seus desafios, problematizações e ações.....	209
<i>Adriano Beiras</i>	
<i>David Tiago Cardoso</i>	
Estudos de Gênero e Sexualidade – uma trajetória no campo da Educação.....	225
<i>Guacira Lopes Louro</i>	
Estudos de Gênero e literaturas diaspóricas.....	247
<i>Leila Assumpção Harris</i>	
Historiadoras das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos. Uma reflexão sobre os caminhos da produção de professoras e pesquisadoras do Departamento de História da USP..	269
<i>Stella Maris Scatena Franco</i>	
Políticas sociales y acciones femeninas: un recorrido historiográfico posible para pensar la relación público privado. Argentina, provincia de Buenos Aires, primeras décadas del siglo XX.....	283
<i>Yolanda de Paz Trueba</i>	

Políticas de gênero e Forças Armadas na América Latina: resistências e mudanças.....	313
<i>Cristian Daniel Valdivieso Ojeda</i>	
<i>Joyce Miranda Leão Martins</i>	
<i>Cloves Luiz Pereira Oliveira</i>	
Autores e autoras.....	337

Agradecimentos

Um livro nunca se faz solitariamente, menos ainda quando se trata de um livro coletânea, como este. Queremos agradecer às pesquisadoras e aos pesquisadores que aceitaram o desafio de escrever os capítulos, contribuindo com as suas reflexões e memórias para a elaboração de um quadro bastante amplo que nos ajuda a compreender a diferença que os estudos de gênero e da teoria feminista significou para os espaços universitários, acadêmicos e movimentos sociais na América Latina nos últimos 30 anos.

São reflexões a respeito de relações acadêmicas e intelectuais, configuração de pesquisas, construção de espaços institucionais, trabalho de formação de estudantes de graduação e de pós-graduação, reflexões sobre os diferentes processos de expansão do campo de estudos de gênero e, sobretudo, de como foi possível contribuir para tornar as instituições democráticas e inclusivas a partir das perspectivas feministas. Agradecemos às/aos colegas brasileiras/os e dos outros países latino-americanos que participam desse trabalho coletivo de memória e de reflexão.

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, por meio da Comissão Gestora do PROEX/CAPES, pelo acolhimento da proposta e pelo financiamento deste livro, demonstrando seu compromisso com a produção do conhecimento e com a interdisciplinaridade, marca distintiva do Núcleo de Estudos de Gênero, ligado ao PPGHIS/UFPR.

Agrademos, também, à CAPES, pelo financiamento da Pós-Graduação brasileira e seu compromisso com a formação, produção e divulgação do conhecimento.

Nossos agradecimentos a vocês, leitoras e leitores.

INTRODUÇÃO

30 anos feministas

*Ana Paula Vosne Martins
Cleusa Gomes da Silva
Julian Simões Cruz Oliveira
Marlene Tamanini*

The world was almost won by such an ape. The nations put him where his kind belong. But don't rejoice too soon at your escape. The womb he crawled from still is going strong.

(Bertolt Brecht, *The resistible rise of Arturo Rui*, 1941, Epilogue)¹

Ao escrevermos a introdução deste livro, o tempo presente - segundo semestre de 2025 - nos coloca frente a uma situação incontornável para o pensamento e para a ação: o risco à vida em escala planetária e nas escalas políticas de cada país, em particular nos países da América Latina. Não que nós, da América Latina, tenhamos vivido tempos menos conturbados no passado recente, com recorrentes surtos ditatoriais, elites políticas desmoralizadas e descompromissadas com suas comunidades de origem, e crises econômicas avassaladoras para os mais vulneráveis e despossuídos. Esse é um quadro histórico bem conhecido e aparentemente cíclico, marcado por injustiças, desigualdades profundas e violência. Contudo, o tempo presente, com sua intensidade e instantaneidade, nos coloca desafios inusitados frente ao reaparecimento de antigo mal sobre o qual muito já se escreveu desde as décadas de 1930 e do pós-Segunda Guerra Mundial. Esse antigo mal tem nome, fascismo, reatualizado e rebatizado por outros nomes como

1. O mundo quase foi conquistado por essa besta. As nações o colocaram em seu devido lugar. Mas não se alegrem tão cedo com a sua fuga. O útero de onde ele saiu ainda está firme e forte.

“patriotismo”, “nacionalismo”, “conservadorismo”, “defesa da família e da religião”, entre outros, mas esses são os mais evocados pela retórica da violência e do ódio, dissimulada por uma evocação oportunista à prática conservadora.

O desafio das pessoas comprometidas com a defesa da diferença e da diversidade da vida é enfrentar o inimigo sem cessar, não dar trégua, por esse motivo começamos nosso texto com o famoso epílogo da peça de Bertold Brecht, *The Resistible Rise of Arturo Rui*, uma parábola do nazifascismo hitlerista. Com o seu brilhantismo e perspicácia, Brecht demonstra como o mal foi derrotado e, ao mesmo tempo, também nos alerta para a sua capacidade de reaparecer. Isso porque sua matriz perversa continua a gerar novos Adolfs, Arturos e outros nomes que não vamos declinar, mas quem lê esse texto poderá completar a lista perversa à sua vontade.

Uma das frentes mais salientes do fascismo é o gênero, por se tratar de uma forma de classificar, hierarquizar e dominar, intrinsecamente associada à linguagem, aos corpos, aos sistemas e às instituições. O pensamento fascista opera com o gênero num sistema de divisão de corpos binariamente sexoados e utilitários e quem não se adequa a esse sistema está sob a ameaça mesma de existir. Mais recentemente, vivemos sob essa ameaça desde a década de 1990, com o uso recorrente da fórmula “ideologia de gênero” e todas as tentativas de desmoralização e deslegitimação de políticas sociais e estudos acadêmicos de um campo que se consolidou na mesma época em diferentes países, os estudos de gênero (Kováts; Póim, 2015; Corrêa, 2017).² Foi um processo histórico de reação não só ao conhecimento, mas às formas e expressões de viver de pessoas que desafiaram e desafiam o sistema sexo/gênero; pessoas que se identificam como homens, mulheres, gays, lésbicas, pessoas trans e tantas outras subjetividades de gênero e de sexualidades. No mundo imaginariamente binário elas são excêntricas, anômalas, pecadoras e ameaçadoras à ordem do gênero, devendo se adequar ou ser adequadas por diferentes sistemas de normalização como a família, a religião, a ciência, os códigos legais e o tribunal das redes de conexão

2. KÓVATS, Eszter; PÓIM, Maari. *Gender as symbolic glue*. The position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe. Budapest: Foundation for European Progressive Studies, 2015; CORRÊA, Sonia. *Gender Ideology: tracking its origins and meanings in current gender politics*. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/gender/2017/12/11/gender-ideology-tracking-its-origins-and-meanings-in-current-gender-politics/>. Acesso em: 20 jul.2025

globais. Como chegamos a essa distopia, quando tudo parecia ser possível no começo da década de 1990; quando a Internet parecia nos sorrir como a primeira e efetiva possibilidade de conexões globais instantâneas entre tantas diferenças humanas?

Difícil responder a essas perguntas, afinal elas requerem compreender a articulação entre múltiplos contextos e agentes e a aceleração do tempo histórico que desafia o pensamento. Este livro perfila na frente de ação e de resistências ao gênero como uma “forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Seu *locus* foi e é a universidade, não por acaso, alvo da perseguição e da violência neofascista, como temos testemunhado nas duas últimas décadas do novo século. Nossa proposta é compreender a organização do que podemos denominar de uma resistência intelectual no campo interdisciplinar dos estudos de gênero, ponto de partida das diferentes reflexões presentes neste livro. Nossa pergunta é “Que diferença faz” os estudos de gênero e as teorizações do pensamento feminista para nosso mundo, para as formas de ser e de existir em nossas sociedades e, em particular, nesse espaço histórico que é a América Latina? Não se trata de uma pergunta retórica, mas de uma pergunta fundamentalmente política, afinal os estudos de gênero não surgiram de uma área específica do conhecimento, nem de uma ação isolada de pesquisadoras e pesquisadores em torres de marfim universitárias e acadêmicas. Da mesma forma, nossa pergunta não é voltada somente para o passado, mas uma pergunta que interpela o nosso presente, em vista dos tremendos desafios colocados pelas ameaças à nossa existência como espécie, mas também como alteridades sociais, culturais e políticas.

Os estudos de gênero são indissociáveis do feminismo e o feminismo é indissociável de uma posição política antifascista. Mais do que um livro sobre estudos acadêmicos, este é um livro sobre a resistência feminista ao poder na trincheira do conhecimento, da reflexão crítica e da formação acadêmica e universitária. É importante fazer essa afirmação, pois no Brasil os estudos feministas e de gênero se organizaram nas universidades desde a década de 1980, no período da transição democrática de uma longa ditadura (1964-1985). Alguns capítulos do livro fazem um balanço histórico desse processo de organização dos estudos de gênero em diferentes áreas como a Antropologia, a Educação, a História, a Literatura e a Sociologia. São reflexões que dizem muito das diferenças e semelhanças do campo dos

estudos de gênero, que é um campo de pesquisa, de produção do conhecimento, mas também um campo profundamente marcado pela experiência política do feminismo. Quando nos referimos ao feminismo, mesmo no singular, referimo-nos à pluralidade desta experiência histórica, ou seja, dos muitos feminismos que ao longo de mais de 150 anos de história não só perturbaram e questionaram a ordem do gênero, como também realizaram transformações institucionais, legais, políticas, culturais e subjetivas.

Por isso, o marco de três décadas feministas, pois a elaboração deste livro coincide com a comemoração de 30 anos ou um pouco mais, de vários grupos e núcleos de pesquisa sobre mulheres e estudos de gênero no Brasil, sendo os pioneiros ainda da década de 1980. Portanto, falar de uma história de 30 anos, é falar de um tempo dentro de outro tempo, de uma experiência dentro de outras experiências, pois não chegamos aqui sozinhas. Citamos a frase da pesquisadora Jurema Werneck, médica e fundadora da ONG Criola: “nossos passos vêm de longe”. Trata-se de uma apropriação de uma bela reflexão que Werneck faz da longa jornada de lutas e resistências das mulheres negras, para tratarmos dos 30 anos feministas de produção do conhecimento e de resistências, afinal não chegamos aqui sozinhas, mas caminhando em trilhas já percorridas por outras pensadoras que viveram e resistiram na época da ditadura, e em diálogo com outras pessoas de movimentos e organizações sociais atuando politicamente fora das universidades. Nossas histórias individuais são diferentes, mas algo nos aproximou, uma consciência, um inconformismo e principalmente nossas experiências com o feminismo, seja como leitoras, ativistas e, como registramos neste livro, como pesquisadoras e professoras feministas.

O livro não trata do processo de institucionalização dos estudos de mulheres e de gênero no Brasil, apesar de registrar esse importante processo. Ele nasceu de um evento comemorativo dos 30 anos do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná, ocorrido em agosto de 2024. Durante essas décadas, o NEG/UFPR e tantos outros grupos semelhantes criados à mesma época (década de 1990), atuaram não só como espaço de reflexão e de pesquisa, mas como espaços de formação, contribuindo para a produção do conhecimento interdisciplinar na graduação e na pós-graduação. Fazemos este destaque porque o nosso principal compromisso é com a educação em nível superior, com a formação de pessoas qualificadas para a docência e para a pesquisa, visando

uma atuação profissional e intelectual para compreender e enfrentar os grandes desafios sociais e políticos e, assim, contribuir com a transformação da nossa sociedade, tão profundamente marcada por injustiças e desigualdades históricas. O campo dos estudos de gênero interseccionais é fundamental para essa formação qualificada que vem sendo alvo das mais infames mentiras no que se tornou conhecido desde a década de 1990 como o discurso da “ideologia de gênero”.

Apesar de todos os ataques retóricos e físicos, nos mantivemos firmes e alertas, na UFPR e nas outras universidades brasileiras e, o mais importante, não nos acovardamos e continuamos a nos qualificar, a estudar, a nos unir e a contribuir para a formação de jovens estudantes nas diferentes áreas que estão representadas no NEG/UFPR e em outros núcleos e grupos mencionados neste livro.

Consideramos necessário mencionar alguns dados a respeito do NEG/UFPR, tendo em vista nossa vinculação acadêmica como organizadoras/organizador da coletânea. Apresentamos um breve balanço da participação de oito docentes da UFPR que atuam nos Programas de Pós-Graduação de Educação, História, Letras e Sociologia, entre 1994 e 2024. Foram 140 trabalhos finais de graduação; 55 pesquisas de Iniciação Científica; 14 trabalhos de especialização; 106 defesas de dissertação de mestrado e 62 defesas de tese de doutorado. É importante dizer que algumas professoras começaram a orientar na pós-graduação entre 2001 e 2004. O maior número de trabalhos orientados na área dos estudos de gênero foi na pós-graduação, um total de 168, em 20 anos, aproximadamente 24 trabalhos concluídos na pós-graduação para cada uma das professoras que estão associadas a um programa de pós-graduação.

Mas, números isolados não dizem muita coisa, são apenas um parâmetro que poderia aqui servir para discutirmos as áreas nas quais os estudos de gênero na UFPR, em particular, mas em outras universidades brasileiras e latino-americanas se consolidaram, pois não consideramos a produção bibliográfica das pesquisadoras e das pessoas ³formadas, que elevaria para mais de três dígitos essa conta.

3. Tampouco estamos considerando a expressiva produção acadêmica de pessoas ligadas ao NEG, mas que são de outras instituições do Paraná e de outros estados. Levando em conta a produção de pesquisadoras e pesquisadores externos à UFPR, o número de orientações realizadas na graduação e na pós-graduação cresce exponencialmente. O mesmo se pode afirmar

Somando a graduação com a pós-graduação, foram 308 trabalhos defendidos somente nos estudos de gênero na UFPR. São números expressivos, levando em consideração que o NEG/UFPR é composto por poucas professoras e nem todas atuam na pós-graduação, ou atuam mais recentemente. Esses dados são somente de um grupo, mas expressam uma amostra da realidade acadêmica de outros grupos de estudos de gênero das universidades brasileiras que também se encontram na terceira década de existência, enfrentando dificuldades internas e externas, contribuindo para a divulgação do campo, para o acesso de discentes aos debates teóricos e à diversidade da pesquisa em gênero e sexualidades numa perspectiva interdisciplinar.

Mas, o mais importante dessa formação nos estudos de gênero, é a diferença que elas podem fazer em seus espaços de trabalho, seja formando outras pessoas, seja pela consciência política e ética que demonstram no enfrentamento de suas realidades, contribuindo para a qualificação dos debates e para o incansável trabalho de desnaturalização do gênero e a desmistificação do poder, ações indispensáveis para o trabalho na educação e nos diferentes espaços de atuação profissional, mas também para a criação de relações mais afetivas e igualitárias.

O livro apresenta uma amostra da diferença que os estudos de gênero e da teoria feminista significou para os espaços universitários, acadêmicos e movimentos sociais na América Latina nos últimos 30 anos. Nosso objetivo foi agregar diferentes realidades de pesquisa e de construção de espaços de interlocução acadêmica desse campo de estudos, bem como da sua relação com as políticas públicas, com os movimentos sociais e os diferentes feminismos latinoamericanos. Procuramos trazer a público diferentes momentos da construção de um campo de conhecimentos e de sua importância na formação de estudantes e de agentes sociais e políticos; sobre os desafios que vivemos para superar conflitos nos espaços institucionais e na sociedade; reflexões sobre os diferentes processos de expansão do campo de estudos de gênero e, sobretudo, como foi possível contribuir para produzir instituições democráticas e inclusivas a partir das perspectivas feministas.

para a nucleação, a interiorização e a formação de novas redes de pesquisa de cada pesquisadora e pesquisador vinculada/o ao NEG, presentes em diferentes Estados e regiões do país.

A estrutura do livro demonstra nossa intenção de ampliar o escopo da discussão para realidades acadêmicas da América Latina. As temáticas desenvolvidas nos capítulos estão conectadas com um primoroso caminho de autoreflexão, de relatos autobiográficos e memórias individuais e coletivas, que mostram como os estudos de gênero tensionaram as epistemes nas instituições, como foram, também, tensionadas pelas mudanças sociais e os desafios políticos. Assim, apresentamos um breve resumo de cada capítulo.

“Reflexões sobre campos e cânones: a teoria feminista da segunda metade do século XX, legado e desafio”, de Miriam Adelman, é um balanço crítico e indispensável para compreender as contribuições e tensionamentos das teorias feministas no campo das Ciências Sociais. Apresenta uma crítica aos cânones acadêmicos masculinistas e analisa como as teóricas feministas demonstraram a reprodução sociológica a antropológica das visões essencialistas sobre as mulheres, relegando-as a um “segundo sexo”. Mostra como essa desconstrução permitiu repensar as categorias trabalho, família e sexualidade, inserindo-as em um marco relacional e histórico.

Com competência e síntese analisa as reflexões apresentadas pelas teorias feministas dos anos de 1980 e 1990 para mostrar como elas enfrentaram críticas internas, especialmente de mulheres negras e do Sul Global, ao apontarem para o eurocentrismo e o elitismo de muitas teorias. Autoras como bell hooks, María Lugones e Rita Segato por exemplo, evidenciaram raça, classe e colonialidade e sua intersecção com gênero, demandando abordagens mais plurais. Essa perspectiva interseccional tornou-se fundamental para uma Sociologia e Antropologia comprometidas com a descolonização do saber. Dessa maneira, a reflexão proposta por Adelman destaca que o legado da teoria feminista reside não apenas em suas críticas, mas em sua capacidade de propor novas epistemologias. Por isso, afirma a autora, a Sociologia tem aqui um papel crucial que é de fornecer ferramentas para analisar como as estruturas de gênero se reinventam nos dias atuais e, ao mesmo tempo, propor uma perspectiva de transformação, aspecto que sempre caracterizou o feminismo como teoria e prática política.

Bila Sorj, no capítulo **“Estudos de gênero no Brasil: mudanças e continuidades”**, analisa a dinâmica da institucionalização dos estudos de gênero no Brasil e suas mudanças ao longo dos últimos 30 anos. Localiza sua reflexão considerando como os estudos de gênero são atualmente um dos campos mais dinâmicos das Ciências Sociais brasileiras e como

estes estudos foram responsáveis por uma grande renovação disciplinar. Outrossim, também analisa a ampliação dos estudos de gênero e os seus desafios para as diferentes configurações que eles assumem em locais e ritmos diversos, como espaço de expansão à pesquisa, processos de formação e para a comunidade científica e acadêmica. A autora recupera aspectos da trajetória histórica e sociológica destes estudos e demonstra como desde a sua formação na época da transição democrática, esta área foi positivamente impactada pela expansão do ensino superior no país nos anos 1990, com o aumento do número de instituições, de matrículas, de cursos e de posições docentes, contribuindo para sua expansão desde os anos de 1980. Além destes aspectos, reporta-se aos movimentos feministas e de mulheres com suas discussões a respeito das desigualdades de gênero como um fator crucial ao desenvolvimento e visibilidade da área. Discute, igualmente, o contexto social e político como decisivo para a configuração dos estudos de gênero, majoritariamente marcado pela influência dos movimentos feministas, do Estado, de agências internacionais e do sistema acadêmico-científico brasileiro.

Em “**Expansões e tensões: comentários sobre o campo dos estudos de gênero no Brasil**”, Adriana Piscitelli oferece uma contribuição para compreendermos a constituição do campo dos estudos de gênero, destacando as tensões produtivas entre feminismos e Antropologia. Segundo ela, as tensões têm sido constitutivas desse campo, servindo como motor para seu desenvolvimento teórico e político. Nesse sentido, a autora parte de uma perspectiva antropológica crítica e problematiza a relação entre experiência e teoria, retomando o debate clássico de Strathern sobre os riscos de reduzir a análise antropológica às categorias nativas. Na esteira dessa discussão, a autora dá especial atenção aos argumentos de Oyéwùmi sobre a pretensa universalidade dos conceitos e categorias feministas ocidentais, visto que tais enquadramentos analíticos não dão conta de explicar os vários e distintos contextos africanos.

Disso decorre refletir como essas tensões adquirem novos contornos no contexto contemporâneo, marcado pelo surgimento de epistemologias feministas decoloniais, negras e de pessoas trans. Por essa razão, Piscitelli sustenta que a consolidação dos estudos de gênero no Brasil é um processo marcado por apropriações criativas de teorias feministas internacionais, adaptadas às especificidades locais. Isso fica evidente quando a autora reto-

ma a criação do Núcleo PAGU, na UNICAMP nos anos 1990, como uma espécie de simbolização desse movimento de institucionalização acadêmica, mas que sempre manteve diálogo estreito com os movimentos sociais. Contudo, a autora alerta para os riscos de uma narrativa linear sobre esse processo, destacando como certas vozes - particularmente de mulheres negras e trabalhadoras sexuais - foram historicamente marginalizadas.

Não à toa, a partir do contexto político recente houve uma expansão dos feminismos brasileiros na última década, em resposta ao avanço neoconservador e da extrema direita, criando novas formas de ativismo e produção de conhecimento. A popularização do feminismo entre jovens, impulsionada pelas redes digitais, e o fortalecimento de vertentes como o feminismo negro e transfeminismo representam transformações significativas no campo. Porém, Piscitelli observa que essa expansão também acirrou disputas internas, como as críticas radicais ao putafeminismo e às epistemologias trans. Em síntese, o texto se configura como uma importante reflexão sobre as possibilidades e limites de uma produção de conhecimento que busca articular crítica teórica, compromisso político e rigor antropológico.

Clotilde Proveyer Cervantes, em seu capítulo intitulado **La Sociología y los estudios de género en Cuba. Algunos apuntes sobre su institucionalización**, apresenta a invisibilização das teorias feministas no campo dos estudos Sociológicos Clássicos e a tendência a invisibilizar e criar barreiras às mulheres para justificar sua subordinação. Reflete e analisa como as teorias feministas refizeram as abordagens e seus métodos de interpretar e ensinar, criaram outros lugares reflexivos para questionar o cânone marcadamente masculino e, assim, aportar à Sociologia uma explicação estrutural da diferenciação sexual na sociedade. Deste modo, a autora desvela o caráter violento implícito no estatuto dos clássicos da teoria sociológica e mostra a necessária atividade crítica da desnaturalização.

Analisa as grandes dificuldades para o desenvolvimento dos campos reflexivos próprios da Sociologia em Cuba e o lugar ocupado pelas mulheres cubanas, particularmente no âmbito educativo, o que as converteu em força de trabalho inquestionável, sem desmontar a cultura patriarcal e sem vencer as desigualdades. Outro aspecto especialmente interessante de seu capítulo diz respeito às relações entre as pesquisas com perspectiva de gênero em Cuba e o seu desenvolvimento, em necessária

conexão com a região da América Latina e dos Estados Unidos, bem como com a organização interna que resultou em cátedras de mulher nos Centros de Educação Superior do país, lideradas pela Federación de Mujeres Cubanas (FMC), sobretudo a partir dos anos 90. Apresenta os ganhos qualitativos mais recentes com a introdução dos estudos de gênero e teorias feministas nos estudos sociológicos, sobretudo no Departamento de Sociologia da Universidade de La Habana.

“Características e evolução da produção sobre mulheres negras nas últimas décadas”, de Julia Abdala, discute o feminismo negro brasileiro como um campo epistemológico e político fundamental para compreender as dinâmicas de gênero, raça e classe em nossa sociedade. De acordo com a autora, desde os anos 1970, intelectuais e ativistas como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Nilma Bentes, Sueli Carneiro entre outras tantas, articularam críticas pioneiras às estruturas de opressão, destacando a posição singular da mulher negra – subjugada pelo racismo, sexismo e exploração de classe. Suas análises, alguma delas produzidas fora da academia, anteciparam conceitos como interseccionalidade, tão em voga atualmente, demonstrando que as hierarquias sociais não operam de forma isolada, mas sim de forma histórica e articuladas.

Todavia, para Abdala, é com a institucionalização dos feminismos negros a partir dos anos de 1980, mesmo ainda de maneira um tanto tímida, que se deu a inserção de pautas antirracistas e feministas na agenda do Estado. É fato que tal processo gerou tensões entre diferentes vertentes dos ativismos. Enquanto organizações como Geledés e Criola consolidaram, por assim dizer, uma atuação política formalizada, as novas gerações de ativismos passaram a questionar essas estruturas. Isso porque, segundo afirmam as representantes dos ativismos, essa estrutura não privilegia formas horizontais de organização, como coletivos e ocupações culturais. Assim, a pluralidade trouxe à tona temas antes marginalizados, como afetividades, estética negra e direitos LGBTQI+, ampliando o escopo do feminismo negro.

O capítulo de Abdala para esta coletânea é uma excelente retomada histórica, política e epistêmica sobre os feminismos negros no Brasil. Ela nos apresenta de maneira crítica e analítica os legados, mas também os desafios que a produção acadêmica sobre mulheres negras ainda enfrenta. A tensão entre ativismo e academia revela disputas sobre legitimidade e

autenticidade de atuação política e da produção de conhecimento de um movimento que precisa, a um só tempo, negociar sua inserção institucional sem perder seu caráter transformador. Dessa forma, para Abdala, o feminismo negro no Brasil não apenas desvela as contradições de uma sociedade marcadamente desigual, mas também aponta caminhos para a construção de epistemologias insurgentes, capazes de articular lutas locais e diálogos globais.

“Volviendo a Cuba, de la mano de los feminismos negros” de Rosa Campoalegre Septien, nos conduz ao debate traçando três eixos analíticos principais: primeiro, destaca uma compreensão multissituada da realidade cubana, assumida como ponto de partida a partir do lugar de enunciação das mulheres afrodescendentes, mas em diálogo com outras experiências de luta afrofeminista. Nesse sentido, a principal questão é a necessidade de interpretar novos contextos como premissa para a ação política sob o impacto da policrise. Em segundo lugar, aprofunda-se nos Feminismos Negros, avaliando suas chaves epistêmicas e políticas, desconstruindo abordagens. A autora estabelece outros pontos de vista sobre a periodização e a natureza dos Feminismos Negros, a partir de genealogias decoloniais e da epistemologia feminista antirracista.

Em terceiro lugar, a pesquisadora demonstra a tese central do artigo, a reconfiguração dos feminismos negros em Cuba, mostrando avanços e desafios da pesquisa. Mostra como esse processo complexo e contínuo se desenrola, com avanços, tensões e limitações identificados por meio de suas tendências dinâmicas. Esse panorama implica a articulação de novos objetivos e a atuação das mulheres afro-cubanas, tanto no país quanto no exterior. O foco está em mostrar como a reparação histórica, um paradigma emergente na luta contra o racismo é uma questão decisiva para a Segunda Década Internacional dos Afrodescendentes e transforma a agenda antirracista e, simultaneamente, fortalece a perspectiva afrofeminista.

A autora defende que olhar para o panorama global e focar nos Feminismos Negros não é apenas um exercício acadêmico; representa uma necessidade e um compromisso político que se tornou incontornável. No entanto, é um desafio devido à falta de informação, ao dinamismo do próprio processo, à marca da colonialidade de gênero e ao racismo sistêmico e estrutural. Para ela a reconfiguração dos Feminismos Negros em Cuba é um processo complexo e contínuo, que revela avanços, tensões e limitações.

Esses feminismos não apenas crescem, mas se diversificam em diferentes áreas e esferas — especialmente comunitárias, acadêmicas e políticas — a partir da influência do movimento de mulheres negras/afrodescendentes em toda as regiões do mundo, mas particularmente no contexto dos estudos feministas negros e caribenhos conforme aponta Rosa CampoAlegre Septien na proposição do texto.

“Parede da memória. Memória de la esclavitud en el arte de Rosana Paulino desde el feminismo descolonial”, de Karina Bidaseca, apresenta os aspectos pós-coloniais e decoloniais do afrofeminismo no campo da arte e do ativismo. O capítulo trata da obra da artista afro-brasileira Rosana Paulino (São Paulo, 1994)⁴, que vive e trabalha em São Paulo. Ela é doutora em Artes Visuais e bacharel em Gravura pela Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP). A autora parte da discussão dos Feminismos na América Ladina e do conceito de “Amefricanidade”, conceitos desenvolvidos pela filósofa e ativista feminista afro-brasileira Lélia González (González, 1988)⁵ que para ela revelou a construção silenciada das mulheres negras na história oficial do Brasil, tendo influência decisiva nos estudos da América Latina e no Caribe e entre artistas afrodescendentes que hoje resgatam as memórias das mulheres afrofeministas na história.

Ao resgatar a vida e obra dessa artista brasileira, Karina nos convida a pensar na ancestralidade das comunidades afrodescendentes e afrofeministas, pois, segundo ela, a obra *Parede da memória* (1994), de Rosana Paulino, com as fotos de onze de seus ancestrais, fala da comunidade e da família da artista, organizada como jogo de memórias.

A contribuição desse artigo para a coletânea insere-se no resgate das mulheres brasileiras e latino americanas no recorte dos estudos afrofeministas e nos estudos pós-coloniais e decoloniais, mas também reinsere a trajetória das mulheres afrodescendentes na História do Brasil a partir do conceito de ativismo, um modo singular de pensar a arte e olhar a história das mulheres pretas na “América Ladina”.

“O campo de estudos sobre masculinidades e conexões com teorias feministas: seus desafios, problematizações e ações”, de Adriano Beiras

4. PAULINO, Rosana. **Parede da memória**. Acervo da Pinacoteca de São Paulo, São Paulo: 1994.

5. GONZÁLEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, 1988 a, p. 92-93.

e David Tiago Cardoso, analisa o caminho percorrido pelos estudos de masculinidades, contextualizado-os no Brasil e no Sul-global, e a partir de sua própria experiência como pesquisadores brasileiros. Apresentam problematizações e ações em conexões com as teorias feministas e pelas atividades do Núcleo Margens/UFSC. Os autores trazem para a reflexão as suas trajetórias da prática psicossocial, de pesquisa e de militância, bem como a experiência em conversas com autores e autoras para entender o processo de produção de masculinidades e de suas relações com as feminilidades. Dialogam com diferentes pesquisas e analisam sua própria prática mostrando como os estudos de masculinidades têm sido denominados de Estudos dos Homens; Estudos do Gênero dos Homens e das Masculinidades. Contemporaneamente, para além do consenso de que as masculinidades são construções sociais, lembram as importantes contribuições dos Estudos *Queer*. Aspectos particularmente relevantes são a atenção dada ao diálogo necessário entre estudos de masculinidades e teorias feministas e a reflexão suscitada pelo contexto latinoamericano, onde os autores se inserem, para problematizar os conceitos sobre masculinidades e os seus usos. Relevante para o contexto atual, além da reflexão dos processos já vividos, são os desdobramentos do texto, analisando os cuidados e alertas a respeito de que em “tempos de conservadorismo é preciso atentar-se que ao abordar masculinidades de forma plural, podemos cair em discursos cristalizadores, que podem ser usados para a perpetuação das violências contra as mulheres” em defesa de um Eu masculino essencializado e ocupante de posições conservadoras. Trata-se de um texto fundamental ao entendimento destes estudos que formam parte constitutiva das teorias de gênero e feministas.

Guacira Lopes Louro, no capítulo **“Estudos de Gênero e de Sexualidade – uma trajetória no campo da Educação”**, analisa as condições que possibilitaram a emergência do grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, ligado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS), no contexto do surgimento de tantos outros grupos no Brasil, ao longo dos anos 1980, especialmente na metade final daquela década. Analisa um contexto de grande conexão nacional a respeito de como esta área de conhecimento foi se constituindo. Mostra o processo vivido, desde os estudos da mulher até a complexidade envolvida com os estudos de gênero, no caso específico, sobre sexualidade e educação. Analisa aspectos das estratégias

de inserção dos conteúdos na formação e como os estudos de mulheres tomaram a tarefa de tornar este sujeito visível em narrativas oficiais – da História, da Literatura, das Ciências, das Artes, e da Educação. Essas pesquisas foram produzidas num Programa de pós-graduação, comprometidas, portanto, com as exigências acadêmicas para dissertações de mestrado e as teses de doutorado. Tratava-se, igualmente, de uma conexão nacional e internacional, com centros de investigação acadêmicos ou independentes que já se firmavam como referência em vários países, como Estados Unidos, França, Alemanha, México, Espanha e Argentina. Seu texto analisa como o grupo de estudos se voltou para os estudos pós-estruturalistas e como a perspectiva de gênero se tornou, deste modo, vital para as atividades de pesquisa e os debates levados pelo grupo desde a década de 1990.

“Estudos de Gênero e Literaturas Diáspóricas: trajetórias pessoais e transculturais”, de Leila Assumpção Harris, apresenta, inicialmente, seu percurso como pesquisadora vinculada aos estudos de gênero. Sua trajetória revela, simultaneamente, o amadurecimento e a ampliação das discussões de gênero e da crítica feminista em literatura, mais especificamente, em literaturas anglófonas, numa generosa partilha de saberes.

É possível acompanhar como Leila Harris conduziu seus estudos em afluência, desdobrando-se em estudos de personagens femininas de narrativas, mergulhando nas produções pós-coloniais e investigando os atravessamentos que caracterizam a interseccionalidade. Os múltiplos diálogos que ela estabelece com pesquisadoras e pesquisadores trazem a riqueza do que ela chama de rede afetiva de pesquisa até chegar ao seu tema atual de investigação, qual seja a literatura caribenha produzida em língua inglesa.

Esse movimento realizado pelas suas discussões chega, então, à opacidade (Glissant) da cultura da região do Caribe, apontando para discussões que dialogam profundamente com o pensamento decolonial, seja em relação às questões estéticas da escrita caribenha, cujas práticas Leila descreve como marcadas por um “apagamento das fronteiras entre discurso literário e histórico, entre ficção e não-ficção”; mas também em relação a dar a conhecer escritoras e críticas literárias feministas que são sujeitos (não objetos) de suas investigações.

“Historiadoras das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos. Uma reflexão sobre os caminhos da produção de professoras e pesquisadoras do Departamento de História da USP”, de Stella Maris

Scatena Franco, visa refletir sobre as contribuições de historiadoras vinculadas ao Departamento de História da Universidade de São Paulo para a construção do campo da história das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos no âmbito da pesquisa em História no Brasil. A autora lembra que a proposta do capítulo não é realizar um levantamento de nomes que pretenda dar conta de todas as pessoas envolvidas nessa construção, mas pretende destacar algumas trajetórias cujos trabalhos foram qualitativamente relevantes e que colaboraram para a difusão e desenvolvimento de estudos na área, como é o caso dos estudos das historiadoras Laima Mesgravi, Eni de Mesquita Samara e Maria Odila Leite da Silva Dias.

A historiadora parte da ideia de que alguns esforços individuais potencializaram a formação de historiadoras/es profissionais, e desse modo, tem contribuído para constituir um campo historiográfico. Para ela, as pesquisas dessas historiadoras, Mesgravis, Mesquita e Dias, foram responsáveis pela formação de uma “descendência” em linhas de pesquisa e investigações na área das História das mulheres e das relações de gênero. Segundo Stella Maris Scatena Franco, exatamente essas pesquisas em História realizadas nos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo “renderam frutos” na propagação dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos em outras universidades, em diferentes estados do Brasil.

Nesse sentido, a pesquisadora ressalta os trabalhos de orientação das professoras citadas, por exemplo, Eni de Mesquita Samara, que orientou trabalhos de pesquisadoras que se institucionalizaram em universidades do Norte e Sudeste, destacando a atuação de Maria Beatriz Nader, professora do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Para Franco, a ex-orientanda, de certo modo manteve essa “descendência” na área dos estudos das mulheres, constituindo uma segunda geração de doutoras/es que ocupam espaços na docência no ensino superior público. Maria Beatriz Nader atua como coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero (LEG), Universidade Federal do Espírito Santo e orienta trabalhos de pesquisa sobre mulheres, gênero, violência e feminicídio.

Outra trajetória destacada nesse capítulo é o da professora Maria Odila da Silva Dias. Para Stella, a historiadora orientou pessoas que se institucionalizaram como professoras em outras regiões do Brasil de modo que,

muitas das suas orientandas se estabeleceram em outras universidades e foram aos poucos constituindo nesses espaços institucionais campos de estudos na área das relações de gênero. Interessante, sublinhar, as trajetórias de Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, que se titularam nos anos de 1990 na USP, atuando como professoras do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para a pesquisadora, as historiadoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolf desempenham papel fundamental na produção e divulgação das pesquisas no campo dos estudos de gênero, participando ativamente na organização do evento internacional *Fazendo Gênero* e pela *Revista Estudos Feministas*. Atualmente, tanto o evento, quanto a Revista são considerados polos centrais de discussão e atualização do tema em todo o país e na América Latina. Essas pesquisadoras, por sua vez, também orientam pesquisas de mestrado e de doutorado, formando pessoas, que por sua vez, tornaram-se também docentes e integrantes de programas de Pós-Graduação em diversas instituições do país.

Para finalizar o artigo, a historiadora lembra que ao percorrer as trajetórias das pesquisadoras vinculadas ao Departamento de História e ao Programas de Pós-Graduação em História Social e Econômica da USP é possível dizer, que as professoras não mantiveram (ou não desejaram) uma concentração integral e sistemática na área de pesquisa da história das mulheres, de gênero e dos feminismos. Para Stella, possivelmente essa “opção” pela descontinuidade dos trabalhos na área advém de uma tradição em se manter a diversidade no âmbito da pesquisa, refletindo também nos trabalhos formativos de orientações que se voltaram para outros temas de pesquisa histórica.

Yolanda de Paz Trueba apresenta o capítulo: **“Políticas sociales y acciones femeninas: un recorrido historiográfico posible para pensar la relación público privado. Argentina, provincia de Buenos Aires, primeras décadas del siglo XX”**. O capítulo oferece uma reflexão analítica de perspectiva histórica dos aportes de pesquisas que nutriram vários campos, tais como a História das mulheres, das instituições e do Estado. A autora transita pelas agências de grupos femininos e ou feministas que foram sensíveis à questão social, às questões das mulheres e da maternidade, entre o

final do século XIX e o início do século XX. Seu capítulo propõe uma reflexão a respeito das diversas perspectivas de análise sobre aquele contexto e suas formas de intervenção assistencial. Uma primeira abordagem se detém a olhar o feminismo e a filantropia no início do século XX. A autora apresenta como aquelas mulheres tiveram um forte protagonismo em articulação com os feminismos argentinos do início do século XX e, conservadoras ou não, todas tiveram voz nos debates sobre a condição feminina. A autora também apresenta uma reflexão sobre as políticas públicas, em particular a forma de atuação envolvendo Estado, mulheres e instituições. Demonstra como os pronunciamentos de grupos femininos e feministas tratavam das situações que afetavam as mulheres, mas que não podem ser analisadas isoladamente da questão social. A questão social abrangia a complexidade de diferentes situações e grupos sociais, com várias interfaces, particularmente, como o Estado liberal, que desde o fim do século XIX se viu compelido a intervir para regular desigualdades e situações de conflito social. Em relação ao século XX a autora aborda o modo como o cuidado foi organizado na sociedade argentina desde as primeiras décadas do século XX, com as tarefas domésticas e de cuidado exercidas pelas mulheres, não participando publicamente da questão social. Sua reflexão nos conduz a pensarmos as relações entre o público e o privado para analisar o cuidado e a olharmos a história das mulheres pela perspectiva de gênero para estimular reflexões a respeito dos contextos envolvidos em trabalhos institucionalizados ou não. Mostra como as mulheres tiveram papel político ao tratar das ações dos feminismos argentinos do início do século XX. Independentemente de serem conservadoras ou não, todas participaram ativamente dos debates sociais e políticos a respeito da condição feminina na sociedade argentina.

Cristian Daniel Valdivieso Ojeda, Joyce Miranda Leão Martins e Cloves Luiz Pereira Oliveira em **“Política de gênero e forças armadas na América Latina: resistências e mudanças”**, apresentam uma reflexão sobre a presença de mulheres nas Forças Armadas na América Latina, ainda marcada por disparidades significativas. Tomando como ponto de partida para a discussão o caso do Equador, os autores mostram que, embora a política de gênero nas Forças Armadas equatorianas represente um avanço normativo alinhado à Constituição de 2008 – que consagrou o Estado plurinacional e intercultural –, sua implementação enfrenta resistências estruturais. A participação feminina não ultrapassa 5% do efetivo militar. De

acordo com o que afirmam os autores, tais obstáculos derivam de um *ethos* militar historicamente patriarcal, que associa a figura do soldado a atributos masculinos e restringe as mulheres às funções consideradas “adequadas” ao seu gênero, como saúde e logística.

Nesse sentido, Ojeda, Martins e Oliveira sustentam que, apesar de a política promover formalmente a igualdade de oportunidades, sua abordagem permanece limitada por uma visão binária (homem/mulher). Assim, acaba por negligenciar outros marcadores da diferença como raça, classe e orientação sexual. Isso fica evidente em casos como o de Michael Arce, militar afro-equatoriano vítima de violência racial, e no de Homero Flor Freire, expulso por homossexualidade. Tais exemplos revelam que a discriminação nas Forças Armadas não se restringe ao gênero, mas se entrelaça com outras formas de opressão, exigindo uma abordagem mais complexa.

A contribuição deste capítulo está também em explicitar como a abordagem dos estudos feministas e de gênero destacam a necessidade de descolonizar as instituições militares, questionando não apenas quem é incluído, mas em quais termos essa inclusão ocorre. Com isso, a análise evidencia que a democratização das Forças Armadas exige mais do que reformas legais, demanda a transformação de culturas institucionais arraigadas e a adoção de perspectivas interseccionais. Enquanto a política de gênero equatoriana simboliza um passo importante, sua efetividade permanece condicionada à superação de barreiras simbólicas e materiais que perpetuam hierarquias excludentes.

Reflexões sobre campos e cânones: a teoria feminista da segunda metade do século XX, legado e desafio¹

Miriam Adelman

Em comemoração do aniversário dos 30 anos do Núcleo de Estudos de Gênero, elaborar algumas reflexões que contribuem para nosso olhar sobre o caminho trilhado – seja em termos do panorama das teorias que nos inspiram, ou do contexto político que nos fez - se erige como um valioso desafio. Os dias atuais, marcados pela ‘explosão feminista’ (Teixeira [Hollanda], 2018) que se torna protagonista –incansável, enérgica, criativa, reivindicadora - do campo político, acolhe, no seu seio, sujeitos – *sujeitas* – de tempos/espços sociais muito diversos, mas nem sempre propicia um clima de diálogo. E nós, que temos tido como nosso principal espaço de atuação, a academia, nos tornamos participantes de um campo de disputas sociais no qual as expectativas, os custos e as apostas são altos, e as condições do *fast knowledge* se impõem, muitas vezes mingando nossa capacidade de cumprir com a promessa da academia: pensamento crítico e transformador.²

Na minha própria trajetória de pesquisadora, nas últimas décadas fui aplicando minha lente feminista – forjada na interação com outras diversas perspectivas críticas – a estudos de cunho mais etnográficos, guiada tanto

1. Na elaboração deste capítulo, me permiti o livre usufruto de partes do capítulo três de Adelman (2009) - mas só após sua minuciosa revisão, e em relação aos objetivos específicos da atual releitura.

2. A transformação que a academia propicia é outra questão que merece muita reflexão, para a qual aqui não sobrar espaço. Com certeza contém avanços e empecilhos, que vão do ‘micro’, do cotidiano, onde sujeitos adquirem novas ferramentas para se pensar e pensar o mundo, para o ‘meso’ e o ‘macro’ – passando por inúmeras metamorfoses e enfrentando disputas em diversos campos políticos e sociais.

pela curiosidade intelectual quanto pela paixão pelo mundo que a realidade empírica nos oferece. Dedicada a temáticas que me trouxeram outros entrecruzamentos³, me afastei do labor teórico de trabalhar diretamente com o que foi minha pauta maior, durante muitos anos, como co-fundadora do NEG e professora do Departamento de Ciências Sociais (posteriormente, de Sociologia) da UFPR, assim como objeto da minha tese de doutorado (UFSC, 2004, materializado em formato de livro em 2009).⁴ Assim, fui pega um tanto “de surpresa” por dois convites recentes. O primeiro, para palestrar, no mês de novembro, 2024, em um evento na UFPB em João Pessoa, I *Seminário Teoria Social, Mulheres e Cânone*.⁵ O segundo veio um pouco depois, a oportunidade de contribuir com um capítulo para o presente volume, fruto do evento de comemoração dos trinta anos do NEG (agosto, 2024), e no qual eu tinha participado como mediadora e coordenadora das mesas das nossas convidadas indianas, as professoras Nandini Sen e Shruti Das.⁶ Convites, pois, que me incentivaram a retomar discussões que se mantiveram sempre nas entrelinhas dos meus trabalhos mais recentes, e que se desdobraram nesta discussão sobre as pioneiras do nosso campo, principalmente as da ‘segunda onda feminista’ que a partir dos anos 1960 e 1970 provocaram uma verdadeira ‘revolução feminista’ na academia. Estas estudiosas, debruçando-se sobre muitos séculos de história e muitas tradições de pensamento para contestar ‘o olhar masculinista’, as desigualdades de gênero, e a produção das culturas, discursos e instituições que em grande parte mantinham as mulheres na posição do “Segundo Sexo” (Beauvoir, 1949), abriram um espaço totalmente novo dentro das

3. Desde 1995 quando iniciei meu primeiro estudo sobre mulheres nos esportes equestres até o momento atual, com uma pesquisa comparada sobre comunidades rurais e culturas equestres populares, venho aplicando uma lente que continua se inspirando no feminismo, a questões que entrecruzam o gênero, estudos humano-animais, novas ruralidades, pós-materialismos, entre outros (dois exemplos recentes são: Adelman, 2024; Adelman; Rea, 2024).

4. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*, São Paulo: Blucher, 2019.

5. Deixo aqui registrado meu agradecimento à Professora Simone Britto e demais colegas, pela calorosa recepção e pelos vários dias de debates tão corajosos quanto profundos.

6. Nossas convidadas, vindas de tão longe, proferiram as palestras *Feminismos indianos: história e atualidades* (Profª. Dra. Shruti Das) e *The Decolonial Women Writers, Struggles and Stories* (Profª. Dra. Nandini Sen). Aproveito a oportunidade de agradecer o generoso apoio da PGLet UFPR que possibilitou a vinda delas ao evento.

universidades e outras instituições de ensino e pesquisa; nós – as várias gerações que se seguiram – somos suas herdeiras.

Quando, no início do novo milênio, estava mergulhada na escrita da minha tese de doutorado, cruzei -quase aleatoriamente, e com certeza inesperadamente – com um livro que abriu novas trilhas teóricas para mim. Era da crítica literária inglesa, radicada nos EUA, Rita Felski, e o título, *The Gender of Modernity* (1995). Felski, na elaborada tapeçaria que tece, puxa fios de vários campos disciplinares - da sociologia, da literatura, mas também da história, da teoria política e da filosofia – para aplicar uma lente feminista a leituras diversas sobre a modernidade. Ela afirma a centralidade da questão para um campo disciplinar em particular, a sociologia, ao defini-la, como disciplina como uma *narrativa sobre a modernidade*, e nesse sentido, como “ um ato de representação que se nutre de uma variedade de vocabulários descritivos, sistemas classificativos, receitas explicativas e regras enunciativas”⁷ (Felski, 1995, p. 95). O gesto de demarcá-la como ‘narrativa’ é significativo - ou seja, Felski, em lugar de forçar a definição da sociologia como a *ciência* que faz tal ou qual recorte da realidade (o que não significa que não a seja) - ela nos convida a pensar *sobre como pensamos*, sobre quê tipo de narrativa elaboramos, e porque essa, e como é que ela se constrói? Quais as suas interlocuções? E as questões que talvez ela apaga, ou minimiza, que deixam lacunas na nossa compreensão sobre o mundo que habitamos?

Quanto às “receitas de explanação” prescritas de maneira aberta ou nas entrelinhas de vocabulários disciplinares⁸, à maneira geral, a teoria feminista logo ajudou a esclarecer alguns mecanismos embutidos nelas, que mantiveram as mulheres, como sujeitos sócio-históricos, na sombra: a narrativa dos ‘pais fundantes’ da sociologia (e da teoria política, e da antropologia,

7. *an act of representation that draws upon a variety of descriptive vocabularies, classificatory systems, explanatory recipes, and enunciative rules*”

8. A construção do olhar dos “pais fundantes” destas disciplinas (prefiro este conceito ao hoje popular termo “lugar de fala”, muitas vezes aplicada de forma mecânica, em lugar de explicar processos irreduzíveis a tal ou qual posicionamento social) foi com certeza fortemente moldada pela sua inserção em comunidades discursivas com características ou viés específicos de classe, raça/etnicidade, gênero, geração e região geopolítica.

três disciplinas afincadas, de formas particulares, na modernidade) promoveram pontos de cegueira, que embora não anulassem insights e indagações fundamentais, incentivaram visões míopes em relação a atividades que pareciam ocorrer a maior distância da privilegiada esfera pública burguesa (no caso das duas primeiras disciplinas) ou para com o reconhecimento do *input* das mulheres na criação das *linguagens simbólicas* dos seus povos (não modernos), no caso das etnografias clássicas da antropologia.

Daí a importância de voltar para a ‘revolução feminista na academia’ que começou no final da década de 60, simultânea e conectadamente, em várias partes do mundo. Aqui, tenho espaço apenas para tratar um momento e de seus desdobramentos posteriores, como sua relação com o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, e posteriormente, inflexões trazidas pelos debates modernidades múltiplas, pós-materialismo, da pós-colonialidade e da decolonialidade. Impõe-se também a dimensão da *historicidade*, que nos permite ver os antecedentes, os enraizamentos, das mais candentes temáticas do feminismo e do pensamento crítico de hoje, na sua continuidade e com suas inflexões novas.

Mulheres pioneiras: as teóricas do “patriarcado capitalista” e sua geração

No curto espaço que aqui possuo, escolhi revisitar um grupo de teóricas, em grande parte de língua inglesa,⁹ que foram fundamentais no processo de revisão de noções de poder, desigualdade e estrutura social na sociologia. Começo com as teóricas do “patriarcado capitalista”, que alé das suas passagens ou identificações com os ativismos feministas da “segunda onda”¹⁰, ou mesmo por causa das mesmas, tinham também como herança

9. O recorte inicial, contudo, não foi feito a partir do pertencimento a uma comunidade linguística, senão por se tratar dos países do norte global no quais se concentrou, nos anos 1960 e 1970, a origem de determinados movimentos sociais, como o próprio feminismo da segunda onda (e tendo em conta sua relação com os movimentos anticolonialistas que, em diversas partes do sul global, caracterizaram os anos 1950 e 1960).

10. Segundo Lise Vogel (1983,p.2-6), o movimento feminista que surgiu no início da década de 60, embora aparentasse ser um renascimento do feminismo liberal de outra época, que objetivava a igualdade das mulheres dentro da sociedade burguesa, na verdade logo se distinguiu dele em dois pontos fundamentais: primeiro, por estender o conceito de igualdade para além da igualdade formal nas esferas do civil e do político, a fim de incluir questões de sexualidade, direitos reprodutivos, responsabilidade social pelo cuidado das crianças, apoio econômico para

teórica perspectivas moldadas pelo marxismo.¹¹ Por outro lado, nutriam uma consciência muito enriquecida pelas demandas dos movimentos anti-coloniais e os “novos movimentos sociais” surgidos na Europa e na América do Norte, que tensionavam o foco das preocupações da “velha esquerda” e sua ênfase nas reivindicações da classe operária. As relações de poder que operavam em esferas da vida social que não o trabalho assalariado – as esferas da família, da cultura, da sexualidade, e da vida cotidiana – se problematizaram como áreas da vida ainda muito mal compreendidas, e esferas onde a subordinação das mulheres se produzia e reproduzia.

A nova geração de mulheres escritoras e acadêmicas passaram, assim, por sua perspectiva coligada como ativistas e intelectuais, a se debruçar sobre o significado da subordinação feminina nos seus múltiplos sentidos históricos e modernos. Algumas, como Juliet Mitchell, Sheila Rowbotham e Shulamith Firestone retornaram a alguns autores “clássicos” que, como Simone de Beauvoir lhes havia indicado, ofereciam certos instrumentos e muitas dificuldades para um avanço na compreensão da subordinação feminina. Elas constam, portanto, entre as primeiras a assinalar as insuficiências do pensamento de Marx, Engels e Freud nas suas formulações sobre a condição feminina - e, portanto, sobre a sociedade como um todo. O trabalho delas, e de seu crescente círculo de intelectuais feministas, que caminhava na direção de uma verdadeira *criação de um novo campo de estudos*, empreendeu uma profunda revisão dos conceitos desses autores,

mulheres pobres e divisão do trabalho doméstico; e segundo, pela conexão que estabeleceu com outros movimentos sociais e políticos da época. Isso conduziu, no início dos anos 70, ao desabrochar de um movimento de libertação feminina muito mais radical e vinculado à esquerda do que tinha sido na década anterior.

11. Outra corrente que influenciou profundamente a revisão feminista da teoria social foi a psicanálise, relação que abordei no capítulo 3 do meu livro, *A Voz e a Escuta* (2009). Para o presente texto, me limito a enfatizar a importante relação entre movimentos sociais, e especialmente o movimento feminista, e o desdobramento de um novo olhar dentro do mundo acadêmico. É, pois, uma história que já se tornou conhecida: a produzida no encontro da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e seu crescente acesso ao ensino superior com a campanha ideológica da década dos anos 1950 nos EUA, que reafirmava a domesticidade feminina, que se juntou a um novo cenário sociopolítico de resistência ao imperialismo (neocolonialismo) global e de descontentamento com muitos aspectos do *status quo* nos poderosos países do centro. Para quem confiava na paz social a partir da prosperidade do pós-guerra, a emergência dos novos movimentos sociais foi surpreendente – e, junto com um novo tipo de crítica social que começava a ser formulada simultaneamente nos movimentos e na academia, abria por sua vez o terreno para nova atividade política e teórica que visava estudar e modificar a subordinação feminina.

indicando a presença de momentos de ruptura, assim como de criação de novos conceitos.

Inicialmente muito preocupadas com a questão das origens do que era aparentemente a “mais antiga forma de desigualdade social”, várias estudiosas iniciaram sua viagem teórica com a revisão do famoso *Origens da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels (2019). Aliado da causa das mulheres de sua época, Engels insistiu no conceito de “divisão sexual do trabalho” como categoria fundamental para a análise sócio-histórica e referiu-se à subordinação das mulheres como a *primeira grande forma* de desigualdade *de classe (sic)*, antecedendo as outras formas de estratificação baseadas na propriedade sobre os meios de produção – alavanca, de acordo com par, Marx e Engels, de toda a dinâmica da história da humanidade desde o desmoronamento do “comunismo primitivo”.

Como essas pensadoras irreverentes que logo se assumiriam sob a rubrica de “feministas socialistas” argumentavam, a concepção de Engels era tão fértil quanto limitada: inseria as relações entre mulheres e homens no centro da análise histórica e social, mas não conseguia enxergá-las como um fenômeno *sui generis*. A tentativa de Engels de desvendar a realidade social com essa lente se frustrava na exata medida em que, como assinala Vogel (1983), continuava submetendo essas relações à lógica da propriedade sobre os meios de produção econômica.

Diante disso, a interrogação sobre a relação entre a subordinação feminina e outras formas de desigualdade social, principalmente as relações de poder e propriedade de classe da sociedade capitalista moderna, tornou-se ao mesmo tempo uma das grandes questões da época e uma herança do pensamento socialista de épocas anteriores. Qual a especificidade da “questão das mulheres”, sua história (suas “origens”) e em que medida essa história teria a ver com aquelas outras histórias? Na tentativa de responder a estas perguntas, um grupo de teóricas feministas tentou intensificar seu diálogo com o marxismo – o clássico, assim como suas diversas vertentes do século XX- começando inicialmente com o objetivo articulado por Eisenstein (1979) de “dar respostas feministas a perguntas marxistas, mas de modo a fazer surgir desse processo uma nova visão – afinal, desde um primeiro momento, essas perguntas já se colocavam para além do que permitiriam as preocupações marxistas.

No seu já famoso artigo, “*The unhappy marriage of Marxism and Feminism*” [O casamento infeliz entre marxismo e feminismo], Heidi Hartmann (1981) argumentava que a maior parte das análises marxistas da posição das mulheres partem da questão da relação das mulheres com o sistema econômico, e não das relações entre homens e mulheres”.¹² Era para ela uma espécie de reducionismo econômico que precisava ser superado a fim de poder desenvolver uma teoria capaz de captar a dinâmica das relações tanto entre os sexos quanto as de classe. Outras feministas socialistas criticavam a ênfase exclusivamente econômica de Marx no “trabalho produtivo, às custas de qualquer atenção e análise do trabalho doméstico não remunerado e “não produtivo das mulheres”¹³.

No entanto, em plena época de resgate e revisão do pensamento marxista, na qual discussões sobre as contribuições de Gramsci e de Althusser à compreensão da sociedade contemporânea estavam em voga, particularmente na Europa (Barrett, 1999), as teóricas feministas com afinidades marxistas lutavam com as possibilidades de ainda se adaptar o “método marxista” e os conceitos centrais da sua teoria ao estudo da opressão feminina. O marxismo ocupava amplo espaço, por exemplo, no trabalho pioneiro que se desenvolveu como debate sobre o trabalho doméstico, que perguntava sobre o significado econômico e social do trabalho não remunerado das mulheres no lar, questão em grande parte ignorada na obra da tradição marxista da economia política.

Essa discussão, que se desenvolvia ainda nos moldes de uma linguagem conceitual marxista, enfocava principalmente a relação entre o *capital* e o *trabalho doméstico*, reproduzindo pelo menos inicialmente o que Hartmann identificava como empecilho para o avanço de uma teoria sobre (o que logo viriam a chamar-se) *relações de gênero*.¹⁴ Perguntava-se se o

12. “Most Marxist analyses of women’s position take as their question the relationship of women to the economic system, rather than that of women to men”.

13. Nesse sentido antecipavam um dos mais fascinantes campos de discussão feminista e pós-estruturalista, sobre capitalismo/modernidade, gênero e consumo. Ver, coadunado à discussão levantada nas páginas que seguem, os trabalhos de Felski (1995), no capítulo três (*Imagined Pleasures: The Erotics and Aesthetics of Consumption*) do livro *The Gender of Modernity*, e Grazia (1996) entre outros.

14. Hoje em dia é relativamente conhecida a discussão sobre a evolução da nomenclatura empregada nas tentativas de pensar, “para além de classe social”, um conceito que articulasse “a questão das mulheres” ou “a divisão sexual do trabalho” no pensamento alinhado ao marxismo, e que superasse também a insuficiência do conceito de *sex roles* na sociologia. Sobre a emergência

trabalho doméstico produzia *valor de troca* e se, portanto, poderia ser fonte de *mais-valia* para a economia capitalista. Essa indagação se dava em função de uma outra questão: se o capitalismo “precisaria” ou não do trabalho não remunerado das mulheres no lar, e mais, se o capitalismo, dessa forma, precisaria da subordinação das mulheres como necessidade sistêmica.

Hoje é fácil perceber os problemas metodológicos nessa maneira de proceder, uma vez que ela é permeada por formas de pensar funcionalistas que a teoria feminista posterior criticou e em grande parte, superou, procurando afugentar os argumentos deterministas e dar mais espaço a outros fenômenos e figurações - como *agência*, *contingência* e *cultura* - nos processos históricos. O importante, no entanto, é entender como, a partir do reconhecimento desse tipo de trabalho (*trabalho invisível e feminino*), obrigou-se a uma revisão de categorias fundamentais da economia política, testando assim os limites das categorias marxistas para a compreensão da subordinação feminina. Por outro lado, os esforços teóricos empreendidos conduziram a reflexões e produção teórica muito ricas, a partir das quais foram realizados amplos estudos sobre as diversas formas do trabalho feminino na sociedade capitalista moderna, fora e dentro dos principais espaços do mercado.

Por exemplo, estudos como o de Weinbaum e Bridges (1979) introduziram o conceito de “trabalho de consumo”, numa época em que a sociologia apenas parecia acordar para a importância do consumo nas relações sociais, conferindo uma nova seriedade a um tipo de atividade que, noutro momento, teria sido dispensado como uma simples obrigação (ou caricaturizado como frívolo prazer) das donas-de-casa: agora, elas argumentavam que as horas que as donas-de-casa passavam nas atividades de procurar, comprar e eventualmente transformar em *valores de uso* os bens e serviços adquiridos pelas unidades doméstico-familiares, eram momentos fundamentais da reprodução social, econômica e cultural. Desse modo, o consumo precisava ser entendido, como elas diziam, como “a outra face” do sistema de produção de mercadorias e também, em termos históricos, como empregador de uma forma particular de trabalho *feminino*.

da categoria de gênero – relações sociais de gênero - o texto clássico da Joan Scott (1986) continua sendo uma referência fundamental.

Essa insistência foi levada a sério nos anos 1970 e 1980, com a grande atenção dada pelas feministas de inspiração socialista e marxista ao trabalho doméstico e suas ramificações – ilustrado, por exemplo, em trabalhos minuciosos como o de Nona Glazer (1987), que estudou os processos históricos da “transferência do trabalho” (*work transfer*) de certos serviços inicialmente oferecidos por funcionários do comércio (originalmente, de sexo masculino) na seleção de bens e atenção ao cliente, para a dona-de-casa que precisa saber procurar, escolher e fazer opções cuidadosas entre produtos disponíveis, zelando pelo bem-estar de sua família e pela economia doméstica. No sistema atual, apontava Glazer, as duas funções são desvalorizadas e transferidas para as mulheres: por um lado, o conhecimento do produto, que passa a ser responsabilidade do/da cliente e, por outro, a substituição de atendentes de balcão especializados por caixas de supermercado e loja, funções femininas rotineiras.

Através desse tipo de trabalho, as primeiras gerações de teóricas feministas avançavam na forma de vincular o econômico com os outros aspectos da vida social, mostrando as diversas maneiras pelas quais essas práticas sustentavam um modo de vida privatizado e privatizante, organizando o cotidiano por meio da pequena unidade familiar, às custas de noções da comunidade maior e estreitando o elenco de formas socialmente endossadas de sociabilidade. Alinhada assim também à crítica da ideologia da família - de fato, a sociologia da família se transformaria, em relativamente pouco tempo, de bastião das preocupações funcionalistas em campo de pesquisa feminista – essas teóricas passaram a enfatizar igualmente o aspecto subjetivo de formas de atividade social geralmente pensadas em termos objetivos. Apontando, por exemplo, a fusão dos aspectos mais “materiais” e os mais afetivos do trabalho doméstico; tornaram-se precursoras de todo um movimento posterior das ciências sociais e, em particular, da sociologia, no sentido de considerar os espaços da cultura, a subjetividade, e a intimidade como objetos de estudo tão importantes quanto os espaços da “estrutura social” privilegiados pela sociologia clássica¹⁵.

O trabalho teórico dessas feministas logo as conduziu à invenção de uma nova categoria (ou a um novo uso para uma categoria antiga): o pa-

15. O sociólogo britânico Anthony Giddens seria um dos primeiros sociólogos do novo ‘mainstream’ a avançar este reconhecimento da contribuição feminista. (Cf. Giddens, 1990).

triarcado se torna, em condições modernas, o “patriarcado capitalista”. Segundo Hartmann (op. cit.), a chave para a compreensão das relações de gênero residia na aplicação do método do materialismo histórico ao estudo do patriarcado, definindo este como:

um conjunto de relações sociais entre homens, que têm uma base material e que, embora hierarquizadas, estabelecem ou criam interdependência e solidariedade entre os homens, permitindo-lhes dominar as mulheres. Embora o patriarcado seja hierárquico e os homens de diferentes classes, raças ou grupos étnicos ocupem nele diferentes lugares, estão também unidos na sua relação partilhada de dominação sobre as suas mulheres: são dependentes uns dos outros para manter essa dominação” (Hartmann, 1981, p. 14-15)¹⁶.

Em outro trabalho, Hartmann (1979) ensaiou sua noção do patriarcado capitalista com uma discussão histórica sobre o que ela identificava como uma aliança produzida entre homens capitalistas e homens proletários, que num determinado momento parecem se unir em torno de uma estratégia política e cultural para a manutenção de uma força de trabalho primordialmente masculina.

A autora desenvolve pesquisa histórica para mostrar como, por meio da negociação e da política sindicais, se forjou uma aliança que sustentava e fortalecia uma identidade masculina do *homem provedor* – provido este de uma esposa/dona-de-casa que, em lugar de competir com ele no mercado de trabalho, devia lhe fornecer os serviços de *homemaking*. O trabalho de manter o lar, no entanto, permanece na condição de trabalho subalterno e marginalizado, embora por vezes enaltecido por um discurso que identifica a feminilidade doméstica com virtudes sociais e morais.

Naquele momento, uma das mais importantes teóricas da corrente “-feminista socialista”, Hartmann convocaria suas colegas para uma redefinição do conceito de patriarcado como uma estrutura social e econômica que evolui historicamente (o feminismo, segundo ela, tendia a um

16. “a set of social relations between men, which have a material base, and which, though hierarchical, establish or create interdependence and solidarity among men that enable them to dominate women. Though patriarchy is hierarchical and men of different classes, races or ethnic groups have different places in the patriarchy, they are also united in their shared relation of dominance over their women: they are dependent on each other to maintain that domination”

pensamento a-histórico e insuficientemente materialista), buscando ao mesmo tempo entender as formas entrelaçadas do desenvolvimento do capitalismo e do patriarcado que juntos dariam a forma e os conteúdos à sociedade moderna e às vidas das mulheres e os homens que dela participam. A organizadora da mesma coletânea, Zillah Eisenstein, defendia a elaboração de uma síntese da análise marxista e a teoria feminista que não se reduzisse ao mero acréscimo de uma teoria à outra, senão levasse a uma redefinição de ambas, “através do conflito que deriva de e entre as duas tradições” (Eisenstein, 1979, p. 1).¹⁷ O argumento dela prosseguia da seguinte maneira: o marxismo define o poder apenas em termos de classe social, enquanto o feminismo radical das autoras pioneiras do final da década de 1960 e o início dos anos 1970 define o poder apenas em termos de relações de sexo (gênero). O que faltava, segundo Eisenstein, era uma visão dialética de como ambos, classe e sexo, relacionam-se *através da divisão sexual do trabalho*.

Ela considerava que isso poderia ser realizado mediante a aplicação do método marxista a algumas dimensões do poder que Marx desconsiderava, e ao estender nossa compreensão das “relações materiais do capitalismo” às relações materiais no patriarcado capitalista” (Eisenstein, 1979, p. 7). Além disso, argumentava que a teoria marxista da alienação, com sua noção de uma práxis que abre para a classe trabalhadora a possibilidade de uma existência não alienada, se configura como uma “ontologia revolucionária” que seria aplicável também às mulheres, para as quais as contradições da existência podem conduzir à luta e à consciência emancipatórias (Eisenstein, 1979, p. 9).

As formulações de Hartmann, Eisenstein e outras “feministas socialistas” serviram de inspiração para numerosos estudos de caráter histórico, teórico e empírico. No entanto, também receberam uma boa dose de críticas. Algumas estudiosas apontavam o “uso a-histórico” do termo patriarcado: segundo elas, ele deveria se circunscrever ao sistema de dominação masculina característica das sociedades que tinham como eixo de organização social a unidade doméstico-produtiva patriarcalista. Outras apontavam o problema de dualismo implícito na teoria do “patriarcado capitalista”

17. “through the conflict that derives from and between both traditions”

– uma espécie de teoria dualista que reunia dois sistemas “separados mas interdependentes”.

De acordo com o teórico australiano R. W. Connell (1987)¹⁸, o problema devia-se à sua relutância para abandonar a noção marxista convencional de modo de produção, que define o capitalismo como um sistema produtivo composto principalmente por relações de classe, quando de fato podemos – devemos – considerar as relações de gênero como tão essenciais, fundamentais e estruturantes da nossa vida social quanto as de classe. Isto é, não são “apenas” vestígios ou elementos de outro sistema anterior e diferente. A sociedade precisaria ser compreendida em termos históricos concretos, e não em função de “necessidades” abstratas e funcionais do capital.

Certamente, o apego ao binômio classe/sexo, ou capitalismo/patriarcado, e a ênfase nas relações de trabalho permeada ainda por uma certa ortodoxia marxista influenciava o escopo da análise que se fazia das relações de gênero (ainda não assim denominadas) que estava sendo feito nesse campo, nesse momento. No entanto, os passos que se deram permitiram aprofundar alguns aspectos da vida social como o trabalho (assalariado e doméstico) das mulheres e as dimensões da subjetividade e da vida cotidiana dentro da família. Estes esforços logo geraram tensões criativas, tanto no pensamento feminista quanto no marxista, chamando atenção para algumas barreiras conceituais e questões para as quais a tradição marxista realmente não oferecia instrumentos teóricos. O trabalho de Eli Zaretsky (1976), ainda dentro de um paradigma marxista feminista, ou socialista feminista, sobre o surgimento, no capitalismo, de uma esfera da subjetividade e da vida pessoal inicialmente vinculada às mulheres e sua circunscrição ao mundo doméstico, representou um avanço grande para desdobramentos de um novo olhar e contribuição feminista à narrativa sociológica sobre a modernidade.

O desenvolvimento de uma esfera da subjetividade e da vida pessoal, a partir da divisão entre público e privado na sua forma capitalista moderna, é apontado por Zaretsky como a criação de todo um espaço para o cultivo da intimidade e das relações interpessoais que se estende também às massas trabalhadoras, como fruto de suas lutas para manter e ampliar a porção da

18. A conhecida teórica Raewyn Connell da atualidade, autora também do livro ... [Epistemologias do Sul].

sua vida que não controlada pelo capital. Assim, Zaretsky se tornou uma das primeiras pessoas a marcar a importância social da criação de uma esfera feminizada inicialmente desprezada (inclusive pela teoria e filosofia social, como a discussão da Felski ilustra com maestria ¹⁹), tanto por ser uma esfera marcada como feminina quanto por sua relativa distância da produção mercantil; contudo, a esfera tornou-se cada vez mais fundamental e constitutiva para a cultura da modernidade (Giddens, 1991), assim como para o próprio capitalismo.

Das teóricas que se situavam a maior distância do campo marxista, vieram contribuições que resgatavam outras preocupações, particularmente, questões de poder e sexualidade. Nesse contexto, a grande obra clássica sujeita à revisão era a da psicanálise freudiana. A antropóloga feminista Gayle Rubin, no seu texto clássico, *The traffic in Women* (1975), incluiu na sua revisão de autores canônicos, a ideia de a psicanálise oferecer um estímulo que o marxismo não fornece, ao ter como fundamento a teorização da sexualidade (e da subjetividade) humana, conjugando o sociocultural como chaves para a compreensão de fenômenos antes tidos como biologicamente determinados.

O pressuposto teórico freudiano de relação entre “civilização” e “repressão sexual” já anuncia a sexualidade como fenômeno social e historicamente moldada, como também o faz a chave interpretativa que evoca os complexos processos de aprendizagem e socialização, desde a infância, de regras socioculturais sobre o desejo, para a configuração das identidades, ou identificações. E mesmo com uma série de contradições, a psicanálise, desde Freud, oferece ferramentas para mergulhar nas profundezas da constituição de sujeitos e subjetividades. Maria Rita Kehl (1998) nos lembra que, se Freud criou, na escuta analítica, um espaço para as mulheres darem voz a seu sofrimento psíquico, mostrou-se, por outro lado, incapaz de compreender o significado do que diziam essas mulheres que ele mesmo induziu a falar. A psicanálise conduz também à abertura para o estudo do

19. O conjunto dos capítulos que compõem o trabalho magistral da Felski, *O Gênero da Modernidade* (1995), que combinam criativamente os olhares da sociologia, da literatura, e da história para mergulhar nos sentidos complexos e contraditórios de uma época, tem o potencial de transformação enorme. A introdução, *Myths of the Modern*, e os três primeiros capítulos (*Modernity and Feminism*; *On Nostalgia: Prehistoric Woman*; *The Erotics and Aesthetics of Consumption*), sentam as bases para um alargamento necessário da narrativa sociológica sobre o período.

simbólico como campo de construção das relações de dominação masculina – uma herança particular da vertente lacaniana, trabalhada particularmente pelas feministas francesas e teóricas da área de estudos literários e de cinema. Em Lacan, o órgão fálico material de Freud se torna metáfora, grande símbolo e significante transcendental da nossa cultura (“*signifier of power and the advent of desire*”).

Assim, uma série de teóricas inspiraram-se em Lacan, “*para caçar a presença ubíqua de discursos e imagens fálicos, observando como funcionam como uma arena fundamental da opressão, internalizada por mulheres*” (Segal, 1999, p. 180)²⁰. Elas geram trabalhos instigantes na interpretação dos significados de gênero produzidos no mundo contemporâneo, assim como em outros momentos históricos. No entanto, como Segal assinala, esses trabalhos correm o risco de ficar presos ao grande nó do pensamento de Lacan: o caráter absoluto dado ao significante fálico que não permite captar as brechas no discurso dominante nem pensar em possíveis “re-significações”. Pode inclusive chegar, como algumas vezes se chegou, à afirmação de que as mulheres não têm subjetividade, à negação perversa de sua capacidade de agir como produtoras e sujeitos do conhecimento, de histórias e destinos.

Assim, da crítica da psicanálise que as teóricas feministas começaram a elaborar sistematicamente a partir da década de 70, surgiram grandes debates e forjaram-se novos conceitos. A partir da noção de uma civilização “inimiga” da sexualidade, desenvolveram-se enfoques sobre as formas específicas de controle da sexualidade feminina, gerando análises teóricas e estudos históricos. Teóricas como Kate Millett (1969) e Shulamith Firestone (1970) tinham desde cedo identificado o controle dos homens sobre a sexualidade feminina como uma das bases do patriarcado ou sistema de dominação masculina. Para Gayle Rubin, no artigo no qual analisa a utilidade e os limites de Marx, Engels, Lévi Strauss, Freud e Lacan para a compreensão da subordinação feminina, a sexualidade e o poder sobre ela exercida eram elementos fundamentais a serem incorporados àquilo que ela denominou o “sistema de sexo/gênero” (*sex/gender system*).

Com isso, temos uma das primeiras articulações de como, a partir da crítica de autores clássicos, se perceberam lacunas, estreitezas e pontos de

20. O original em inglês: “to hunt down the ubiquitous presence of phallic discourses and imagery, observing how they function as a fundamental area of oppression, internalized by women”.

cegueira em conceitos e categorias canônicos. Foi colocada na mesa a necessidade de ir além das categorias econômicas de Marx e das formulações ainda muito contraditórias da psicanálise— que oscilava entre a naturalização das “diferenças de sexo” e sua identificação como construções históricas e culturais — para identificar uma dinâmica histórica e social *sui generis*, que ainda precisava de nome.

De qualquer modo, vale a pena analisar um pouco mais alguns dos mais importantes elementos da crítica das perspectivas psicanalíticas clássicas. Na concepção freudiana clássica, os gêneros — entendidos como papéis ou identidades femininas e masculinas — são incorporados na travessia edípica da segunda fase da infância (a primeira seria a fase “pré-édipica” da relação estreita entre mãe e filho, considerada menos problemática pela psicanálise clássica). Nessa segunda fase, a criança “rompe” sua identificação primária com a mãe e começa a se experienciar como um sujeito que tem desejos, assim como diversos traços que a definem como membro de uma teia social. Tudo parte do drama inicial que ocorre dentro da família nuclear, na qual a menina (que supostamente se enxerga como ser castrado) ama o pai fálico. Deve então transformar seu desejo pelo pai fálico no desejo de ser mãe. Por sua vez, o menino deve romper com a mãe, identificando-se com o pai fálico que ele inicialmente odeia como rival, para com a posse da mãe — objeto de seu amor imaturo — e se apoderar de uma cultura fálica, se tornar mais um sujeito nessa medida.

Dado o viés da psicanálise freudiana, foi realmente marcante a crítica feminista, quando as teóricas passaram a examinar o “complexo de Édipo” a partir da sua articulação dentro de um tipo histórico e normativo de família. Observaram que, em lugar de esse modelo de família possuir um *status* universal, as identificações que o complexo alegadamente produz e reproduz precisavam ser pensadas e revistas em termos de um conjunto histórico de relações de gênero e poder ao interior da instituição familiar. Não fariam sentido fora do contexto de um modelo de família nuclear heterossexual moderno, na qual o pai ocupa lugar de prestígio e poder, como autoridade e provedor, e a mãe, uma posição subordinada, domesticada e doméstica. Como a sociologia e a antropologia da família logo mostraram através de efervescente pesquisa nessa área, mesmo na sociedade em que esse modelo de família é elevado ao *status* de padrão e norma, ele não chega a englobar a todos, funcionando mais no sentido da classificação e disci-

plinamento (por meio dos processos de *normatização, normalização e estigmatização*) do que como descritor da realidade empírica, na qual imperam práticas e arranjos sociais ricos, diversos e muitas vezes, bastante criativos.²¹

Assim, sua “universalidade” não pode ser tomada como dada, nem pode pressupor sua reprodução nas práticas reais das unidades domésticas. O que pode ser feito é indagar sobre sua força normativa e normatizadora, mesmo para as circunstâncias nas quais os arranjos reais são muito diferentes do que aqueles culturalmente prescritos. Dessa forma, seu papel normalizador na construção das identidades de gênero é problematizado. Além disso, evidencia uma questão empiricamente importante: a de não pressupor que um modelo consiga produzir seus “resultados ideais” (nem pressupor que estes sejam de fato os “mais desejáveis”, a não ser que se pergunte para *quem* o seriam). Trata-se, pois, de enfatizar seu vínculo com o poder e a dominação.

Um dos trabalhos que levou a iniciar essa discussão foi o de Nancy Chodorow (1978), socióloga e também psicanalista que pretende utilizar a teoria das relações de objeto de Freud para subvertê-la. Se para Freud as mulheres são sempre imaturas porque sua “travessia edípica” não se resolve de forma tão clara quanto no caso masculino, para Chodorow, os meninos são de certo modo lesados pela maneira pela qual lhes é exigida a *ruptura* com seu objeto inicial de amor, a mãe. Eles se tornam em alguma medida seres ininterruptos, que aprendem desde cedo a reprimir o que seria uma capacidade ou necessidade humana fundamental: a preocupação com (o “cuidado” de) os outros.

Mesmo reproduzindo a feminilidade convencional, a socialização das meninas – que se baseia na *continuidade* entre elas e a mãe e na reprodução dos valores e das práticas do *cuidado* – passa a ser revalorizada no discurso de Chodorow. A autora argumenta que, em lugar da falta de maturidade que Freud atribui às mulheres, podemos enxergar a constituição de capacidades relacionais importantes. Sua equação freudiana para a “falta de imaturidade” ou uma “incapacidade para a autonomia” é identificada claramente por Chodorow com um claro exemplo do viés masculinista. Outrossim, se por um lado, o trabalho de Chodorow também vira alvo de fortes críticas, principalmente por pressupor o conformismo e reproduzir o

21. Sejam eles “estratégias de sobrevivência” ou escolhas conscientes, ou ambas coisas juntas.

modelo ideal da família nuclear (que transforma sua presumida prevalência empírica em pressuposto teórico), por outro lado abre um campo para se realizar a crítica e se repensar as relações das fases chamadas “edípicas” e “Pre-edípicas” na teoria freudiana.

O desprezo pela fase pré-edípica, na teoria de Freud, foi amplamente criticado por teóricas como Jessica Benjamin (1988), Sara Ruddick (1999) e Roszika Parker (1995), que apontam o desinteresse freudiano pela teorização da maternidade. Kehl (1998) sugere uma falta geral de percepção de Freud em relação às experiências femininas, enquanto Parker e Benjamin observam uma tendência marcante nele e em seus seguidores mais ortodoxos para distorcer as múltiplas facetas da experiência materna. Eles tendem a confundir as fantasias infantis de “onipotência materna” com as práticas reais das mães, que incluem tanto o apego e o *nurturing*, quanto práticas orientadas para fomentar o desenvolvimento da independência e autonomia na criança.

Se o viés psicanalítico clássico identificava a mãe como uma força regressiva na vida da criança, contra a qual a criança precisava se rebelar para cumprir a prescrição sociocultural de se tornar um sujeito “independente, isso representaria novamente a manifestação de um olhar fundado num determinado mito da Mulher, a mulher *contra* a cultura da modernidade ou, como diz Felski (1995), a “mulher pré-histórica”. Sustenta, pois, uma visão que somente pode ser mantida se se ignora as complexas e diversas atitudes e práticas das mulheres mães na nossa cultura – questão amplamente estudada pela sociologia e pela antropologia da família, particularmente nas suas vertentes feministas (cf. Glenn, Chang e Forcey, 1994, entre outros). Afinal, mesmo conceitos freudianos obviamente masculinistas como “complexo de castração” e “inveja do pênis” foram profundamente analisados, antes de serem descartados, como elementos de um imaginário masculino que precisa ser examinado ou transformado. Exemplo interessante disso é a polêmica ainda em vigor sobre a interpretação lacaniana que constrói um falo metafórico, símbolo do poder (masculino) e nesse sentido não análogo ao órgão no qual tem seu referente material.

É também importante ressaltar que se o feminismo psicanalítico surgiu como uma vertente do feminismo da década de 1970, sua influência e suas adesões extrapolam o grupo de teóricas inicialmente construído em torno dele. A partir das discussões sobre sexualidade e subjetividade que

passam a ter centralidade para a teoria feminista nas suas diversas vertentes (as quais geralmente reconhecem o valor da contribuição psicanalítica na teorização destas questões) o interesse pela psicanálise permeia todo o campo da produção feminista. Contudo, para algumas teóricas feministas, os trabalhos desenvolvidos dentro da perspectiva psicanalítica (assim como na vertente conhecida como psicologia relacional) persiste uma falha profunda: um viés de classe (“média”) e de raça (branca). Desse modo, obras como as de Chodorow (1978) e Gilligan (1982) tornaram-se alvo de crítica por parte de feministas negras e terceiro-mundistas, que apontaram o que seria uma *universalização* de uma condição feminina particular: a das mulheres brancas de elite e da classe média, que tiveram o “privilegio histórico” da maternidade protegida e da domesticidade, ou seja, o privilégio de estarem liberadas do trabalho assalariado para poder se dedicar ao cuidado de suas famílias.

É claro que uso o termo “privilegio” aqui num sentido relativo e paradoxal, pois se refere exatamente àquilo que Maria Rita Kehl chamou de “roteiros estreitos demais” – os quais, para as mulheres de classe média da época vitoriana, eram a fonte de suas frustrações, de sua opressão e de sua predisposição à condição medicalizada da histeria. No entanto, a expressão pode ser usada sociologicamente, e neste caso, para ressaltar um valor social hegemônico que, precisamente por ser patriarcal e profundamente normativo, cria, à sua vez, grupos de mulheres estigmatizadas e marginalizadas justamente por não terem acesso a ele, ou por não viver “de acordo” com seus imperativos.

Assim, ao lado de doutrinas que tentavam impor “pureza” e castidade às esposas/mães das elites brancas, coexistem mitos que sexualizam as mulheres negras e, junto com fatos brutais como a destruição histórica das famílias negras (a partir da escravidão e posteriormente reproduzida por vários mecanismos, como a dinâmica de um mercado de trabalho que dificulta o emprego dos homens negros), surgem noções que atribuem às mulheres negras “insuficiências” como mães (cf. Flax, 2001), exatamente na contramão da realidade histórica que nega as garantias ou mesmo as condições básicas para viver e exercer a maternidade como cidadãs. Como enfatizam Hooks (1981) e Glenn (1985) e outras teóricas, ao se tomar como modelo identidades ou experiências femininas – ou mesmo “subjetividades generificadas” – produzidas a partir de experiências numa família

nuclear padrão, com mulheres exercendo os papéis tradicionais de esposas/mães ou tendo a domesticidade feminina, como padrão ou condição básica (ainda que a ser superada), corre-se o risco de silenciar as vivências de uma ampla parte da população feminina. Assim, se reproduz um Outro (Outra) marginalizado no interior da própria teoria feminista.

Indo num sentido sempre mais complexo esteve a contribuição de um conjunto de antropólogas feministas que, a partir de coletâneas famosas como *Woman, culture and society* (Rosaldo; Lamphere, 1974) e *Toward an Anthropology of Women* (Reiter, 1971), iniciaram um trabalho de revisão da antropologia e etnografia clássicas, desenvolvendo novas metodologias para estudar as mulheres nas culturas que no Ocidente adquiriam pertencimento à categoria do Outro. Muitas obras clássicas da disciplina permaneciam presas ao viés posicional dos seus autores, injetando nas suas etnografias interpretações das relações entre homens e mulheres que precisavam ser reexaminadas.

As antropólogas feministas de língua inglesa ganharam sua própria pioneira: Margaret Mead – que, antes de Simone de Beauvoir, chamou a atenção de muitos cientistas sociais ao apontar, numa época em que a “norma masculina” da cultura ocidental era reproduzida amplamente (como “experiência humana universal”) tanto na sociologia quanto na antropologia, para a necessidade de se tomar distância dos nossos próprios conceitos (e pré-conceitos) culturais sobre o masculino e o feminino. No entanto, como acontece com o trabalho de Beauvoir, o poder político do seu trabalho demorou a inspirar um estudo mais amplo e a revisão do campo. Esta revisão foi iniciada somente na década de 1970, com trabalhos como o artigo de Sally Linton (1971), no qual ela questiona a validade de teorias da evolução que excluem ou diminuem a contribuição das mulheres à cultura e à sociedade, e com o surgimento de um grande debate (com contribuições da antropologia e da história) sobre a *universalidade do patriarcado*.

A polarização produzida por este debate – entre aquelas que, como Eleanor Leacock em *Myths of Male Dominance* (1981), apresentam evidências etnográficas de sociedades igualitárias e aquelas como Rosaldo e Lamphere (1974) que, embora acreditem na grande variedade dos arranjos, ainda argumentam no sentido de existir uma “assimetria universal” do poder e a valorização dos sexos – certamente refletiu o interesse da época (compartilhado ainda com as marxistas feministas da economia e da socio-

logia) na reconstrução das grandes narrativas causais e nas “narrativas de origens. Para Di Leonardi (1999, p. 17), trata-se de um debate em grande parte superado; a prática da antropologia feminista se concentra hoje em outros desafios e questões, que são uma herança e um avanço em relação às pioneiras: “Afinal... a cuidadosa tentativa de discernir os sentidos do gênero em outros universos culturais, e a coleta dos conhecimentos etnográficos, históricos e político-econômicos [de/sobre] populações diversas, parecem fornecer as modalidades mais frutíferas da prática antropológica feminista”²². Para os propósitos deste capítulo, o que cabe enfatizar é que também houve uma expansão e revisão do cânone na antropologia, resultando entre outras coisas na produção de novos conhecimentos e sensibilidades, os quais forneceram novas formas de entender as relações sociais em culturas diversas, a grande flexibilidade humana na construção dos seus símbolos, práticas e significados, e a centralidade das questões de gênero na organização social.

Se a antropologia feminista insistia na diversidade cultural dos arranjos de gênero e sugeria que uma perspectiva menos eurocêntrica poderia contribuir muito para se sair dos impasses colocados pelo debate sobre a universalidade do patriarcado e da dominação masculina, uma “sociologia” que apontava para as imbricações entre classe, raça e gênero nas sociedades ocidentais cumpria uma função análoga, abrindo-se para uma visão mais complexa dessas relações. Segundo Lauretis, a partir da década de 1980 (e, notadamente, a partir da publicação da coletânea de textos de “mulheres de cor radicais, *This Bridge called my Back*, em 1981), inicia-se uma grande mudança no pensamento feminista – em especial, o norte-americano. Esse livro foi logo seguido por outros que visavam demonstrar quão profundamente as mulheres feministas poderiam estar imbricadas na complexidade das ideologias dominantes, “tanto a ideologia em geral (incluindo classismo ou liberalismo burguês, racismo, colonialismo, imperialismo, e, acrescento eu com alguns poréns, humanismo) e a ideologia de gênero em particular... o heterossexismo” (Lauretis, 1994, p. 218).

No entanto, contrária a qualquer proposta de policiamento do pensamento ou mesmo de desqualificação de obras feministas que poderiam ser

22. “In the end... the careful attempt to discern the meanings of gender in other cultural worlds and the bringing together of ethnographic, historical and political-economic knowledge of particular populations seem the most fruitful modes of feminist anthropological practice.”

lidas como representantes da posição simplesmente chauvinista de “feministas brancas”,²³ Lauretis enfatiza que, assim como todos nós pensamos sempre a partir de uma posição de sujeito particular, as teóricas feministas estão sempre e ao mesmo tempo “dentro e fora” do gênero e de todas as outras ideologias que estruturam tanto a subjetividade quanto a “consciência política” das sociedades contemporâneas. Compreender isso seria o primeiro passo para a construção de teorias e práticas feministas inclusivas, solidárias e diversas.

Um outro eixo das diferenças entre as mulheres se dá em torno da questão de orientação sexual. Desde os anos 1970, uma importante vertente da crítica feminista foi desenvolvida a partir da teorização do *desejo (sujeito) lésbico* – uma forma de desejo que, podemos dizer, coloca as mulheres à maior distância da cultura patriarcal, posição de sujeito que rompe os laços que ainda atrelam as mulheres (através da heterossexualidade normativa e do *desejo de ser desejado* por um homem) às amarras dessa cultura. O que, às vezes, nos movimentos políticos se manifestava como conflitos fortes entre mulheres lésbicas e mulheres heterossexuais (ou brancas e negras, brancas e latinas etc., que no contexto norte-americano também eram divisões significativas), a produção de uma nova e vasta literatura sobre mulheres e experiências lésbicas demonstrava mais uma vez a grande variedade de vivências femininas e a impossibilidade de se pensar a partir de *uma (única) condição feminina*.

Momento muito importante na reflexão sobre construção social da heterossexualidade foi a publicação em 1980 do texto *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*, da poeta e escritora norte-americana Adrienne Rich, no qual a autora criticava uma parte da literatura feminista que, mesmo pretendendo uma análise das formas principais do controle patriarcal sobre as mulheres, ignorava a questão da *existência lésbica*. O viver lésbico, com presença histórica em diversas sociedades (com ou sem rótulo) é manifestação do fato que sempre houve mulheres que resistiam ao casamento e procuravam sua felicidade e realização com outras mulheres. Segundo Rich, ao não reconhecer a *existência lésbica*, essa literatura feminista acabava reproduzindo um poderoso viés da literatura patriarcal, que pressupõe

23. Para uma tentativa – um estudo rigoroso – que no novo milênio volta para a questão dos entrecruzamentos e conflitos raça/gênero na segunda onda feminista, ver a contribuição de Breines (2006).

um laço sexual homem/mulher “natural” – que não só vilifica senão oprime, por vezes brutalmente, outras expressões do desejo feminino.

Na sequência, Rich (1983) introduziu o argumento da imposição histórica de uma instituição política que ela chamou de “heterossexualidade compulsória, à qual as mulheres vinham sendo obrigadas a se adaptar, às vezes por meio de métodos coercitivos e violentos, outras vezes pela aculturação (caso da cultura do amor romântico, na modernidade) ou pela força da necessidade econômica (através do sistema familiar). Tal heterossexualidade instituída seria, porém, uma das formas principais de os homens obterem o controle sobre a sexualidade e a vida das mulheres, exigindo ainda o policiamento constante e a restrição dos laços solidários entre as mulheres nos processos de convivência e interação social. Rich convocava as estudiosas a empreenderem mais pesquisas sobre esta instituição como questão fundamental para a teoria feminista, conclamando,²⁴

Os historiadores precisam questionar em todos os momentos como é que a heterossexualidade enquanto instituição foi organizada e mantida através da escala salarial feminina, da imposição do ‘ócio’ das mulheres da classe média, da glamourização da chamada libertação sexual, da negação da educação às mulheres, do imaginário que rege tanto a ‘arte erudita’ quanto a cultura popular, da mistificação da esfera pessoal e muito mais. Precisamos de uma ciência econômica que compreenda a instituição da heterossexualidade, com a sua dupla carga de trabalho para as mulheres e as suas divisões sexuais do trabalho, como a mais idealizada das relações econômicas (Rich, 1983, p. 201).

Na década de 90, uma outra teórica feminista, Judith Butler, se inspirou no conceito de “heterossexualidade compulsória” introduzido por Rich, assim como no conceito de “contrato heterossexual” da teórica francesa Monique Wittig, ao introduzir a sua noção de “matriz heterossexual. Butler logo conquistou a posição de uma dos principais representantes da *teoria queer*, vertente inspirada na teoria feminista, na teoria foucaultiana

24. “Historians need to ask at every point how heterosexuality as institution has been organized and maintained through the female wage scale, the enforcement of middle-class women’s ‘leisure’, the glamorization of so-called sexual liberation, the withholding of education from women, the imagery of ‘high art’ and popular culture, the mystification of the ‘personal sphere’, and much else.”.

e na história social da sexualidade – e atualmente, a de teórica de gênero mais vilificada pela extrema direita. Na época, Butler (1990, p. 5) ressaltava que a “matriz heterossexual” tratava-se nada menos que a mesma *produção discursiva* que institui a norma e a ritualização prática da sexualidade, e as categorias de *mulher e homem* (“até que ponto a categoria mulher adquire estabilidade e coerência senão no contexto da matriz heterossexual? Em pleno estilo pós-estruturalista, ela afirmava que não existia *nenhuma realidade pré-discursiva* que pudesse ser tomada como seu antecedente simples, o seu substrato “material” ou “natural”. Consonante com seus pressupostos metodológicos, o que deveria ser estudado tampouco seriam “identidades lésbicas” ou heterossexuais fixas, mas a reiteração cotidiana e prática de normas, assim como as práticas empenhadas na quebra ou ruptura daquelas.

O desafio de pensar a condição feminina no *plural* certamente tem sido um dos maiores testes para a teoria feminista, cuja *consolidação* no sentido de corpo de produção teórica que conquista uma identidade e uma posição no campo do saber significa também a diversificação e talvez, de algum modo - o que vemos claramente hoje - uma “fragmentação”. Contudo, esse desafio se relaciona com outro, que na última década do século passado gerou amplas polêmicas. Refere-se à forma como as teóricas feministas se situavam frente à crescente força das posições pós-estruturalistas dentro das ciências sociais. Na época, Michèle Barrett (1999) afirmou que a virada cultural que caracterizava o pensamento pós-estruturalista afetava profundamente o pensamento feminista, colocando-o na situação de avaliar seus próprios vínculos com os projetos emancipatórios da modernidade e suas noções universalistas do sujeito, noções de primazia do material sobre o simbólico e noções de causalidade linear e única.

O forte impulso crítico estimulado pelo pós-estruturalismo fez com que as teóricas feministas, a despeito dos seus posicionamentos específicos frente aos novos problemas colocados, se concentrassem cada vez mais nos aspectos culturais e simbólicos da dominação masculina, a partir do final dos anos 80. Por exemplo, o interesse nas questões de economia e trabalho – que foram tão importantes para muitas teóricas da década de 1970 e do início dos anos 1980 – cedessem espaço a questões sobre a produção e *desconstrução* do gênero na cultura e na linguagem. Embora a questão do trabalho (e, ainda mais, uma divisão *global* generizada do trabalho) como área de estudos empíricos continuasse sendo muito forte e gerasse uma

produção considerável, mesmo dentro dela se deu muito centralidade a questões culturais e de “representação. No caso das teóricas pioneiras que discuti aqui, seus trabalhos posteriores tendiam a abandonar o apego ao “método marxista” (um exemplo é a própria Barrett, que no final da década de 1990 fez uma avaliação crítica do seu trabalho da fase anterior), se deslocando para os campos como os estudos culturais e algumas vertentes das teorias pós-modernas.

Algumas palavras sobre o momento atual

Pudemos ver como teoria feminista contemporânea se formou como um campo de produção heterogênea. Influências diversas como a psicanálise freudiana e lacaniana e a obra de Foucault continuam se fazendo presentes, convivendo com uma onda de revalorização das perspectivas marxistas, agora enriquecidas por visões pós-marxistas e/ou pós-modernas da cultura como aspecto estruturante (não derivado) da vida social, junto ao fortalecimento de perspectivas pós-materialistas, e o protagonismo cada vez mais vibrantes dos feminismos do Sul Global²⁵, e do feminismo negro. Tentativas de classificar o pensamento feminista segundo a classificação [feminismo da] *igualdade/[da]diferença* voltam à tona, com bastante força, ou sugerindo novas dicotomias, baseadas em identidades e *lugares de fala*. Por outro lado, trata-se de um momento que me parece tender, tanto na academia quanto no ativismo, para uma espécie de *presentismo*, como se a paciência necessária para reler e indagar nossa história – ainda tão recente – faltasse, ou não fosse, finalmente, tão pertinente, diante da urgência das múltiplas crises que hoje enfrentamos. Porém, quando voltamos e olhamos, com atenção e profundidade, para a história da nossa caminhada, vemos a luz que é capaz de jogar sobre as mais candentes controvérsias da atualidade.

25. A última década do século passado testemunhou um rico debate, na sociologia sobre “modernidades múltiplas”, em diálogo com fontes como a teoria do sistema mundial (Wallerstein et al), os estudos culturais e a teoria pós-colonial. Seus desdobramentos em e através da teoria feminista foram abordados por mim no último capítulo (“Reformulando narrativas”) do meu livro, *A Voz e a Escuta* (2009); revisitar estas discussões me parece muito importante, mas exigiria mais tempo, mais espaço, e nova pesquisa para abordar a abundante e pertinente produção desse tempo, e dos tempos de hoje, do novo milênio.

Por exemplo, vemos como a teórica inglesa Lynne Segal (1999), no final da década de 1990 – a década do florescimento das perspectivas pós-estruturalistas como a da “performatividade” de gênero, e da caminhada das perspectivas culturalistas aos “pós-materialismos” (Adelman; Ruggi, 2016) avaliava a produção feminista dessa década. Tal produção – enorme, fértil, polifônica – parece em alguns momentos enfatizar demais (talvez para ressaltar seu próprio valor e ousadia teórica) suas diferenças em relação às teóricas pioneiras dos anos 60 e 70, mesmo da década de 1980. Porém, como aponta Segal, apesar destas diferenças, os trabalhos das pioneiras merecem ser valorizados, estudados e mantidos (através de nossas releituras deles), pois tratam-se de “nossos clássicos”. Essas obras não apenas possibilitaram avanços posteriores, mas geraram ainda muitos dos conceitos e sensibilidades que precisamos para continuar nosso trabalho. Outrossim, todo esse trabalho foi empreendido a partir de um profundo compromisso com a transformação social – fato que parece ser mais fácil de menosprezar hoje em dia, agora que o discurso feminista conquistou um certo espaço institucional e transita com muito mais facilidade pelos circuitos do mundo acadêmico, e não só [...].

Novos ciclos se desdobram. As preocupações de Segal reverberam hoje, no ano 2025. A “colonialidade de gênero” levantada por teóricas decoloniais latino-americanas como Segatto, Lugones, etc. tem raízes profundas em discussões dentro e fora do campo de gênero, que datam de meados do século passado; as discussões sobre aquilo que muitas mulheres teriam em comum, a partir de elementos compartilhados da “condição feminina” e o que as separa, a partir de interseccionalidades e posicionalidades, tem raízes nas muitas pesquisas feitas pela antropologia feminista desde a década de 1970, assim como nos primeiros debates feministas gerais sobre gênero e raça, e suas tensões políticas (Breines, 2006; Hooks, 1981; 1984) e os trabalhos de sociólogas como Johnetta Cole (1986), Joyce Ladner (1970) e Evelyn Nakano Glenn (1985).

Avançamos? Muito, ou pouco? As continuidades temáticas e a persistência dos termos dos debates parecem indicar que tanto as perguntas quanto as possíveis respostas estão nos inspirando, ou nos atormentando, há uns bons tempos. Com certeza, é mais fácil acelerar o ritmo da produção teórica e discursiva do que ‘mudar o mundo’ ou avançar de cheio sobre a resolução de impasses e crises que ameaçam nossa existência, como

mulheres, e como seres humanos. Esse descompasso, o que tem a ver com a forma que vivemos e elaboramos teorias, ou com o conteúdo das teorias e sua disseminação? Ou com a forma de operar em outros canais, especialmente os das redes sociais, que geralmente trabalham numa dinâmica própria – a do *fast knowledge* – do quais ficamos, de certa forma, reféns. O meu campo de origem, a sociologia, volta a ser útil aqui, ao fornecer alguns instrumentos para examinar como as ideias evoluem, e sua relação com determinados grupos de atores sociais. Por enquanto, eu diria que o desenvolvimento das ideias no campo da teoria feminista representa um corpus teórico que, embora feito de fios diversos que nem sempre parecem combinar, são todos contribuições parciais; vale a pena conservá-los, através do estudo da sua (nossa) história, da manutenção do diálogo, e da construção de pontes sólidas quando e onde a fragmentação ameaça a conversa.

Referências

ADELMAN, M. Meandros Equino-Humanos: Interações (in)esperadas em paisagens urbanas. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, v. 12, p. 262-280, 2024.

ADELMAN, M.; Rea, C. Brazilian Popular Equestrian Cultures: Stories to be told, history to be written. In: Martins, Constantino P. (Org.). *Do cavalo: on horses del caballo*. 1ed. São Paulo: Dialética, v. 1, p. 146-165, 2024.

ADELMAN, M. *A Voz e a Escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Editora Blucher (selo acadêmico), 2009.

ADELMAN, M.; RUGGI, L. The sociology of the body. *Current Sociology*, 64(6), 907-930. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0011392115596561>. Acesso em maio 2025. (Original work published 2016).

BARRETT, M. *Imagination in Theory: culture, writing, words and things*. New York: New York University Press, 1999.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Fatos e Mitos. (Vol. 1) São Paulo: Círculo do Livro, 1949.

BENJAMIN, J. *The Bonds of Love: Psychoanalysis, feminism and the problem of domination*. New York: Pantheon Books, 1988.

BREINES, W. *The Trouble Between Us: an uneasy history of white and black women in the feminist movement*. New York: Oxford University Press, 2006.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York/London: Routledge, 2006.

CHODOROW, N. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*. CA: University of California Press. 1978.

COLE, J. (ed). *All American Women: lines that divide, ties that bind*. New York, The Free Press. 1983.

CONNELL, R.W. *Gender and Power*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

DI LEONARDI, Micaela. *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era*. Berkeley: University of California Press, 1991.

EISENSTEIN, Z. Developing a Theory of Capitalist Patriarchy and Socialist Feminism. In: EISENSTEIN, Z. *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979. p. 5-40.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Coleção Marx e Engels. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

FELSKI, R. *The Gender of Modernity*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995.

FIRESTONE, S. *The Dialectic of Sex: the case for feminist revolution*. New York: William Morrow and Company, 1970.

FLAX, J. O desejo e a desconstrução da 'mulher' e do gênero. Palestra proferida no *II Encontro de Estudos de Gênero (Corpo, Sujeito, Poder)*, Curitiba, 24 de outubro de 2001.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

GILLIGAN, C. *In a Different Voice: psychological theory and women's development*. New Haven: Harvard University Press, 1982.

GLAZER, N. Servants to Capital: Unpaid domestic labor and paid work. In: Gerstel, N.; GROSS, H.E. orgs. *Families and Work* Philadelphia: Temple University Press, 1987. p 236-256.

GLENN, E.N; CHANG, G; FORCEY, LR orgs. *Mothering: ideology, experience, agency*. New York/London: Routledge, 1994.

GLENN, E. Nakano. Racial Ethnic Women's Labor: the Intersection of Race, Gender and Class Oppression. *Review of Radical Political Economy*, 17 (3), 86-108, 1985.

GRAZIA, V. *The Sex of Things: Gender and Consumption in Historical Perspective*. Berkeley: University of California Press, 1996.

HARTMANN, H. Capitalism, Patriarchy, and Job Segregation by Sex. In: EISENSTEIN, Z. *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979. p. 206-247.

HOOKS, B. *Ain't I A Woman?: Black women and feminism*. Boston, South End Press, 1981.

HOOKS, B. *Feminist Theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

KEHL, M.R. *Deslocamentos do Feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

MILLETT, K. *Sexual Politics*. New York: Avon Books, 1969

MORAGA, C.; ANZALDUA, G. *This Bridge Called my Back: writings by radical women of color*. London: Persephone Press, 1981.

LEACOCK, E. *Myths of Male Dominance: collected articles on women cross-culturally*. New York: Monthly Review Press, 1981.

LADNER, J.. *Tomorrow's Tomorrow: the Black woman*. Garden City, N.J., Doubleday, 1971.

LAURETIS, T. *Alice Doesn't: feminism, semiotics and cinema*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

LINTON, S.. Woman the Gatherer: male bias in anthropology. In: JACOBS, S. (orga). *Women in Perspective: a guide for cross-cultural studies*. Urbana: University of Illinois Press, 1971.

LUGONES, M. . Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Bogotá , n. 9, p. 73-102, Dezembro, 2008 .

PARKER, R. *Mother Love, Mother Hate: the Power of maternal ambivalence*. New York: Basic Books, 1995.

REITER, R. *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Desire. In: SNITOW, A.; STANSELL, C.; THOMPSON, S. ORGS. *Powers of Desire: the politics of Sexuality*. New York: Monthly Review Press, p 177-205, 1983.

ROSALDO, M; LAMPHERE, L. *Women, Culture and Society*. Stanford: Stanford University Press, 1974.

RUBIN, G. The Traffic in Women. Notes on the Political Economy of Sex. In: Reiter, R. *Towards an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press. 1975. p. 157-210.

RUDDICK, S. Maternal thinking. In: THORNE YALOM SEGAL, L. *Why Feminism? Gender, psychology, politics*. New York: Columbia University Press, 1999.

SEGATTO, R.L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES* [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2012, Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 28 jun. 2022.

DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>.

SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5 Dec., p. 1053-1075, 1986.

SIMONS, M. A. *Beauvoir and the Second Sex: feminism, race and the origins of existentialism*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, Inc. TEIXEIRA (B. de Holanda), H. *Explosão Feminista: arte, cultura, política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1983.

WEINBAUM, B.; BRIDGES, A. The Other Side of the Paycheck. In EISENSTEIN, Z. *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979. p 190-205

ZARETSKY, E. *Capitalism, the Family and Personal Life*. Londres: Pluto Press, 1976.

Estudos de gênero no Brasil: mudanças e continuidades

Bila Sorj

Introdução

Os estudos de gênero¹ são atualmente um dos campos mais dinâmicos das ciências sociais brasileiras. É notável o seu impacto na renovação da disciplina. Abrangendo diferentes abordagens, o campo gradualmente se institucionalizou e assumiu distintas configurações e ritmos locais. Criando e ampliando espaços nas universidades e centros de pesquisa, os estudos de gênero marcam presença na oferta de disciplinas regulares nas graduações, pós-graduações, em núcleos de estudos e pesquisa, em encontros nacionais das sociedades científicas e das pós-graduações. Contudo, é também uma área de estudos e pesquisa que desfruta de autonomia relativa da organização acadêmica disciplinar, com publicação de revistas temáticas, realização de congressos e seminários específicos, formação de redes de pesquisadoras que atravessam diferentes disciplinas. Os estudos de gênero ganharam, ao longo dos anos, reconhecimento tanto na academia quanto externamente, por agências internacionais, governos, empresas e organizações não governamentais.

Formada durante o período da transição democrática do regime militar, a área foi fortemente impactada por, pelo menos, duas situações altamente favoráveis. A primeira diz respeito à expansão do ensino superior no país nos anos 1990, com o aumento do número de instituições, de ma-

1. Ao longo do artigo, a área em análise será designada “estudos de gênero”, que engloba também outras denominações, como “estudos feministas”, “estudos de mulheres” e “estudos de gênero e sexualidades”.

trículas, de cursos e de posições docentes. Embora regionalmente desigual, o ensino superior duplicou a oferta de cursos entre 1980 e 1998 (Martins, 2000) e abriu oportunidades para docentes com formação na área de gênero no trabalho acadêmico.

Nesse período, observa-se também a montagem e a expansão de um sistema nacional de pós-graduação (mestrado e doutorado) que capacita as instituições acadêmicas com recursos advindos das agências nacionais de fomento e de agências externas, como a Fundação Ford (Miceli, 1993). Ao longo do tempo, criaram-se núcleos de estudo em muitas universidades, grupos de trabalho na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), e surgiram várias publicações acadêmicas. A proximidade das pesquisadoras de gênero com o *establishment* acadêmico deveu-se, em grande medida, ao papel atuante dos cientistas na luta pela redemocratização do país. Os congressos anuais de cientistas, especialmente os da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), mobilizavam um grande público de oposição ao regime militar e contavam com destacada participação de cientistas sociais, que exerceram um papel relevante na formulação de um pensamento crítico em relação ao regime. As pesquisadoras de gênero também se reuniam nesses fóruns e participavam da mobilização contra a ditadura. Algumas delas, que integram a primeira geração de pesquisadoras feministas, já estavam inseridas em centros e universidades de alto prestígio, entre elas, Heleieth Safiotti, Eva Blay, Carmem Barroso e Neuma Aguiar.

O segundo fator que fortaleceu a área de estudos de gênero diz respeito ao impacto dos movimentos feministas e de mulheres nas novas tematizações a respeito das desigualdades de gênero. O contexto da ditadura militar, a luta pela redemocratização do país, a experiência em movimentos e partidos de esquerda e o exílio deixam marcas profundas no tipo de ativismo feminista (Sarti, 1988; Moraes, 2012; Goldberg, 1987). A experiência do exílio foi particularmente importante para a produção acadêmica, pois propiciou um contato estreito com o movimento feminista internacional, sobretudo o francês, e com as novas abordagens em gestação, em especial a crítica ao determinismo biológico e à visão do gênero como um sistema de relações de poder (Abreu, 2016). Nesse contexto, as feministas desenvolveram um senso crítico em relação às formas verticalizadas, hierarquizadas e patriarcais do mundo social e das organizações e partidos de esquerda e

incorporaram novas formas do fazer político. Trouxeram novas questões que interrogavam as categorias de análise fundamentais constituídas pelas Ciências Sociais naquele momento, como, por exemplo, o conceito de trabalho (Hirata, Kergoat, 1994).

A participação das feministas na longa luta pela democratização do país desenvolveu entre elas uma forte sensibilidade para as desigualdades sociais, apesar de sua origem social – pertencentes às camadas médias –, do grau de escolaridade e do fato de algumas já estarem inseridas em profissões socialmente valorizadas, até mesmo como professoras do ensino superior e pesquisadoras. A partir do amplo movimento pela democratização que compôs o chamado “arco de alianças” e do movimento de mulheres, que reunia organizações comunitárias que lutavam contra a carestia e pelo direito à creche, emerge um feminismo focado na ampliação dos direitos das mulheres e na elaboração de agendas de políticas públicas (Sarti, 2004). Um dos exemplos mais expressivos da marca social do feminismo no país, que poderíamos chamar de republicano, é o modo pelo qual o discurso sobre o direito ao aborto foi formulado, predominantemente como problema de saúde pública e, em menor medida, como um direito fincado no ideário liberal de soberania sobre o próprio corpo (Sorj, 2000).

Com a abertura democrática, o feminismo entra numa fase de grande efervescência e diversificação (Carneiro, 2002; Moreira, 2007). Feministas negras, que já se organizavam desde os anos 1970, ganham maior visibilidade. Embora o compromisso com a luta antirracista não fosse plenamente integrado ao campo feminista naquele momento, como ocorrerá com mais força a partir dos anos 2000, os coletivos de mulheres negras passaram a participar de espaços feministas já institucionalizados. Assim, o Centro de Mulheres de Favela e Periferia (Cemuf) compõe a comissão organizadora do 8º Encontro Nacional Feminista, realizado em Petrópolis, em 1986, e Lélia Gonzalez, expressiva liderança feminista negra, integra o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) entre 1985 e 1989.

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica da institucionalização dos estudos de gênero no Brasil e as mudanças ao longo do tempo. Interessa salientar que o contexto social e político é decisivo para a configuração do campo, marcado pela influência dos movimentos feministas, do Estado, de agências internacionais e do sistema acadêmico-científico.

Período Formativo: transitando de estudos de mulher para estudos de gênero

Observar o momento formativo dos estudos de gênero através do Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero da Fundação Carlos Chagas permite identificar boa parte dos traçados que marcam a área nas décadas de 1980 e 1990 (Bruschini; Unbehaum, 2002; Sorj, 2004).

O Programa, sediado na Fundação Carlos Chagas, com apoio da Fundação Ford entre 1978 e 1998, repercutiu notavelmente na formação dos estudos de gênero. Foi antecedido por vários encontros (Costa, 2004) que expressavam a vontade de pesquisadoras de se aglutinar e de consolidar uma área de estudos, como a realização do seminário *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*, organizado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (Aguiar, 1984), que deu origem ao Grupo de Trabalho A mulher na força de trabalho na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Além de produção de conhecimentos, o objetivo do Programa da Fundação Carlos Chagas incidia na formação de pesquisadoras nessa nova área. Realizando oito concursos ao longo de 20 anos e apoiando 170 projetos, abarcou pesquisadoras de diferentes disciplinas das ciências humanas, contemplando diferentes regiões do país e uma ampla variedade de temas. Distinguiu-se dos programas de apoio à pesquisa de agências nacionais, uma vez que instituiu uma nova metodologia de trabalho, mais colaborativa, com acompanhamento dos projetos pela comissão organizadora, formada por pesquisadoras mais experientes.

A realização periódica de seminários, reunindo bolsistas, e a publicação de coletâneas com os resultados dos projetos propiciaram um ambiente de reflexão e debate, além de fomentarem a criação de um sentimento de “comunidade” dedicada ao desenvolvimento dos estudos de gênero no país.

A terminologia utilizada para designar o campo de estudos sobre mulher, mulheres, feministas, de gênero ou de relações de gênero é, em toda parte, objeto de disputas e negociações entre acadêmicas, em razão das diferentes concepções teóricas presentes no campo e da dinâmica política da produção de conhecimento.

Com efeito, o primeiro grupo de pesquisa da Fundação Carlos Chagas, criado no início dos anos 70, irá se autodesignar Coletivo de Pesquisa sobre Mulher, e suas atividades públicas carregam sempre a denominação mulher, no singular. Assim, em 1975, por ocasião da XXVII SBPC, o Coletivo organiza o simpósio “Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher”; entre os anos de 1975-1978, produz um estudo bibliográfico “Bibliografia Anotada sobre a Mulher Brasileira” (BAM); em 1977, realiza o curso “Pesquisa sobre Educação da Mulher: Papéis Masculinos e Femininos, Atitudes e Estereótipos”. A incorporação do termo mulher, como objeto e sujeito do novo conhecimento, correspondia ao entendimento, prevalecente na época, segundo o qual a mulher constituía uma categoria universal submetida a uma condição comum de opressão, dominação ou subalternidade cuja explicação mais comum remetia aos conceitos de “patriarcado” e de “propriedade privada”.

No período inicial dos Concursos², basicamente nos anos 80, os projetos tinham como objetivos (1) registrar as condições de vida das mulheres invisibilizadas pela dominação masculina, (2) dar voz às mulheres, através de relatos biográficos que revelassem a condição de opressão e exploração à qual estão sujeitas, (3) recuperar do anonimato mulheres que se destacaram na defesa dos direitos das mulheres, (4) intervir em grupos de mulheres através de “pesquisa-ação”, com o objetivo de conscientizá-las.

Exemplo paradigmático com esse tipo de propósito foi apresentado por Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Leila Barsted, Maria Luiza Heilborn, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi e aprovado no 1º Concurso realizado em 1978. As autoras vinham se reunindo em um grupo de reflexão feminista no Rio de Janeiro, nos moldes dos *counsciousness raising groups* que se difundiram nos Estados Unidos, nos anos 60 e 70, como forma de organização política feminista. O objetivo era trocar experiências, encontrar semelhanças nas vivências pessoais e fornecer apoio para que as mulheres se sentissem menos solitárias. Relacionava-se, assim, a história pessoal das mulheres aos contextos sociais e políticos mais amplos. Considerava-se que as experiências, sentimentos e escolhas das mulheres, mesmo as mais triviais, não eram uma questão de preferência individual, mas eram limita-

2. Todas as informações relativas aos projetos aprovados nos Concursos da Fundação Carlos Chagas foram extraídas de Sorj (2004) e se encontram no Banco de Dados da Fundação Carlos Chagas.

das, moldadas e definidas por estruturas sistêmicas. Desse modo, a melhoria das condições de vida das mulheres implicava ação coletiva endereçada à mudança das relações sociais, especialmente às desigualdades de gênero.

É nesse “espírito de época” que as candidatas propõem realizar um estudo sobre sexualidade feminina cuja metodologia consistia em histórias de vida com o objetivo de provocar um processo de tomada de consciência das mulheres em relação a si mesmas e ao mundo. Desse apoio resultou a publicação, em 1981, do livro que se tornou uma importante referência na história de uma geração de feministas brasileiras, *Espelho de Vênus: identidade sexual e social da mulher* (Grupo Ceres, 1981).

Muitos projetos propunham um modelo de pesquisa participativo e interativo para produzir conhecimento e autoconhecimento das mulheres, por meio de instrumentos como fotografias e vídeos. Maria Luíza de Melo Carvalho em sua proposta “A conquista de uma imagem positiva”, aprovada no 3º Concurso, realizado em 1982, se propõe a documentar fotograficamente aspectos da história de mulheres e colher depoimentos em diversos momentos e ângulos de suas atividades, com o objetivo de apreender a vivência desse cotidiano (na casa, na rua, na escola, no lazer, no local de trabalho etc.) e o significado que tem para elas.

Por ocasião do 4º Concurso, em 1986, Conceição Acioli realiza o vídeo “Pastoras de Olinda”, cuja proposta fora definida como “projeto de pesquisa-ação” que “propõe discutir e encaminhar formas de cooperação e solidariedade entre artistas populares, em particular, mulheres artistas (bonequeiras e de teatro de rua) das cidades de Olinda e Juazeiro do Norte, Pernambuco”. Baseando-se em metodologia de pesquisa-ação, a pesquisa propõe discutir todas as suas etapas com o grupo pesquisado e registrar as histórias de vida por meio de conversas, gravações, observações e fotografias para acompanhar o processo criativo. Sugere a realização de pequenos encontros, reunindo artistas de um mesmo ofício com objetivo de identificar dificuldades comuns e compartilhar experiências.

No 5º Concurso, em 1988, a bolsista Jacira Viera de Melo realiza o projeto “As formas de utilização do videoteipe pelos grupos feministas enquanto instrumento de ação”. O foco do trabalho é descobrir as possibilidades que o uso do meio de comunicação eletrônico pode trazer para a articulação entre o “si” e o social.

Embora não haja uma definição consensual do que veio a ser chamado na academia de “pesquisa feminista”, muitas das propostas apresentadas, no período inicial do Programa da FCC, contêm elementos que foram posteriormente teorizados como “pesquisas feministas” ou, mais recentemente, como “metodologias decolonias”. As propostas mostram clara preferência por métodos qualitativos, histórias de vida, história oral, pesquisa-ação e observação participante. É de se notar que as pesquisas, na sua maioria, operam, sem nomeá-la e teorizá-la, com uma perspectiva interseccional, na qual prevalece a articulação entre desigualdades de gênero e classe social.

As metodologias quantitativas e *surveys* eram, em geral, pouco apreciados, sob a alegação de que supunham uma objetividade e neutralidade impossíveis de se alcançar, já que todo conhecimento seria produzido a partir de um lugar determinado e particular³. A condição feminina da pesquisadora asseguraria uma melhor compreensão das condições de vida e das experiências das mulheres pesquisadas. E, finalmente, as propostas manifestam um compromisso explícito com a mudança social, de tal forma que a pesquisa não deveria objetivar apenas a coleta de dados e informações sobre as mulheres, mas ser usada para transformar o *status quo*. Pesquisa e ação transformadora seriam inseparáveis.

Nesse momento, o Programa se abria para projetos com metodologias pouco canônicas, segundo o ponto de vista estritamente acadêmico. Tal abertura derivava da experiência política do Coletivo de Mulheres, que havia sediado, de 1981 a 1983, o jornal feminista “Mulherio” e havia realizado uma série de pesquisas sobre sexualidade feminina e creches. Como metodologia, adotavam-se a pesquisa-ação e procedimentos correlatos, como debates com mulheres em clube de mães da periferia da cidade de São Paulo, elaboração de folhetos educativos e o retorno às pesquisadas do material produzido por, com ou sobre elas (Bruschini;Unbehaum, 2002).

Outro traço prevalecente dos projetos, nesse período inicial, era o caráter monográfico, que descrevia, predominantemente, a situação de mulheres de extração popular em diversas ocupações no mercado de trabalho. O grande interesse pelas mulheres das classes populares refletia a força de sua presença na cena pública, nos anos 80, em movimentos sociais, par-

3. Sobre uma visão de como essas posturas metodológicas foram teorizadas pelas feministas, ver Harding (1993).

ticularmente nas periferias das grandes cidades e nas organizações sindicais. As mobilizações evidenciavam a constituição de novas identidades de mulheres e desafiavam o senso comum que as identificava apenas com a esfera doméstica (Pinto, 1992). Os novos comportamentos políticos das mulheres de classes populares descortinaram-se, com todas as cores, para as pesquisadoras feministas durante as lutas pela redemocratização do país, quando foram colocadas face a face com mundos sociais e subjetivos distintos e apartados pelo descomunal fosso que caracteriza a estrutura de classes no Brasil.

“Mulheres no mercado de trabalho” constitui o tema favorito dos projetos aprovados nos anos 80 e responde por 34% das propostas aprovadas entre 1978 e 1988. Questões relativas ao trabalho urbano, emprego, desemprego e ocupações são as principais subáreas de interesse das bolsistas. A concentração das pesquisas nessa área foi de tal ordem que a primeira coletânea publicada com os resultados dos projetos, *Trabalhadoras do Brasil* (FCC, 1982), foi dedicada exclusivamente ao tema. Ao sublinhar a presença das mulheres no mercado de trabalho, as pesquisas procuravam denunciar a precariedade da incorporação das mulheres no trabalho remunerado e questionavam a suposta identidade entre o papel de “mulher” e “mãe” evocada pela ideologia dominante. Camponesas, metalúrgicas, empregadas domésticas, policiais militares, comerciárias, boias-frias, secretárias, costureiras, quebradoras de castanhas, trabalhadoras em olarias eram algumas das ocupações abarcadas nos projetos.

A contrapartida dos projetos focados nas condições de vida das mulheres das classes trabalhadoras e populares são os estudos que objetivavam traçar o perfil histórico-biográfico de mulheres da elite que se destacaram por sua atuação pública em defesa das mulheres. Recuperar essas personagens significava, também, revelar o tratamento discriminatório que as mulheres enfrentavam nas narrativas históricas. Nessa direção, Miriam Lifchitz Moreira Leite desenvolveu no 2º Concurso, em 1980, o projeto “Maria Lacerda de Moura: imagem e reflexo”, que “visava contribuir para o estudo sobre a participação das mulheres na educação, na política e nos movimentos e emancipação feminina, como foi o caso de Maria Lacerda (1887-1945)”. O trabalho analisa livros, conferências, artigos, prefácios e traduções da autora e recolhe depoimentos de pessoas que a conheceram.

Maria Lucia de Barros Mott apresentou, no 3º Concurso, em 1982, o projeto “Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra”, cujo objetivo era estudar uma autora paulista pouco conhecida que, nos anos 20, escreveu dois livros polêmicos nos quais denuncia a opressão sofrida pela mulher de sua época. Estuda a escritora recorrendo à memória de parentes e conhecidos, aos seus livros e à imprensa. Incide não só na construção da biografia de uma mulher que lutou pelos direitos das mulheres como também no estudo da trajetória interrompida da escritora.

Nesse mesmo ano, o projeto de realização de um filme documentário sobre o Primeiro Tribunal Bertha Lutz sobre discriminação no trabalho, de João Batista Andrade, é aprovado. O diretor propõe filmar o Tribunal e, através de depoimentos e filmagem *in loco*, registrar a situação de trabalho das mulheres no campo e na cidade, os problemas, as reivindicações, as formas de luta. A proposta do filme contempla ainda o registro de informações históricas sobre a personagem-título do tribunal, Bertha Lutz, suas bandeiras de luta, conquistas e sua atuação como parlamentar.

Recuperar a biografia de mulheres que tiveram participação pública, mas que enfrentaram muitas barreiras para serem aceitas e reconhecidas no universo profissional, das artes e da política, constitui tema recorrente no período. No contexto de afirmação do movimento feminista e dos estudos de mulher, perfis histórico-biográficos de mulheres eram também um produto político, pois ajudavam a organizar a memória coletiva do grupo e a encontrar no passado referências positivas de transgressão e luta.

Os estudos sobre mulher da década de 1980 construíram, ao mesmo tempo, uma nova área de pesquisa e um modelo de representação das mulheres como uma comunidade de iguais. Podemos entender os elementos que caracterizam as pesquisas da época como artefatos culturais que colaboraram para instituir uma identidade “imaginada” de mulheres. A utilização do termo mulher, no singular, para demarcar as fronteiras do novo campo de estudos, a identificação entre pesquisadora e pesquisada como condição para a produção de uma imagem verossímil do grupo, a pesquisa-ação como instrumento para compartilhar experiências, sentimentos e conhecimentos presumiam e disseminavam a noção de um destino comum às mulheres.

O primeiro balanço da área de pesquisa sobre mulher, realizado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (Costa; Barroso; Sarti, 1985),

assinalava as dificuldades de institucionalização da área de estudos de mulher/gênero assim constituída. Uma das dificuldades apontadas se referia à baixa diferenciação entre o campo da militância e o campo acadêmico. Note-se que esse questionamento não pressupunha a despolitização do conhecimento produzido pelos estudos de mulher/gênero. Tratava-se, sobretudo, de deslocar os embates do âmbito da intervenção junto a grupos, entidades ou movimento de mulheres para o âmbito da academia. Vale a pena citar um trecho do artigo que antecipa os desenvolvimentos futuros do Programa da Fundação Carlos Chagas:

Como resolver os inúmeros problemas advindos do fato de que os esquemas explicativos dominantes nas ciências sociais não eram satisfatórios para analisar a vivência da mulher na família, no trabalho, na política, no dia a dia? Em vez de se forjar novos conceitos e refinar as ferramentas utilizadas, passou-se por cima das dificuldades teóricas, negando sua importância. Valorizou-se, em contrapartida, o conteúdo de denúncia dos estudos, dando voz à experiência ou simplesmente utilizando uma linguagem coloquial como recurso para maior aproximação do vivido. Ingenuidade? Pode ser. Uma forma de eludir o problema, seguramente (Costa; Barroso; Sarti, 1985, p. 14).

A década seguinte do Programa será dedicada a institucionalizar um entendimento mais complexo a respeito da categoria de gênero e suas representações e do modo pelo qual o gênero opera nas instituições e interage com outras categorias, tais como classe, geração, raça/etnia, entre outras.

Estudos de gênero: a política de nomeação

O questionamento sistemático das limitações teóricas e institucionais da área de estudos sobre mulher, promovido pela Fundação Carlos Chagas, ocorre em 1990 no âmbito do seminário “Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas”. O seminário, que ficou conhecido como Encontro de São Roque, realizou um balanço da área publicado na coletânea *Uma questão de gênero* (Costa; Bruschini, 1992). Identificaram-se alguns impasses, como a continuidade de inconsistências teóricas representadas pelo uso indistinto dos conceitos de “mulher” e “gênero” e a baixa difusão dos conhecimentos produzidos. A preferência pelo “gênero” no

título da coletânea foi vista como uma mudança das possibilidades analíticas e do conhecimento produzido pelos estudos de gênero. Para expandir o conhecimento produzido pela área, o Encontro propõe a criação de uma revista, que viria a ser a *Revista Estudos Feministas*, cuja edição número zero foi publicada em 1992.

As novas preocupações teóricas das pesquisadoras já vinham ecoando nas reuniões de 1988 e 1990 da Associação Brasileira de Antropologia e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais, respectivamente, quando as questões de gênero e relações de gênero vieram a substituir a temática da “mulher” e da “identidade feminina” nesses fóruns.

A mudança da categoria “mulher” pela categoria “gênero” muitas vezes significou apenas uma troca de nome, sem que se desafiasse a visão unitária e essencialista que o primeiro termo pressupõe. Muitas pesquisas, no entanto, aceitaram o desafio de pensar não só a diferença entre os sexos, mas a chamada “diferença dentro da diferença”, ou seja, argumentavam que diferenças fundamentais na experiência de mulheres tornavam impossível pensar em uma identidade universal. As desigualdades sociais passaram a ser vistas de modo mais complexo, e a relação com o movimento feminista, menos óbvia (Machado, 1992).

Um exemplo de projeto de pesquisa dessa nova leva de propostas apoiadas pelo Programa que ampliou o conceito de gênero para enfocar as diferenças entre mulheres pode ser ilustrado pelo projeto “Tecendo o fio e segurando as pontas: gênero, classe, raça e geração na trajetória de mulheres chefes de família em Salvador”, de Márcia dos Santos Macedo, aprovado no 8º Concurso, em 1998. A autora procura, a partir de uma abordagem qualitativa (estudos de caso em profundidade), entender como se inter cruzam e se interpenetram nas trajetórias de mulheres de diferentes estratos sociais de Salvador os determinantes de gênero, classe, raça e geração. Supõe que essas dimensões influenciam a definição de seus projetos de vida e suas possibilidades de realização e o próprio processo de construção de suas subjetividades/identidades.

De certo, os projetos anteriores também reconheciam a existência de diferentes experiências de mulheres, particularmente aquelas moldadas pela situação de classe. Contudo, estavam mais interessados em encontrar o que havia de comum entre as mulheres e em como agenciar e justificar uma

identidade feminina unitária a ser representada pelo movimento feminista. Agora, a categoria de gênero estava sendo utilizada para identificar diferentes vivências de mulheres a partir das situações de classe, raça, geração etc.

É visível, também, a diversificação de temas que interessam aos pesquisadores. Além das experiências das mulheres, encontramos, com frequência, temas que abordam dinâmicas institucionais que operam com base nas representações de gênero. Desse modo, o sistema judiciário, o Congresso Nacional, o sistema de saúde pública, a cosmologia indígena, entre outros, irão compor os assuntos da nova leva de projetos aprovados nos anos 1990. O interesse pelo tema das condições de trabalho das mulheres declina e verifica-se maior presença dos assuntos que ganham relevância pública a partir dos anos 90, como sexualidade, saúde mental, aids, violência sexual, raça e etnia.

Embora os editais dos Concursos não exigissem grau universitário, o perfil dos aprovados ao longo do tempo indica uma maior valorização da formação acadêmica. Enquanto nos primeiros anos do Concurso há uma grande heterogeneidade entre os bolsistas, marcada pela presença tanto de acadêmicas como de pesquisadoras sem vínculo acadêmico, constata-se, posteriormente, a prevalência de mestrandas e doutorandas.

O relacionamento privilegiado do Programa com a academia se expressou tanto no recrutamento maciço de candidatos com inserção na pós-graduação quanto na avaliação das propostas, cujas referências passaram a ser os modelos e estilos de pesquisa consagrados pela academia (Bruschini; Unbehau, 2002). De fato, no 8º Concurso, a Comissão Organizadora recomendava no edital que os projetos levassem em conta “uma avaliação e reflexão teórica sobre o que já se produziu na área de estudos de gênero”.

Costa e Barroso (1983) identificam muito bem o paradoxo que a institucionalização dos estudos de gênero vinha enfrentando nos primeiros anos do Programa. Por se tratar de uma nova área de estudos – que desafiava os velhos paradigmas científicos que não apresentavam suficiente flexibilidade para incluir a temática da mulher –, a estreita vinculação com os movimentos sociais e com as forças da renovação era necessária e bem-vinda. Todavia, argumentam as autoras, “para poder instilar novas ideias na comunidade acadêmica tradicional é necessário acumular um corpo respeitável de conhecimentos e esta respeitabilidade geralmente é adquiri-

da através das próprias práticas necessitadas de mudança” (Costa; Barroso (1983, p. 12).

Diante do perfil nitidamente acadêmico que o Concurso passou a assumir, diminuiu o apoio às propostas que adotavam métodos de pesquisa-ação. Esse estilo de pesquisa passou a ser questionado por sua concepção ingênua a respeito da relação entre pesquisador e pesquisado. A pesquisa-ação assumia que a cumplicidade proporcionada pela identidade sexual da pesquisadora e da pesquisada seria suficiente para garantir um conhecimento verossímil da experiência e da identidade feminina. Tal pressuposto foi criticado a partir do reconhecimento de que todo processo de pesquisa envolve circunstâncias, crenças e escolhas que afetam seus resultados. Portanto, a possibilidade de se alcançar um conhecimento mais aprimorado pressupunha refletir sobre o contexto da pesquisa e questioná-lo; para tal, seria necessário um treinamento mais apurado das pesquisadoras.

A resistência às metodologias quantitativas, típica do período anterior, começa a se enfraquecer, e um claro sinal nessa direção aparece no edital do 8º Concurso, realizado em 1998, que recomenda aos projetos a adoção de “metodologias de coleta de dados macrossociais”. A aproximação dos estudos de gênero dos métodos quantitativos foi facilitada pela ocorrência de alguns fatores. Em função da crítica feminista, o modo de produção das estatísticas oficiais possibilitou uma visão mais realista da contribuição econômica das mulheres. Bruschini (1998) aponta duas importantes mudanças introduzidas no Censo de 1991 como consequência das críticas feministas. Considerando-se apenas uma das agências oficiais produtoras de estatísticas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a mudança da ordem das alternativas relacionadas nas questões do Censo e a reformulação da pergunta sobre inatividade tornaram as estatísticas mais confiáveis. No primeiro caso, o deslocamento da opção “afazeres domésticos” do início para o final da lista de alternativas de resposta teve um efeito significativo na ampliação do número daquelas mulheres que se declararam trabalhadoras. A segunda alteração importante diz respeito ao entendimento do conceito de “chefe de família”, que deixava de enquadrar automaticamente nessa categoria apenas aquelas mulheres que fossem viúvas ou separadas. O Censo de 1991 ainda introduziu a possibilidade de o respondente indicar se havia trabalhado habitual ou eventualmente nos

12 meses anteriores à pesquisa. Tal mudança levou muitas mulheres que exerciam atividades esporádicas a se declararem trabalhadoras.

Os métodos quantitativos nos estudos de gênero foram legitimados, também, pela relevância que adquiriram no debate público. De fato, as estatísticas assumiram, desde então, um formidável poder de conferir credibilidade às reivindicações sociais e às decisões políticas e se tornaram um importante instrumento de persuasão e pressão nos embates entre os poderes públicos e as organizações da sociedade civil.

Nesse sentido, as lutas feministas se tornam, cada vez mais, dependentes da linguagem estatística na sua interlocução pública. A reconfiguração do movimento feminista em uma nova institucionalidade representada pelas ONGs feministas – que privilegiam a execução de projetos em parceria com o governo, a provisão de serviços a mulheres carentes e o monitoramento de políticas públicas (Alvarez, 1998) – implicou o domínio de métodos quantitativos e o treinamento e a capacitação de feministas nessa área.

A mudança da perspectiva teórica repercutiu na própria designação do Concurso, que passou de Pesquisa sobre Mulher para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero. É muito expressivo que a alteração da denominação do Programa de Concurso tenha adicionado o termo “gênero” ao seu título sem eliminar a designação anterior, “mulher”. Da mesma forma que o movimento feminista e de mulheres se reconhece mediante uma designação coletiva, os estudos acadêmicos no país, também, adotaram, em geral, uma terminologia por adição, agregando gênero à(s) mulher(es). É inegável, também, o peso que as razões pragmáticas tiveram nessa decisão. Afinal, o Concurso já era conhecido pelo foco na mulher, a sua clientela potencial já aguardava o anúncio dos editais, mas o termo gênero ainda não era tão conhecido. Enfim, suprimir o termo “mulher” do edital poderia prejudicar o andamento do Programa.

Contudo, uma razão de natureza simbólica esteve presente na opção terminológica. Tratava-se de preservar a ligação com o movimento social que propiciou novas reflexões e entendimentos da questão e que esteve na origem da formação do campo de estudos de gênero no país. Assim, durante sua história, o Programa mantém a ambivalência própria de uma área de estudos profundamente ligada ao campo do ativismo político e fortemente interessada em obter o reconhecimento da “comunidade” científica.

Novas fronteiras dos estudos de gênero

A partir dos anos 2000, os estudos de gênero no país foram marcados por um crescimento extraordinário, com uma diversificação em termos regionais, disciplinares e temáticos, e ganharam muita força pela presença de novas gerações de pesquisadoras. Os núcleos de pesquisa crescem e se expandem para diferentes regiões do país, descentralizando-se a produção de conhecimento, antes muito concentrada no eixo Sul-Sudeste, e assiste-se ao crescimento do volume de publicações, novos periódicos e congressos na área. O Seminário Internacional Fazendo Gênero, por exemplo, contou com mais de 4.300 trabalhos inscritos, em 2010, o que mostra a expansão do interesse e das pesquisas de gênero.

Em balanço sobre a institucionalização dos estudos de gênero no país, França e Facchini (2017) indicam que, em 2011, existiam 905 grupos de pesquisa ativos no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq, focados em temas de gênero, feminismo e sexualidade. O olhar para as datas de formação declaradas indica que a maioria teria surgido entre 2002 e 2011. Essas iniciativas estão concentradas principalmente em universidades públicas, com predominância nas Ciências Humanas e da Saúde, e sua distribuição pelo território nacional segue de perto a distribuição dos programas de pós-graduação no país. O balanço destaca também a forte presença da temática da sexualidade, gênero e sexualidade, diversidade sexual e de gênero e/ou *queer studies* nas últimas décadas. O processo vem acompanhado pelo notável interesse na pesquisa das chamadas “sexualidades não hegemônicas” que se articulou com os estudos de gênero, sem se constituir em um espaço institucional próprio. Levantamento mais recente, realizado em 2018, com recorte específico nas áreas de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, identificou 358 grupos que levam o nome “gênero”. Estão localizados em instituições de ensino e certificados pelo CNPq, sendo que 122 grupos foram formados entre 2014 e 2018 (Ferreira, 2019).

Certamente, um dos fatores que contribuíram para tal expansão foi a ampliação do sistema universitário, sobretudo com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2007, e a Lei de Cotas, de 2012, gradativamente implemen-

tada nas universidades públicas. Tais políticas tiveram importante impacto na ampliação do acesso ao ensino superior, mudando significativamente o perfil dos estudantes universitários. Na década de 2013-2023, o percentual de mulheres matriculadas na educação superior aumentou 138,6% – de 4,2 milhões para cerca de 10 milhões (Brasil, 2025). A Lei de Cotas, por sua vez, resultante da forte atuação dos movimentos negros, diversificou o perfil dos estudantes universitários. De acordo com levantamento do Centro de Acompanhamento das Ações Afirmativas (CAA), com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad), do IBGE, houve salto nos percentuais de pessoas das classes C, D e E e de estudantes negras(os) e indígenas. Segundo o levantamento, ambos os grupos abrangiam 52% de estudantes em universidades em 2021. Essa proporção em 2001 era de 31% de corpo discente negro e indígena e 19% das classes C, D e E (Fundação Tite Setubal, s/d).

Além do crescimento e diversificação da população universitária, os estudos de gênero se beneficiaram do crescente interesse das instituições públicas e privadas, de agências internacionais, organismos governamentais, bem como das Nações Unidas, que apoiam pesquisas acadêmicas para obter subsídios a seus programas de igualdade de gênero. Desde 2003, com a criação da Secretaria de Política para as Mulheres, iniciativas de políticas públicas com perspectiva de gênero, que já vinham sendo implementadas desde 1980, institucionalizam-se, mobilizando reflexões sobre os estudos de gênero (Farah, 2004; Marcondes; Diniz; Farah, 2018). Além dos benefícios decorrentes da expansão do sistema de ensino superior e das novas demandas advindas de instituições extra-acadêmicas, voltadas à formulação e implementação de políticas públicas de gênero, os estudos de gênero incorporaram novos enfoques analíticos, que estavam apenas timidamente presentes no período formativo.

O conceito de interseccionalidade, em suas várias versões, é um desses, e se tornou prevalecente nos estudos a partir de 2000. Formulada sobretudo por pesquisadoras negras (Carneiro, 2003; Crenshaw, 2002; Collins, 2015), a abordagem interseccional é considerada uma das contribuições mais importantes para os estudos das desigualdades sociais (McCall, 2005). Assim, as análises sobre desigualdades de gênero passaram a se articular, sobretudo, com a condição de raça e classe, assinalando os efeitos sociais diferenciados quando tais categorias são postas em rela-

ção, seja em termos da organização das estruturas de poder, seja em termos das vivências de gênero.

Há algumas afinidades entre a recepção das análises interseccionais e o desenvolvimento institucional dos estudos de gênero no país. Em linhas muitos gerais, pode-se dizer que é justamente no período em que as pesquisas sobre gênero se expandem e se consolidam que se admitem as limitações do conceito de gênero como categoria analítica autossuficiente e seu descentramento como categoria de identidade.

Quando recuamos no tempo para o período formativo do campo nos anos 1980/90, os esforços intelectuais se concentraram, ao contrário, em demonstrar a autossuficiência do conceito de gênero na interpretação do mundo social e, assim, em conferir legitimidade à nova área de estudos em construção. Desde então, houve um gradativo processo de mudança dos “estudos sobre mulher” para “estudos de gênero” e, mais recentemente, “gênero” na chave da interseccionalidade. Naquele momento, tratava-se de repensar os temas caros às Ciências Sociais, como trabalho, família, violência, política e outros, desafiando as categorias de análise fundamentais então em voga. Na sociologia do trabalho, as abordagens de gênero confrontaram concepções tradicionais de trabalho, centradas no trabalho assalariado, ao pôr em evidência o trabalho doméstico não remunerado; na sociologia da família, introduziu-se o conceito de poder que desafiava as visões da complementariedade de papéis sociais masculinos e femininos; nos estudos de violência, criaram-se novos conceitos, como o de violência de gênero, que refletia as desigualdades de poder entre homens e mulheres; na política, permitiu-se repensar um dos pilares da democracia moderna, a separação entre a esfera pública e privada como uma dualidade neutra, que acaba por turvar a separação hierarquizada entre homens e mulheres, ou entre o masculino e o feminino. As reinterpretações desses temas procuravam mostrar o valor analítico do conceito de gênero em contraposição às explicações concorrentes fornecidas, sobretudo, pelos conceitos de classe social (marxismo) ou papel/função social (funcionalismo) (Heilborn; Sorj, 1999).

A abordagem da interseccionalidade tornou os estudos de gênero muito mais complexos e multifacetados. Hierarquias de gênero, classe e raça estão, na verdade, em um processo contínuo de construção e de deslocamentos quando interagem entre si e em diferentes contextos sociais.

Ganhou enorme popularidade e se tornou a forma predominante de conceituar relações de subordinação nas Ciências Sociais. Da mesma forma, gestores de políticas públicas reconhecem que a abordagem interseccional é uma ferramenta importante para a elaboração de políticas públicas sensíveis às desigualdades e discriminações específicas que afetam os diferentes sujeitos (Silva, 2019). Trata-se também de uma questão política, já que a problemática das múltiplas desigualdades afeta as considerações estratégicas do movimento feminista no seu esforço de construção de um sujeito político do feminismo. Recentemente, foi cunhada a expressão “feminismo interseccional” como uma identidade política que afirma a importância de um feminismo mais diverso e inclusivo. Dessa forma, interseccionalidade é um conceito, como vários outros elaborados na academia, que ganhou ressonância muito além dela.

Conclusão

É impossível traçar o percurso da institucionalização dos estudos de gênero que percorra a variedade e complexidade desse processo ao longo de tantas décadas. Procuramos identificar algumas tendências, sobretudo, pontuar o substrato macrossocial que contribuiu para sua consolidação no sistema universitário do país. Sem dúvida, a expansão do ensino superior, em especial da pós-graduação, impactou significativamente as possibilidades desse processo. A disseminação de núcleos de estudo por todas as regiões do país, muitos deles conduzidos por novas gerações de acadêmicas e formados nas pós-graduações mais antigas, contribuiu para consolidar a área de pesquisa em âmbito nacional e diversificar a sua produção.

Destaca-se também que, desde a redemocratização do país, ativistas feministas, muitas delas acadêmicas, participam da arena estatal com o propósito de promover políticas públicas de igualdade de gênero, sobretudo a partir da criação da Secretaria de Políticas para as mulheres, em 2003. O posicionamento de acadêmicas na estrutura do Estado é certamente responsável pelo adensamento de pesquisas na área, fortalecendo-se especialmente a subárea de estudos de políticas públicas na Ciência Política (Matos, 2016; Rezende; Elias, 2021).

Os trânsitos entre ativismos feministas, Estado e produção acadêmica são uma marca importante e persistente da trajetória dos estudos de gênero. A exceção a esse padrão de articulação ocorreu durante o governo do presidente Bolsonaro entre 2019 e 2022, que assumiu uma postura hostil aos estudos de gênero e às agendas e aos atores feministas na construção de políticas públicas. O repertório conservador incensado, com mais vigor nos últimos anos, deitou raízes na sociedade brasileira e desafia os estudos de gênero como um tema crítico de pesquisa para os próximos anos.

Deslocando-se de uma condição periférica para o centro das Ciências Sociais, os estudos de gênero conquistaram espaço e se consolidaram como uma referência na academia, que se renova através de gerações. Por acumular considerável produção de conhecimentos são, provavelmente, um dos campos das Ciências Sociais mais institucionalizados e, com certeza, um dos mais vibrantes da academia na atualidade.

Referências

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. *Feminismo no Exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. São Paulo: Alameda, 2014.

AGUIAR, Neuma (coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latino-americanos. *Revista de Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, v. 6, n. 2, 265. 1998. <https://doi.org/10.1590/%x>. Acesso em 24 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Mulheres representam 59% das matrículas na educação superior. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. P. (org.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*.

na. São Paulo: Rio de Janeiro: ALAST: SERT, 1998. (Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho.). p. 277-294.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Editora 34, 2002.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra, G. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. *In*: BRUSCHINI, Cristina; NBEHAUM, Sandra G. (org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Editora 34, 2002. p 17-58.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. *In*: BRUSCHINI, Cristina; UNBENHAUM, Sandra (org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Editora 34, 2002. p. 167-193.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, n. 17, v. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 25 fev. 2017.

COLLINS, Patricia H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: MORENO, Renata (org.). *Cadernos Sempre Viva*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, p. 13-42, 2015.

COLLINS, Patricia H. *Intersectionality as critical social theory*. Durham: Duke University Press, 2019.

COSTA, Albertina Oliveira. Revista de Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. *Rev. Estud. Fem.*, 12 (spe.), Dez. 2004. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-2004>. Acesso em 24 maio 2025.

COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Albertina O.; BARROSO, Carmen. Introdução. *In*: COSTA, Albertina O.; BARROSO, Carmen (org.). *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1983.p. 7-15.

COSTA, Albertina O.; BARROSO, Carmem; SARTI, Cyntia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, (54), agosto, 1985.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, 10 (1), p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 14 mar. 2025.

FARAH, Marta F. S. Gênero e políticas públicas. *Revista de Estudos Feministas*, 12 (1), 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100004>. Acesso em:14 mar 2025.

FERREIRA, Lola. No Brasil, pesquisas sobre gênero ganham força nos últimos 10 anos, mas professores já falam em “caça às bruxas”. *Gênero & Número*, 24/01/2019. Disponível em: <https://www.generonumero.medialreportagens/grupos-genero-caca-bruxas/>. Acesso em: 14 mar 2025.

FRANÇA, Isadora L.; FACCHINI, Regina. Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois. *In*: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos B. (org.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Editora: FCC: Editora 34, 2017. p. 283-357.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O que você precisa saber sobre a Lei de Cotas? (s/d). Disponível em: https://fundacaotide-setubal.org.br/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-de-cotas/?-gad_source=1&gbraid=0AAAAADsZRIIsI20leKQoSEIp3TMrIx_Nlw3ngUoJyUyLHUJ4Q4zOQoe6PzOAqEkw7EaAr_gEALw_wcB. Acesso em: 14 mar. 2025.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em uma ideologia liberalizante*. 1987. Dissertação

(Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. Mulheres representam 59% das matrículas na educação superior. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior>. Acesso em: 14 mar. 2025.

GRUPO CERES. *Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (ed.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1975-1995)*. São Paulo: Sumaré: ANPOCS, 1999. p. 159-368.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. *Revista de Estudos Feministas*, ano 2, n. 94, p. 93-100, 1994.

MACHADO, Lia Zanotta. Introdução. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 9-14.

MARCONDES, M. M.; DINIZ, Ana Paula R.; FARAH, Marta F. S. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. *Rev. Serv. Público Brasília*, 69 (2), 35-61, abr.-jun. 2018.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *Perspectiva*, São Paulo, 14 (1), mar. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100006>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MATOS, Marlise . A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira. In: MILANI, C.; AVRITZER, L.; BRAGA, M. D. S. *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 347-391.

McCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality. *Signs*, v. 30, n. 3, 2005, p. 1771-1800. Disponível em: doi:10.1086/426800. Acesso em: 26 fev. 2017.

MICELI, Sérgio (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1993.

MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp: Fapesp, 1995. v. 2.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 107-121, 2012.

MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PINTO, Celi R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (org.). Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

REZENDE, Daniela; ELIAS, Maria Ligia G. G. R. O feminismo mudou a ciência política brasileira? Uma reflexão sobre os estudos feministas e de gênero na produção acadêmica recente. *In: BATISTA, Mariana; RIBEIRO, Ednaldo; ARANTES, Rogério (org.). As teorias e o caso*. São Paulo: Editora UFABC, 2021, p. 383-416.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 34, p. 38-47, 1988.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SILVA, Enid R. A. da. Achieve Gender equality and empower all women and girls. *In: SGD – National targets of sustainable development goals*. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9618/1/Cap5AchieveGender.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SORJ, Bila. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. *In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G (org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Editora 34, 2000.p.97-107.

SORJ, Bila. Duas décadas de estudos sobre mulheres e relações de gênero no Brasil: Algumas considerações. *In: COSTA, Albertina; MARTINS, Ângela; FRANCO, Maria Laura. Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 119-140.

Expansões e tensões: comentários sobre o campo dos estudos de gênero o Brasil

Adriana Piscitelli

Neste capítulo reflito sobre um aspecto particular da constituição do campo de estudos de gênero no Brasil durante os últimos trinta anos. Refiro-me às tensões entre feminismos e antropologia que, embora presentes ao longo da história dessa constituição, parecem adquirir novos matizes no período recente¹.

Situando-me como antropóloga, interessada em compreender como as ideias “se comportam”, nos contextos em que fazem sentido (Strathern, 1992), e como feminista latino-americana sediada no Brasil, comentarei algumas tensões que formulações consideradas “novas epistemologias feministas” colocam numa perspectiva antropológica. Farei isso a partir da minha experiência como pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero/PAGU e integrante do Comitê Editorial da revista feminista *Cadernos PAGU*, de cujas criações participei nos primeiros anos da década de 1990, e como docente na Universidade Estadual de Campinas/Unicamp.

O campo de estudos de gênero constituiu-se como um âmbito científico, político e plural. Político, no sentido de produzir conhecimento voltado para a ampliação do poder das mulheres (Shohat, 2001) e de oferecer uma resposta política aos conflitos de gênero (McClintock, 2010). Plural, porque tem abrigado diferentes correntes de pensamento feminista

1. Este texto está baseado nos trabalhos “Collaborative Research, Sex Work and Payment”, que apresentei no seminário *Practical Approaches to Participatory Research* (CRIA, Lisboa, 2024) e “Thinking from the South: Feminist epistemologies, anthropological knowledge and decolonial approaches”, apresentado na Lisbon Conference on Feminist Epistemologies: An Interdisciplinary Dialogue, ISCTE, Lisboa, 2024. Agradeço os comentários dos participantes dessas conferências, particularmente a Antonia Pedroso de Lima e a Miguel Vale de Almeida.

e produções de diversos horizontes disciplinares. No âmbito dessa multiplicidade, as tensões têm sido constitutivas do campo e, do meu ponto de vista, produtivas, no sentido de alimentar diálogos entre diferentes correntes de pensamento feminista e ações políticas que transcendem a academia, a partir das relações entre produção de conhecimento, ativismos e gestão pública.

No contexto da ampla expansão dos feminismos que se produziu no país a partir da metade da década de 2010, porém, o campo mostra modificações de ordens diferentes. E, em termos das relações entre feminismos e antropologia, essas alterações resultam particularmente desafiadoras. Para refletir sobre esse desafio, na primeira parte do texto considero as tensões entre epistemologias feministas e perspectivas antropológicas, tal como foram delineadas no final da década de 1980 e como se apresentam no momento atual. Na segunda e terceira partes, situo os debates sobre teorias feministas e antropológicas no Brasil no processo de constituição do campo de estudos de gênero. Na última seção considero questões levantadas pelas “novas epistemologias feministas”, refletindo sobre os desafios que se colocam no âmbito disciplinar da antropologia. Ao longo do tempo, e esse é o meu principal argumento neste texto, as tensões entre antropologia e feminismos, longe de desaparecerem, são recriadas em uma perspectiva diferente.

Perspectivas antropológicas e epistemologias feministas

Na década de 1990, Elizabeth Anderson (1995) afirmou que uma epistemologia feminista adequada deveria explicar o que significa que uma teoria ou prática científica sejam sexistas e androcêntricas, como esses aspectos se expressam na investigação e na aplicação do conhecimento teórico, e que influência eles têm na avaliação da pesquisa. Essa perspectiva inspirou o engajamento feminista no âmbito da antropologia.

A antropóloga britânica Marilyn Strathern (1988), dialogando com as linhas de pensamento feministas euro-americanas da chamada “segunda onda”, desvendou as tensões entre essas práticas feministas e as práticas antropológicas modernistas de conhecimento. Ela traçou as diferenças entre a investigação feminista, que procura explorar todas as maneiras pelas quais faria diferença para o conhecimento antropológico, compreender

os mundos que conhecemos reconhecendo as perspectivas das mulheres, assim como as dos homens. Segundo a autora, o pluralismo interno do feminismo endossa o objetivo principal do feminismo, a promoção dos interesses das mulheres.

As preocupações teóricas do feminismo, diz a autora, tomam o sistema ou a estrutura como dados e se centram em considerar como certas estruturas são perpetuadas em benefício dos homens. No discurso feminista, a sociedade tem um status dado como certo, como um sistema que está além dos interesses da pesquisa feminista e é atacada como o *locus* de uma ideologia masculina que não reconhece o caráter plural e conflitivo do mundo real. De acordo com Strathern (1988), o problema dessa perspectiva radicaria em que uma dimensão experiencial dota categorias conceituais de um status ontológico. Em outras palavras, a teoria é reduzida à experiência.

No entanto, segundo a autora, os relatos etnográficos de outras sociedades não podem ser vistos simplesmente como uma elucidação mais ou menos imparcial da subordinação ou da liberdade das mulheres. De acordo com Strathern (1988), as feministas que também são antropólogas estão envolvidas na dupla negociação das premissas antropológicas e feministas. A convergência de certas premissas que parecem pertencer a ambas decorre da localização tanto dos estudos feministas quanto da antropologia no âmbito da cultura ocidental e das obsessões metafísicas dessa cultura com a relação entre o indivíduo e a sociedade.

Segundo a autora, a premissa clássica do método comparativo na antropologia, por exemplo, de que instituições sociais, papéis e assim por diante podem de fato ser comparados, se aproxima da suposição dentro da investigação feminista de que se pode perguntar como as mulheres em todos os lugares são dominadas pelos homens ou pela sociedade. Para Strathern, ao universalizar questões sobre a subordinação das mulheres, os estudos feministas compartilham com a antropologia clássica a ideia de que as formas de organização social encontradas em todo o mundo são comparáveis entre si.

De acordo com a autora, os estudos feministas, polifônicos, acomodam a antropologia como “outra voz”. Dentro dessa epistemologia, a análise antropológica das relações entre homens e mulheres em sociedades não ocidentais não pode, em última instância, explicar a experiência ocidental, embora possa contribuir para trazer novas experiências sobre as quais as

feministas devem refletir. A única perspectiva reside no desafio comum apresentado pelo patriarcado.

Em contraste, a antropologia modernista procura pluralizar suas relações com muitas culturas, muitas cosmologias. Ao lidar com a alteridade, ela cria suas dicotomias internas, como em sua modelagem de um conhecimento nós/eles. Ela pode acomodar o feminismo, assim como acomoda os sistemas intelectuais de outros povos. Mas, ao analisar esses sistemas, a tarefa é compreender como os sujeitos são constituídos como diferentes. Isso envolve explorar como a diferença é estabelecida e como ela opera.

Em sua própria negociação entre premissas feministas e antropológicas, Strathern (1988) manteve a ideia desafiadora da academia feminista de que não há nada na vida social que não possa ser compreendido através de construções de gênero e relações sexuais. É que a sociedade não é construída independentemente do gênero e, nesse sentido, não pode ser um contexto explicativo para ele.

A autora alertou, ao trabalhar com os povos da Melanésia, que grande parte da atividade simbólica naquela região emprega imagens de gênero. Como o mesmo se aplica à metafísica ocidental, há um duplo risco de cometer erros culturais na interpretação das relações entre homens e mulheres. O perigo não decorre apenas dos valores específicos que as imagens de gênero ocidentais atribuem a essa atividade, mas também das suposições subjacentes sobre a natureza da sociedade e como essa natureza é transformada em objeto de conhecimento. A diferença entre a socialidade ocidental e melanésiana, entre a construção e a manutenção das relações sociais ocidentais e melanésias, significa que não se pode simplesmente estender as percepções feministas ocidentais ao caso melanésio.

Na década de 2020, porém, de diferentes maneiras, as novas epistemologias feministas colocam problemas à ideia de que uma perspectiva feminista esteja principalmente centrada em abordar o desafio ao patriarcado. As novas epistemologias, como as associadas a autoras consideradas decoloniais, a comunidades feministas negras e trans, parecem estar ampliando o escopo desse desafio. Nelas, “o patriarcado” é questionado como ferramenta metodológica imperial ou pelo menos problematizado.

Na produção das autoras decoloniais, a autora nigeriana de origem iorubá, Oyéwùmi (2001), oferece um exemplo dos questionamentos realizados desde culturas africanas à universalização da noção de patriarca-

do. A autora questiona as abordagens que utilizam essa noção em estudos sobre grupos africanos. Ela considera que esse uso parte dos métodos de africanistas feministas ocidentais imperiais, que impõem o feminismo às colônias. Nos termos de Oyéwùmi (2001: 54), que evocam algumas formulações Strathern, “o quadro de referência de uma cultura deve ser identificado e descrito em seus próprios termos antes que se possa fazer o tipo de alegações que estão sendo feitas sobre o patriarcado e outras mazelas sociais”. No que se refere aos transfeminismos negros, a opressão passa a ser localizada no heteropatriarcado, que produz cisnormatividades, acionando transfobia, racismo e sexismo, em uma articulação cujos violentos efeitos são experienciados pelas pessoas transfeministas negras em suas vidas (Nascimento, 2022).²

Assim, essas novas epistemologias parecem alterar o quadro de tensões descrito por Strathern na década de 1980. Refiro-me às tensões entre epistemologias feministas que, embora polifônicas, teriam uma única perspectiva, o enfrentamento ao patriarcado, e a antropologia, que acolheria uma pluralidade de perspectivas, entre elas a dos feminismos.

Na próxima seção do texto situo o surgimento das novas epistemologias feministas na história das produções a partir das quais se constitui o campo dos estudos de gênero no Brasil. Essa história é moldada pela circulação, apropriação e reelaboração de teorias no contexto de um desenvolvimento histórico específico.

Antropologia e feminismos no Brasil

Na Unicamp, universidade onde fiz a maior parte dos meus estudos de pós-graduação e onde hoje pesquiso e leciono, o departamento de antropologia foi fundado no início dos anos 1970 por dois professores, um brasileiro, Antonio Augusto Arantes, e outro britânico, Peter Fry, e uma professora de origem alemã, Verena Stolcke, os três formados em universidades tidas

2. Nesse marco, Nascimento (2022) considera o pensamento transfeminista negro como um campo de conhecimento que tensiona questões que perpassam os feminismos de modo geral e, ao mesmo tempo, desloca a discussão central das sexualidades dissidentes para o tema das identidades de gênero que vão além das produzidas pelas cisnormatividades.

como de excelência, no Reino Unido³. Eram brancos, como naquela época e ainda hoje era a maioria dos professores e dos estudantes da universidade, incluindo, mais tarde, eu mesma.

A antropologia ensinada nesse departamento foi moldada primeiro pelas tradições antropológicas britânicas e, depois, pelas francesas e estadunidenses, à medida que os primeiros jovens estudantes que concluíam o mestrado iam fazer doutorado na França e nos Estados Unidos. Ao longo dos anos, a antropologia brasileira se desenvolveu com foco principalmente no estudo de diferentes recortes empíricos no país, ou seja, fazendo antropologia “em casa” (Strathern, 2014).

A criação desse programa de antropologia parece evocar a colonialidade do conhecimento. No entanto, no Brasil, assim como em outros países tidos durante muito tempo como “não centrais” em termos de produção de conhecimento, a disciplina se beneficiou do ecletismo teórico e do confronto de teorias internacionais com as realidades sociais brasileiras, dando origem a uma antropologia com sabor próprio. Embora dialogando com a literatura internacional, autores e autoras brasileiros/as têm sido ativos, a partir do contraponto com recortes empíricos nacionais, na promoção de importantes linhas críticas contemporâneas na disciplina.

As teorias feministas tiveram um lugar importante no que se refere a alimentar essas linhas críticas. Isso foi particularmente evidente no programa de antropologia social em que estudei, devido às significativas contribuições de antropólogas que se identificavam como feministas e participaram de movimentos sociais, como foi o caso de Verena Stolcke, orientadora de Mariza Corrêa, que foi posteriormente minha orientadora na Unicamp, ambas ativas participantes na histórica Semana da Mulher, que teve lugar no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em 1977, e do Coletivo Feminista de Campinas, do qual também cheguei a fazer parte, ao que é atribuído um slogan famoso no final da década de 1970: “o prazer é revolucionário”.

3. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/pos/antropologia/programa/apresentacao>
Acessado em 14 de janeiro de 2026.



Mariza Corrêa, na Semana da Mulher, no IFCH/Unicamp, em 1977.

Essas duas professoras fizeram parte do grupo de mulheres que deu um novo impulso ao pensamento feminista no Brasil, na década de 1980. Nesse período, mulheres, principalmente acadêmicas, que estudaram no exterior, muitas delas exiladas durante a ditadura brasileira (1964-1985), sobretudo em países europeus e nos Estados Unidos, retornaram ao país. Desde então, vivemos uma era de intensa organização e crescimento do pensamento feminista, no âmbito acadêmico e fora dele.

Brasil é considerado como um dos primeiros países latino-americanos nos quais se consolidaram os estudos feministas e o campo de estudos de gênero.⁴ O país tem uma longa história de ativismo feminista, que levou à consolidação de programas de estudos feministas na década de 1980 (Pinto, 2003). As caracterizações “clássicas” dessa história delinearam várias “ondas”, a primeira delas remontando às últimas décadas do século XIX, à luta pela abolição da escravidão, juntamente com propostas de educação e emancipação das mulheres e, mais tarde, nas primeiras décadas do século XX, à luta pelo voto feminino. Na produção feminista internacional, recentes leituras das histórias dos feminismos questionam a caracterização em “ondas” vindas de países do “Norte Global” (Fernandes, 2013). E, no Brasil, perspectivas que incorporam as leituras dos feminismos negros e de-

4. Uma versão mais ampla deste histórico foi publicada em Piscitelli e Calas (2024).

coloniais situam as raízes desses feminismos nos movimentos de resistência negra do século XVII (Teles, 2017).

Há, porém, um consenso no que se refere a considerar que a produção acadêmica feminista sobre as mulheres e, posteriormente, sobre gênero é tributária dos movimentos feministas da década de 1970, que no Brasil estiveram ligados à oposição ao regime militar e à luta pela democratização e pela anistia, mas também a “lutas específicas”, contra a dominação masculina, a violência contra as mulheres e pelo direito ao prazer (Pedro, 2006; Pinto, 2003; Matos, 2009; Shumaker, 1993).⁵ Surgiram grupos que se organizaram em torno da luta contra a violência contra as mulheres (Goldberg, 1982; Sorj; Montero, 1984). Paralelamente, articulações interclasse, com associações de bairro femininas, levantaram demandas por acesso à infraestrutura urbana básica e creches (Rago, 2003; Pedro, 2006; Sarti, 2001; Moraes 1996; Teles, 2017).

Nesse contexto, surgiram estudos feministas considerados pioneiros. Essa produção ganhou legitimidade nos círculos acadêmicos brasileiros rapidamente (Corrêa, 1984; Goldberg, 1989). Na década de 1980, centros de pesquisa de estudos sobre mulheres e gênero se disseminam nas universidades (Costa; Bruschini, 1991), o tema das mulheres foi incluído em congressos e encontros de prestígio das ciências sociais e houve um aumento nos estudos, dissertações e teses com orientação feminista (Heilborn, 1992; Heilborn; Sorj, 1999). As décadas de 1990 e 2000 viram uma consolidação desses campos de estudo. No final desse período, e na década de 2010, as perspectivas se ampliaram, incorporando a análise das dinâmicas sociais e conceitos envolvendo, além de homens e mulheres, homo e heterossexuais, relações envolvendo homossexuais e outras categorias de sujeitos que desafiam as normas de gênero, como travestis, transgêneros e intersexuais.

A aceitação inicial desses estudos no âmbito acadêmico é atribuída a características particulares das relações entre os movimentos feministas e a academia no Brasil. Os feminismos brasileiros, articularam-se com movi-

5. De acordo com a narrativa de Albertina Costa analisada por Joana Maria Pedro (2006), nesses movimentos, a circulação transnacional de ideias foi importante. Duas linhas influenciaram os feminismos no Brasil naquela época, uma vinda da França e outra dos Estados Unidos, com esta última mais focada na transformação pessoal e cultural. A influência dos movimentos feministas que se desenvolveram neste país levou à tradução de livros sobre temas como sexualidade, contracepção e aborto, à organização de grupos que refletiam sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução, a saúde e os estereótipos na educação.

mentos de esquerda e foram relativamente moderados no que diz respeito ao confronto entre os sexos (Moraes, 1996; Sarti, 2001). Em meados dessa década, quando o movimento feminista ganhou visibilidade no Brasil, muitas ativistas já atuavam no mundo acadêmico, em um processo que se intensificou na década seguinte (Corrêa, 1984; Heilborn; Sorj, 1999).

A oposição aos feminismos também ganhou força na década de 1980, associada a uma retórica sobre a preservação da família (Schmidt, 2006) e como resposta às representações do feminismo na mídia. Apesar dessas reações negativas, os estudos feministas, sobre mulheres e posteriormente, sobre gênero, foram aceitos na academia. Esse processo foi impulsionado por agências internacionais de apoio financeiro, especialmente a Fundação Ford e a Fundação MacArthur que, por meio de editais organizados pela Fundação Carlos Chagas, apoiaram vários programas de pesquisa sobre mulheres e gênero entre o final da década de 1970 e a primeira década de 2000. Paralelamente, agências brasileiras de apoio à pesquisa financiaram projetos nessa área. Desde o início dos anos 1990, com a disseminação de programas de pós-graduação em estudos de gênero e, na década de 2010, de cursos de graduação em gênero e diversidade (raça/etnia, idade/geração e orientação sexual)⁶, a profusão e regularidade de congressos e seminários voltados para essas questões e a criação de novas revistas acadêmicas manifestam a consolidação e expansão do campo.

Examinando a produção acadêmica feminista e de estudos de gênero sócio-antropológica no Brasil, especificamente, trabalhos publicados por duas relevantes revistas acadêmicas feministas do país, *Cadernos Pagu* e *Revista de Estudos Feministas*,⁷ nas quais as contribuições da antropologia são significativas, conjuntamente com livros, teses de doutorado e disserta-

6. É importante ressaltar que esse processo ocorreu em várias regiões do país. Os programas da Universidade Federal da Bahia, liderados por Cecília Sardenberg, Ana Alice Costa e Alda Motta, foram pioneiros. Os programas de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Estadual de Campinas também contribuíram para a formação de um grande número de acadêmicas/os no campo de estudos de gênero que se espalharam por universidades de todo o país e do exterior.

7. Ambas revistas foram criadas no início da década de 1990. Elas são consideradas algumas das principais revistas internacionais de ciências sociais do Brasil e estão entre publicações acadêmicas brasileiras e internacionais mais bem classificadas. *Cadernos Pagu* é produzida na Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo, disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/>; a *Revista Estudos Feministas* é produzida na Universidade Federal de Santa Catarina, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/>

ções de mestrado, observo que, embora tenha havido continuidade em alguns temas, surgiu o interesse por novas problemáticas e é possível perceber diferenças nas principais referências teóricas⁸. A continuidade mais forte nos temas abordados encontra-se nos estudos sobre práticas feministas e formulações teóricas sobre sexualidade.

Artigos sobre feminismos abordaram o desenvolvimento histórico do pensamento feminista, particularmente no Brasil, discutindo influências teóricas do pensamento feminista internacional, revisitando formulações de diferentes disciplinas à luz das teorias feministas e discutindo a composição do campo dos estudos feministas e de gênero no Brasil. Na década de 2010, a diversidade dos feminismos jovens emergentes tornou-se notável. Entre eles estão os feminismos anarco-feministas, indígenas, “putafeminismos” e novas práticas feministas mediadas pela internet que levaram a manifestações de rua em massa e que comento na seguinte seção do artigo.

Em relação à sexualidade, a criação das revistas coincide com um momento de expansão desse campo temático, que se ampliou significativamente no Brasil sob o impacto dos estudos de gênero ligados aos feminismos e ao movimento de liberação homossexual (Heilborn;Barbosa, 2003). Na década de 2000, segundo Miskolci e Simões (2007), a compreensão da sexualidade como tema-chave para entender configurações e processos sociais, culturais e políticos mais amplos atingiu um novo patamar, em diálogo com diversas perspectivas teóricas.

Questões como a legalização do aborto e as tecnologias reprodutivas, presentes na década de 1990, continuaram a ser abordadas na década de 2000, enquanto os estudos sobre sexualidade se expandiram. Junto com o surgimento de textos dedicados às homossexualidades e às relações vividas por travestis, transgêneros e pessoas intersexuais, surgiram discussões em torno do erotismo, sadomasoquismo, fetichismo, swing, mercados sexuais e sobre as relações entre violência e sexualidade. Intensificaram-se as leituras interseccionais que articulam raça com sexualidade, gênero e classe social. E o parentesco foi revisitado em novas leituras, abordando “homoparentalidades”, abandono, adoção e “apropriação” de crianças durante os períodos da ditadura, em contextos nacionais e transnacionais, e análises da

8. Tomo essa produção como referência, mas não proponho uma análise exaustiva dos textos sócio-antropológicos presentes nela.

mediação das tecnologias para apoiar os laços familiares (Bumachar, 2016; Schaeffer, 2015). Esses temas, que se destacam, coexistem com muitos outros, como violência de gênero, relações de trabalho e migrações.

Em termos das linhas teóricas seguidas nos textos, visíveis nas referências e nas formas de abordar os problemas de pesquisa, destacam-se algumas especificidades. Como em outros países “não centrais”, as leituras feministas produzidas no Brasil dialogaram com várias tradições de pensamento, incluindo a francesa, a inglesa e a norte-americana. Desde a segunda metade da década de 2000, tem havido um aumento significativo no número de autores portugueses, espanhóis e latino-americanos que publicam em revistas brasileiras e as referências indicam as crescentes influências intelectuais Sul-Sul. Autores de outros países de América Latina citam cada vez mais trabalhos brasileiros e vice-versa⁹. Alguns artigos dialogam com essas várias tradições, embora quase exclusivamente por meio de citações mediadas por autores brasileiros.

Nessas revistas, o uso de referências teóricas pós-coloniais tem sido importante. No entanto, também tem sido criticado porque a insistência em usar apenas referências e textos produzidos em países do “centro” faz parecer que a lógica da relação colonial está sendo reproduzida, o que é paradoxal quando se trata de abordagens feministas pós-coloniais, pois elas estão relacionadas a corpos de conhecimento criados para desafiar essa lógica.

A crescente valorização das ideias das feministas negras brasileiras se situa precisamente no âmbito dessa crítica. Os trabalhos dessas autoras, que se tornaram mais visíveis a partir das décadas de 1970 e 1980, foram publicados desde as primeiras edições das revistas. Seus estudos apresentam reflexões sugestivas, explorando as tensões entre os feminismos e como a violência de gênero no racismo colonial se expressa nas relações entre feminidades e masculinidades e entre “negritude”/negritude e “branquitude” na sociedade atual. Elas analisam as tensões entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes (Bairros, 1995) e exploram as analogias presentes nos discursos de miscigenação racial – nos quais o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco criou a base para o mito da democracia racial brasileira – e nos discursos de ascensão social dos homens negros que abandonaram seu grupo racial usando uniões com mulheres brancas como

9. Claudia Fonseca, Mara Viveiros e Elizabeth Jelin fazem parte dessas referências.

recurso para a mobilidade social. No entanto, apesar dessas publicações, até recentemente, em um claro movimento de opressão epistêmica, de exclusão epistêmica persistente (Dotson, 2014), o pensamento feminista negro tinha relativamente poucas citações e presente, sobretudo, no trabalho de autoras dedicadas aos estudos das mulheres negras.

Essas obras, que, assim como os escritos de Frantz Fanon, foram precursoras dos estudos pós-coloniais e decoloniais, refletem sobre o efeito da prisão que a “branquitude” exerce sobre os próprios brancos (Gomes, 2006).

Expansões

As diferenças mais marcantes nessa produção dizem respeito ao período recente, vinculado aos ataques conservadores aos direitos das mulheres e das comunidades LGBTQIAPN+, que coincide com o momento talvez mais efervescente no campo de estudos de gênero no Brasil, a partir da metade da década de 2010. Essa efervescência está relacionada a uma democratização e expansão sem precedentes dos campos feministas no país, que adquiriram novas formas de organização e floresceram reagindo à desestabilização de direitos já garantidos.

Esse processo articulou uma formação complexa. Sonia Alvarez aborda (2014) essa complexidade considerando os feminismos como campos discursivos de ação. Alvarez percebe esses campos como marcados, neste momento, por um fluxo horizontal de discursos e práticas plurais que se expandem em vários setores paralelos da sociedade civil e além dela, multiplicando os campos feministas, levando a uma proliferação geométrica de atores que se identificam com eles e a um descentramento dentro desses feminismos plurais. Segundo Alvarez, esses campos são articulados por meio de pontos nodais, redes político-comunicativas e linguagens, sentimentos e visões de mundo que são, pelo menos parcialmente, compartilhados. Nessa expansão e popularização do feminismo, as chamadas “jovens feministas”, extremamente heterogêneas, adquiriram uma visibilidade particular e a internet ganhou um lugar de destaque.

Perspectivas feministas extremamente heterogêneas foram articuladas pela internet, que teve um papel central na articulação de pessoas e na tra-

dução de termos, ideias e lutas feministas, além de ser um recurso para o engajamento político, em ações que, sem exigir uma prévia “consciência”/ militância feminista, ampliaram consideravelmente o número de pessoas alcançadas¹⁰

Essa interação e disseminação se intensificaram, acompanhando a expansão dos conservadorismos e suas expressões cada vez mais destrutivas, que foram um prenúncio do que aconteceria mais tarde durante o governo Bolsonaro. Em 2017, a filósofa Judith Butler visitou o Brasil, apresentando a edição brasileira de seu livro *Parting Ways: Jewishness and the Critique of Zionism* (2012; edição brasileira 2017). Butler foi associada à “ideologia de gênero” pelos conservadores e sua visita gerou manifestações hostis contra ela, renunciando os confrontos brutais durante as campanhas eleitorais do ano seguinte.¹¹

Uma questão que ganhou considerável atenção na produção dos estudos de gênero é a criação, disseminação e uso da expressão “ideologia de gênero” (Balieiro, 2018; Correa, 2018; Miskolci, 2018; Cyfer, 2018; Pereira, 2018). Essa expressão, originalmente cunhada pela Igreja Católica no final da década de 1990 (Correa, 2018), se espalhou pelo Brasil criando inimigos imaginários, gays, feministas ou pessoas trans, frequentemente associados em discursos conservadores aos comunistas. Como argumentam Miskolci e Pereira (2018), esse tipo de prática política se baseia em uma visão de mundo dividida entre aqueles que representam o “bem” e aqueles que representam o “mal”. Da política à moral, grupos de interesse tem demonizado as reivindicações de direitos humanos feitas por mulheres, homossexuais, pessoas trans, travestis e intersexuais, entre outras, concatenando-as em um fantasma singular que denominaram “ideologia de gênero”.

Nesse contexto, recentes estudos feministas têm prestado atenção à forma como a ideia de “família tradicional” promovida pelo governo Bolsonaro, assim como em outros países marcados por políticas neoliberais (Cooper, 2017; Brown, 2019), influenciou as políticas sociais volta-

10. A “Marcha das Vadias”, é considerada por Ferreira (2015) como um dos eventos feministas mais importantes do Brasil na primeira metade da década de 2010 e como um exemplo notável da articulação entre redes digitais e ocupação do espaço público

11. Manifestantes em frente ao centro cultural SESC-Pompeia – onde Butler participava de um evento chamado Os Fins da Democracia – queimaram uma efígie de uma bruxa com o rosto de Butler. Poucos dias depois, no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, um grupo perseguiu Butler, gritando “Pedófila!”. (Miskolci;Pereira, 2018)

das para as mulheres. Há alguns anos, foi lançada uma espécie de cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. Logo após assumir o poder, o Governo Federal de extrema-direita promoveu seu próprio conceito de direitos humanos, principalmente por meio do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos.

Esse ministério promoveu um modelo de “família tradicional” como detentora de direitos, organizado em torno de uma ordem supostamente natural de relações entre homens e mulheres e, portanto, heterossexual e nuclear. A “família tradicional” também é vista como o local de produção de toda a ordem social. É por isso que sua ordem interna não deveria ser desestabilizada. O desenho desse modelo era visível nas políticas desse Ministério, que se dedicaram ao “fortalecimento dos laços familiares”, uma expressão que alude ao apoio às hierarquias familiares e às políticas de apoio à resiliência das famílias e das crianças para enfrentar pressões externas. Também foi perceptível na posição do Ministério contra a educação sexual, vista como direcionada apenas a “questões genitais”, sem considerar aspectos morais. Essa educação era dirigida principalmente às meninas, para que elas não entrassem, por meio da gravidez, em um “círculo vicioso de decadência moral, analfabetismo e falta de cultura” (Piscitelli, 2022).

Nesse contexto, vários artigos nas revistas analisam como a reação negativa aos direitos já conquistados pelas mulheres legitima narrativas pró-vida, pró-família e pró-maternidade (Aguiar; Pereira, 2019). Evocando o “amor”, a então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹², que teve um papel central na articulação conservadora no governo federal (Biroli; Vaggione; Machado, 2020), respondeu à violência contra as mulheres enfatizando a necessidade de afeto, proteção e cuidado, permeados por valores religiosos e morais (Anacleto; Nascimento; Belin, 2021)¹³. A noção de amor foi utilizada pela Ministra para reforçar uma reação contra os direitos das mulheres, LGBTQIAPN+¹⁴ e dos indígenas¹⁵. Enquanto se

12. Até março de 2022, Damare Alves foi chefe do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MFDH), quando deixou o cargo para concorrer a uma vaga no parlamento brasileiro.

13. Para uma análise de como a noção de amor funcionou nos tuítes da ministra, ver Anacleto, Nascimento e Belin (2021).

14. Damare e o desmonte LGBTI, A Terra é redonda, 15/01/2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/damare-e-o-desmonte-lgbti/>. Acesso em: jan. 2023

15. “Que tipo de amor é esse?”, rebate indígena após declaração apaixonada de Damare. Em evento nesta quarta (23), Alves disse ser “uma ministra que ama demais os povos indígenas”,

ênfatizava o amor, as políticas relativas a essas populações foram desmanteladas, afetando dramaticamente suas vidas.

No entanto, recentes textos produzidos no campo de estudos de gênero também alertaram para não considerarmos que as rejeições às reivindicações feministas se localizam apenas nos discursos conservadores. No Brasil, há um repúdio evidente às discussões sobre o aborto em um amplo espectro político (Machado, 2016). Nesse sentido, as relações entre conservadorismos, política e religiões ganharam particular relevância (Teixeira, 2018; Ramos, 2017; Hortelán, 2020; Facchini; Sívori, 2017). Estudos indicam que as frequentes associações entre conservadorismo e evangélicos reduziram o apoio a agendas conservadoras por parte de católicos, praticantes de outras religiões ou pessoas sem ligação com nenhuma religião (Almeida, 2017).

Nesse contexto, a particular redefinição dos direitos humanos voltou a atenção de várias antropólogas para os efeitos letais de uma violência de gênero que foi muito além do âmbito doméstico. Isso inclui estudos sobre violência, gênero e Estado, com foco na repressão estatal nas periferias contra movimentos organizados de mães cujos filhos, em sua maioria negros, foram mortos por ações policiais violentas; sobre a violência nas prisões femininas e no âmbito do tráfico de drogas (Padovani, 2017; Vianna, Farias, 2011; Vianna, Lowenkron, 2017). A violência nos espaços públicos também ganhou relevância, inclusive nas universidades, no transporte coletivo, bem como a violência política dirigida a deputadas federais (Pinho, 2020; Biroli, 2016). Ao mesmo tempo, as articulações entre violência e direitos reprodutivos têm alimentado o interesse pela violência obstétrica (Giacomini, Hirsch, 2020).

Paralelamente à inclusão desses temas e outros relacionados às articulações entre os efeitos da pandemia da Covid-19 e o neoliberalismo, na produção antropológica é perceptível a crescente relevância do uso de referenciais teóricos ligados aos feminismos transnacionais e pós-coloniais, especialmente em relação à crítica dos impulsos imperialistas dos “feminismos ocidentais”; a inclusão da localização geopolítica, nacionalidade e

Brasil de Fato, 23/01/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/23/que-tipo-de-amor-e-esse-rebatem-indigenas-apos-declaracao-apaixonada-de-damars>. Acesso em jan. 2023

religião nas abordagens interseccionais; e a análise das recriações do colonialismo nas relações transnacionais e nacionais.

Nesse momento aumentou também significativamente a atenção aos feminismos considerados não hegemônicos, em uma forte “virada decolonial”. Essa virada deu visibilidade a estudos sobre gênero e feminismos em outros países do Sul, particularmente na África (Neves, Moutinho, Schwarcz, 2019), mas também em outros países latino-americanos, e a feminismos específicos, como os feminismos negros.

Nesse campo de agitação política, no Brasil destacam-se os diálogos teóricos dos feminismos negros, internacionais e brasileiros. Pela primeira vez, concomitantemente com uma forte expansão do ativismo feminista negro, autoras feministas negras brasileiras passaram a fazer parte da bibliografia obrigatória em cursos de gênero nas universidades.¹⁶ Isso está ligado à presença ainda limitada, mas crescente, de estudantes negras em cursos de graduação e pós-graduação, muitas delas incluídas por meio de ações afirmativas,¹⁷ em sua maioria incorporadas durante os governos federais progressistas anteriores.

Autoras como Grada Kilomba (2019), Oyèrónké Oyewúmi (2021), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) acompanhadas por feministas negras brasileiras, Lélia Gonzalez (Ratts; Rios, 2010), Sueli Carneiro (2019) e Beatriz Nascimento (Ratts, 2021), para citar apenas algumas, e por autoras decoloniais como Maria Lugones (2020), Cláudia Lima Costa (2022) e Aurea Cumes (2014), são referências teóricas importantes em artigos recentes, livros, dissertações e teses.

Um dos aspectos marcantes desse movimento é uma leitura do conceito de interseccionalidades que revela disputas no campo dos estudos de gênero. Essa leitura exclui autoras que não são vistas como parte da linhagem dos estudos das feministas negras. Isso aconteceu com autoras que marcaram o debate interseccional no Brasil e se consideram não brancas, como é o caso de Avtar Brah (1996), ou que se percebem como cidadãs do

16. Na área de gênero do Programa de Ciências Sociais da Unicamp, isso aconteceu pela primeira vez em 2017.

17. Na Unicamp houve ações afirmativas anteriores na graduação, mas as cotas para negros são de 2018 para ingresso em 2019, conjuntamente com o primeiro vestibular indígena. Na pós-graduação as ações afirmativas para negros são de 2015, para ingresso em 2016, e para trans, de 2020. As ações afirmativas para pessoas com deficiência na graduação foram aprovadas em 2024 e para trans e não binários em 2025.

“Sul Global” alinhadas com as reivindicações das populações negras e foram ativistas contra o apartheid, como a sul-africana nascida no Zimbábue Anne McClintock (2010). Pode-se argumentar que essa autora viveu e trabalhou principalmente em espaços do “Norte global”, enquanto há outras autoras sul-africanas e africanas locais que são importantes estudiosas feministas e escrevem sobre as complexidades das interseccionalidades. No entanto, o movimento negro brasileiro reconhece autoras consideradas decoloniais como a argentina Maria Lugones, que também viveu e trabalhou no “Norte global”, onde era percebida como não branca, mas vista como branca em seu país de origem.

A “virada decolonial”, tal como tem sido incorporada na produção antropológica no Brasil é relevante, pois oferece um quadro de pensamento que incorpora as vozes de diferentes categorias de mulheres que foram ignoradas pelos feminismos dominantes, principalmente mulheres negras e indígenas. Esse movimento ocorreu à medida que foram forjadas alianças para enfrentar os desafios impostos pelas perseguições da extrema-direita e pelo dismantelamento dos direitos. E a diversidade dos feminismos ganhou simultaneamente uma nova intensidade.

Nesse processo, sites ativistas, blogs, páginas do Facebook e novos projetos editoriais alternativos voltados para a pluralidade dos feminismos tornaram-se espaços crescentes para a difusão dos textos que compõem essas bibliografias. Esse movimento, que faz parte da rica plasticidade e fluidez dos ativismos atuais e da recente popularização dos feminismos e de outros movimentos sociais, não está, no entanto, isento de tensões, que vão além das disputas no campo dos estudos de gênero.

Tensões

Algumas dessas tensões são internas aos feminismos. A “virada decolonial” favoreceu alguns dos feminismos considerados não hegemônicos. No entanto, não teve um efeito equivalente sobre outros, como é o caso das “puta-feministas” (Piscitelli, 2016). No Brasil, a palavra prostituição não tem necessariamente um significado pejorativo, uma vez que os termos prostituta e *puta* foram recuperados num sentido positivo pelas organizações de profissionais do sexo. O termo puta-feminista circula entre

redes transnacionais de prostitutas, também é utilizado na Argentina e na Espanha e é atribuído a Pauline Ezquerro, uma prostituta originária da Argentina que exerce essa atividade predominantemente em Barcelona.

As puta-feministas são prostitutas/ativistas que afirmam ser feministas e reivindicam um feminismo que aceite suas demandas, como se organizar em coletivos articulados com outros movimentos sociais para lutar por melhores condições de trabalho; combater o estigma contra as trabalhadoras do sexo, que causa exclusão social, e fortalecer a rede de apoio entre as mulheres para que mais trabalhadoras do sexo possam escapar de situações de risco (Prada, 2018; Moira, 2018). No entanto, num contexto em que os feminismos transnacionais alimentaram uma expansão sem precedentes dos feminismos contrários à prostituição no Brasil, as reivindicações das *putafeministas* têm sido ignoradas. Essas ativistas têm sido menosprezadas e estigmatizadas por outras feministas, principalmente as que se apresentam como radicais, que se recusam a ouvir suas vozes e acusam as *putafeministas* de defender o proxenetismo, a cultura do estupro e a perpetuação do tráfico de mulheres.

Paralelamente, as epistemologias trans também têm lutado por reconhecimento. E, assim como os putafeminismos, elas enfrentam resistência de feministas que se apresentam como radicais. Essas feministas se opõem ao reconhecimento da prostituição como trabalho e à inclusão de pessoas trans nos movimentos feministas.

Dialogando com os movimentos trans internacionais, as epistemologias trans no Brasil consideram que existem debates distintivos vinculados às experiências das pessoas trans, que existem efeitos de injustiças epistêmicas que afetam de maneira específica as pessoas trans, que suas perspectivas têm o potencial de conduzir a repensar conceitos relevantes na epistemologia social (Nascimento 2022; Cull, 2024). O alcance desse potencial está em discussão.

Os debates epistemológicos colocam em questão se as formulações trans, assim como outras abordagens inovadoras que vêm de sujeitos marginalizados, oferecem uma ruptura radical com outras formas de epistemologia contemporânea. Matthew Cull (2024), considera que a epistemologia trans pode ser vista como uma extensão metodológica. Isto é, como uma extensão da teoria crítica da epistemologia às questões trans, que propicia uma revisão dos conceitos epistemológicos à luz das percepções trans.

Só que, nesse sentido, seria mais uma extensão da teoria crítica do que uma ruptura epistemológica. Independentemente do estatuto epistemológico concedido a essas formulações, elas são particularmente relevantes no Brasil, um país onde a transfobia aparece na legislação como crime desde 2019, mas ainda assim teve o maior número de pessoas trans assassinadas no mundo em 2022.¹⁸

Tensões de outra ordem são visíveis nas negociações entre feminismos e antropologia. No momento talvez mais vibrante dos estudos feministas no Brasil, que coincide com o que tem sido chamado de virada decolonial no país, o estudo da constituição da diferença e de como ela opera, cerne do conhecimento antropológico, tem provocado intensas tensões na produção de conhecimento.

Até pouco tempo atrás, a tendência nos estudos antropológicos tem sido desenvolver pesquisas sobre problemáticas não necessariamente relacionadas diretamente com as identidades de gênero, sexuais, religiosas, vinculadas à capacidade, ou laborais das pessoas pesquisadoras. Mulheres e homens cis têm realizado estudos sobre questões relacionadas a travestis, a intersexuais. Pessoas como eu, que não têm experiência direta de trabalho na indústria do sexo, desenvolveram pesquisas sobre questões relacionadas ao trabalho sexual, ao turismo sexual, à internacionalização dos mercados do sexo e ao tráfico de pessoas. A ideia era compreender suas experiências, reconhecendo a importância de analisar como os sujeitos são constituídos como diferentes (Scott, 1991).

No momento atual, de maneira crescente, integrantes dos coletivos que formulam novas epistemologias feministas exigem serem as produtoras do conhecimento sobre elas mesmas. O fazem, às vezes, evocando a noção de “lugar da fala” (Ribeiro, 2017).

Essa noção, que se espalhou rapidamente entre esses movimentos nos últimos anos, pode ser vista como uma contribuição para a disseminação e valorização de ideias centrais no campo de estudos de gênero e, particularmente, na antropologia feminista. Uma delas é a percepção de que o conhecimento é sempre parcial e situado (Haraway, 1995). A outra ideia, que mantém relações com a anterior, é a de posicionalidade (Maning, 2018).

18. Em 2021, o Brasil liderou a lista pelo 13º ano consecutivo Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/brazil-continues-to-be-the-country-with-the-largest-number-of-trans-people-killed>. Acesso em dez.2021.

Isto é, a necessidade da antropóloga refletir criticamente sobre sua identidade e o seu posicionamento nas tramas de poder e hierarquias que a envolvem, assim como envolvem suas interlocutoras. Isto porque é necessário levar em conta que a compreensão da realidade social possibilita apenas um conhecimento parcial, produzido a partir das percepções que a própria posicionalidade, apesar de problematizada, lhe possibilita.

Só que no contexto das discussões em curso entre diferentes perspectivas feministas é possível registrar uma tendência a considerar a própria experiência como o único terreno válido para a produção de conhecimento. Claro que isso não é novo. Afinal, as teorias feministas das décadas de 1970 chegaram à formulação revolucionária de que o pessoal é político ancorando-se nessa ideia. No entanto, vale aqui retomar o pensamento de Strathern (1988), em finais da década de 1980, quando observava que, do ponto de vista do conhecimento antropológico, um dos problemas do pensamento feminista residia em que a teoria era reduzida à experiência.

Assim, a dificuldade que se apresenta para o pensamento antropológico não reside em que a antropologia ainda estude os “outros”, pois isto tem se modificado na disciplina. Reside sobretudo em que na análise de como a diferença é estabelecida e como ela opera, mesmo que se faça antropologia “em casa” (Strathern, 2014), a antropologia incorpora a reflexão nativa como parte dos dados a serem explicados, não podendo ela mesma ser tomada como seu enquadramento. Dessa maneira, afirma a autora, há sempre uma descontinuidade entre a compreensão nativa e os conceitos analíticos que organizam a própria etnografia, façam eles “antropologia em casa” ou em outros lugares.

Levando isto em conta, talvez no momento atual o maior desafio no que se refere às negociações entre perspectivas feministas e antropológicas resida no borramento das distinções entre compreensão nativa e enquadramentos analíticos. Isto parece ser facilitado pelas correntes que favorecem a ideia de pesquisa colaborativa como uma democratização, na qual os antigos limites entre leigos e *experts* resultam incertos (Konrad, 2012). A ruptura desses limites é bem-vinda, no sentido de valorizar os diferentes corpos de conhecimentos que dialogam na produção do conhecimento antropológico. No entanto, apagar a diferença entre compreensão nativa e enquadramentos analíticos coloca um desafio particular pois ameaça a possibilidade desse conhecimento.

Considerações finais

Apesar de ter me centrado, na última parte deste texto, nas tensões nas negociações entre perspectivas feministas e conhecimento antropológico, minha percepção dessas tensões é positiva. Ancorada na história das relações entre pensamento feminista e conhecimento antropológico tenho certeza de que elas são instigantes, desafiando “verdades” estabelecidas.

No âmbito dessas negociações nosso pensamento teórico tem se modificado de maneira sensível e produtiva ao longo da constituição do campo de estudos de gênero no Brasil. Embora lenta, a inclusão de novas categorias de sujeitos na universidade já tem um perceptível impacto na produção de conhecimento, incluindo as questões que suscitam em termos epistemológicos. E os efeitos desse processo também alcançam o âmbito extra-acadêmico.

Nesse percurso, e no âmbito do desejo de produzir formas de antropologia colaborativa, as/os pesquisadoras/es temos estabelecido alianças com os movimentos políticos dos quais nossas/os interlocutoras/os participam, compartilhando ou não suas identidades. Refiro-me aqui a antropologia colaborativa em sentido amplo, em uma perspectiva antropológica “não extrativista”, na qual a noção de colaboração pode referir-se ao desenvolvimento de estudos que beneficiem as/os parceiras/os da colaboração. No caso das minhas pesquisas, refiro-me aos efeitos, mais ou menos diretos, na formulação de políticas e ações de estado que considerassem as perspectivas das trabalhadoras do sexo e das pessoas migrantes, inclusive na reformulação de leis, como foi o caso da lei de tráfico de pessoas de 2016¹⁹. Esse é apenas um exemplo da grande diversidade de colaborações entre as antropólogas feministas e suas/seus interlocutoras/es, cuja análise merece outros textos.

19. Lei nº 13.344/2016, sancionada em 6 de outubro de 2016, trata da prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas, bem como da assistência às vítimas. Essa lei visa combater o tráfico de pessoas no Brasil, seja ele nacional ou internacional, e estabelece medidas para proteção e atenção às vítimas.

Referências

AGUIAR, Bruna Soares de, PEREIRA, Matheus Ribeiro. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo de Bolsonaro. *Agenda Política*, São Carlos, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2019. Disponível em: <https://www.agenda-politica.ufscar.br>. Acesso em mar. 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *cadernos pagu*, Pagu/Unicamp, n. 50: e175001, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: dez.2017.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *cadernos pagu* n. 43, p. 13-56, 2014. Pagu/Unicamp, janeiro-junho, Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: mai. 2015.

ANACLETO, Helen; NASCIMENTO, Louize; BELIN, Luciane Leopoldo. “Proteger a mulher é fortalecer a família”: o reconhecimento ideológico das mulheres nos tweets do MMFDH e da Ministra Damares Alves. *LÍBERO*, São Paulo, ano 24, n. 48, maio/ago, p. 117-140, 2021.

ANDERSON, Elizabeth. Feminist Epistemology: an Interpretation and a defense. *Hypatia*, Cambridge, Vol. 10, No. 3, Analytic Feminism , p. 50-84, 1995.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista estudos feministas*, Florianópolis, v. 3.2, p. 458-458, 1995.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *cadernos pagu* v. 53, Pagu/Unicamp, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 24 maio 25.

BIROLI, Flávia. *Violência política contra as mulheres*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres/> 2016. Acesso em fev.25.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BRAH, Avtar. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. New York: Routledge, 1996.

BROWN, Wendy. *In The Ruins of Neoliberalism. The Rise of Antidemocratic Politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019.

BUMACHAR, Bruna Louzada. *Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COOPER, Melinda. *Family values: Between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Princeton University Press, 2017.

CORRÊA, Mariza. Mulher & política: um debate sobre literatura recente. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [S. l.], n. 18, p. 27–44, 1984.

CORRÊA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *cadernos pagu*, n. 53, p. e185301, 2018.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Claudia de Lima. Interrogando Lugones: reflexões sobre um debate inconcluso. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 30(1), 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/>. Acesso em: jan.25.

CULL, Matthew. Trans Epistemology and Methodological Radicalism: Un-
Clef, But Enough. *Hypatia*, 39(1), p. 44-60. doi:10.1017/hyp.2023.102,
2024.

CUMES, Aura. “Essencialismos estratégicos” y discursos de descoloniza-
ción. In: MILLÁN Mária (Org). *Más allá del feminismo: caminos para
andar*. 1a ed., México, D. F.: Red de Feminismos Descoloniales, 2014.

CYFER, Ingrid. The witch is loose: Protests against Judith Butler’s Visit
to Brazil in Light of Her Reflections on Ethics, Politics and Vulnerability.
Cadernos Pagu, n. 53, Pagu/Unicamp, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em jan. 25.

Dotson, K. Conceptualizing Epistemic Oppression. *Social
Epistemology*, 28 (2), p. 115–138. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02691728.013.782585> , 2014. Acesso em: dez.24.

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horácio. Conservadorismo, direitos,
moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir
da Antropologia. *cadernos pagu*, (50), Pagu/Unicamp, p. 1-18, 2017.
Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: jan.25.

FERNANDES, Leela. *Transnational Feminism in the United States.
Knowledge, Ethics and Power*. New York: New York University Press,
2013.

Ferreira, Carolina Branco de Castro. O gênero do amor: cultura terapêu-
tica e feminismos. *Cadernos Pagu*, n. 47, p. e16472, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 9 nov. 24.

GIACOMINI, Sonia Maria; HIRSCH, Olívia Nogueira. Parto “natu-
ral” e/ou “humanizado? Uma reflexão a partir da classe. *Revista Estudos
Feministas*, Florianópolis, 28, n.1,p. e57704, DOI: 10.1590/1806-9584-
2020v28n157704, 2020/ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/>.
Acesso em: nov.24.

GOLDBERG, Anette. Os movimentos de liberação da mulher na França
e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo

do novo feminismo na Europa e no Brasil, In: Madel T. Lua (org.). *O Lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 33-59.

GOMES, Nilma Nilo: Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. *Cadernos Pagu*, Pagu/Unicamp, v. 6/7, p. 67-82, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 15 fev. 25.

HARAWAY, Dona. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Unicamp, v. 5, p 7-41, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 13 abr.25.

HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil, In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza e BARBOSA, Regina. Sexuality Research Training in Brazil, in: di MAURO, HERDT and PARKER. *Handbook of Sexuality Training Initiatives*. New York: Social Science Research Council, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil, in: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Brasília-DF: Editora Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999.

HORTELAN, Luiza Terassi. *“Na contramão do mundo”: gênero, amor e sexualidade no movimento evangélico Eu escolhi esperar*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KONRAD, Monica (org.). *Collaborators Collaborating*. Counterparts in Anthropological Knowledge and International Research Relations. New York, Bergham Books, 2012.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cadernos pagu* (47), <https://doi.org/10.1590/18094449201600470001> Pagu/Unicamp, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em out.24.

MANING, Jennifer. Becoming a decolonial feminist ethnographer: Addressing the complexities of positionality and representation. *Management Learning*, V. 49, n.3, p. 311-325, 2018.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, jun., p. 67-92, 2010.

MCKLINTOCK, Anne. *Couro Imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas-SP: Editora da Unicamp. 2010.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, n. 53, p. e185302, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 10 maio 25.

MISKOLCI, Richard e SIMÕES, Julio. Apresentação. *cadernos pagu* (28), Pagu/Unicamp, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 25 maio 25.

MISKOLCI, Richard, PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Who’s afraid of Judith Butler? The Moral Crusade against Human Rights in Brazil. *Debate. cadernos pagu* (53), Pagu/Unicamp, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 5 jun 24.

MODELLI Rodrigues, Lais. *Blogs coletivos feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na Internet*. Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Comunicação), Universidade Estadual paulista Júlio de Mesquita Filho, 2016.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta* São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Marxismo e Feminismo no Brasil. Primeira versão*, nº 66, Unicamp, Campinas, 1996.

NASCIMENTO, Sivana de Souza: Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, 77, p. 548-573, Setembro/ Dezembro, 2022.

NEVES, Paulo Sérgio; MOUTINHO, Laura; SCHWARTZ, Lilia. Herança colonial confrontada: reflexões sobre África do Sul, Brasil e Estados Unidos. *Revista Estudos Feministas*, vol. 27, n.3, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/>. Acesso em: 10 jan. 25.

OYEWÚNi, Oyèrónké. *A invenção das mulheres. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PADOVANI, Natália Corazza. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. *Cadernos Pagu* (51), Pagu/Unicamp, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 10 jan.25.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272, 2006.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Judith Butler and the pomba-gira. *Debate, Cadernos Pagu* (53), Campinas-SP, Pagu/Unicamp, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 8 mar.25.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do Tapete: A violência política de gênero e silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(2), 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/>. Acesso em: 8 mar.25.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. *Revista Mundaú*, v.1, p. 73-90, 2016.

PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual e prostituição. In: SZWAKO, José e RATTON, José Luiz: *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife, CEPE, p. 126-131, 2022.

PISCITELLI, Adriana;BELELI, Iara: A Commentary Written During “Dark Times”. In: Analia Torres; Paula Campos Pinto; Tamara Shefer, Jeff Hearn. (Org.). *Routledge International Handbook of Feminisms and Gender Studies*. 1ed.New York: Routledge, 2024, v. 1, p. 13-28, 2024.

PRADA, Monique. *Putafeminista* São Paulo: Veneta, 2018.

RAGO, Margareth.) Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labrys*, nº 3, janeiro/julho, 2003. Disponível in: www.unb.br/ih/his/gefem. Acesso em: 10 fev.25.

RAMOS, Maisa Cardozo Fidalgo. Prazeres pentecostais: negociando intimidades e artigos eróticos. Dissertação de Mestrado (Departamento de Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

RATTS, Alex (org.).) *Beatriz Nascimento*. Uma história feira por mãos negras. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RATTS, Alex and RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Djamila: Lugar de fala. Belo Horizonte. Letramento, 2017.

SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu* (16), Pagu/Unicamp, 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso mar.25.

SCHAEFFER, Felicity Amaya. Governing Virtual Bodies and Intimacies: Cybermarriage industries between the United States and Latin America. *Cadernos Pagu* (44), Pagu/Unicamp, janeiro-junho, p. 115-140, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/cpa>. Acesso em: 11 abr.25.

SHOHAT, Ella. Feminismos fora do centro. Entrevista com Sônia Maluf e Claudia de Lima Costa. *Revista Estudos Feministas*, vol. 1, p. 47-163, 2001.

SHUMAHER, Maria Aparecida e VARGAS, Elisabeth. Lugar no Governo: álibi ou conquista. *Revista Estudos Feministas*, ano 1, 2º. semestre p. 349-364, 1993.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3), setembro-dezembro, p. 765-799, 2006. Disponível in:[<https://www.scielo.br/j/ref>. Acesso em: 10 maio 25.

SCOTT Joan. The evidence of experience. *Critical Inquiry*, vol 1-4, p. 773-797, 1991.

SORJ, Bila e MONTERO, Paula. SOS-Mulher e a luta contra a violência. In: Marilena Chauí, Maria Celia Paoli e SOS-Mulher. *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4. Sobre Mulher e Violência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 101-109, 1985.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dívida*. Editora da Unicamp, Campinas, 2006.

STRATHERN, Marilyn: *After Nature, English kinship in the late twentieth century*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

STRATHERN, Marilyn. Os limites da auto-antropologia, In: STRATHERN, Marilyn: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosak Naif, 2014. p. 133-157.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese de doutorado. (Departamento de Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.

VIANNA, Adriana; Farias, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, v. 37, Campinas-SP, Pagu/Unicamp, julho-dezembro, p. 79-116, 2011. Disponível in <https://www.scielo.br/j/cpa>. Acesso em: 8 fev.25.

Vianna, Adriana; Lowenkron, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, v 51, Campinas-SP, Pagu/Unicamp, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa>. Acesso em 10 jan.25.

La Sociología y los estudios de género en Cuba. Algunos apuntes sobre su institucionalización

Clotilde Proveyer Cervantes

Notas sobre la relación entre teoría feminista y teoría sociológica

Cuando de conceptualizar las relaciones de género se trata es imprescindible comenzar reconociendo que aunque el interés académico sobre ellas es bastante reciente, no es posible desvincularlo del quehacer que desde hace más de dos siglos las precursoras del feminismo y sus contemporáneas han llevado a cabo para erradicar todas las formas de discriminación y opresión a las que han estado sometidas las mujeres en todas las épocas.

Junto con las diferencias de clase, la diferencia entre hombres y mujeres son de las mayores y más extendidas fuentes de desigualdad. Si entendemos a la estratificación como las desigualdades estructuradas entre diferentes agrupamientos de individuos (Giddens, 1991).

Por ello, retomamos aquí una vez más las palabras de Celia Amorós (2002) sobre la teoría feminista como teoría crítica que irracionaliza la visión establecida de la realidad y que nos recuerdan la raíz etimológica de teoría, que en griego significa ver, para subrayar el que es el fin de toda teoría: posibilitar una nueva visión, una nueva interpretación de la realidad, su resignificación. La teoría, pues, nos permite ver cosas que sin ella no vemos, el acceso al feminismo supone la adquisición de un nuevo marco de referencia, “unas gafas” que muestran a menudo una realidad ciertamente distinta de la que percibe la mayor parte de la gente.

La teoría feminista, independientemente de sus diferentes expresiones, orienta sus esfuerzos al desarrollo de una comprensión crítica de la sociedad encaminada a cambiar el mundo social en direcciones considera-

das más justas y humanas, lo que implica una propuesta política hacia las ciencias sociales y dentro de ella a la Sociología, que revoluciona y modifica los paradigmas que la sostienen, promoviendo a la vez transformaciones epistemológicas y metodológicas.

Si la Sociología reclama para sí el estudio de las desigualdades sociales, las diferencias y los cambios que en ella se producen, cabría esperar el análisis de la situación del género femenino en el abordaje teórico de conceptos tales como actores sociales, estructuras de poder, dominación, subordinación, cambio social, división sexual del trabajo, entre las más relevantes, aunque no exclusivas para la comprensión de los mecanismos que construyen legitiman y o reproducen la discriminación de género, sin embargo en la obra de los clásicos de la Sociología la preocupación por un tema siempre presente en la sociedad- la división social de los sexos y sus implicaciones- ha estado ausente o se ha evaluado desde una perspectiva androcéntrica (Madoo Lengermann; Niebrugge-Brantley, 1993).

La intencionalidad excluyente que caracterizó históricamente la reflexión sociológica no contribuyó al análisis de las causas sociales que generan las relaciones desiguales entre los géneros.

La Sociología en la obra de sus autores clásicos, que se caracteriza por interpretar el mundo desde sus causas sociales, ha marginado el análisis del género como una construcción social y cuando ha sido incluido lo ha hecho de forma conservadora y acrítica, referido fundamentalmente a la institución familiar o a alguna reflexión vinculada a las relaciones entre los sexos (Madoo Lengermann; Niebrugge-Brantley, 1993, p. 363).

Los análisis que aspiran a incluir una perspectiva crítica de género deben proveerse de instrumentos teóricos y analíticos que permitan develar el carácter reificado de las subjetividades colectivas que actualizan elementos dominantes de la memoria social, basada en una visión radical de la diferencia, en una acentuada división sexual del trabajo y en una arquitectura asimétrica del poder entre los sexos (Bonan; Guzmán, 2007). La perspectiva de género es el punto de contacto entre los ejes centrales de la teoría feminista y la metodología de la teoría sociológica

En este sentido resulta válida la reflexión de Madoo Lengermann, P. y Niebrugge-Brantley, J. cuando afirman que:

La sociología apareció inicialmente como una perspectiva científica entre 1840 y 1860, un momento álgido de protesta feminista. Pero desde 1780, la literatura feminista venía explorando temas propiamente sociológicos. Al transformarse la sociología en una disciplina organizada y profesional se desarrolló una política de género que con el tiempo empujó a las “madres fundadoras” de la disciplina a la periferia, se apropió o descartó sus ideas y las borró de la historia de la disciplina (Madoo Lengermann; Niebrugge-Brantley, 1993, p. 362).

Es sabido que los pensadores más reconocidos de la Sociología no solo se opusieron al feminismo, sino que en sus obras hay una marcada tendencia a invisibilizar la problemática de las mujeres o a justificar como natural su subordinación.

En las principales obras sociológicas clásicas se observa el predominio de una interpretación androcéntrica en la comprensión de la sociedad y los fenómenos relativos a esta. Se le concede el privilegio al punto de vista del hombre como partida del discurso científico: el hombre (como sujeto y objeto de la investigación) se considera a sí mismo como centro del universo y equipara lo humano con el hombre-varón. Una consecuencia de esta forma de pensar e interpretar la realidad es la subvarolación e invisibilización de las mujeres y la no consideración de sus realidades y problemáticas (Echevarría, 2020).

Razones, muchas, hay para comprender por qué una disciplina cuyo objeto de estudio es la diferenciación social no haya dedicado esfuerzos sistémicos a explorar una dimensión que constituye distancias, jerarquías y exclusiones en las sociedades. Tal es el caso de la Sociología hasta no hace muchos años, en relación con la corporeidad sexuada. Tuvo que seguir el movimiento feminista y con él un conjunto de mujeres sociólogas para que el cuerpo y el sexo se constituyeran en campo de investigación, reflexión y análisis (De Barbieri, 1993^a, p. 1).

Con la utilización de categorías, conceptos y métodos propios de las Ciencias Sociales para el análisis de la realidad, incorporaron criterios de valoración opuestos a la teoría tradicional. La investigación feminista se planteó elaborar nuevas teorías y/o revisar las ya existentes, valorar los mé-

todos y técnicas empleados hasta ese momento por las Ciencias Sociales, así como establecer una relación entre la actividad científica y los marcos valorativos y sociales externos a la producción científica. Entre los principales resultados se encontró el sesgo androcéntrico de la mayoría de los conocimientos producidos (Astelarra, 1998).

Las reflexiones cuestionadoras sobre estas problemáticas y el intento por buscarle respuesta ha venido fundamentalmente desde la teoría feminista, cuestionando viejos saberes establecidos como definitivos, indagando los paradigmas de la ciencia, revisando la profundidad de sus conclusiones y produciendo entonces nuevos significados que ponen en quiebra el conocimiento de la realidad social construido hasta entonces, porque ha demostrado que ese conocimiento se ha producido a partir de un análisis parcial y bajo el prisma masculino de la sociedad, que invisibiliza el papel de la mujer en la construcción de la realidad social y cuando menos las presentan en papeles subalternos.

Aunque estas variantes teóricas difieren entre sí, coinciden en reconocer la visibilización de la inferioridad de las mujeres como la consecuencia de una relación de poder directa entre los hombres y las mujeres, en la que los primeros llevan a cabo efectivamente sus intereses. También ven la opresión incorporada a la organización de la sociedad, en un sistema social de género, el patriarcado, como estructura básica de dominación. La identificación de este sistema de género como un sistema de dominación que se establece a través de relaciones de poder fáctico y simbólico contribuye no solo a comprender el origen, si no su reproducción y mantenimiento a lo largo de la historia (Proveyer, 2005b). La utilización de conceptos como patriarcado y relaciones de poder entre hombres y mujeres para explicar fenómenos sociales contemporáneos, constituye uno de los principales aportes teóricos de las feministas. Con esta interpretación favorecen en la práctica a la visibilización y luego a facilitar el desmontaje de un sistema de patrones culturales que se lleva a cabo a través de mecanismos discriminatorios contra las mujeres.

En los desarrollos más actuales de la teoría feminista se constata el cuestionamiento de la concepción binaria respecto al género, los cuales, siguiendo la reflexión de Butler (2007), confirman que:

El género dicta normas que rigen la conducta de las personas a través de un discurso cultural hegemónico, basado en estructuras sexuales binarias. Este es interiorizado para dar lugar a una apropiación de la realidad que promueve roles específicos de género como consecuencia del discurso público, y que permite discutir el carácter político del género, así como analizar los aspectos punitivos que se disparan a quienes no se ajustan al género que le otorga la concepción binaria. La realidad dominante puede generarse cuando una clase o grupo atribuye a su propia percepción un carácter de lógica universal, necesaria para comprender, controlar, definir y constituir (Butler, 2007, p. 71).

A la vez la autora de este trabajo coincide con la preocupación de Judith Astelarra (1998) expuesta por Echevarría (2020) sobre las dificultades de utilizar categorías dicotómicas en las ciencias sociales (económico-social, biología-cultura, micro-macro), que se aplican a la cuestión de género al suponer la existencia de solo dos géneros (masculino y femenino), en los que no queda claro dónde termina lo biológico y comienza lo social. Por otra parte, al hacer énfasis en el estudio de las diferencias pueden ignorarse cuáles de ellas son impuestas y cuáles son elegidas, así como minimizar las semejanzas. De la misma manera, al generalizar a las mujeres con un género se pierde de vista la descripción específica de las mujeres, que viven en contextos y sociedades diferentes.

Además, el estudio de los géneros como construcción social tiene que ver con el estudio de las relaciones de poder que se establecen entre hombre-mujer, mujer-hombre, mujer- mujer, hombre-hombre (De Barbieri, 2000) y de los mecanismos de agentes e instituciones (familia, estado, iglesia, escuela) que a través de diferentes medios, han contribuido a mantener la dominación masculina (Bourdieu, 2000).

El patriarcado es portador de una construcción social que usa la cultura patriarcal para expresarse en todos los espacios de la vida social. Se encuentra objetivado e institucionalizado universalmente a través de la “naturalización” de lo social. Todas las esferas de la vida perpetúan la dinámica que impone la ideología patriarcal e incluso encuentra maneras creativas para enmascararse en todo el tejido social de disímiles formas. La teoría feminista le aporta a la Sociología una explicación estructural de la diferen-

ciación sexual en la sociedad. Devela el carácter violento del status quo que fue constatado por gran parte de los clásicos de la teoría sociológica.

En el plano de la educación la teoría sociológica se ha caracterizado por el enfoque androcéntrico tanto en el análisis del acceso y participación en el sistema educativo como en la construcción y prácticas de los currículos escolares. Cuando se ha incluido en el análisis ha sido como complemento de la evaluación de las desigualdades de clase y siempre analizado desde la perspectiva biológica del sexo para justificar la inferioridad femenina. El estudio para demostrar el papel de la escuela en la reproducción de la discriminación de género estuvo ausente hasta la irrupción de las sociólogas feministas en la academia, quienes desde los años 80 vienen incluyendo en la reflexión teórica y en investigaciones empíricas la denuncia y desmontaje de los mecanismos sexistas y androcéntricos mediante los cuales se legitima y reproduce dicha discriminación (Proveyer, et al. 2016).

La teoría que sintetiza la explicación del ejercicio sistemático e histórico del poder masculino sobre el femenino es el patriarcado. El moderno entendimiento de lo que conforma el patriarcado o el sistema de dominación patriarcal es producto de las teorías feministas.

Así pues, la dominación masculina tiene todas las condiciones para su pleno ejercicio. La preeminencia universalmente reconocida a los hombres se afirma en la objetividad de las estructuras sociales y de las actividades productivas y reproductivas, y se basa en una división sexual del trabajo de producción y de reproducción biológico y social que confiere al hombre la mejor parte, así como en los esquemas inmanentes a todos los hábitos. Dichos esquemas, construidos por unas condiciones semejantes, y por tanto objetivamente acordados, funcionan como matrices de las percepciones -de los pensamientos y de las acciones de todos los miembros de la sociedad—, trascendentales históricas que, al ser un universalmente compartidas, se imponen a cualquier agente como trascendentes (Bourdieu, 2000, p. 27).

Por ello la teoría feminista apunta al análisis de las relaciones de género como un elemento esencial para comprender los mecanismos que articulan las relaciones de poder basadas en la “superioridad masculina” a escala social. En ese sentido la teoría feminista cuestiona, desnaturaliza y deconstruye los cánones establecidos de la teoría sociológica clásica.

De esa manera, las cuestiones teóricas básicas del feminismo cambian de modo revolucionario nuestra comprensión del mundo. Estas cuestiones también nos llevan a descubrir que lo que se había considerado que constituía un conocimiento universal y absoluto del mundo es, en realidad, un conocimiento derivado de las experiencias de un segmento poderoso de la sociedad, los hombres como «amos». Ese conocimiento se relativiza al redescubrir el mundo desde el desventajoso punto de vista de una «parte oculta», hasta ahora invisible y no reconocida: las mujeres. Este descubrimiento cuestiona todo lo que hemos creído conocer sobre la sociedad y sus implicaciones constituyen la esencia del significado de la teoría feminista contemporánea para la teoría sociológica.

Estudios de Género y Sociología. Es posible armonizar esa relación?

En un análisis realizado en 2005 por la Dra. Teresa Muñoz en su artículo “Los caminos hacia una Sociología en Cuba. Avatares históricos, teóricos y profesionales” (Muñoz, 2005) sobre la historia de la Sociología en el país, que esta ponente comparte, señala que la profesión en Cuba ha estado marcada por muchos avatares, en algunos casos de signo traumático, donde se han conjugado razones institucionales, sociales, políticas, intelectuales, y todo ello, se ha traducido en momentos de retroceso, de saltos, de apertura y situaciones de cierre. Razones todas que también han impactado la implementación y el desarrollo de los estudios de género en la enseñanza de la Sociología en el entorno nacional, los cuales se entronizan con el propio decursar contradictorio de la teoría feminista.

Algunos de esos avatares y contradicciones se expresaron en: la interrupción de la carrera de licenciatura en Sociología por más de una década, dificultades en la introducción de los resultados de las investigaciones; la inestabilidad de un debate sostenido al interior de la comunidad de sociólogos que permita la formación del consenso científico; la falta de espacios de asociación que permitan fomentar la vinculación de las distintas instituciones que se dedican a este tipo de estudios; la escasez de espacios de publicación; la crisis de representatividad de la ciencia, manifiesta en la forma en que se utilizan los resultados de las investigaciones sociológicas y en las

particularidades que presentan los vínculos existentes entre la ciencia y la política. En el orden teórico y metodológico, esta ciencia en el país es deudora del desarrollo de la teoría a escala internacional, pues la Sociología en Cuba forma parte del sistema de ciencias, cuyo rango e historia son universales. Ello necesariamente, nos lleva a considerar más apropiado medir el desarrollo de nuestra disciplina con el nivel alcanzado internacionalmente. De cualquier modo, la madurez de la ciencia en Cuba es una madurez desigual en el conjunto de las ciencias sociales y dentro de la propia Sociología en las diferentes áreas de especialización.

Muchos de estos elementos que la autora del citado ensayo aportó hace casi 20 años se han modificado positivamente, sin embargo otros no han podido ser resueltos. Un ejemplo de ello es la no creación hasta hoy de la Asociación Nacional de Sociólogos. Todos los aspectos antes señalados se imbrican en la forma en que se ha producido el proceso de inserción de los Estudios de género en la especialidad.

Un dato interesante que contribuye a esclarecer los elementos que favorecieron el auge de los estudios de género en sus inicios, tiene que ver con el acceso masivo de las mujeres a la educación que propició el proyecto social desde su triunfo en 1959, para renovar el sujeto femenino en el país, lo que facilitó también la feminización de la matrícula universitaria, entre otros muchos avances que transformaron radicalmente la situación social de las mujeres cubanas (Proveyer, et al. 2016).

Sin dudas el impacto de las transformaciones radicales de la situación social de las mujeres cubanas desde el triunfo de la Revolución fue de los más importantes signos revolucionadores ocurridos en la isla, que permiten comprender el alcance de los cambios trascendentales ocurridos en la vida de las mujeres, en particular en el ámbito educativo, porque esta constituye una de las esferas donde mayores y más significativos han sido los mismos, los cuales han convertido a las mujeres de este país en una fuerza incuestionable del quehacer social. Sin embargo, ese considerable avance en las primeras décadas posteriores al triunfo de la Revolución, que permanece hasta la actualidad, no significó una ruptura o desmontaje de la cultura patriarcal, la cual permanece suficientemente anclada en los imaginarios sociales de la sociedad cubana, y es uno de los mayores retos a vencer para lograr completar el proyecto de equidad y justicia social del país (Proveyer, 2018).

Según Norma Vasallo (2017), en el caso de Cuba “el género, esa mirada otra, crítica, alternativa, nos impone una complejidad en su desarrollo, marcada por la necesaria ruptura de saberes instalados no solo en la subjetividad social popular, sino también en el de quienes construyen la ciencia. Colocarnos en una perspectiva que permita la emergencia de lo que estaba oculto requiere además de deconstruir el saber científico acumulado durante muchos años, romper con actitudes, estereotipos y, más difícil aun, con prejuicios que han sostenido con fuerza las creencias legitimadas por las ciencias acerca de las diferencias “naturales” entre mujeres y hombres y su consecuente utilización para explicar las desigualdades existentes” (Vasallo, 2017, p. 167).

Es importante tener en cuenta el momento histórico en el que se reabren los estudios de Sociología en la Universidad de La Habana y casi de manera simultánea en la Universidad de Oriente, pues después de la suspensión de los estudios de Sociología en el país en 1976, la reapertura se produce a fines de la década de los 80, que coincide de manera temporal con el momento en el que empiezan a aparecer los estudios de género en Cuba de manera institucional. Sin que desapareciera la concepción androcéntrica prevaleciente en la tradición sociológica cubana, la existencia de condiciones favorables tanto desde el punto de vista del colectivo de profesoras feministas que integramos el claustro del naciente departamento y el favorecimiento institucional para la introducción de esos estudios en la carrera, fueron factores decisivos que contribuyeron al impulso de los mismos en las aulas de sociología.

En el proceso de la introducción de los estudios de género es importante subrayar que la década del 80 es la del impacto académico producido por numerosas investigadoras feministas. Se crean redes internacionales y centros de estudio e investigación donde se cuestiona el androcentrismo en la ciencia y sus premisas epistemológicas. Enfoques teóricos y empíricos feministas llevan a la producción de nuevos conocimientos que permiten análisis y diagnóstico más precisos acerca de la situación de las mujeres.

Las universidades de diversas partes del mundo, principalmente norteamericanas y europeas, comienzan a incorporar los estudios de la mujer en sus programas académicos influidos por los aportes de la teoría feminista. Las ciencias sociales y políticas van lentamente tomando nota de

las indagaciones de un cuerpo teórico que se estructura con el aporte de distintas vertientes de pensamiento y contribuye a modificar el campo epistemológico prevaleciente.

La teoría feminista cobra auge en varias universidades norteamericanas y se refleja en la producción de conocimientos teóricos y empíricos sobre la mujer y el género, la cual se extiende a Europa y a los países del tercer mundo paulatinamente. Estos conocimientos se producen de forma muy heterogénea en correspondencia con los intereses de sus principales exponentes y con las características de cada sociedad (Echevarría, 2020).

Los Centros de Estudios sobre la Mujer, experimentaron un auge en esta región desde mediados de los años 80, y promovieron una perspectiva más académica que se manifiesta en las principales opciones del movimiento feminista.

Las investigaciones sobre las relaciones de género en Cuba se inician en la academia cubana como resultado del debate feminista en la región –América Latina y Estados Unidos– y su indudable influencia en el quehacer investigativo y en la reflexión producida sobre estas problemáticas en nuestro entorno.

En Cuba, los estudios acerca de importantes problemas que afectan la vida y el desarrollo de las mujeres desde una perspectiva académica y que pretenden identificar los determinantes sociales que participan en el origen de las diferencias entre mujeres y hombres y también entre mujeres, se pueden identificar a partir de la segunda mitad de los 80, según constata un estudio sistematizador realizado por la Dra. Norma Vasallo, quien fue fundadora de la Cátedra de la Mujer de la Universidad de La Habana y su coordinadora hasta su fallecimiento en 2024 (Vasallo, 2015).

En ello incidieron importantes sucesos a nivel internacional, entre los más importantes la celebración en México en 1985 de la I Conferencia Mundial sobre la Mujer y la declaración por parte de las Naciones Unidas del inicio del Decenio de la Mujer.

Una nueva dirección en el protagonismo de la mujer en esta etapa es la aparición de numerosas cátedras, que tratan de fomentar las investigaciones sobre la mujer en la vida pública y doméstica, encaminadas a institucionalizar los Estudios de Género en los medios académicos. Cátedras que surgen con el apoyo de la FMC y que nuclean a mujeres investigadoras y docentes de las más diversas profesiones, entre las que predominan las Ciencias

Sociales. Ellas no excluyen la participación masculina en la organización de diferentes acciones científicas que promueven el conocimiento sobre la situación de la mujer, pero están formadas por una mayoría femenina.

El proceso de creación de las Cátedras de la Mujer en los Centros de educación superior del país inicia en la década del 90 liderado por la Federación de Mujeres Cubanas (FMC). Las mismas tuvieron como objetivos estimular los estudios de la mujer y abrió nuevas posibilidades en el campo de la investigación. Según la Dra. Mayda Álvarez, directora del Centro de Estudios de la Mujer de la FMC desde su creación, para la organización ha resultado estratégica la formación de maestros y profesores con una preparación más adecuada en los conceptos y métodos que permitan mediante la labor educativa hacer desaparecer negativos estereotipos sexuales, confeccionar materiales y buscar metodologías para una labor más amplia y profunda de educación de madres y padres en los conceptos de igualdad, responsabilidad compartida, solidaridad, respeto mutuo (Álvarez, M. 2016). Así, la FMC impulsa y coordina desde 1989 un Programa de Cátedras de la Mujer en los Institutos Superiores Pedagógicos y las Universidades. Hoy ya existen 31 Cátedras en el país.

La temática de la mujer y de las relaciones de género ha ido cobrando cada vez mayor interés entre los docentes e investigadores(as). El desarrollo alcanzado por la mujer en Cuba y los nuevos contextos en los cuales se desarrollan las relaciones entre los géneros, demandan nuevas herramientas de análisis para investigar, estudiar y comprender estas realidades. Las condiciones existentes en nuestro país, permiten articular teoría y práctica, vincular estrechamente investigación y acción y la obtención de nuevos conocimientos que contribuya al mejoramiento de las relaciones sociales (Álvarez, 2016).

La séptima Cátedra en crearse fue la de la Universidad de La Habana en septiembre de 1991, cuyo objetivo esencial lo fue el estimular el interés por los estudios de la mujer entre profesoras/as, investigadores/as y estudiantes y jugó un importante papel en la institucionalización de los estudios de género en la más antigua institución del país y en el auge de los mismos entre sus miembros (Vasallo, 2015).

A principios de la década del 90 se hablaba en el país de estudios de la mujer y no de estudios de género, porque todavía las especialistas cubanas no nos habíamos apropiado de los avances que se estaban produciendo en

otras latitudes respecto a la investigación feminista. Sin embargo, en un corto periodo de tiempo se fueron acumulando resultados muy importantes para la consolidación de estos estudios en la academia cubana y en especial en el gremio sociológico, que permitieron ir transitando hacia la asimilación de la Teoría de Género desde una perspectiva crítica y marxista, sin desconocer las diversas producciones teóricas y metodológicas que ha generado esta corriente tan diversa en lo político, aunque con una estrategia común de cambiar la situación de las mujeres para empoderarlas (Proveyer, et al. 2017).

Resulta útil recordar las aportaciones que Mary Goldsmith (2002) identifica sobre los estudios de la mujer, mujeres y género a las ciencias sociales:

- La incorporación de las mujeres como sujeto y objeto del conocimiento.
- La identificación de nuevos problemas de investigación como: el trabajo doméstico, la violencia doméstica y la feminización de la pobreza.
- La denominada epistemología desde una perspectiva posicional feminista, con sus múltiples acercamientos y distanciamientos, pero reconociendo que el conocimiento se construye y refleja las relaciones de poder en un momento dado.

Estos factores, junto a la creación de la Cátedra de la mujer en la universidad de La Habana, contribuyeron a la institucionalización de los estudios de género en el pregrado de Sociología y también el impulso a la institucionalización en el posgrado, tanto en la maestría como en el doctorado de la especialidad.

En Cuba los antecedentes históricos de los estudios de género datan de 1860 en la obra de la destacada poetisa y dramaturga y mujer transgresora para su época, Gertrudis Gómez de Avellaneda. Esas preocupaciones traducidas en obras y en el auge del movimiento feminista cubano en las primeras décadas del siglo XX marcaron un periodo inicial que tiene su punto de inflexión con el triunfo de la revolución, cuyo segundo período va hasta 1979, puesto que, como hemos apuntado antes, desde 1980 se inician de manera paulatina los estudios académicos en diferentes instituciones, las cuales contaron también con el impulso de la Federación de Mujeres Cubanas. Un elemento que marca este nuevo periodo fue el Decenio de la

Mujer de las Naciones Unidas y las diferentes Conferencias que el organismo internacional dedicó a las mujeres (Proveyer, et al., 2017).

En la segunda mitad de los 80 comienzan a despegar los estudios sobre género que, desde una perspectiva académica se desarrollan en el país. En ese sentido habría que apuntar que el propio proyecto de igualdad y justicia social de la revolución cubana solucionó parte significativa de las reivindicaciones por las que desde siglos anteriores venían luchando las cubanas. Pero la falsa creencia de que por sí solo todos los programas, leyes y políticas sociales del proyecto de justicia social revolucionaria eliminarían las causas históricas de subordinación y discriminación de las mujeres fue desmitificado por la realidad social patriarcal y evidenciado científicamente, mediante las investigaciones y la incipiente reflexión científica con perspectiva de género, que en la primera mitad de los 90 despegan en la academia cubana y contribuye a la institucionalización de esos estudios.

Los inicios de la década del 90 fue un período de rápida difusión y expansión de esos estudios cuya receptividad y avidez por parte de las feministas consagradas y de las que nos iniciábamos en el vínculo con el feminismo fue importante.

Se puede decir que fue con la reapertura de la carrera de sociología en 1990 que el departamento del mismo nombre de la Universidad de La Habana se dio a la tarea de impulsar de manera contundente la investigación sobre la situación de las mujeres. Para ese entonces algunas profesoras estaban vinculadas a los estudios e investigaciones de esta problemática y otras se incorporaron rápidamente, lo cual se reflejó no solo en los procesos de enseñanza - aprendizaje que lideraban, sino en la dinámica de la propia institución (Proveyer, et al 2017).

El desarrollo no se produjo de manera lineal y sin contradicciones y aún hoy sigue siendo una materia pendiente en una parte importante de la academia cubana. Sin embargo es una preocupación, un empeño emancipatorio y una actividad sistemática y en ascenso de un colectivo cada vez más numeroso de académicas y académicos y de activistas comprometidos con los objetivos del feminismo.

Es en ese contexto que en el departamento de Sociología se produce en el año 1991 la creación del Grupo de estudios de “Género, sexualidad y familia”, resultado de la iniciativa de un colectivo de profesoras con un compromiso feminista y conscientes de la necesidad de introducir en

los estudios de Sociología la visión que la perspectiva de género ofrece, para romper con la tradición androcéntrica que ha caracterizado a nuestra ciencia y apostar por una sociología que con las herramientas de la teoría de género pudiera estudiar la realidad social desde otro lugar y con una mirada crítica a las causas históricas de discriminación y desigualdades de género que habían sido eludidas por la sociología tradicional (Proveyer, et al 2017).

La labor del Grupo de investigación “Género sexualidad y familia” del departamento de Sociología, el cual hasta hoy, con sus creadoras y las jóvenes generaciones profesionales que se han ido incorporando, contribuye al protagonismo que exhibe este departamento de la Universidad de La Habana en el desarrollo de los estudios de género en esta y otras carreras universitarias, el cual desde su formación en la década del 90 del pasado siglo y de manera permanente, ha potenciado el enriquecimiento teórico y metodológico de esta perspectiva de análisis, cuyos resultados no pueden desestimarse.

Ellas con su propio discurso y práctica feminista realizaron una amplia labor de sensibilización con el resto del profesorado, aludiendo siempre a la importancia no solo de transversalizar esta perspectiva a la docencia y las investigaciones que se llevan a cabo, sino también a la vida cotidiana extensible a otras esferas de la realidad. No han sido pocas las resistencias encontradas, pero eso no ha puesto freno a los propósitos feministas que han ido labrando el camino (Proveyer, et al 2017, p. 223).

Es válido incluir en ese análisis la amplia producción teórica de ese grupo de profesoras plasmados en libros y artículos científicos, en informes de investigación, etc, como resultado de los cuales se han obtenido numerosos premios nacionales e internacionales, reconocimientos institucionales y un incuestionable prestigio entre estudiantes y académicos.

Con la introducción de los estudios de género en el currículum universitario de la Sociología se ha pretendido dotar al estudiantado de la perspectiva de género que ofrece herramientas teóricas y metodológicas para desentrañar el origen de las relaciones de poder sociogénicas que le circundan e identificar las implicaciones negativas que suponen para todos los géneros, en el entendido de que la concepción binaria deja fuera

otras concepciones identitarias. Solo de este modo los estudiantes pueden desarrollar una actitud crítica ante estas relaciones opresivas y de forma consciente crear estrategias o formar parte de las ya existentes para su deconstrucción. Entonces pueden convertirse en sujetos sociales reflexivos, capaces de interpretar la realidad y contribuir a su desarrollo sin opresiones ni discriminación de género (Proveyer, 2018).

Entre los resultados más significativos se encuentran la realización de decenas de tesis de pregrado, sobre las distintas problemáticas de las desigualdades en las relaciones de género en las diversas esferas de la realidad cubana desde la primera graduación de sociólogas y sociólogos, incluyendo además una larga lista de tesis de maestría y de doctorado de la especialidad.

La carrera de Licenciatura en Sociología de la Universidad de La Habana es la primera y única hasta ahora en el país, que ha logrado ubicar una asignatura relativa a los estudios de género en el currículum propio de la especialidad, cuyo carácter obligatorio en el plan de estudios tuvo como antecedentes el inicio de su impartición desde el año 1994 con carácter optativo, pero de manera ininterrumpida a lo largo de estos 30 años. Ya para el año 2012 el 28% de las tesis de grado defendidas en Sociología se referían a las problemáticas de género y esta tendencia continúa en la actualidad (Proveyer, et al. 2016, p. 228).

Por todo ello, resulta válido subrayar el liderazgo indiscutible del Departamento de sociología de la Universidad de La Habana, el cual desde su formación y de manera permanente ha potenciado la docencia de pregrado y posgrado, la investigación y la extensión universitaria en la problemática de las relaciones de género. Sin dudas, en esa interrelación la Sociología con una intención no sexista, tributa a los estudios de género aportando su arsenal teórico metodológico para la interpretación de la realidad social.

El empeño por transversalizar el análisis de género en los diferentes programas docentes de la especialidad se incluye no sin contradicciones y obstáculos, en un grupo importante de asignaturas del plan de estudio, tales como sociología del trabajo, de la salud, de la familia, de la educación, entre otras. También en las asignaturas optativas del currículum como género y racialidad, sociología jurídica, sociología de la infancia, etc.

En la Maestría de Sociología se imparte un grupo de asignaturas que incluyen el análisis de género de manera transversal y también en asignaturas independientes, conformando una de las salidas para las investigaciones dirigidas a las tesis, al igual que en el Programa de Doctorado de Sociología que coordina este departamento (Proveyer, 2018).

En ese quehacer busca incorporar al análisis, al mismo nivel que otras categorías, como clase, etnia o nacionalidad, color de la piel, entre otros, la noción de género históricamente construida, que como una categoría social, define posiciones dentro de las estructuras de la sociedad y que como categoría cultural orienta actitudes, conductas, sentimientos y sistema de valores. Dicho de otra manera, es necesario reconocer en la tradicional división de géneros una realidad social estructurante, una camisa de fuerza que promueve la desigualdad y la discriminación. Es importante también registrar dentro de la investigación sociológica el papel de la vida cotidiana, de lo doméstico y de lo privado no como ámbitos contrapuestos a los aspectos públicos de la economía, la política y la cultura de la sociedad, sino en una integración que permita reconstruir la totalidad de la estructura social.

La incorporación de esos análisis en los contactos con otras ciencias, se ha conducido con la intención de la multidisciplinariedad, fomentada desde y a través de las cátedras de la mujer que han ido proliferando en las universidades cubanas, la incorporación de los debates y nuevas tendencias del feminismo en nuestra región (el feminismo negro, el feminismo decolonial, etc.), los debates y análisis sobre la interseccionalidad que aportan los estudios de género a la Sociología, al permitir explicar el conjunto de opresiones que se interceptan con la discriminación de género, tales como el origen étnico o color de la piel, el origen socio clasista, la región rural o urbana, o el nivel escolar, por citar algunos que interseccionados incrementan la vulnerabilidad y las desigualdades de género, puesto que estas formas de discriminación no se excluyen mutuamente. De hecho, con demasiada frecuencia se entrecruzan dando lugar a una discriminación agravada o discriminación por doble motivo. El enfoque interseccional hace visible las desigualdades de género y también hace posible observar las opresiones múltiples y las relaciones de poder que enfrentan quienes las viven.

Aquí vale recalcar lo que para Mara Viveros significa la interseccionalidad: porque [...] ha servido para desafiar el modelo hegemónico de “La Mujer” universal, y para comprender las experiencias de las mujeres pobres y racializadas como producto de la intersección dinámica entre el sexo/género, la clase y la raza en contextos de dominación construidos históricamente (Viveros 2016, p. 8).

Sin dudas lo logrado en estos empeños permite sacar a la luz cotidianamente los mecanismos sofisticados e invisibles que reproducen, a pesar de las conquistas sociales alcanzadas y su paulatina modificación en la educación cubana, la injusta cultura patriarcal que legitima modelos genéricos estereotipados y binarios que contribuyen a reproducir la subordinación de lo femenino y el poder masculino a escala social.

La experiencia que ofrece la inclusión de los estudios de género en la Sociología como disciplina científica ha aportado una importante reflexión científica sobre las desigualdades sociales, en especial las referidas a la condición de género que otras teorías eludieron o no fueron capaces de conceptualizar y muestran un abanico de aprendizajes que han contribuido a la visibilización de problemáticas sociales y de los sujetos femeninos, ausentes históricamente de la reflexión sociológica o mostradas como objetos de la investigación para legitimar su discriminación.

A la vez, los estudios de género que sustenta la teoría feminista completan el análisis de las dinámicas sociales marcadas por las relaciones de género y aportan herramientas teórico-metodológicas que propenden a la equidad y la inclusión social para la desnaturalización, disección y desmontaje de un sinnúmero de desigualdades sociales, que han sido naturalizadas por un saber sociológico de signo androcéntrico en todas las esferas del quehacer y el saber social, marcado por la hegemonía masculina según el mandato de la dominación patriarcal .

Sin dudas, la categoría Género incluida por la teoría feminista como objeto clave de la reflexión y el quehacer sociológicos, constituye un par-teaguas en el análisis de la realidad social, fin último de toda teoría sociológica, para mostrar científicamente las causas sociales de las inequidades y relaciones de poder imperantes históricamente a nivel social. La perspectiva de género es una de las concreciones de la cultura feminista que aporta a la teoría y a la práctica social verdaderos enfoques y elaboraciones concep-

tuales que han roto las barreras de la ciencia tradicional, para hacer de sus obras herramientas de cambio social, contribuyendo a la desarticulación de las bases del dominio masculino en la cultura y en la acción de millones y millones de mujeres y muchos hombres en el mundo, mediante un amplio abanico de categorías y métodos de carácter interdisciplinario que enriquecen el quehacer sociológico.

Entre los retos del presente es imprescindible continuar visibilizando y actuando para desmontar el sexismo y la ideología patriarcal que se enmascara en los textos y prácticas escolares de todo el sistema educativo del país, y no solo en el currículo explícito sino también en el oculto. Su legitimación en los imaginarios sociales constituyen mecanismos mediante los cuales se refuerzan las desigualdades de género reproducidas en la cultura y en la práctica social.

Resulta imprescindible la cada vez mayor y completa incorporación de la perspectiva de género en la educación general y universitaria y su apropiación por los actores sociales educativos para contribuir al cambio cultural necesario en las aún predominantes posturas patriarcales en la sociedad.

Sigue siendo un reto vencer todas las resistencias patriarcales propias y foráneas a la institución y sus integrantes, para lograr que en todas las asignaturas del currículo se incluya la perspectiva de género y con ello contribuyamos más eficientemente a desterrar el androcentrismo que aún caracteriza buena parte de esa concepción epistemológica de la Sociología.

Sin embargo, a pesar de los innumerables desafíos a enfrentar, el impacto de la introducción de la teoría de género aportada por el feminismo en los estudios de Sociología, se refleja no solo en la preparación individual de los egresados y en la apropiación de esta perspectiva para su propia vida, sino y como parte de ello, en su inclusión en la investigación posgraduada, en el ejercicio profesional en las distintas ramas del quehacer social, así como en las agendas de las políticas y los programas sociales del país hasta donde llega su accionar, para poder completar los objetivos de las luchas emancipadoras. De todas formas, esto es apenas el comienzo, seguimos haciendo caminos.

Referencias

ÁLVAREZ, Mayda. “Los estudios de género en Cuba: ¿Dónde estamos y hacia dónde vamos?” *Revista Anales de la Academia de Ciencias de Cuba*. Vol.6, N.2, Año 2016.

AMORÓS, Celia.”Movimientos feministas y Resignificaciones Lingüísticas” en Cuadernos de Filosofía i Ciencia, N. 30/31, 2002.

ASTELARRA, Judith. *Sistema de Género*. Aspectos teóricos, sociales y políticos. Departamento de Sociología. Universidad Autónoma de Barcelona, 1998.

ASTELARRA, Judith. *Libres e iguales?* Sociedad y política desde el feminismo, 2003. Editor ISIS Internacional. ISBN 9567023123.

BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Anagrama, 2000. ISBN 978-84-339-0589-5.

BUTLER, Judith. *El género en disputa*. El feminismo y la subversión de la identidad. Editorial Paidós, Barcelona, España, 2007.

ENGUITA, Mariano. *La perspectiva sociológica*. Una aproximación a los fundamentos del análisis social. Editorial Tecnos SA, Madrid, 1998. ISBN: 84-309-3212-7.

DE BARBIERI, Teresita. “Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica”. *Revista Interamericana de Sociología*, año VI, núms. 2-3, segunda época; mayo-diciembre de 1992.

DE BARBIERI, Teresita. “EJ género desde la Sociología en América Latina” ponencia presentada en el X Congreso Internacional de Ciencias Etnológicas y Antropológicas, México, 1993.

ECHEVARRÍA, Dayma. *Desigualdades de género e interseccionalidad*. Análisis del contexto cubano 2008-2018. Facultad Latinoamericana de

Ciencias Sociales (Programa-Cuba). Publicaciones Acuario, Centro Félix Varela. La Habana Cuba, 2020. ISBN 978-959-7226-68-0.

GIDDENS, Antony. *Modernidad e Identidad propia*. El yo y la sociedad en la era moderna. Stanford, CA., 1991.

GOLDSMITH, Mary. “Feminismo e investigación social. Nadando en aguas revueltas” en Batra, Eli (comp.) *Debates en torno a una metodología feminista* (México: UAMX), 2002.

BONAN, Claudia; GUZMÁN, Virginia. “Aportes de la teoría de género a la comprensión de las dinámicas sociales y los temas específicos de asociatividad y participación, identidad y poder”, 2008. Disponible en: <https://www.cem.cl>. Centro de Estudios de la Mujer (CEM) Chile. Acceso en: maio 2025.

MADDOO Lengermann, Patricia y Nlebrugge-Brantley, Jill. “Teoría feminista contemporánea” en Ritzer, George (coord.) *Teoría Sociológica Contemporánea*. Mc Graw Hill México, 1997. ISBN: 0-07-052972-8.

MUÑOZ GUTIÉRREZ, Teresa. “Los caminos hacia una Sociología en Cuba. Avatares históricos, teóricos y profesionales” *Rev. Sociologías*, vol. 7, núm. 14, julio-diciembre, p. 338-374, 2005, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.

Proveyer, Clotilde y Rivero, Yisel (Compiladoras). *Selección de Lecturas de Sociología y Política Social de la Educación* Editorial Félix Varela, La Habana, Cuba 2005. ISBN 959-258-887-2

PROVEYER, Clotilde. “Cultura patriarcal y socialización de género. Claves para la construcción de la identidad genérica” en Proveyer, C. (compiladora). *Selección de Lecturas de Sociología y Política Social de Género*, Editorial Félix Varela, La Habana, Cuba 2005. ISBN 959-258-955-0.

PROVEYER, Clotilde et al. *50 años después: Mujeres en Cuba y cambio social*. Publicado por Oxfam Internacional. La Habana, 2010.

PROVEYER, Clotilde et al. “Género y Sociología de la Educación: Apuntes para su encuentro” en Rivero Baxter, Y., et al. *La educación del XXI des-*

de una perspectiva social. Aportes del pensamiento sociológico contemporáneo y cubano, 2016. (Editorial Universitaria Félix Varela, La Habana 2016) ISBN 978-959-07-2155-7.

PROVEYER, Clotilde, Romero, Magela; Fleitas, Reina “Algunas reflexiones sobre la transversalización del enfoque de género en la Educación Superior: la experiencia de la carrera de Sociología en la Universidad de La Habana” en: Proveyer, Clotilde; Magela Romero (coords). *Género y Sociedad*. Encrucijadas teóricas y alternativas para el cambio, Editorial Félix Varela, 2017 ISBN 978-959-07-2196-0.

PROVEYER, Clotilde. “El género y la educación. Una reflexión sobre Cuba” en Rivero Baxter, Yisel (compiladora). *Miradas Sociológicas de la Educación en Cuba*, Editorial Juan Marinello, 2018. ISBN 978- 959-242-168-4.

VASALLO, Norma. *Ecos distantes, voces cercanas, miradas feministas*. Editorial de la Mujer. La Habana, Cuba, 2015. ISBN 978-959-7217-26-8.

VASALLO, Norma. “Género e investigación. Obstáculos, avances y desafíos en Cuba” en Sagot, Monserrat (editora). *Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina, 2017*. CLACSO Stable. Disponible en: URL: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv253f52b.12>. Acceso en: 20 mar. 25.

VALCÁRCEL, Amelia Renau; María Dolores; Romero, Rosalía (eds.) *Los desafíos del feminismo ante el siglo XXI*, Instituto Andaluz de la Mujer, España, 2005.

VIVEROS Vigoya, M. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, 2016. [S. l.], v. 52, 2016. DOI: 10.1016/j.df.2016.09.005. Disponible en: https://debatefeminista.cieg.unam.mx/index.php/debate_feminista/article/view/2077. Acceso en: 13 jun. 2025.

Características e evolução da produção sobre mulheres negras nas últimas décadas

Julia S. Abdalla

para Ana Claudia Lopes

Introdução

Nas últimas décadas, os estudos de gênero e raça no Brasil se ampliaram e densificaram.

Resultado de uma política de contestação e organização coletiva que se solidificou nos anos 1980 e 1990 e, então, como outros movimentos sociais (Facchini, Carmo, Lima, 2020), passou por um momento de pluralização e diversificação interna e externa, expandindo-se “além da sociedade civil” (Alvarez, 2014), bem como de uma série de políticas públicas que permitiram a parcelas da população negra “acesso aos espaços que constituem os pré-requisitos para a classe dominante” (Santos, 2014, p. 141), esses estudos refletem as transformações na posição das mulheres negras na sociedade brasileira, assim como os persistentes conflitos e desigualdades.

Apesar de já contar com uma série de estudos e intervenções de intelectuais negras - assim como, pontualmente, textos de intelectuais não negras - e, ainda, relatos e interpretações da relevante atuação de mulheres negras brasileiras, até o fim dos anos 1990, de forma geral, era possível falar da invisibilidade das mulheres negras na pesquisa brasileira e da baixa incorporação dos estudos já realizados por intelectuais negras, praticamente as únicas a concentrar-se nas relações entre gênero e raça (Azeredo, 1994; Caldwell, 2000). Esse panorama sofrerá mudanças principalmente a partir dos anos 2000, intensificadas nos anos 2010, com as perspectivas conjuga-

das de gênero e raça e, particularmente, os trabalhos sobre e de mulheres negras tornando-se progressivamente mais presentes nos debates acadêmicos nas ciências humanas. Nesse momento, o agora chamado feminismo negro passará a aparecer como formulador de teorias como a interseccionalidade, que ultrapassam seu campo político e empírico e são incorporadas em diversos outros âmbitos, orientando ações políticas, o debate público e a formulação e implementação de políticas sociais para grupos variados.

Como em outros campos intelectuais associados ao ativismo, em particular os estudos de gênero e movimentos sociais (Sorj, 2024), pensar a trajetória intelectual do feminismo negro no Brasil implica observar o rico e frequentemente tenso diálogo entre movimentos sociais e academia. Por um lado, isso significa considerar a “riqueza e a amplitude da circulação de ideias que não sabemos onde começam, que se entrelaçam, que se propagam especialmente entre as mulheres, criando comunidades de saber cujas fronteiras são imprecisas” (Werneck, 2010, p. 10) e atendem a diferentes categorias de reflexão e nomeações variadas.¹ De outro, um grande volume de informações em documentos de movimentos sociais, encontros e veículos de imprensa, parte dos quais são encontrados apenas em arquivos e bibliotecas não facilmente acessadas, ainda não foram analisados e carecem de pesquisa, com imenso potencial de contribuição para uma história das ideias associadas ao feminismo negro no país.

Dadas as limitações de uma genealogia e considerando a necessidade de mais pesquisas voltadas a reconstituir e especificar esses percursos intelectuais e políticos, o objetivo desse capítulo é mais modesto. Partindo dos textos e estudos disponíveis e da documentação já analisada por diversas pesquisas, restringe-se a uma sistematização parcial e comentários críticos sobre esse panorama nas últimas décadas, pontuando alguns avanços e limitações do campo de estudos. Para isso, considero centralmente os debates e trocas intelectuais tecidas pelas (depois chamadas) feministas negras, sem me privar de algumas menções aos diálogos e eventuais produções sobre gênero e raça fora desse campo. O capítulo se concentra no período a partir do fim dos anos 1970, sem pretensão de abarcar a totalidade dos debates e publicações, mas tendo em vista seus principais temas e contex-

1. Para citar apenas uma, central ao desenvolvimento desse capítulo, a própria noção de “feminismo negro” foi bastante disputada ao longo das décadas de 1970-2000 (Lemos, 1997; Bairros, 2000; Rios; Maciel, 2017) e, embora em menor medida, no período seguinte.

tos, em relação à trajetória dos movimentos de mulheres negras. O texto é dividido pelos períodos, organizados cronologicamente, mas sobrepostos. A partir dessa reconstituição parcial, procuro refletir sobre os caminhos e características do atual campo de pesquisa, com especial atenção para os limites e desafios das investigações.

Reconstituindo o percurso: o encontro da raça com o gênero

O registro mais sistemático do pensamento atualmente associado ao feminismo negro brasileiro começa no fim dos anos 1970, com o início da distensão do regime militar e da reorganização dos movimentos sociais, além de estimulado pela Década da Mulher da Organização das Nações Unidas, iniciada em 1975. Nesse período, bastante importante para a feição que o movimento de mulheres negras (MMN) tomará no Brasil, ativistas negras brasileiras como Pedrina de Deus, Luíza Bairros, Suzete Paiva, Rosália Lemos, Nilma Bentes, Sueli Carneiro, Edna Roland, Thereza Santos, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, entre muitas outras, se moviam entre diversos espaços políticos, em particular nos movimentos sociais, partidos e organizações de esquerda, e de produção de conhecimento, disputando a inclusão das experiências sociais das mulheres negras em seus debates e perspectivas, tendo em vista a ampliação das perspectivas analíticas e de contestação social que, ao ignorá-las, excluía um dos grupos mais empobrecidos e marginalizados da população brasileira, limitando suas próprias construções analíticas e políticas sobre a desigualdade.

Ao longo dos anos 1980, muitas dessas ativistas e intelectuais produziram artigos, críticas, ensaios e relatórios sobre as “especificidades da mulher negra”, encontrados principalmente na imprensa negra (Silva, 2017) e feminista (Freitas, 2017; Rios, Freitas, 2018). Atendendo a uma variedade de formatos, esses jornais e cópias de cursos e palestras dados por essas ativistas, em que figuram centralmente a análise das “condições de libertação da mulher negra”, o que dependia de atenção simultânea aos vetores de raça, gênero e classe e os modos como estes moldavam as experiências de mulheres negras, constituem o meio pelo qual inicialmente se desenvolveram “as demandas sobre as interrelações de raça, gênero, classe e sexualidade em sua experiência cotidiana” (Collins, 2011, p. 91) e o espaço central de

sua politização nesse momento histórico. Em uma análise dos periódicos do movimento negro no Sudeste, Joselina da Silva (2017) aponta que “o tema do gênero, bem como as tensões diante das concepções do feminismo eram recorrentes em suas páginas.” (Silva, 2017, p. 2), identificando como centrais os chamados para a luta, a questão da sexualidade e a discussão e divulgação dos temas e pensamento desenvolvidos nos grandes encontros do movimento. Cabe destaque também ao início da imprensa feminista negra, provavelmente inaugurada com o Nzinga Informativo, um excelente exemplo da comunicação ampla, transnacional e interseccional construída pelo MMN no Brasil (Rios, Freitas, 2018).

Nesse período, têm destaque a produção de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, ambas com seus primeiros textos publicados a partir de meados dos anos 1970. Com relação a Nascimento, formada em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1972 e, então, já reconhecida por suas pesquisas e publicações sobre a comunidade negra, os dois textos centrais para compreender seu pensamento sobre gênero e raça são “A mulher negra no mercado de trabalho”, publicando em 1976 no jornal Última Hora, e “A mulher negra e o amor”, publicado no *Maioria Falante* em 1990. No primeiro, Nascimento traz uma interpretação da posição das mulheres negras no mercado de trabalho a partir de um recuo à escravidão - uma estratégia analítica comum na produção de mulheres negras no Brasil e nos Estados Unidos nessa época (Gonzalez, 2020; Davis, [1981] 2016) - para compreender, em oposição ao papel ocioso das mulheres brancas, as funções assumidas pelas mulheres negras como *produtoras* de bens, alimentos e da própria reprodução da vida nas casas grandes e *reprodutoras* de “nova mercadoria” escravizada, “fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro” (Nascimento, 2021, p. 56). Esses papéis, reforçam, são mantidos e reproduzidos por meio do emprego doméstico e pela exploração sexual, e cristalizados pelo baixo acesso à educação e a preponderância do “critério racial”, que impede sua ascensão nos moldes acessados pelas mulheres brancas.

O segundo, que se tornou sua contribuição mais conhecida nessa temática, trata das possibilidades afetivas e sexuais das mulheres negras, entrelaçando-a de forma precursora à questão das famílias negras, que, depois, se tornaria material de análise central a feministas negras, mas também a amplos debates sociológicos e historiográficos no Brasil. De acordo com

a autora, por conta de sua posição laboral, mais uma vez relacionada aos papéis exercidos durante o escravismo, a mulher negra termina por constituir-se no sustentáculo econômico e laboral das famílias negras, que, “grosso modo, não obedece aos padrões patriarcais, muito menos os padrões modernos de constituição nuclear. São da família todos aqueles (filhos, maridos, parentes) que vivem as dificuldades de uma extrema pobreza” (Nascimento, 2021, p. 233). Consequentemente, e por virtude da dupla jornada, o homem negro teria na “mulher negra economicamente ativa um meio de [...] sobrevivência” (Nascimento, 2021, p. 234). Em contrapartida, às mulheres negras que alcançavam alguma especialização profissional e rompiam a barreira da pobreza e, por isso, tornavam-se ameaçadoras aos seus pares, restava a solidão. Em virtude de sua convivência em uma sociedade que privilegia os padrões estéticos brancos, o destino das mulheres negras, com um “trânsito afetivo extremamente limitado”, seria a solidão ou a conexão a “alternativas onde os laços de dominação podem ser afrouxados”. Na contramão desse diagnóstico árido e bastante atual na crítica feminista negra, Nascimento conclui o texto afirmando as possibilidades emancipatórias intrínsecas a essa condição:

No contexto em que se encontra, cabe a essa mulher a desmistificação do conceito de amor, transformando-o em dinamizador cultural e social (envolvimento na atividade política, por exemplo), buscando mais a paridade entre os sexos do que a “igualdade iluminista”. Ao rejeitar a fantasia da submissão amorosa, pode surgir uma mulher preta participante, que não reproduza o comportamento masculino autoritário, já que se encontra no oposto deste, podendo assim, assumir uma postura crítica intermediando sua própria história e seu ethos (Nascimento, 2021, p. 235).

À trajetória de Beatriz Nascimento soma-se a de Lélia Gonzalez, a “principal intelectual pública” do MMN (Rios, Maciel, 2017). Resultado de um processo de transformação pessoal que envolveu a emergência da consciência racial após um intenso branqueamento e afastamento da população negra (Ratts, Rios, 2010), os primeiros escritos de Gonzalez a que temos acesso datam do fim da década de 1970, estendendo-se, como os de Nascimento, até o início dos 1990. Com uma produção marcadamente

interdisciplinar e crescentemente centrada nas manifestações da cultura e da política negra, Gonzalez publicaria em 1979, o texto “Mulher negra: um retrato”, no *Lampião da Esquina*, e produziria “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica”, publicado em 1982 na coletânea *Lugar de Mulher*, e “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra”, publicado de forma inédita na coletânea de 2020.²

Nos dois últimos, temos elementos fundamentais para a compreensão das articulações de raça, gênero e classe em seu pensamento, ainda acrescidos de reflexões sobre outras questões, como os fluxos migratórios e a diferença regional no Brasil. Aprofundando-se no debate do capitalismo dependente e dos trabalhos sobre a integração da população negra na modernidade industrial brasileira, Gonzalez apresenta uma análise sobre a forma como “o gênero e a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, ‘coincidentemente’, pertencem exatamente às mulheres e à população negra” (Gonzalez, 2020, p. 22). No interior das classes subalternas, estes vão constituir a “massa marginal” do capitalismo brasileiro - face “não funcional” do exército industrial de reserva, decisivamente excluída do processo de desenvolvimento. Isso porque “tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista”, mas:

[...] mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício [...], recebe[ndo] seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos (Gonzalez, 2020, p. 29).

Especificamente no que diz respeito à posição ocupada pelas mulheres negras, é também nesses textos que terão início as elaborações sobre a

2. Todos os textos de Gonzalez serão citados com sua localização na coletânea “Por um feminismo afro-latino-americano” (2020), organizada por Flávia Rios e Márcia Lima.

“tríplice discriminação das mulheres negras e seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2020, p. 48), bem como a manutenção da discriminação e da subordinação social dessas mulheres, mesmo com as transformações no mundo do trabalho nas décadas precedentes. Por meio de análises estatísticas e observações, Gonzalez poderá inferir que, a despeito da industrialização, “da feminilização dos setores burocráticos de mais baixo nível [...] (prestação de serviços em escritórios, bancos etc.)”, e da formação das classes médias brasileiras, as mulheres negras continuaram majoritariamente concentradas no serviço doméstico e em outras funções de “serventes” e ocultas, nas quais são expostas não apenas à sobrecarga de trabalho remunerado e familiar, mas também à exploração sexual. Isso por conta de uma “seleção racial” na contratação que, no caso da indústria, “favorece muito mais a operária branca ou ‘morena’ do que a negra”, e, no caso dos serviços, teria por justificativa, quando não a ausência de qualificação educacional suficiente, a demanda por “boa aparência”, o que ela traduz da seguinte maneira: “que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas” (Gonzalez, 2020, p. 50). Em ambos os textos, encontra-se também uma crítica direta e aguda ao ocultamento da questão racial nos debates feministas, diagnosticada como um sintoma, por um lado, do atraso político dos grupos organizados de mulheres no Brasil e, por outro, da “grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca” (Gonzalez, 2020, p. 53), centrada na questão do emprego doméstico e no apagamento da questão racial das análises de classe.

Nos anos seguintes, seus textos avançarão sobre uma série de aspectos do racismo brasileiro e análises das relações raciais e de gênero no interior dos movimentos sociais, além de proposições de chaves analíticas e políticas centrais à unificação das lutas negras na diáspora africana. Entre essas contribuições, deve ser frisado o desenvolvimento sobre os aspectos ideológicos da dominação, baseados nas persistentes representações sociais das mulheres negras formuladas no interior do “mito da democracia racial brasileira” e descritas em profundidade no texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de 1983. Nele, Gonzalez se concentra nas figuras da mucama e da mãe preta da escravidão e seus desdobramentos e consequências contemporâneas. No caso da primeira, a dupla função desempenhada pela mucama - a “amásia escrava” e “ama de leite” (Gonzalez, 2020, p.

72), cujo trabalho deveria “manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande” (Gonzalez, 2020, p. 46) - enquanto “função trabalho” e “função sexo” se reflete no cotidiano das trabalhadoras domésticas, sobrecarregadas e com papel de sustentáculo nas famílias e comunidades negras, e na imagem da mulata hipersexualizada do carnaval. Ao inverter os lugares sociais de negros e brancos, com os primeiros ocupando os papéis de reis e rainhas, o carnaval representa a reencenação cíclica do mito da democracia racial, com a mulata reciclando também seu lugar de “desordem na ordem constituída do cotidiano” (Correa, 1996, p. 41), um argumento que Gonzalez constrói em diálogo com Heleieth Saffioti, para quem as relações sexuais entre senhores e escravas constituíram, “na pessoa do mulato, a forma de um foco dinâmico de tensões sociais e culturais” que “paulatinamente, minava a ordem estabelecida” em suas dimensões econômicas e familiares (Saffioti, [1969] 2013, p. 236). Assim, a exaltação da mulata carnavalesca ofereceria “provas concretas da ‘democracia racial’ brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 51).

Seus trânsitos pelo Brasil e pelo mundo, promovendo e inserindo-se numa circulação intensa, inter-regional e transnacional de ideias (Perry, Sotero, 2020), foram fundamentais na construção de seu pensamento. Como sua precursora, Thereza Santos (Rios, 2014) e diversas outras ativistas, e abrindo caminho para uma geração de militantes que se moviam muito, como Luíza Bairros, entre 1974 e 1988, Lélia já participava, de forma autônoma ou na qualidade de representante do NZINGA - Coletivo de Mulheres Negras e do MNU, de uma série de eventos nacionais internacionais e apresentava alguns de seus mais importantes trabalhos em outros países. Além de ter ido diversas vezes aos Estados Unidos, esteve em pelo menos dez países da África, Europa e América Latina, traçando diálogos com ativistas e intelectuais como Angela Davis, Stokely Carmichael, Molefi Asante, Carlos Moore e Anani Dzidzienyo, com notáveis impactos, por exemplo, no desenvolvimento da ideia de amefricanidade. No Brasil, sua atuação promoveu a formação de diversas organizações, como o GT Mulheres no Movimento Negro da Bahia e o Coletivo de Mulheres Negras Mãe Andresa, no Maranhão, ainda ativo, ambos espaços extremamente relevantes para o MMN. Com relação a essas movimentações - viagens, constituição de parcerias, trocas de conhecimento e estratégias e, incluso, mesmo da prática de “traduções solidárias” no interior dos movimentos

(Cardoso, 2012, p. 215) -, que permitiram o avanço do pensamento feminista negro no Brasil, destaco o que afirmam Alex Ratts e Flavia Rios: “Eram o movimento negro contemporâneo e a organização de mulheres negras em formação” (Ratts, Rios, 2010, p. 131-132; Bairros, 2000).

De Bertioga a Pequim: a institucionalização do movimento de mulheres negras

O período iniciado nos anos 1980, com a segunda metade da Década Internacional da Mulher e a aproximação do centenário da Abolição, em 1988, que intensificaram os debates e ações dos movimentos, também foi marcado por encontros estaduais, regionais, nacionais e transnacionais que ajudaram a moldar as pautas e impulsionar a organização coletiva, os processos de institucionalização dos movimentos e a produção de conhecimento das mulheres negras brasileiras.

O processo preparatório para a III Conferência Mundial das Mulheres, em Nairóbi, e o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em Bertioga, ambos em 1985, são alguns dos pontos centrais desse percurso. Para o primeiro deles, foi preparado o texto “Mulher Negra”, produzido por Sueli Carneio e Thereza Santos, ambas integrantes do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, um diagnóstico das diferenças socioeconômicas entre mulheres negras e outros grupos e afirmando a ausência da “variável de cor” nos estudos sobre as mulheres produzidos durante a Década da Mulher, impedindo que as “as mulheres negras pudessem se beneficiar largamente dos estudos em questão”. Apesar da ínfima quantidade de informação estatística sobre as mulheres negras afirmada pelas autoras, o estudo reúne dados para um perfil socioeconômico dessas mulheres em São Paulo em termos de trabalho, educação, mercado e remuneração, constituindo “a análise estatística mais abrangente do status das mulheres negras no Brasil”. De outro lado, analisando as divergências de status entre mulheres brancas e negras, Carneiro e Santos afirmam que a “pretensa unidade fundada numa noção compartilhada de feminilidade” (Caldwell, 2000, p. 96-7) vinha gerando mais conflitos e tensões do que proximidades. Apontando caminhos para a igualdade, o estudo, desenvolvido em um contexto de disputa por recursos institucionais e representação

das mulheres negras no Conselho (Silva, Wolff, 2013), se tornou uma referência central para os movimentos e trabalhos sobre as mulheres negras.

Já o encontro de Bertioga tornou-se conhecido pelo problema gerado pela negação de participação de uma delegação de mulheres, em sua maioria negras e habitantes de comunidades no Rio de Janeiro, que chegaram ao evento em um ônibus. Nas palavras de Jurema Batista, militante negra presente, esse problema fez com que se produzisse “um encontro paralelo” (Cardoso, 2012, p. 189), operando como “pedra de toque para a mulherada [negra] se deslanchar no mundo, para reivindicar seus espaços” (Cardoso, 2012, pp.189-90). Como nota Batista, além do conflito em torno da participação das mulheres que chegavam naquele ônibus, os debates que se seguiram tornaram notáveis as divergências entre as concepções de mundo das feministas organizadas no evento e das mulheres negras, “até porque elas viam o mundo de outro ponto de vista, que era o de mulheres de classe média, cheias de informação” (Cardoso, 2012, p.189-90). Ao relatar o evento a Rodrigues (2006), Luíza Bairros relaciona as diferentes perspectivas sobre maternidade e família, para ela inevitáveis, às próprias variações nas formações familiares negras e brancas e no papel assumido pelas mulheres negras nesses contextos, já discutidos.

O texto de Carneiro e Santos (1985) faz notar que esses eram apenas alguns dos pontos de conflito entre mulheres negras e brancas, muitos dos quais tornaram-se base para o desenvolvimento de perspectivas próprias das mulheres negras organizadas (cf. Lemos, 1997). Nesse sentido, Bertioga e outros encontros em que foram reafirmadas as insatisfações e divergências das mulheres negras com o movimento feminista, desembocaram na constituição do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, na cidade de Valença, Rio de Janeiro. Realizado com a presença de cerca de 450 mulheres de todas as regiões brasileiras, o I ENMN foi preparado ao longo de um ano e teve como foco a definição da plataforma política das mulheres negras, o que é evidenciado no I Boletim do encontro:

Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um “racha” nos movimentos sociais como alguns nos acusam. Nosso objetivo é que *nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o*

branco, ou da mulher branca. (Silva, 2014, p. 22; Rodrigues, 2006, p. 176, destaques meus)

A amplitude temática do encontro, com quinze grupos de discussão, todos intitulados *Mulheres negras e [...]*,³ é demonstrativa da tentativa de construção de uma perspectiva própria e que abrangesse as várias filiações das mulheres presentes, não sem uma série de tensões e conflitos. Importantes relatos e comentários críticos do evento publicados na imprensa alternativa por autoras como Lélia Gonzalez, com o texto “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social” (Gonzalez, 2020), Sueli Carneiro, o texto “Projeto Nacional: a organização de mulheres negras e as perspectivas políticas”, publicado na *Revista Cultural Vozes* em 1990, e a série de relatos do evento no *Nzinga Informativo*, reafirmam a importância da iniciativa e os temas discutidos.

O quadro de organização coletiva sistemática e sequencial, bem como as condições políticas, em particular o fechamento do Estado nacional aos movimentos sociais com o governo de Fernando Collor, levaram a processos de institucionalização do movimento de mulheres negras, descritos por Rios (2019) como “institucionalização pública não estatal”, isto é, a proliferação de organizações na sociedade civil e a “profissionalização das lideranças, a especialização de suas associações e, sobretudo, a intensificação do apoio internacional das fundações e dos organismos multilaterais” (Rios, 2019, p. 256). Principalmente nas regiões Sul e Sudeste, organizações como o Criola, de 1985, o Geledés - Instituto da Mulher Negra, de 1988, e o Maria Mulher, formado em 1987, se tornaram importantes agentes institucionais e, com a participação de importantes intelectuais dos movimentos de mulheres negras, redutos de produção de conhecimento político e especializado.

Um excelente exemplo dessa produção são os *Cadernos Geledés*, publicados originalmente entre 1991 e 1993, com os temas “Mulher negra e saúde”, “Esterilização: impunidade ou regulamentação?”, “Não à pena de morte” e “Mulher negra”. Cada um deles possuía entre três e seis textos

3. Organizações da sociedade civil; trabalho; educação; legislação; mito da democracia racial; ideologia do embranquecimento; sexualidade; meios de comunicação; arte e cultura; sua história na África e no Brasil; políticas de controle da natalidade; saúde; violência; estética; sexismo (Silva, 2014, p. 34).

curtos produzidos a partir dos debates e atividades do Instituto e tinha em sua ficha técnica importantes e conhecidas militantes e intelectuais, como Edna Roland, Nilza Iraci, Solimar Carneiro e Sueli Carneiro, entre outras. Além de questionamentos a temas de interesse a outros movimentos e públicos, como o número exorbitante de partos cesáreos realizados no Brasil e as condições do planejamento familiar e contracepção para as mulheres, em particular na região Nordeste, e a imposição da pena de morte de forma prevalente, à população negra e pobre, os *Cadernos* são centrados em temas importantes para a organização coletiva e as condições socioeconômicas das mulheres negras. Uma quinta edição foi publicada em 1995, editada por Matilde Ribeiro, Fátima Oliveira e Nilza Iraci, sob o título “A mulher negra na década: a busca por autonomia” e faz referência aos encontros do período.⁴

Um aspecto bastante relevante dos *Cadernos* é a questão da saúde, central ao movimento de mulheres negras, que ocupa integralmente os volumes I e II, com destaque para os textos de Edna Roland e Elza Berquó. As discussões perpassam a caracterização geral das condições de saúde e acesso a cuidados dessas mulheres, considerando a pobreza, os níveis educacionais e o trabalho doméstico remunerado; a ausência do marcador racial nas estatísticas e na formulação e aplicação das políticas públicas; dados de pesquisas nacionais e internacionais que indicam as diferenças em fecundidade, mortalidade infantil, problemas de pressão arterial, diabetes, câncer de mama e colo do útero, entre outras questões; as formas de tratamento das beneficiárias das políticas de saúde, tidas como “incapazes de assumir o real controle sobre sua reprodução [...], induzindo-as ao uso de métodos irreversíveis, como laqueaduras” (C1, p. 15); a incidência de HIV; o aborto e os direitos reprodutivos, relacionados à discussão da esterilização; e a saúde mental.

A centralidade da discussão sobre saúde e direitos reprodutivos vai culminar na Declaração do Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos, organizado pelo Geledés em Itapeverica da Serra, São Paulo, em 1994. Elaborada no âmbito do processo preparatório para a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, em 1994, no

4. Trechos disponíveis em: https://acervo.casasuelicarneiro.org.br/item/arquivo/asc_001811 . Acesso em: 14 mar.2025

Cairo, e com ampla participação dos movimentos de mulheres negras, o documento sustentava que o Estado brasileiro tratava a reprodução como questão pública, alvo de regulação e legislação, e, contraditoriamente, “os meios de manutenção da vida – habitação, saúde, educação, alimentação e trabalho – como questão privada”, o que representava uma “inversão de papéis” (Declaração de Itapeperica da Serra, 1993, p. 3 *apud* Rodrigues, 2006, p. 182). Segundo Rodrigues, ao demandar liberdade reprodutiva, condições de vida e serviços eficazes e humanos de saúde e planejamento familiar, o movimento de mulheres negras antagonizava, a um só tempo, com as posições que prevaleciam no movimento negro – que defendia que qualquer forma de controle de natalidade representava um instrumento do genocídio da população negra empreendido pelo Estado – e no movimento feminista – que, por sua vez, almejava “a completa desregulamentação das práticas de controle de natalidade” (Rodrigues, 2006, p. 183). Em contrapartida, a declaração afirmava a responsabilidade do Estado em conferir as condições necessárias ao exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos, com autonomia para o controle reprodutivo, garantindo acesso a serviços de saúde de qualidade tanto para a gravidez como para o abortamento (Ribeiro, 1995).

Outro destaque dos *Cadernos* é o papel dos processos de organização coletiva e social das mulheres negras, entendido, de forma ampla, como processo de troca e diálogo entre mulheres e de formulação de exigências políticas ao Estado, desempenhado nos movimentos sociais, mas também em espaços como terreiros de candomblé. O papel dos grandes encontros é sublinhado no quarto caderno, como central para o trânsito de conhecimento e ativismo que caracteriza a produção sobre gênero e raça e, mais especificamente, sobre as mulheres negras nesse período. Outros encontros - como, destacadamente, o II ENMN, que aconteceu em Salvador em 1991 - trouxeram importantes debates ao movimento, como a diferença regional e a questão do conhecimento legitimado (Santos, 2016). Embora esses debates tenham alargado as compreensões do movimento e tragam grande contribuição para o debate público, eles seguem sub analisados na literatura.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Pequim, é um marco, com ampla participação das mulheres negras. Ainda que “sem definição de estratégias próprias como movimento” (Ribeiro,

1995, p. 451), a atuação de mulheres como Jurema Batista, Wânia Sant'Anna e Benedita da Silva (Lemos, 1997), possibilitou a troca de experiências e atividades que culminaram no documento *Propostas das Mulheres Negras Latino Americanas e Caribenhas para Beijing*, com suas posições organizadas em 15 pontos para o Plano de Ação Regional e a Plataforma de Ação da Conferência (Ribeiro, 1995). Esse esforço e as parcerias realizadas levaram à inclusão do racismo no plano mundial das discussões, como um fator central na exclusão social vivenciada pelas mulheres. Como salientam Ribeiro (1995) e Lemos (1997), a conferência representou um amadurecimento das alianças entre militantes negras e brancas. Levou, ainda, à rearticulação da Rede de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, fundada em 1991-2. Rodrigues (2006) também salienta um salto de amadurecimento na reflexão sobre a articulação de gênero e raça, que se desloca da ideia de somatória, predominante nos anos 1980, para formulações mais próximas à discussão do perspectivismo e dos diferentes lugares de produção de interpretações sobre a sociedade.

Essas questões são discutidas em profundidade e com nuances nos textos de Luíza Bairros e Matilde Ribeiro, ambos integrantes do Dossiê Mulheres Negras,⁵ coordenado por Matilde Ribeiro e publicado na Revista Estudos Feministas em 1995. Nesse mesmo dossiê, encontram-se textos de Sueli Carneiro, Angela e Onik'a Gillian, Edna Roland, Marcia Lima, a tradução de “Intelectuais negras”, de bell hooks, entre outros. Praticamente todos se tornaram referência central para os diferentes estudos sobre mulheres negras no Brasil nas décadas seguintes, indicando o importante papel indutor dos dossiês temáticos na veiculação do pensamento das mulheres negras no país (Rodrigues; Freitas, 2023).

O ponto de virada

Apesar dos grandes avanços nos movimentos de mulheres negras e nos diálogos feministas com relação a gênero e raça que se deram no intervalo entre a Década da Mulher e Pequim, em meados da década de 1990, a situação geral da produção de conhecimento sobre as mulheres negras ain-

5. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/301>. Acesso em: 20 abr.2025

da não havia sido alterada significativamente. Nesse contexto, dois textos tornaram-se referências para a crítica da ausência dos estudos sobre gênero e raça na academia brasileira. De formas aproximadas, Sandra Azerêdo (1994) e Kia Caldwell (2000) refletem sobre os estudos feministas no Brasil, informando que, embora o campo e a agenda de estudos feministas e sobre mulheres no Brasil tenham sido influenciados pelo desenvolvimento da área nos Estados Unidos (Azeredo, 1994), acessado e se valido de reflexões em outros contextos (Caldwell, 2000), as vastas e crescentes críticas e contribuições de mulheres não brancas nesses países não encontraram paralelos aqui. A falta de traduções, debates, dados estatísticos que cruzassem raça e gênero e da consideração de experiências das mulheres não brancas na tradição acadêmica nacional estaria em grave desencontro com a composição racial brasileira e com debates que, já na década de 1980, atingiam um primeiro ápice na militância feminista do país. Além disso, a invisibilidade das contribuições de feministas negras sinalizaria o entendimento dessa produção como secundária ou mesmo irrelevante em relação à experiência feminina “universal”, tornando o campo dos estudos feministas brasileiro cúmplice do silenciamento do debate público sobre raça no Brasil. Como evidência de um padrão na intelectualidade feminista brasileira, o de relegar a responsabilidade de tais estudos exclusivamente às mulheres negras, deixava-se subentendido que apenas os sujeitos não brancos são marcados pelo processo de racialização.

As críticas dessas autoras, com algumas exceções notáveis,⁶ antecedem um momento de virada nos MMN e na produção intelectual sobre gênero e raça no Brasil. Fortalecidas pelo processo de institucionalização do movimento, a partir de 1995, as crescentes relações com o Estado, estabelecidas, primeiro, com o governo Fernando Henrique Cardoso e, depois, durante o ciclo petista, proporcionarão, até o início dos anos 2010, a “institucionalização pública estatal” do movimento (Rios, 2019), com o desenvolvimento de órgãos, leis, secretarias, políticas, entre outros, que garantirão o avanço das pautas dos movimentos com o Estado.

Um ponto fundamental dessa trajetória é a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias

6. Ver: Giacomini, 1988; Corrêa, 1996, 2000; Kofes, [1990] 2001 e Cadernos Pagu (ns. 6 e 7, 1996).

Correlatas, em Durban, África do Sul. Nas palavras de Luíza Bairros, um verdadeiro “ponto de inflexão no enfrentamento ao racismo no Brasil” (Alvarez, 2012, p. 838), em particular no que diz respeito à responsabilização e aos compromissos assumidos pelo Estado com relação à desigualdade racial, com ênfase na discussão da reparação e das políticas afirmativas, Durban trará significativos desenvolvimentos institucionais, como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, as quais articularão políticas centrais à população negra e às mulheres, como a Política de Saúde Integral da População Negra, o pacote de direitos às trabalhadoras domésticas, as políticas de ações afirmativas para universidades e concursos públicos e a titularidade preferencial feminina; entre outros.

Vale notar que a conferência foi marcada pelo amadurecimento político e institucional do movimento de mulheres negras, com grande presença no evento, e representadas pela eleição de Edna Roland como Relatora-Geral. Esse protagonismo, em parte derivado do aprendizado institucional e político obtido a partir das disputas e parcerias com o movimento feminista (Abdalla, 2023a), contribuiu para o reconhecimento crescente das imbricações entre raça e gênero e para o incremento do capital político das mulheres negras no interior dos movimentos antirracistas, alterando suas posições nesses movimentos. Ele será registrado em um dossiê na *Revista Estudos Feministas*, dessa vez coordenado por Luíza Bairros e intitulado “III Conferência Mundial Contra o Racismo”.⁷ O dossiê conta com sete textos, depoimentos críticos sobre a Conferência e o processo preparatório, de importantes militantes e intelectuais negras brasileiras, como Sueli Carneiro, Nilma Bentes, Alzira Rufino, Wânia Sant’Anna e Guacira de Oliveira, além de dois textos de autoras norte americanas, Kimberle Crenshaw e Mailei Blackwell e Nadine Naber, e um relato da militante indígena Eliane Potiguara. Os textos discutem os diferentes processos, ganhos e dificuldades durante a Conferência e os processos preparatórios, com destaque para o papel das mulheres negras brasileiras, o papel da Associação das Mulheres Brasileiras (AMB) como evolução das relações entre mulheres negras e brancas e do feminismo brasileiro e a atuação da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), consti-

7. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/i/2002.v10n1/> . Acesso em abr.2025

tuída no processo preparatório e gerenciada por integrantes do Criola, do Geledés e do Maria Mulher.

Um ponto importante, registrado nos depoimentos de Bentes e Rufino, é o das diferenças (e até mesmo desigualdades) entre as organizações e militantes negras. Os textos salientam as diferenças entre organizações - o “conhecimento de outras línguas, sobretudo o inglês, as entidades mais bem organizadas e com experiência em conferências mundiais” (Bairros, 2002, p. 231), as “reuniões de portas fechadas, informações retidas nas mãos de alguns/algumas, negociações não debatidas e a história contada pela metade” e o “caciquismo” (p.217) - que alteraram suas possibilidades de acesso aos espaços e debates. Inscrito nas trajetórias do MMN, o debate sobre as diferenças - de perspectivas, trajetórias e capital político e/ou econômico, seja das organizações ou das militantes - toma corpo com a Conferência, em particular com a formação da AMNB. Logo após Durban, em 2003, é formado o Fórum Nacional de Mulheres Negras que, com maior participação de mulheres do movimento negro e associações de base, antagoniza por um período com a AMNB, com impactos políticos distintos, em uma disputa por legitimidade e representatividade no MMN (Rodrigues, 2006). Ainda que tal antagonismo pareça ter se dissolvido com o tempo, tais diferenças seguem gerando tensões no feminismo negro brasileiro, com lugar marginal, se algum, na maior parte das análises.

Também tem destaque o “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, apresentado por Kimberle Crenshaw em uma oficina durante o processo preparatório da conferência. Esse texto marca a “chegada” da discussão sobre a interseccionalidade, um dos novos termos que, contando com uma recepção progressiva da academia (Piscitelli, 2008) e um estudo animado pelos estudantes cotistas, passa a ocupar os debates acadêmicos e também dos movimentos sociais (Abdalla, 2023a) - ainda que, como vimos, essa questão já estivesse presente de diferentes formas nos debates propostos por intelectuais negras brasileiras.

Entre as diversas políticas públicas e espaços institucionais inaugurados nesse período, as ações afirmativas em universidades públicas - iniciadas em nível estadual em 2003 e determinadas nacionalmente pelo Supremo Tribunal Federal em 2012 - são de particular importância. Juntamente à intensificação do trânsito de pautas e questões no MMN na esfera pública

e ao avanço da formação de ativistas, temos, já na primeira metade dos anos 2000, uma leva de importantes teses sobre gênero e raça, em particular sobre temas caros ao MMN e suas trajetórias organizativas. Trata-se dos trabalhos de doutoramento de: Cristiano Rodrigues (2006), defendido na Universidade Federal de Minas Gerais, que recupera a trajetória do movimento de mulheres negras nacional, com singulares registros das tensões em seu interior; Núbia Regina Moreira (2007), na Universidade Estadual de Campinas, que analisa essa trajetória com foco em São Paulo e Rio de Janeiro; Jurema Werneck (2007), na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que emprega a figura da *ialodê* dos candomblés para compreender as trajetórias de sambistas negras; Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008), na Unicamp, centrada na discussão sobre a solidão da mulher negra, a partir de entrevistas com mulheres negras militantes e não militantes em Salvador; e Sônia Beatriz dos Santos (2008), defendida na Universidade do Texas em Austin, um estudo sobre as organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras no Rio de Janeiro e em Porto Alegre e suas ações e papel na organização de suas comunidades. Alguns desses trabalhos foram publicados como livros na década seguinte, ganhando maior circulação. Além deles, um conjunto de produções voltadas à sistematização e discussão das obras de intelectuais negras, com destaque para Beatriz Nascimento, no trabalho de Alex Ratts (2006), e, sobretudo, Lélia Gonzalez, nas teses de Raquel Barreto (2005) e Elizabeth Viana (2006), além do livro de Alex Ratts e Flávia Rios (2010), dão início a processos de consagração dessas autoras, em especial Gonzalez, abrindo caminho para iniciativas diversas, com destaque para as coletâneas *Primavera para as rosas negras*, de 2018, e *Por um feminismo afro-latino-americano*, de 2020.

Importa também, ainda, a incorporação dessas questões pelas instituições. O caso mais evidente é a produção do trabalho *Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça*,⁸ iniciado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA) em 2004, com leituras recortadas e interseccionais dos dados recolhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tendo por objetivo subsidiar a produção de políticas públicas e acompanhar sua implementação.

8. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/estudos-e-pesquisas-do-ipea/apresentacao>. Acesso em: 20 abr. 2025

Essa expansão é capitaneada por pesquisadoras e pesquisadores negros envolvidos de diferentes maneiras com os movimentos e temáticas estudadas. Além de figuras com longa trajetória de atuação, como Jurema Werneck e Ana Cláudia Lemos Pacheco, jovens formadas pelas políticas de ações afirmativas vão constituir uma nova geração nos movimentos de mulheres negras (Rios; Maciel, 2017). Focada na educação, essa geração buscará expandir a formação para além dos espaços formais de conhecimento, a partir da “valorização do conhecimento produzido dentro e fora da acadêmica, como os terreiros, as comunidades tradicionais e os demais saberes produzidos em espaços não hegemônicos” e, por isso, privilegiará as trajetórias de mulheres negras com experiências marcantes de organização comunitária, entendidas como produtoras de conhecimento. A preocupação com a partilha do conhecimento levará à constituição de espaços de formação facilitados pela democratização da internet, ampliando os fluxos de troca entre academia e movimentos sociais, buscando construir “novos referenciais para nortear a prática política a partir do pensamento e reflexões feministas e antirracistas” (Rios, Maciel; 2017, s/p). Envoltos em um contexto de “embates sobre desigualdade social, autoridade e conhecimento, largamente influenciados pelo acesso de integrantes de grupos racialmente subordinados à universidade” (Pereira, 2016, p. 62), bem como em disputas cada vez mais acirradas sobre a validade das cotas, a relevância de produzir conhecimento a partir das perspectivas das mulheres negras e, no limite, o acesso ao espaço acadêmico, essa ampliação dos temas e preocupações de pesquisa (Lima, 2018) estará sujeita à crítica no que diz respeito à sua importância e legitimidade, assim como ao questionamento dos limites entre ativismo e academia.

Explosão e pluralização dos feminismos negros no Brasil

A partir dos anos 2010, temos um momento de ampliação e pluralização do campo dos movimentos e feminismos de mulheres negras no Brasil, o que tem relação com a segmentação de identidades políticas e formas de militância iniciada no pós-Durban e intensificada com a formação de espaços representativos para diferentes grupos. Nesse sentido, a colocação de Jurema Werneck de que “as mulheres negras não existem” (Werneck,

2010, p. 10) enquanto grupo unitário, fixo e necessariamente dotado de interesses e estratégias convergentes é explicada por Luíza Bairros:

[A partir de Durban] Você começa a assistir a um processo que a gente ainda não discutiu tanto quanto deveria, no qual vão se especificando outras identidades entre as mulheres negras, e isso aconteceu muito rapidamente. [...] É como se, em determinado momento, mulher negra tivesse deixado de ser uma categoria universal, porque não representa mais todas as possibilidades dessa experiência numa sociedade como a brasileira (Alvarez, 2012, p. 840-841).

Seguindo a constatação de Bairros, nesse período, marcado por sucessivas crises política, econômica e social, temos uma nova virada geracional no feminismo negro brasileiro (Rios; Maciel, 2017), com impactos também na produção de conhecimento. Constituída por uma variedade de denominações e subgrupos - feministas interseccionais, mulheristas africana, feministas periféricas, entre outras - organizados principalmente por meio das redes online (Lima, 2024), que se tornam “[um] espaço comunitário de troca de experiências, informações e ideias” (Rios; Maciel, 2017), mas também de eventos como *slams*, saraus, acampamentos e outras formas “não institucionalizadas” de construção da política, essa virada geracional insere uma série de novos temas e estilos de militância, criando novas formas de atuação e fomentando um fluxo de debates e questões na esfera pública.

Com relação às temáticas, a nova geração de feministas negras influenciará o tratamento de debates e demandas “ainda negligenciadas ou que foram insuficientemente trabalhadas pelas gerações anteriores” – tais como afetividade, colorismo, estética, autocuidado e sexualidade, com destaque para as demandas de mulheres lésbicas e transsexuais -, que se reverte em uma produção crescente sobre temas como a “solidão da mulher negra” e “transição capilar”, também articulados por pesquisadoras mais experientes do campo. A noção de “interseccionalidade”, que se tornou pauta nos anos 2000, é amplamente difundida, com crescente e diversificada incorporação no ativismo (Rios; Perez, Ricoldi, 2018; Lima, 2020) e na academia, o que tem levado uma ampliação de seus empregos, inclusive, para além do feminismo negro (Zanoli, 2019). Apesar disso, é notável que essa discussão permaneça centrada em um pequeno número de textos e perspectivas, como

os de Kimberle Crenshaw, com pouco avanço sobre as formas como intelectuais negras e o MMN trataram e disputaram essa questão e seus vários entendimentos ao longo de sua história e atualmente. Como resultado da pluralização do ativismo, por outro lado, algumas pesquisas se dedicaram a revisitar e atualizar o percurso dos movimentos e feminismos de mulheres negras (Figueiredo, 2018; Rios; Maciel, 2018; Rodrigues; Freitas, 2021), em alguns casos, centradas em contextos ou regiões específicas (Bispo, 2011; Ribeiro, 2016) ou nas novas formas de ativismo (Lima, S., 2020; Lima, D., 2024; Abdalla, 2023a).

Além disso, o crescimento da pesquisa ativista, articulada por noções como “escrivência” e “lugar de fala”, é perceptível tanto nas redes *online* e nos veículos da grande imprensa, como, para o que nos interessa, nos repositórios das universidades públicas.⁹ No que diz respeito às revistas científicas de maior circulação e espaços consagrados das Ciências Sociais e humanidades, ainda que com algum progresso, esses temas e pesquisadores continuam ocupando uma posição marginal,¹⁰ seja por conta dos estágios em que se encontram na formação acadêmica (Rodrigues; Freitas, 2023), que restringem o acesso a determinadas possibilidades de publicação e divulgação, seja pelo caráter frequentemente periférico das universidades a partir das quais produzem ou, ainda, pela resistência do campo científico a essas temáticas e métodos. Tal status conduziu, nesse período, ao lançamento de premiações e bolsas específicas, como os Prêmios Lélia Gonzalez e Luíza Bairros, da ANPOCS.

9. A pesquisa de Mattos; Silva; Mattos (2017,p.190) identificou, no período de 1987 a 2017, 817 teses ou dissertações no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES que consideravam as mulheres negras, a partir de 56 descritores. Uma busca nessa mesma base em abril de 2025, apenas pelo termo “mulher negra”, sem exclusão dos falsos positivos e considerando o período entre 2018 e 2025, retorna 2981 resultados, cerca de três vezes o número obtido por elas antes da exclusão dos falsos positivos. Dessa forma, é possível que tenha se alterado um dos achados daquela pesquisa - que, “para ‘enxergar’ os estudos sobre a mulher negra, se faz necessário ressignificar outras categorias que recolocam as mulheres negras como trabalhadoras, como ‘empregada doméstica’, ‘intelectuais negras’ e ‘baiana do acarajé’; personas artísticas, como baiana do samba e tias do samba, e, formas de sociabilidade, como ‘família negra’ e ‘família escrava’”.

10. De acordo com Rodrigues e Freitas (2023), entre 1992 e 2020, as revistas que mais publicaram textos dedicados ao feminismo negro e à interseccionalidade, a *Revista Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, tiveram cerca de 3% de suas publicações voltadas a esses temas, com grande relevância dos dossiês temáticos. Assim, concluem que a incorporação da intersecção de gênero, raça e etnia nos periódicos de melhor avaliação no Brasil, ainda que crescente, continua limitada.

O papel das emoções nas reflexões dessa geração, e mesmo na conformação de novas formas de ativismo (Lima, 2020), também é lido conjuntamente com o impacto constituído sobre o mercado de consumo (Rios, Maciel, 2018). A grande repercussão na esfera cultural obtida por blogueiras, youtubers e influenciadoras digitais em diferentes redes,¹¹ muitas das quais são alçadas ao lugar de referências em debates como estética, afetividade e autoestima, proporciona sua associação a produtos de diferentes segmentos, os quais procuram vincular-se a conteúdos políticos. Para Gleicy Silva (2019), as emoções passam a operar como mediador entre engajamento e consumo, com produtos e marcas voltadas a enaltecer a beleza das mulheres negras proporcionando a desconstrução coletiva de “sentimentos de desajuste” (Silva, 2019, p. 177). O poder de influenciar opiniões, estilos de vida e comportamentos dessa geração também envolve a produção direta de bens de consumo, assim como de festas e atividades culturais e comerciais. De toda forma, é notável o posicionamento do mercado como um espaço de conformação de “experiências identitárias de engajamento” (Silva, 2019, p. 176; Facchini; Carmo; Lima, 2020), bem como sua crescente relevância na análise dos feminismos negros brasileiros. Tais desenvolvimentos, vale dizer, são evidentes focos de conflito no interior de um feminismo negro que já carregava tensões em torno de diferenças de classe e representatividade da maioria das mulheres negras brasileiras.

As relações de continuidade com o movimento de mulheres negras “clássico” serão ainda desestabilizadas pela inicial rejeição dessa geração às formas “institucionalizadas” de militância, que tinham como interlocutor o Estado, vistas como limitadores e hierarquizantes. Essa recusa desembocará nos processos de “ocupação da política”, a partir dos quais jovens participantes de diferentes coletivos e iniciativas culturais, muitas delas identificadas com o feminismo negro, propõem entradas na política a partir de outras formulações, como as mandatas coletivas. Essas estratégias apontam para a indissociabilidade da cultura e da política no momento atual e a importância da representatividade como política de presença pautada nos corpos (Rodrigues; Freitas, 2021). Importantes referências de militância feminista negra, como as legisladoras Marielle Franco, Áurea Carolina,

11. Contudo, a atuação das novas gerações de feministas negras com relação à tecnologia ultrapassa a produção de conteúdo e o uso acrítico das redes sociais (Lima; Oliveira, 2020).

Talíria Petrone e Érika Hilton, serão formadas por meio dessas estratégias, que também contribuíram para a consolidação dos legados de mulheres como Benedita da Silva e Leci Brandão.

Nesse tema importante e ainda pouco trabalhado, a convivência entre as diferentes gerações e as questões - tensas ou harmônicas - que atravessam esses encontros, um exemplo importante é a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem-Viver, de 2015, que também inspirou alguns trabalhos.¹² Os relatos da Marcha levantados por Lemos (2016) evidenciam as tensões em torno de sua inserção na agenda do MMN, entre a defesa dos avanços institucionais dos governos petistas e as críticas às suas limitações e na constituição da cidadania das mulheres negras e os antagonismos entre os diferentes grupos de militância, expressos como acusações de “tentativas de centralização, apropriação e domínio” (Lemos, 2016, p. 250). Para Lemos, a ausência do termo “feminismo negro” nos documentos da Marcha se dá porque a discussão sobre o “feminismo negro” não havia sido “incorporada no discurso das ativistas que [a] propuseram e lideraram” (Lemos, 2016, p. 230), identificadas como “mulheres do movimento negro”, em oposição a “coletivos das ativistas e das mulheres negras sem atuação institucional, que atendiam ao convite para participar da Marcha” (Lemos, 2016, p. 250).

Além dessas questões, de cunho marcadamente geracional, foram retomadas e eclodiram divergências de longa data no movimento, como as questões de classe e região, que aparecem na crítica à falta de atenção dos comitês organizadores da Marcha às especificidades regionais na distribuição dos recursos e auxílios, bem como nos privilégios concedidos a um grupo de militantes, em detrimento da “massa militante”, questões que, como já pontuei, *sempre* integraram a trajetória do movimento, passando, nessa ocasião, a ser reconhecidas como resultantes de trajetórias e recursos desi-

12. Em abril de 2025, 14 trabalhos indexados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES se ocupavam diretamente das várias marchas de mulheres negras entre 2015 e 2023, quatro deles teses de doutorado. Já na Plataforma Scielo, apenas dois artigos, ambos escritos por veteranas do movimento tratavam da passeata, nenhum deles de forma central. Ainda, a Marcha de 2015 também foi objeto de um dossiê, dessa vez na Revista estadunidense *Meridians* (disponível em: <https://read.dukeupress.edu/meridians/issue/14/1>), que incluiu a tradução de uma série de textos já publicados há alguns anos, do manifesto da Marcha e de poemas de Conceição Evaristo, além de alguns textos de especialistas estrangeiras sobre feminismos e feminismos negros no Brasil.

guais, e não apenas como questões circunstanciais. Trata-se, afinal, de um momento em que a organização coletiva passa a ser vista como um “exercício constante de lidar com a diversidade” (Abdalla, 2023b), o que ainda não se refletiu suficientemente nas pesquisas e textos sobre o movimento. Esses processos não são apenas conflitivos, mas também produtivos, resultando, por exemplo, na especificação de tendências que permitem a ampliação das lentes analíticas do feminismo negro para diferentes realidades,¹³ além de novas estratégias a partir da composição de diferentes capitais políticos e públicos mobilizados pelas versões “clássica” e “contemporânea” do feminismo negro (Abdalla, 2023a). Portanto, essas relações devem ser analisadas em seus diferentes matizes, com ênfase na pesquisa empírica.

Cabe notar, nesse sentido, que os processos de resgate e consagração de intelectuais negras, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, iniciados na década anterior, são aprofundados com mais estudos (Pereira, 2016) e avançam para incluir diversas outras intelectuais negras que já produziam há décadas na academia e nos movimentos sociais, como Angela Figueiredo, Zelinda Barros, Zélia Amador de Deus, entre outras, que passam a gozar de maior reconhecimento e tornam-se foco de trabalhos e homenagens diversas. Esses processos de consagração são devidos, em grande medida, à demanda e pressão de estudantes ingressantes nas universidades por bibliografias mais inclusivas, o que também contribuiu para a ampliação dos fluxos e trocas com *black feminism* estadunidense, perceptível nas primeiras traduções “oficiais” desses trabalhos, décadas após sua publicação original - é o caso, por exemplo, de *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, publicado em 1981 e traduzido para o português em 2016; *Pensamento feminista negro*, de Patricia Hill Collins, publicado em 1990 e traduzido em 2020; além de diversas outras obras dessas mesmas e de outras autoras, com destaque para bell hooks. Algumas dessas intelectuais, em particular Davis, já nutriam relações de longa data com os movimentos negros e de mulheres negras brasileiras, contando também algumas visitas ao Brasil. A ampliação dos eventos com a participação dessas autoras e, sobretudo, dos públicos

13. Um exemplo é o feminismo afro-amazônida, cujo manifesto, lançado na Marcha de 2015, afirmava “o corpo da mulher negra afroamazônida como identidade e símbolo de uma resistência ancestral africana e indígena”, afetada principalmente pelo racismo ambiental e a degradação do meio ambiente, e a contribuição do protagonismo dessas mulheres no movimento de mulheres negras brasileiro (Ribeiro, 2023, p. 56).

que os frequentam - em alguns casos, dezenas de milhares de pessoas - é sintomática do crescente interesse em suas obras e trajetórias.

Conclusão

Um objetivo central desse texto foi evidenciar os diferentes flancos que demandam investimentos de pesquisa sistemáticos e criativos para avançarmos com relação ao entendimento dos movimentos e feminismos de mulheres negras no Brasil e seu potencial de contribuição para diversas questões debatidas na esfera pública. Como visto, alguns ganhos são contabilizados no que diz respeito à ampliação da produção acerca das mulheres negras, em especial na academia, e sua incorporação em estudos não centrados nas temáticas de gênero e raça entre os anos 1970 e o período atual, primeiro, de forma lenta e tímida e, a partir dos anos 2000, em particular de 2002, de forma mais sistemática e sustentada. A partir dessa breve leitura, auxiliada por revisões bibliográficas focadas em diferentes espaços de publicação e aspectos temáticos e de autoria, afirma-se a necessidade de continuidade e aprofundamento dos mapeamentos com recorte específicos para dar conta das diferentes localizações da pesquisa relativa às mulheres ou ao feminismo negro - em particular, aquela realizada fora dos eixos centrais de produção e difusão de conhecimento - e da circulação desses textos.

Quanto à interseccionalidade, talvez o principal construto teórico do feminismo negro incorporado em outros campos de pesquisa e, agora, decisivamente inscrita no debate público, é possível notar um movimento de detalhamento e discussão do conceito e de sua aplicação a diferentes objetos e áreas de pesquisa, ainda que boa parte da literatura o faça por meio de repetições e sistematizações de poucos textos, em sua maioria estrangeiros, sem avançar nos debates sobre as diferentes maneiras como o conceito foi constituído e pode ser pensado a partir das amplas e diversas práticas intelectuais e políticas de mulheres negras brasileiras e, tampouco, na investigação empírica e contextualizada das formas como esses entrecruzamentos aparecem e influenciam as experiências dessas mulheres, inclusive em suas interações intergrupo. Nesse sentido, ainda é necessário investir em pesquisas focadas nas trajetórias dos movimentos, em meio aos quais esses conceitos foram gestados e disputados nas últimas décadas, a partir

de bases documentais e pesquisa de campo com militantes e organizações, tendo em vista aprofundar os entendimentos - e, conseqüentemente, as operacionalizações possíveis - da interseccionalidade.

Com relação à consagração de intelectuais e especialistas com longa trajetória intelectual e/ou ativista, chamo atenção para o avanço desses processos para fora do eixo Sul-Sudeste, o que merece ser melhor tematizado, pois as diferenças regionais que constituem o pensamento e a atuação feminista negra no Brasil de forma não marginal, historicamente e no momento presente, ainda estão fora do escopo das pesquisas sobre esse campo. O mesmo vale para outras diferenças que marcam importantes passagens na formação dos movimentos e debates feministas negros e que seguem como menções pontuais, sem serem exploradas. Destaco duas centrais. A primeira, as trocas e fluxos nacionais e transnacionais - viagens, diálogos, traduções solidárias, correspondências e organizações transnacionais de movimentos negros e de mulheres negras - que favoreceram a formação de diversas especialistas, como Lélia Gonzalez e Luíza Bairros, entre muitas outras, e incidiram na formação do capital político dessas ativistas, em seu pensamento e na contribuição dos feminismos negros brasileiros para o pensamento afro-diaspórico. E a segunda, os debates sobre sexualidade e as relações com os companheiros de luta, que, em determinados momentos, operaram para conter e restringir a difusão do pensamento de importantes intelectuais negras, além de demarcar os contornos do campo feminista negro brasileiro, em imbricação com outras questões. Isso segue sendo reproduzido em pesquisas que desconsideram essas tensões no interior dos movimentos negros, principalmente, mas também sindicais, populares, entre outros, tratando-as como marginais ou simplesmente ignorando-as. Ainda que conflitos semelhantes tenham se dado no interior dos movimentos feministas, eles encontraram outros encaminhamentos e foram objeto de ricos debates que permitiram avançar na formulação e compreensão das estratégias, diálogos e reflexões das mulheres negras nesses contextos (Silva; Wolff, 2013). Como dito, essas diferenças têm caráter produtivo, incidindo diretamente na produção feminista negra brasileira, limitando-a ao registro de trajetórias no eixo Sul-Sudeste, à precária abordagem dos conflitos formativos e, por fim, das desigualdades que permeiam o campo.

Ainda a respeito das interações intragrupo, há muito a ser feito na compreensão das várias formas e estratégias de atuação de mulheres negras

brasileiras e, sobretudo, das interações - tensas ou fluidas, mas sempre negociadas e debatidas - entre grupos diversos, especialmente no contexto de grandes eventos e encontros. Ao assumir e colocar sob análise tais conflitos e diferenças, a pesquisa poderá contribuir para o conhecimento das formas e estratégias por meio das quais o feminismo negro vem lidando com sua imensa diversidade interna, com potencial de contribuir para outros campos de conhecimento preocupados com a articulação democrática, a organização coletiva e as relações entre Estado, sociedade civil e atores “para além” dela (Alvarez, 2014).

Referencias

ABDALLA, Julia S. *Feminismos negros e interseccionalidade: alianças, encontros e margens*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023a.

ABDALLA, Julia S. Exercising Diversity: From Identity to Alliances in Brazil’s Contemporary Black Feminism. In: PERRY, Keisha-Khan, MEDEIROS, Melanie (Eds.). *Critical Science Perspective on Black Women in Latin America and the Caribbean*. Rutgers University Press, 2023b.

ALVAREZ, Sonia. “Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros”, *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 384, set./dez., p. 833-850, 2012.

ALVAREZ, Sonia. “Para Além da Sociedade Civil: reflexões sobre o campo feminista”, *Cadernos Pagu* (43), jan./jun., p. 13-56, 2014.

AZERÊDO, Sandra. “Teorizando sobre gênero e relações raciais”, *Revista Estudos Feministas*, ano 2, p. 203-216, 1994.

BARRETO, Raquel. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação de Mestrado em História, PUC-Rio, 2005.

BAIRROS, Luiza. “Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994)”. *Afro-Ásia*, n.23, 2000.

BISPO, Silvana. *Feminismo em debate: reflexão sobre as organizações de mulheres negras em Salvador (1978-1979)*. Dissertação de Mestrado, NEIM/UFBA, 2011.

CALDWELL, Kia. “Fronteiras da diferença: raça e gênero no Brasil”, *Revista Estudos Feministas*, ano 8, vol. 2, p. 91-108, 2000.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2012.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. “Piecing together a genealogical puzzle: intersectionality and American pragmatism”, *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, III, 2, p. 88-112, 2011.

CORREA, Mariza. “Sobre a invenção da mulata”, *Cadernos Pagu*, 6-7, p. 35-50, 1996.

CRENSHAW, Kimberle. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1, p. 171-88, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe* [1981]. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava*. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris; LIMA, Stephanie. “Sujeitos, teias e enquadramentos: processos de mudança nos movimentos feminista, negro e LGBTI brasileiros”, *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41, 2020.

FIGUEIREDO, Ângela. “Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira”, *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

FREITAS, Viviane Gonçalves de. *De qual feminismo estamos falando?* Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. Tese de Doutorado, ICP/UnB, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por Um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Orgs.: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres*. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LEMOS, Rosália de Oliveira. *Feminismo negro em construção*. A organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, UFRJ, 1997.

LEMOS, Rosália de Oliveira. *Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. Tese de Doutorado, Escola de Serviço Social, UFF, 2016.

LIMA, Márcia. “Desigualdades raciais e políticas públicas. Ações afirmativas no governo Lula”, *Revista Novos Estudos*, vol. 87, jul., p. 77-95, 2010.

LIMA, Márcia. “A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das Ciências Sociais”, *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 1, p. 95-102, 2018 (*online*).

LIMA, Stephanie. *A gente não é só negro!:* interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. Tese de doutorado em Antropologia, IFCH/UNICAMP, 2020.

LIMA, Dulci C. *#Conectadas: feminismo negro nas redes sociais*. Bauru: Mireveja, 2024.

LIMA, Dulcilei; OLIVEIRA, Taís. “Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência. *Cadernos Pagu*, 59, 2020.

MATTOS, Bianca; SANTOS, Heloísa H. O.; MATTOS, Suzana. “Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país”. In: JOHAS, Bárbara; AMARAL, Marcela; MARINHO, Rossana (orgs.). *Violências e Resistências: estudos de gênero, raça e sexualidade*. Teresina: EDUFPI, 2020.

MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo*. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras* (Org.: Alex Ratts). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PACHECO, Ana Claudia L. “*Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar*”. Escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese de Doutorado, IFCH/ Unicamp, 2008.

PEREIRA, Ana Cláudia Jaquette. *Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social*. Tese de Doutorado, IESP/Uerj, 2016.

PERRY, Keisha-Khan; SOTERO, Edilza. “Amefricanidade: The Black Diaspora Feminism of Lélia Gonzalez”, *LASA Forum*, vol. 50, n. 3, p. 60-64, 2019. (Dossier El Pensamiento de Lélia Gonzalez, in legado y un horizonte).

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”, *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Kuanza, p. 126-129, 2006.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

RIBEIRO, Matilde. “Mulheres Negras de Bertiooga a Beijing”, *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.

RIBEIRO, Matilde. “Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização”, *Revista Estudos Feministas*, vol. 16, n. 3, p. 987-1004, 2008.

RIBEIRO, Flavia A. S. *Marcha das Mulheres Negras Amazônidas: dimensões interseccionais na comunicação ativista em tempos de pandemia*. Dissertação de mestrado em Comunicação, Univ. Fed. do Pará, 2023.

RIOS, Flavia. “A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar”, *Plural*, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21.1, 2014.

RIOS, Flavia. “Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016)”. In: GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (orgs.). *Movimentos Sociais e Institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2019. p. 255-284.

RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. “Nzinga informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro”, *Cadernos Adenauer*, XIX, n. 1, 2018.

RIOS, Flavia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. “Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo”, *Lutas Sociais*, vol. 22, n. 40, p. 36-51, 2018.

RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. “Feminismo negro brasileiro em três tempos”, *Labrys, études féministes/ estudos feministas*, v. 1, p. 120-140, 2018.

RODRIGUES, Cristiano. *As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2006.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. “Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminis-

mo interseccional”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34. e238917, p. 1-54, 2021.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. “Feminismo Negro e Interseccionalidade em Periódicos Brasileiros (1992-2020)”. *Revista Estudos Feministas*, 31(2), 2023.

ROLAND, Edna. “O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas”. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.

SAFFIOTI, Heleith I. B. *A mulher na sociedade de classes*. Mito e realidade [1969]. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Ana Cristina Conceição. “O II Encontro Nacional de Mulheres Negras pelo olhar das ativistas baianas”. *Revista Gênero*, vol.17, n.1, p. 7-25, 2016.

SANTOS, Sales Augusto. “Affirmative Action and Political Dispute in Today’s Brazilian Academe”. *Latin American Perspectives*, Vol. 41, n. 5, Set. p. 141-156, 2014.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. *Brazilian Black Women’s NGOs and Their Struggles in the Area of Sexual and Reproductive Health: Experiences, Resistance, and Politics*. Tese de Doutorado. University of Texas, Austin, 2008.

SILVA, Gleicy Mailly. “Corpo, política e emoção: feminismos, estética e consumo entre mulheres negras”, *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 173-201, maio/ago. 2019.

SILVA, Joselina da. “O I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980”. In: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2014.

SILVA, Joselina da. “O pensamento das mulheres negras expressos nos jornais do movimento negro dos anos oitenta”. In: *Anais do Fazendo Gênero* 11, 2017.

SILVA, Tauana O. G.; WOLFF, Cristina S. “O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988)”, *Cadernos Pagu*, 55, 2019.

SORJ, Bila. Comunicação no *Seminário Pagu 30 anos*, 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LBdFCa3ZCis&list=PL44uR-c3xDG6P50FHCD99_StkRgTn5dFMh&index=65. Acesso em: 24 abr.2025.

SOTERO, Edilza Correia. “Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo”. In: MARCONDES, M. M.; PINHEIRO, L.; QUEIROZ, C.; QUERINO, A. C.; VALVERDE, D. (orgs.). *Dossiê Mulheres Negras*. Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. p. 35-52.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2006.

WERNECK, Jurema Pinto. *O samba segundo as ialodês: mulheres negras e a cultura midiática*. Tese de Doutorado em Comunicação, UFRJ, 2007.

WERNECK, Jurema Pinto. “Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o racismo e o sexismo”, *Revista da ABPN*, vol. 1, n. 1, p. 8-17, 2010.

ZANOLI, Vinícius P. C. “*Bradando contra todas as opressões!*”: uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos. Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 2019.

Volviendo a Cuba, de la mano de los feminismos negros

Rosa Campoalegre Septien

Introducción

Cuba entre mitos, realidades, contradicciones y distorsiones, a menudo tiende a producir nuevas lecturas, que invitan a revisitarla, con lo que se consolida como un área cognitiva y política importante para el análisis, si se pretende lograr una visión más completa del movimiento contrahegemónico y responder coherentemente a la geopolítica actual.

Se trata de una geopolítica globalizada y marcadamente hacia la derecha, con tendencia al borramiento histórico en una narrativa, que demuestra el proceso de reconfiguración del racismo con el recrudecimiento de sus tendencias más agravadas (Campoalegre, 2022). Esta tesis es esencial a los fines del entendimiento y la unidad de acción antirracista.

Ante tal panorama crítico, las mujeres racializadas alzan sus voces con mayor incidencia política. Hacia esa tarea se enfoca este capítulo, puesta la mirada en los feminismos negros en Cuba. La invisibilidad del pensamiento social afrocubano de todos los tiempos, continúa siendo un asunto a solucionar en la lucha contra el racismo, proceso que obstaculiza el auto re/conocerse, el tejido de redes y otras alianzas, ante lo cual la afrocubana Inés Martiatu lanzaría la alerta-reto de “Y las negras qué” (Martiatu, 2011, p. 1).

Se escoge este país atendiendo a diversos factores, entre los que sobresalen la atipicidad del modelo de desarrollo, el insuficiente conocimiento de esa realidad, el contexto de profundos cambios que afronta y sus impactos. Se añade el hecho de ser el segundo país de mayor población

afrodescendiente de la Región, después de Brasil, según el estudio desarrollado por CEPAL (2020), sobre los Afrodescendientes y la matriz de desigualdad en la región latinoamericana y caribeña.

Ello se corrobora con los datos aportados por el último censo de población y viviendas efectuado en el país, que arrojó: 64,1 % de blancos, 26,6 % de “mestizos” (mulatos o pardos) y 9,3 % de negros.¹ (Oficina nacional de estadística e información, 2014).

En paralelo, los estudios sobre el mapa genético de la población cubana han demostrado que el 38.8% de las personas estudiadas, con independencia de la autoadscripción racial, es descendiente de madres africanas (Rojas, 2022).²

Entonces, no es casual que la obra del poeta nacional Nicolás Guillén interpele a la sociedad cubana, con ese histórico e “incómodo” lazo que refleja en su “Balada de los dos abuelos”:

Sombras que sólo yo veo,
me escoltan mis dos abuelos.
Lanza con punta de hueso,
tambor de cuero y madera:
mi abuelo negro.
Gorguera en el cuello ancho,
gris armadura guerrera:
mi abuelo blanco (Guillén, 1934, p. 1).

Esta herencia de “Los dos abuelos”, sirve también de caldo de cultivo para la problematización del racismo en Cuba y permite leer entre líneas la tesis fundamentada por el profesor afrocubano Esteban Morales:

1. Se estima que estos datos tienen el sesgo de las estrategias de blanqueamiento, por lo que se supone que sea mayor la población negra. Las comillas marcan el distanciamiento epistémico de la autora con este término. Estos datos también tienen la dificultad del paso del tiempo y de la crisis migratoria que marca un descenso de la población cubana

2. Este estudio fue a escala nacional, abarcaron muestras representativas de cubanos de ambos sexos, entre 18 y 95 años de edad, de áreas urbanas y rurales, de las 15 provincias y de 137 de los 168 municipios del país, o sea, 81,5 % de las localidades y de todos los colores de piel reconocidos. El mestizaje étnico, a nivel de ADN, fue analizado a lo largo de 15 generaciones de ascendientes, o sea, 450 años, lo que valida el mestizaje genético en Cuba además del reconocido mestizaje cultural (Rojas, 2022, p. 31).

Existe un conjunto de problemas que resulta clave para comprender la supervivencia de lo que pudiéramos llamar el «fantasma» de la supuesta contraposición entre color de la piel y nación o unidad nacional en Cuba; a lo que se suman los desafíos provenientes de las relaciones entre color, identidad y cultura dentro de un país que aún no ha logrado superar los problemas del racismo (Morales, 2022, p. 1).

Sobre tales presupuestos, tres polémicos ejes de discusión estructuran el discurso que sostiene este capítulo y que articulan los epígrafes del mismo. Tales ejes son objeto de tensiones en los ámbitos científicos y de las políticas. Ellos son los siguientes:

- En primer lugar, el contexto cubano desde el lugar de enunciación de las mujeres afrodescendientes, recogido en el epígrafe: “El contexto cubano como punto de partida”.

- En segundo lugar, se aborda el debate en torno al tema, jerarquizando sus claves de carácter epistémico y político, en el epígrafe denominado. “Feminismos negros: tres líneas de discusión.

- En tercer lugar, el capítulo brinda una aproximación a los feminismos negros en Cuba, con la atención puesta en el activismo antirracista de las afrocubanas. El epígrafe correspondiente fue nombrado: “La reconfiguración de los feminismos negros en Cuba: Avances y desafíos de investigación”.

- Este capítulo, responde a la metodología cualitativa desde el pensamiento afrofeminista, en perspectiva decolonial e interseccional³, contextualizada al caso cubano. Junto a resultados de investigación sobre el tema refleja el tránsito vivencial de la autora en la lucha contra el racismo desde la encrucijada entre las academias, el movimiento afrodescendiente y las familias. Adopta un posicionamiento desde el pensamiento afrofeminista, en perspectiva decolonial e interseccional

Al iniciar este año 2025, el Segundo Decenio Internacional de los pueblos afrodescendientes, orientados en clave de Reparación histórica, vale la pena revistar los feminismos negros, mirando desde la mítica Cuba.

3. Se asume la interseccionalidad como perspectiva metodológica desde la posición de Mara Viveros (2023).

El contexto cubano como punto de partida

El análisis de los feminismos negros parte de un conocimiento situado en Cuba, a sabiendas de que como señala Rita Segato “que raza es signo y, como tal, depende de contextos definidos y delimitados de lectura para obtener significación, definida como aquello que es socialmente relevante” (Segato, 2017, p. 56). Esta exigencia metodológica demanda la consideración de presupuestos de partida que emanan del contexto. En primer término, aparece el diálogo entre Cuba y la Amefricanidad, en la concepción planteada por Lélia Gonzales, referente de los Afrofeminismos:

Las implicaciones políticas y culturales de la categoría Amefricanidad (Americanita) son, de hecho, democráticas; exactamente porque el propio término nos permite superar las limitaciones de carácter territorial, lingüístico e ideológico, y abre nuevas perspectivas para un entendimiento más profundo de esa parte del mundo donde la Amefricanidad se manifiesta: AMÉRICA en su conjunto (Sur, Central, Norte e Insular) (Gonzales, 1988, p. 140).

Cuba es parte de la Amefricanidad, forjada en un largo proceso histórico de resistencias que ha dado lugar a disímiles posicionamientos sobre el tema cuestión, desde su desconocimiento hasta la reafirmación actual, en un contexto de polícrisis en la que convergen la profunda crisis económica y sus repercusiones ideológicas, jurídicas que han conducido a un complejo proceso de de/construcción de un modelo de desarrollo.

En el caso de la lucha contra el racismo, suele plantearse la interrogante de cómo explicar la permanencia y el desarrollo del racismo a contrapelo de una visión de desarrollo enfocada al logro de la igualdad social.

Actualmente, este proceso transcurre sobre la base de cierta sinergia entre la crisis económica y las reformas de la “Actualización del modelo”, cuyo impacto social principal, no refleja la salida de la crisis sino la ampliación y agravamiento de las desigualdades sociales, entre las que destacan las de género, “raza” y generación.

El contexto cubano, muestra los dilemas del desarrollo y la polícrisis global que abarca a todas las esferas de la sociedad, desde la economía hasta la subjetividad:

El contexto cubano deviene en punto de partida para este análisis. El caso cubano que transcurre en un contexto de polícrisis en todas las esferas de la sociedad, agudizada por los impactos de “actualización” del modelo económico y social, sobre la base de la diversificación de los tipos de propiedad y la profunda crisis económica nacional y global. Se añade cierta inestabilidad en materia de políticas públicas, unida al proceso de deterioro de los valores [...] (Campoalegre; Castañeda, 2025, p. 103).

Tal panorama afecta sensiblemente al ser predominantes en el patrón de vulnerabilidad familiar, según reportan investigaciones científicas y especialmente en las familias cubanas en situación de vulnerabilidad social (Campoalegre; Chávez; Samón; Castro; López; Barriel (2017). Caracterizar esta situación conduce a la identificación de rasgos distintivos.

Existen un conjunto de factores explicativos de la persistencia del racismo en Cuba que unen el pasado y el presente⁴(Campoalegre, 2019), resulta necesario destacar los siguientes:

- Trayectoria de las políticas asumidas en materia de lucha contra el racismo que engloba desde las profundas transformaciones sociales que crearon el espejismo de la eliminación del racismo, lo cual fue declarado oficialmente, convirtiéndose en un tema social “tabú”, “peligroso” en el discurso político, hasta su reanimación al calor de la crisis de los años noventa, llamada eufemísticamente “Período especial”.

- Errores en la construcción económica y política socialista asentada en un universalismo, sin la debida atención a las diferenciaciones sociales, equidistante del universalismo crítico acuñado por la Comisión Económica por CEPAL. Ello ha contribuido a la:

Persistencia hasta la actualidad condiciones de reproducción generacional e intergeneracional de desventajas asociadas al color de la piel: a pesar de la desaparición de sus causas primigenias históricas directas —esclavitud africana en la época colonial; negación del problema, permisividad jurídica e institucional de prácticas racistas y discriminatorias; represión violenta de grupos demandantes de equidad racial en la etapa republicana prerrevolucionaria, que cristalizaron la posición inferioriza-

4. Una profundización sobre este tema puede encontrarse en el artículo de la autora (Campoalegre, 2019).

da; y desventajas de acceso a oportunidades de las personas no blancas (Espina, Zabala; Núñez, 2021, p. 279).

- Prácticas de invisibilización de la vida y las contribuciones de las mujeres negras a lo largo de la historia⁵. Al respecto:

Ellas integran aún una masa sin rostro, ni voz propia y las más conocidas lo son, como tendencia, a través de la significación histórica de los hombres. Resulta emblemática la figura de Mariana Grajales, siempre vista como “La madre de los Maceos”, reconocida tardíamente en el 2017 como “Madre de la Patria”. La pregunta es: ¿Quién era Mariana en sí misma?” (Campoalegre, 2023, p. 110).

La recuperación de las historias de estas mujeres es premisa para convertir sus narrativas aún subalternadas, en potentes herramientas de la lucha. Justamente este es uno de los ejes centrales del proyecto.

- La capacidad diferenciada para aprovechar las oportunidades de desarrollo y el acaparamiento de estas por determinados grupos sociales fundamentalmente varones y blancos.

- Imaginarios sociales racializados y las autolimitaciones de las propias personas afrodescendientes. En este sentido destaca la influencia de las estrategias de blanqueamiento acuñadas en expresiones tan populares como “Hay que adelantar la raza”, catalizadas por el mito del mestizaje. bajo un enconado debate cultural y político afianzado en la teoría del mestizaje, que ha sido objeto de certeras críticas desde el pensamiento colonial., demuestran cómo tras la idea de una sociedad homogénea, mezclada se minimizan/esconden las desigualdades sociales y raciales.

- La violencia mediática y racial especialmente hacia las mujeres negras y su naturalización en las redes sociales.

- Vacíos legislativos que afectan la protección legal e institucional de derechos individuales y colectivos a las personas afrodescendientes y el verticalismo institucional para atenderlas. Ilustra este comportamiento la inexistencia de vías para obtener la personería jurídica de las organizaciones afrocubanas y ante los reclamos recurrente emerge la inercia como expresión del racismo institucional:

5. Al respecto, la autora realiza un análisis exhaustivo en su investigación posdoctoral, cuyos principales resultados se exponen en el capítulo “Mujeres negras en Cuba: Ante la invisibilización, construyendo futuros (Campoalegre, 2024).

- Insuficiente generación y acceso de información pertinente y desagradada sobre las variables incidentes en el racismo en el país y las respuestas gubernamentales y de la sociedad civil ante ellas. Es la llamada barrera de la invisibilización estadística.

- Debilidades educativas y el papel de los medios que reproducen folclorización y sexualización de las mujeres afrodescendientes negras, mostrará el rostro de su autonomía, dando un giro epistémico y político a la imagen esencialista de estas, como peculiar expresión de la violencia de género.

- Debilidades internas del activismo afrocubano, que sin una plataforma común muestra un accionar aún disperso, y no transitado a constituirse en un verdadero movimiento.

La identificación de un contexto crítico en Cuba puede resumirse bajo la acción de cuatro procesos claves: la agudización de la crisis socioeconómica y su repercusión en el patrón de vulnerabilidad social y familiar en el que priman las mujeres negras; abren los impactos de las Pandemias racializadas y feminizadas (Campoalegre; Ocoró; Miranda; Martelo, 2022); Ante ello aparecen dos oportunidades que podrían contribuir a la emergencia de un perfeccionamiento de pública de lucha contra el racismo en el país.

En primer lugar, se encuentra el surgimiento del Programa Nacional de lucha contra el racismo en el 2019 que da un giro al universalismo sobre la base del enfoque integral afirmativo (Cuba, 2019), con el objetivo de: “Contribuir a la eliminación de las condiciones que generan brechas de equidad y discriminación racial asociadas al color de la piel, que colocan a las poblaciones negras y mulatas en Cuba en situación de desventaja y vulnerabilidad con relación al acceso al bienestar” (Ministerio de Cultura, 2019, p. 2).

Se trata del: [...] enfoque integral afirmativo sensible a las diferencias, sobre la base de derechos, equidad social y desarrollo, lo que supone la implementación de políticas universales, combinadas y complementadas con aquellas de acción afirmativa (Espina; Zabala; Fundora; Núñez, 2021).

El precitado cambio, se hace explícito en los objetivos específicos del Programa:

- Institucionalizar una estrategia de atención a las prácticas de discriminación racial y superación de brechas de equidad asociadas al color de la piel por territorios, localidades y sectores productivos y sociales.

- Mejorar la situación socioeconómica de los grupos poblacionales negros y mulatos en relación con la calidad del empleo, el nivel de ingresos, los logros educacionales, la vivienda y el hábitat, la salud y el acceso a espacios de dirección.

- Eliminar prácticas discriminatorias por color de la piel en diferentes ámbitos y planos - institucionales, interpersonales, comunicacionales -, prejuicios y estereotipos racializados (IICS, 2019, p. 3).

En segundo lugar, se ubica la creación del Programa para el adelanto de la mujer:

Se concibe como la agenda del Estado cubano para el adelanto de las mujeres e integra en un solo documento acciones y medidas que se corresponden con los principios y postulados reconocidos en la Constitución de la República de Cuba, así como con los compromisos internacionales contraídos sobre la igualdad de género.

Promueve acciones dirigidas para lograr mayor integralidad y efectividad en la prevención y eliminación de manifestaciones de discriminación contra las mujeres; a fortalecer los mecanismos, la capacidad profesional de los funcionarios y servidores públicos para incorporar las cuestiones de género en la elaboración de políticas, programas y en la prestación de servicios (Cuba, Observatorio de género, 2021, p. 1).

Feminismo negro: tres líneas de discusión epistémicas y políticas

Al examinar los antecedentes y el desarrollo del estudio de los feminismos negros hasta la actualidad a escala internacional, se aprecia la ampliación, diversificación y tensiones, unido al surgimiento de nuevos actores, con énfasis en la voz de las mujeres negras dentro del movimiento feminista. Equidistante, también denota la certeza de Aníbal Quijano al evaluar que: “La idea de raza es, con toda seguridad, el más eficaz instrumento de dominación social inventado en los últimos 500 años (Quijano, 2017, p. 17).

Esta tendencia también se manifiesta en Cuba, el enfoque epistemológico de los feminismos negros; los desafíos antes, durante y pospandemia en función de de-construir agendas desde los derechos de las mujeres negras/afrodescendientes y su autonomía; el estudio de casos centrados en proyectos/redes/ iniciativas afrofeministas; las violencias de género desde el lugar de enunciación de las afrodescendientes y los estudios de caso.

La autora ha contribuido a estas investigaciones con su producción científica centrada en el tema desde el 2018 hasta la actualidad, incurriendo en las cuatro aristas del debate (Campoalegre, 2018, 2020, 2023, 2024, 2025) el enfoque epistemológico de los feminismos negros.

Esta invisibilización ha estado presente en el propio movimiento feminista hegemónico, eurocentrado y blanco. Así lo sitúa una de las clásicas de los Afrofeminismos bell hooks, quien alerta:

A menudo las feministas blancas actúan como si las mujeres negras no supiesen que existía la opresión sexista hasta que ellas dieron voz al sentimiento feminista. Creen que han proporcionado a las mujeres negras «el» análisis y «el» programa de liberación. No entienden, ni siquiera pueden imaginar, que las mujeres negras, así como otros grupos de mujeres que viven cada día en condiciones opresivas, a menudo adquieren conciencia de la política patriarcal a partir de su experiencia vivida, a medida que desarrollan estrategias de resistencia - incluso aunque ésta no se dé de forma mantenida u organizada (bell hooks, 2004, p. 45).

La historia de los feminismos negros con visiones feministas tiende a ser contada en dos direcciones como genealogías y como narrativa autobiográfica de sus vidas y obras en re/existencia. Ilustran esta vertiente desde Colombia (Vergara; Cosme, 2018) y Cuba (Rubiera, 1996; Campoalegre, 2022).

Sin embargo, puede valorarse como limitada y en ocasiones controversial, la producción académica desde los feminismos negros en Cuba, debido a la invisibilización histórica del tema racial y su consideración como tabú aún hasta la primera década de este milenio. De modo que producir conocimientos de este tipo es relevante para las Ciencias Sociales cubanas.

Acerca de los Feminismo negros sedesarrollan diversas líneas de discusión epistémicas y políticas. Ese nivel de polémica, responde tanto a las

genealogías del tema, como en a su creciente potencial contrahegemónico frente a la colonialidad en general y de género en particular, que aquí es entendida en línea con María Lugones: “A diferencia de la colonización, la colonialidad de género sigue estando entre nosotros, es lo que yace en la intersección de género /clase y raza como constructos centrales del sistema de poder del mundo capitalista “(Lugones, 2011, p. 9).

De tales líneas en debate, por su relevancia, desarrollo sostenido y actualidad, rescataremos solamente tres de ellas. En primer lugar, lo relativo a sus genealogías críticas: ¿Dónde y cuándo surgen? ¿En segundo lugar, el ¿Cómo denominarlos? En tercer lugar, ¿la pertinencia del concepto de negro o afrodescendientes. La finalidad es de/construir mitos y abrir nuevas rutas de análisis.

Sobre la base de las genealogías críticas decoloniales, la autora sostiene la tesis de la necesidad de de/construir un arraigado mito acerca del surgimiento de los Feminismos negros, que tiende a estar ubicado en la Estados Unidos. Para ello se considera, en calidad de discurso fundacional de los feminismos negros el “¿Acaso no soy una mujer?” pronunciado por Sojourner Truth, durante la Convención de los Derechos de la Mujer celebrada en Akron en el año 1851.

Este discurso tiene el mérito histórico, aspecto aun insuficientemente abordado⁶, de fijar el horizonte de lucha, resaltando la unidad como de hombres y mujeres negros, como divisa:

«Bueno, niños, donde hay mucho jaleo algo anda desbaratado. Creo que, entre los negros del Sur y las mujeres del Norte, si entre todos nos ponemos a hablar de derechos, los hombres blancos estarán en apuros muy pronto. Pero, ¿de qué va todo lo que estamos hablando? (Truth, 1851, apud Lugones, 2011).

Idea que retomaría bell hooks⁷ al fundamentar que: El feminismo es para todo el mundo” (bell Hooks, 2017) y que refuerzan los feminismos decoloniales.

6. Generalmente la bibliografía tiende a destacar el segundo momento que cómo ella la agenda política de las mujeres negras, que, si bien es relevante esta precursora de los femíneos negros, parte de la unidad como tarea estratégica.

7. Afrofeminista estadounidense, decidió escribir su nombre con minúscula como tributo familiar y denuncia.

Ese memorable discurso tiene otra aportación sustancial, al visibilizar la agenda afrofeminista, paso a paso, revelando sus distancias con el feminismo imperante, blanco, hegemónico heterosexual de clases medias:

Ese hombre de ahí dice que las mujeres necesitan ayuda para subir a las carrozas y para sortear las zanjas, y para que obtener los mejores sitios en todas partes. Nunca nadie me ha ayudado a subir a las carrozas o a saltar un charco de barro, o me ha ofrecido el mejor sitio. ¿Acaso no soy una mujer? ¡Mírenme! ¡Miren mi brazo! He arado y cultivado, y he recolectado todo en el granero, ¡y nunca ningún hombre lo ha hecho mejor que yo! ¿Y acaso no soy una mujer? Podría trabajar tanto y comer tanto como un hombre, cuando soy capaz de conseguir comida, ¡y también puedo soportar los latigazos! ¿Y acaso no soy una mujer? Tuve trece hijos y vi cómo todos ellos fueron vendidos como esclavos y, cuando chillé junto al dolor de mi madre, ¡nadie, excepto Jesús, me escuchó! ¿Acaso no soy una mujer?

Si la primera mujer que hizo Dios fue lo suficientemente fuerte como para poner el mundo patas arriba ella sola, ¡todas esas mujeres juntas tendrían que ser capaces de volver a hacerlo y ponerlo después en su sitio! Y ahora lo están pidiendo, más vale que los hombres les dejen (Truth, apud bell Hooks, p. 1).

Sin embargo, todo empezó mucho antes. Defendemos como momento fundacional el performance político que con sus cuerpos dieron las primeras mujeres africanas frente a sus captores en el genocidio de la trata trasatlántica. En él no solo está el texto oral contrahegemónico como arma principal de lucha, sino también la idea de que la guerra contra las mujeres se inicia en la lucha de los cuerpos, vistas como trinchera, frontera, texto y programa contrahegemónico, prácticamente todos los derechos que defendemos atraviesan de manera creciente nuestras cuerpos.

Para las afrocubanas el símbolo precursor es Carlota, lideresa esclavizada que devino en comandante de las sublevaciones contra el colonialismo español, en la zona central de Cuba. Reconocerlo es un acto de Reparación histórica.

Paralelamente, al estar en disputa hasta la propia denominación y ello hace emerger otras denominaciones - Feminismos negros, "Afrofeminismos"; Feminismos afrolatinoamericanos (Gonzales,1989);

Feminismo negro decolonial (Lozano,2010); Feminismos Afrodiaspóricos (Vergara;Arboleda, 2014); Feminismo decolonial (Curiel; Falconi,2021); Feminismos de barracón (Bueno, 2023), entre otras. Tales denominaciones tienen en común primero considerarlos feminismos, en su dualidad de teoría crítica y movimiento social a favor de los derechos de las mujeres; segundo atendiendo a segundo su lugar de enunciación desde las mujeres negras/afrodescendientes/prietas/pardas/palanqueras, raizales, en fin, afros en cualquier lugar del mundo.

Sin embargo, en este capítulo ustedes verán el empleo indistintamente ambos términos como expresión del proceso de formación y consolidación de la identidad afrodescendiente , que comienza resignificando el término colonial de negro/a/es, hasta el de afrodescendiente como sujeto político, según las contribuciones de la Conferencia Mundial de lucha contra el Racismo, la Discriminación racial, la Xenofobia y otras formas de Intolerancia (Naciones Unidas, 2002), en lo adelante Conferencia de Durban.

Acercas de la línea de discusión estriba en la pertinencia del empleo de los términos negro o afrodescendiente. El primero remite a su origen colonial, a la inexistencia de las “razas”, a su invención como andamiaje ideológico y estructural del colonialismo primero y la colonialidad después, una vez alcanzada la “independencia” política de las otrora colonias. El segundo término se fundamenta en las contribuciones de la Conferencia Mundial de Lucha contra el racismo, la Xenofobia y otras formas de Intolerancia que tuvo lugar en Durban en Sudáfrica en el año 2001 (Naciones Unidas, 2002), que culminó el proceso preparatorio para esta Conferencia, iniciado en nuestra región.

Se asume por consenso la categoría afrodescendiente y especialmente de pueblos afrodescendientes, como sujeto político a escala internacional (Valero; Campos, 2015; Campoalegre 2017; Antón, 2023).

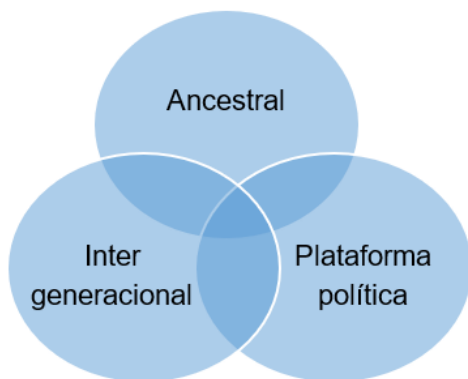
Este debate tiene una expresión en Cuba en el cuestionamiento del concepto de afrocubano con sustento en la teoría del mestizaje, que ha construido un mito ampliamente refutado por el pensamiento crítico en la Región (Bautista, 2022) y del peligro político que representa para la unidad del pueblo cubano, abordar el tema del racismo, en tanto se asume a Cuba como “nación mestiza”. Aquí sobresalen dos líneas de análisis dialogantes: la tesis del “Ajiaco”, que desarrolla el reconocido etnólogo,

antropólogo Fernando Ortiz (1940) y el “Color cubano”, argumentado por el poeta nacional Nicolás Guillén. Me posiciono en el debate desde los feminismos negros:

A pesar de la polémica acerca del uso de los términos afrodescendientes y negros(as/es), se emplea este último ya que las mujeres que participan en la investigación, tienden a identificarse como tal y sentirse negras es premisa de su acción política. Esa también es mi historia (Campoalegre, 2023, p. 107).

En esta dirección, asumimos los feminismos negros como teoría crítica, movimiento social de estas mujeres, estrategia de formación, investigación y solidaridad, plataforma política de justicia reparadora contra todas las opresiones que viven en nuestras cuerpos, en fin, son un proyecto histórico, ancestral, intergeneracional, interseccional de luchas en desarrollo continuo (Campoalegre, 2020; 2023; 2024; Campoalegre; Castañeda, 2025). Han devenido en una plataforma política para la promoción y defensa de los derechos de las mujeres afrodescendientes y de aprendizajes en tensión. A continuación, el gráfico N° 1, resume, sus elementos estructurales.

Gráfico 1: Feminismos negros como proyecto histórico de lucha



La reconfiguración de los feminismos negros en Cuba: Avances y desafíos de investigación

La indagación sobre la reconfiguración de los feminismos en Cuba, vino de la mano de las prácticas, liderando o participando de procesos

organizativos del movimiento de mujeres afrodescendientes, tanto en las academias, como en el activismo. La vida iba sellando el cambio.

De modo, que en este análisis el artículo, viene fundamentado por algunos resultados del proyecto “Feminismos negros en Cuba: reconfiguración y construcciones alternativas “. Este fue desarrollado como parte de la estancia de investigación en el Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIICH). de la Universidad Autónoma de México (UNAM) en el año 2024, con el valioso acompañamiento de la Dra. Marta Patricia Castañeda Salgado.

El problema científico se acotó en ¿Cómo se reconfiguran los feminismos negros en Cuba en el período 2019-2023? Los límites temporales manifiestos en el problema formulado responden a la identificación de un contexto crítico bajo la acción de cuatro procesos claves: la agudización de la crisis socioeconómica y su repercusión en el patrón de vulnerabilidad social y familiar en el que priman las mujeres negras; los impactos de las Pandemias racializada y feminizadas (Campoalegre; Ocoró; Miranda; Martelo, 2022); el surgimiento del Programa Nacional de lucha contra el racismo, la creación del Programa para el adelanto de la mujer (Cuba, 2021) y el incremento de proyectos/organizaciones/redes/iniciativas antirracistas de la sociedad civil cubana, dirigidas por mujeres afrocubanas.

El objetivo general se orientó a contribuir al conocimiento de la reconfiguración de los feminismos negros en Cuba como insumo para la formulación de políticas públicas y acciones de formación, a fin de la promoción, garantía y defensa de los derechos de las mujeres negras. Paralelamente los objetivos generales fueron los siguientes:

- Identificar las tendencias que caracterizan la reconfiguración de los feminismos negros en Cuba, a partir de la indagación de organizaciones/proyectos/redes/iniciativas de perfil afrofeministas y sus lideresas negras en el período 2019-2023.

- Elaborar un conjunto de recomendaciones en materia de política pública antirracista ajustadas a las principales tendencias y demandas del tema en el contexto cubano, desde la perspectiva de los feminismos negros decoloniales.

Fue diseñada la estrategia metodológica cualitativa, polietápica con un período de ejecución de seis meses, que transita desde la recopilación de

datos y el trabajo de campo hasta la etapa conclusiva con la elaboración del informe final.

La triangulación de fuentes y su interpretación en perspectiva interseccional delinear un procedimiento multimétodo que hace converger en el estudio caso, la entrevista a profundidad, la observación, los grupos de discusión, técnicas de mapeo de opinión y el taller de socialización preliminar.

El análisis resulta comparado, a partir de la muestra de tipo intencional integrada por 10 proyectos, organizaciones/redes u otras iniciativas de perfil afrofeminista y sus lideresas, que se identifiquen como mujeres negras, pertenecientes a diversas generaciones y territorios.

El resultado fue obtenido mediante la identificación de las tendencias más significativas. Aquí se apela a los resultados del discurso de las mujeres afrocubanas participantes en la investigación, que dirigen/gestionan, organizaciones, proyectos, emprendimientos y otras iniciativas de perfil afrofeminista. Entre las tendencias identificadas se encuentran las siguientes:

- Ampliación y diversificación del activismo antirracista dirigido por mujeres afrodescendientes que reconocen los feminismos negros como plataforma de acción y que tienden a auto reconocerse como negras: “Me siento tan negra como mi gente, como mi familia y eso me da mucha fuerza (joven Lideresa entrevistada, profesora universitaria)⁸

- Elevación de la capacidad de agencia afrofeminista, evidenciada especialmente en el tránsito desde el accionar en el ámbito so cultural al emprendimiento económico. La capacidad de agencia de estas mujeres puede constarse, atendiendo a que la 10. La mayoría de ellas (8 de 10), han fundado esas iniciativas.

- Las actividades que realizan se complejizan y e integran. En ello inciden dos elementos fundamentales: los procesos de formación como centro o complemento de estas actividades, que a la par diversifican sus tipos, espacios, modos y personas que las realizan:

Al principio nuestra labor como proyecto eran solo en el barrio, pero ahora tenemos más alcance, casi nacional, damos clases, producimos nuestras cosas y las comercializamos nosotras mismas y trabajamos en las

8. El análisis de estas tendencias se acompaña de fragmento de opiniones de las lideresas afrocubanas participantes en la investigación, las cuales fueron expresadas durante las entrevistas realizadas.

redes. Fíjate que ya nadie nos puede venir a hacer un cuento (Lideresa adulta media, emprendedora, apud Campoalegre, 2024, p. 8-10).

- Nótese que se eleva el alcance territorial, dejando de ser un activismo limitado a la capital, sino que se multiplica pasando a otras provincias del país, incluso a aquellas con mayor población no afrodescendiente o que figuran en los imaginarios sociales como “algo o muy racistas”. Tal es el territorio ubicado las provincias de Camagüey y Holguín, en opinión de las entrevistas.

- Surgen iniciativas de articulación, mediante el trabajo en redes a nivel nacional e internacional. Ilustran estas tendencias la articulación Afrofeminista Cubana 16 y la Red Internacional de voces afrofeministas, así como el capítulo Cuba de la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora.

- El rejuvenecimiento de los liderazgos, expresado en la mayor participación de jóvenes desempeñando funciones de coordinación de proyectos/organizaciones/emprendimientos y otras iniciativas afrofeministas. Así lo narra una negra:

Desde niña, venía con mi mamá a actividades de la comunidad, después a sus proyectos, pero nunca pensé que un día podría ser yo quien coordinara una organización basada en los feministas negros. Siento que las jóvenes negras podemos ayudar mucho a las transformaciones que necesita la lucha contra el racismo y en general todo el país ante esta crisis tan grande (Campoalegre, 2024, p. 8-10).

- Rencuentro articulador con las academias, especialmente con las profesoras e investigadoras negras, que militan en las organizaciones o incluso las lideran. Al tiempo que algunas de estas iniciativas tienen su sede en el ámbito académico.

En paralelo, fueron apreciadas tendencias que contribuyen a la reproducción de prácticas y estereotipos racistas entre las que por su impacto pueden destacarse las siguientes: el acoso mediato racista y patriarcal a las mujeres afrocubanas, particularmente en las redes sociales. Las violencias sobre las mujeres afrodescendientes:

La violencia contra nosotras, las negras, no es un algo nuevo, pero lo que pasa hoy es que es más abierta en la televisión, la radio, la prensa, en fin,

dondequiera y también en las es muy agresiva y lo peor que se asume como normal y también que hay mujeres, se creen chistosos y nadie hace nada (Joven lideresa afrocubana, emprendedora).

Otra de estas tendencias es el control institucional sobre los procesos organizativos, emprendimientos y otras iniciativas afrofeministas, con diversas trabas burocráticas y acciones que contribuyen al desequilibrio de poder entre el Estado y la sociedad civil, así como la carencia de estatus jurídico de las organizaciones afrodescendientes, lo que actúa como barrera para su desarrollo y alianzas internacionales. A lo que se une la falta de recursos y financiamientos para desarrollar las actividades. Así lo narra una de las lideresas participantes:

Es verdad trabajamos duro, cada vez hay más actividades y sabes son muy necesarias, quién nos apoya, como garantizamos estas actividades es una odisea, el apoyo del gobierno local y nacional, yo creo que ahora es mucho es peor que antes, y a quién reclamar” (Lideresa afrocubana y emprendedora, adulta de mediana edad) (Campoalegre, 2024, p. 8-10).

La tendencia anterior, aparece en tensión con otro hallazgo que marca una línea de investigación a dar seguimiento es la apreciación de los cambios gubernamentales relativos en materia del tratamiento a la lucha contra el racismo. En opinión de algunas de las entrevistadas se vinculan estos cambios a la constitución del Programa Nacional de Lucha contra el Racismo y la Discriminación Racial.

Sin embargo, la mayoría de las mujeres participantes consideran que los resultados de este Programa son todavía insuficientes y critican determinadas formas institucionalizadas que responden a enfoques verticalistas y asistencialistas en materia de política pública. Un elemento clave es la crítica a los vínculos limitados con las organizaciones afrodescendientes y la legitimidad de la representación en él: “¿Realmente el Programa Nacional de lucha contra el racismo tiene que ajustarse más a nuestras realidades, tanto las de siempre como las de ahora mismo, me entiendes? Hace falta que responda más a nuestro día a día (Lideresa, afrocubana, adulta mayor)” (Campoalegre, 2024, p. 8-10).

Para culminar el análisis en este epígrafe es importante retomar la respuesta de la lideresa afrofeminista, afrocubana Inés María Martiatu (Lalita) ante la pregunta: “¿Cuánto aporta el afrofeminismo a la realidad cubana y a las necesidades de sus mujeres?”

Primero conocer su historia, su cultura. La historia de feminismo en Cuba no está completa si se excluye a las afrofeministas, a las negras. Una afrofeminista estadounidense, Patricia Hill Collins, dice que en el afrofeminismo lo más importante es la recuperación de la herencia africana, la actuación contra los prejuicios y la ruptura de los estereotipos. El afrofeminismo surgió en África y llegó aquí en el primer barco negrero. Esas mujeres tuvieron una beligerancia tremenda en toda la época de la esclavitud. Las que estaban cortando caña, vendiendo en las calles, las que llegaron a ser clase media.

No creo que el feminismo cubano tenga 100 años porque ese es un feminismo de élite, de mujeres burguesas y cercanas al poder (Cortés, 2013, p. 2).

Conclusiones

Mirar el panorama mundial, fijando la atención en los Feminismos negros, no es solo un ejercicio de academia, representa una necesidad y un compromiso político que se torna ineludible. Es sin embargo un desafío debido a las carencias informativas, el dinamismo del propio proceso, la impronta de la colonialidad del género y del racismo sistémico y estructural.

La reconfiguración de los Feminismos negros en Cuba, es un proceso complejo y en construcción, que muestra avances, tensiones y limitaciones. Estos feminismos no solo crecen, sino que se diversifican en diferentes áreas y ámbitos- especialmente comunitarios y académico y políticos, a partir de la influencia del movimiento de mujeres negras/afrodescendientes en todas las regiones del mundo, pero en particular aquí en este universo de pueblos amefricanos.

Tomando como eje estructurador la multiplicidad de contextos en que estos se desarrollan, se entrelazan tres categorías centrales: Amefricanidad, Colonialidad de género y feminismo negros, el capítulo logra de/construir el mito imperante acerca de la periodización de estos. Cabe preguntarse

cómo y responder con la inclusión de las precursoras esclavizadas como acto de reparación histórica. Precisamente, la reparación es considerada el centro de un segundo Decenio Internacional de los pueblos afrodescendientes (Naciones Unidas, 2023).

Esta contribución posibilita responde a la tarea estratégica del movimiento afrofeminista de la Región, según evaluación efectuada por la Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora, en ocasión del encuentro internacional conmemorativo de su aniversario:

Demandamos una evaluación exhaustiva de los logros, avances, desafíos y retos resultantes del primer Decenio Internacional para las Personas Afrodescendientes, y proponemos el inicio de un diálogo para un segundo Decenio, tomando en consideración el impacto negativo que tuvo la pandemia de la COVID-19 en la consecución de sus objetivos, la cual evidenció las grandes desigualdades que caracterizan la vida de las mujeres afrodescendientes, en relación con el resto de la población de la región de América Latina y el Caribe (2023, p. 1).

Referencias

ALVARADO, S. V. OSPINA, H. F. La investigación cualitativa: una perspectiva desde la reconstrucción hermenéutica. En Tonon G. (comp.) *Reflexiones Latinoamericanas sobre Investigación Cualitativa*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.p. 21-55.

ANTÓN, J. Sobre el carácter de pueblo. En los afrodescendientes temas centrales en el proyecto de Declaración. En Campoalegre, Rosa y Jon Antón. (coord.). Aportes para la Declaración de derechos de los pueblos Afrodescendientes. Buenos Aires: CLACSO, 2023. Disponible en: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2023/07/Derechos-afrodescendientes.pdf> . Acceso en abr.2025.

BUENO SARDUY, A. E. El feminismo de barracón de Aída Bueno Sarduy , 2023. Disponible en: <https://afrofeminas.com/2023/05/03/el-feminismo-de-barracon-de-aida-bueno-sarduy/>. Acceso en abr.2025.

CAMPOALEGRE SEPTIEN, R.; CHÁVEZ NEGRÍN, E.; SAMÓN QUIALA, M.; Castro Morera, A.; LÓPEZ SOTOLONGO, F.R.; BARRIEL DÍAZ, Y. y MANREZA PARET, Y.. *Familias en situación de vulnerabilidad social: Un estudio de caso en La Habana*, 2017. Disponible en: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/4089_rosa_campoalegre_septien.pdf. Acceso en: 2 abr.25.

CAMPOALEGRE Septien, R. Cuba y los desafíos de la lucha contra el racismo: hacia futuros compartidos. *Cuban Studies*. Número Especial Dedicado al Movimiento Afrocubano. Pittsburgh University of Pittsburgh Press. (48), 71-89, 2019.

CAMPOALEGRE SEPTIEN, R. Feminismos negros: Debates epistémicos y desafíos. TITpolíticos. *Geopauta*, 4(3), 33-44, 2020. Disponible en: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574364489004/html/>. Acceso en: 30 jan.25.

CAMPOALEGRE SEPTIEN, R. (Coords). *Pandemias racializadas*. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

CAMPOALEGRE SEPTIEN, R.; OCORÓ, A.; MIRANDA C. y MARTELO, L. O. El impacto de la Pandemia en la situación de las mujeres afrodescendientes en Brasil, Colombia y Cuba. Un estudio en perspectiva interseccional. En Batthyány, Karina; Vommaro, Pablo. *Pensar en Pandemia desde las ciencias sociales y humanísticas*. Buenos Aires: CLACSO. 19-96, 2022.

CAMPOALEGRE SEPTIEN, R. Mujeres negras en Cuba: Ante la invisibilización, construyendo futuros. En Alvarado, S.V. y Jaramillo, O. A. (Comps). *Violencias, contra-hegemonías y re(ex)istencias en clave de niñeces y juventudes latinoamericanas,2023*. Buenos Aires: CLACSO, 2023, 103-154.

CAMPOALEGRE SEPTIEN, R. y VINICIUS BAPTISTA, P. (Coords). *Antirracismo, enfoques, tensiones y alternativas*. Buenos Aires: CLACSO, 2024.

CAMPOALEGRE SEPTIEN, R. (2024). *Avances investigación sobre los resultados del proyecto*. Ciudad de México: CEIICH, Universidad Nacional Autónoma de México, 2024. p. 8-10.

CASTAÑEDA SALGADO, M. P. *El feminismo como paradigma científico*. México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, UNAM, 2018. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=jcdtpwodUyI>. Acceso en: 30 jan.2025.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Afrodescendientes y la matriz de la desigualdad social en América Latina: retos para la inclusión*. Santiago de Chile: CEPAL, 2020.

CORTÉS, N. (23 de Julio de 2013). *Inés María Martiatu: “Sin las afrocubanas, el feminismo está incompleto”*, 2013. Disponible en : https://rotativo.com.mx/internacionales/ines-maria-martiatu-sin-las-afrocubanas-el-feminismo-esta-incompleto_106741_102.html. Acceso en: 2 fev.2025.

CUBA. *Programa Nacional de Lucha contra el racismo*. La Habana: Ministerio de Cultura, 2019.

CUBA. *Decreto Presidencial, no. 198 “Programa Nacional para el adelanto de las Mujeres”*, 2021. Disponible en: <https://cuba.vlex.com/vid/decreto-presidencial-no-198-862049985>. Acceso en 10 mar. 2025.

CUBA. (s.a.). *Observatorio de cuba sobre igualdad de género*. Disponible en: <https://www.genero.onei.gob.cu/pamujeres>. Acceso en: 10 mar. 2025.

CURIEL, O. y FALCONÍ, D. *Ochy Curiel dialoga con Diego Falconí Trávez Feminismos decoloniales y transformación social*. Madrid: Traficantes de sueños, 2023.

ESPINA PRIETO, M.P.; ZABALA ARGUELLES, M.C.; FUNDORA NEVOT, G. y NÚÑEZ MORALES, I. *Enfoque integral afirmativo en políticas públicas*. Desafíos y propuestas para la superación de brechas de equidad racializadas en Cuba, 2021. Disponible en: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/10/Enfoque-integral-afirmativo.pdf>. Acceso en: 11 fev. 25.

GONZALEZ, L. *La categoría política cultural de Amefricanidad*, 2021. Disponible en: <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/conexion/article/view/24056/22851>. Acceso en: 11 fev. 25.

GUILLÉN, N. *Balada de los dos abuelos*. 1934. Disponible en: https://cvc.cervantes.es/Literatura/escriitores/guillen/poemas/poema_11.htm. Acceso en: 20 mar.25.

HOOKS, B. *El feminismo es para todo el mundo*. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

LOZANO LERMA, B. R. (2010). *El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas*. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. La manzana de la discordia. Vol. 5, no. 2, 2010.

LUGONES, M. *Hacia un feminismo*, 2011. Disponible en: decolonial. <https://doi.org/10.25100/lamanzanadeladiscordia.v6i2.1504>. Acceso en: 8 fev. 2025.

MARTIAUTU, Inés. Y las Negras qué. Manuscrito inédito. La Habana: Casa de Las Américas, 2012.

MORALES, E. Color de la piel y nación. Un desafío para Cuba. *TEMAS*, 26, p. 110-111 / 26, 2022. Disponible en: https://temas.cult.cu/revista/mostra_articulo/93. Acceso en: 15 mar.2025.

NACIONES UNIDAS. (2002). *Declaración y Programa de Durban*. Disponible en: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/DurbanDecProgAction_sp.pdf. Acceso en: 7 mar.2025.

NACIONES UNIDAS. Noticias ONU. *La pandemia de COVID-19 empeora la situación de las mujeres en América Latina*, 2021. Disponible en: <https://news.un.org/es/story/2021/09/1497662>. Acceso en: 10 mar.2025.

NACIONES UNIDAS. Foro Permanente sobre los Afrodescendientes. A/HRC/54/68: Informe del Foro Permanente sobre los Afrodescendientes acerca de sus períodos de sesiones primero y segundo, 16 agosto 2023. Disponible en: <https://www.ohchr.org/es/documents/thematic-reports/>

ahrc5468-report-permanent-forum-people-african-descent-its-first-and.
Acceso en: 9 abr. 2025.

OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN.
Resultados. Censo Nacional de población y viviendas. La Habana: ONEI,
2014.

QUIJANO, A. ¡Qué tal raza! En: Campoalegre, R. y Bidaseca, K. (coords.).
Más allá del Decenio Internacional de los Pueblos Afrodescendiente Buenos Aires: CLACSO, p. 17, n. 26, 2017.

RED DE MUJERES AFROLATINOAMERICANAS,
AFROCARIBEÑAS Y DE LA DIÁSPORA. Declaratoria final Encuentro
30 Aniversario, julio, 2023.

Salvador de Bahías: RMAAD.SEGATO, R L. *Anibal Quijano y la crítica de la colonialidad del poder*, 2016. Disponible en: <https://perio.unlp.edu.ar/catedras/iddi/wp-content/uploads/sites/197/2022/03/N2-Segato-Anibal-Quijano-y-la-critica-de-la-colonialidad-al-poder.pdf>. Acceso en: 14 abr. 25.

ROJAS, F. (coord.). *Revolución Cubana vs. Racismo*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2022.

SEGATO, R L. Racismo, discriminación y acciones afirmativas: herramientas conceptuales. En Campoalegre, R. y Bidaseca, K. *Más allá del Decenio Internacional de los pueblos afrodescendientes*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

TRUTH, S. *El discurso fundador del feminismo negro: «¿Acaso no soy una mujer?»* de SOJOURNER, Truth, 20 septiembre, 2018. Disponible en: <https://www.afribuku.com/feminismo-negro-estados-unidos-sojourner-truth-acaso-esclavitud/>. Acceso en: 5 maio 2025.

VERGARA, Aurora y ARBOLEDA, K. (2014). Feminismo afrodiaspórico. Una agenda emergente del feminismo negro en Colombia. En *universitas humanística*, Bogotá: Universidad Javeriana, n. 78,109-134, 2014.

VALERO, S. y CAMPOS, A. (eds). *Identidades políticas en tiempos de afro-descendencia*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2015.

VIVEROS Vigoya, M. *Interseccionalidad Giro decolonial y comunitario*. Buenos Aires: CLACSO, 2023.

WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Abya Yala, 2009.

ZABALA M. C. Los estudios de las desigualdades por color de la piel en Cuba: 2008-2018. *Estudios del Desarrollo Social* (9) La Habana ene.-abr. 2021 Epub 01-Abr-2021. Disponible en: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2308-01322021000100015. Acceso en: mar. 2022.

Pared de memoria. Memoria de la esclavitud en el arte de Rosana Paulino desde el feminismo descolonial¹

Karina A. Bidaseca

Introducción

El arte brasileño es profundamente negro.

Rosana Paulino

Para la escritora afrobrasileña Conceição Evaristo, “La historia de la esclavitud siempre se ha escrito desde la mirada de los blancos”, tal como expresó en una entrevista². Brasil fue el último de los países de la región latinoamericana en abolir la esclavitud. La Ley Áurea, proclamada el 13 de mayo de 1888 por la Princesa Isabel, hija del Emperador Pedro II, es la ley que decretó su abolición.

El siglo XXI, significativamente, logra reinscribir la memoria ancestral en la historia del arte brasileño, con la consecuente puesta en crítica de la idea de la “Democracia racial” difundida por la aristocracia. Lo cierto es

1. Por ofender sus palabras y sus obras, tan significativas para este tiempo hostil, mi gratitud hacia la artista Rosana Paulino. Por el afecto y la generosidad con que recibió este proyecto de curaduría literaria titulado: *Amefricanas. Artivismos, Memorias y Descolonización* (SudART-Poéticas del Mar. Voces del Sur y Diálogos Afrotransatlánticos. Plataforma Mundial para Descolonizar las Artes y las Cosmopolíticas, que dirijo en Buenos Aires) y por el crédito de las imágenes. Agradezco a LASA, por brindarme la beca para asistir al Congreso. Una versión anterior más ampliada fue presentada en LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION CONGRESS - Poner el cuerpo en Latinx América. May 23 – 26, 2025, San Francisco, United States, bajo el título: AMEFRICANAS. Artivismos y luchas antirracistas en Brasil y Argentina.

2. Disponible en: <https://ctxt.es/es/20180307/Culturas/18254/Entrevista-Conceicao-Agnese-Marra-Brasil-esclavitud.htm>. Acceso en: 13 ago.2025.

que la invisibilidad de la población afrodescendiente, su exclusión y las violencias en sus cuerpos, han permanecido hasta hoy en día en el imaginario nacional latinoamericano, en la construcción de una narrativa de la nación blanca y eurocéntrica que intentó sofocar los pasados subalternos.

En este sentido, la intervención afrofeminista - en sus movimientos contracolonial y descolonial- busca elaborar otras visualidades y nuevas retóricas, que transformen los guiones curatoriales o de diseños pedagógicos y expositivos en los museos coloniales y otros espacios culturales.

Este capítulo introduce las vertientes poscoloniales y descoloniales del afrofeminismo en el campo artístico y artivismos. Luego, aborda la obra de la artista afrobrasileña Rosana Paulino (São Paulo, 1967), quien vive y trabaja en São Paulo. Es Doctora en Artes Visuales y Licenciada en Grabado por la Escuela de Comunicaciones y Artes (ECA/USP). Es especialista en grabado por el London Print Studio de Londres. Ha recibido numerosos premios y posee obras en museos como MAM/SP; Pinacoteca/SP; MASP; Malba; Universidad New Mexico/EE.UU.; Museu Afro Brasil Emanuel Araújo y Centre Pompidou.

Feminismos en América Latina

El concepto de “Amefricanidad”³, el pensamiento de la filósofa y activista feminista afrobrasileña Lélia González (1988) mostró la silenciada construcción de la mujer negra en la historia oficial de Brasil y ello tiene una decisiva influencia en América Latina y el Caribe y entre las artistas afrodescendientes que hoy rescatan las memorias de la esclavitud.

Promediando la década de 1990, un conjunto de discursos descolonizadores surge en los artivismos feministas y cuir y penetran en algunas escenas. En consonancia con la propuesta política de la (des)colonialidad del ser y del saber que el sociólogo peruano Aníbal Quijano produce como matriz del conocimiento/poder de los pueblos indígenas y afrodescendientes en América latina.

Por consiguiente, tres conceptos se tornan fundamentales como herramientas analíticas del pensamiento descolonial en los tres niveles en que

3. Véase “A categoria político cultural da amefricanidade”. Revista Tempo brasileiro, Rio Janeiro, 1988, p. 73.

opera la “lógica de la colonialidad”: *del poder* (economía y la política); *del saber* (epistémico, filosófico, científico, relación de lenguas y conocimiento) y *del ser* (control de la subjetividad, sexualidad y roles atribuidos a los géneros) (Mignolo, 2017).

Sin embargo, como muestra María Lugones (2008), representante de la corriente decolonial, la raza alcanza en los escritos de Quijano el estatus de un concepto totalizador. Es decir, se trata de complejizar este pensamiento tomando al *género* como objeto de análisis y así “construir un pensamiento que parta del borde entre la episteme occidental y las epistemes de los pueblos colonizados, e instale a América latina y los llamados países del Tercer Mundo como lugares legítimos de enunciación no pretendidamente universales” (Bidaseca, 2010, p. 23).

Esta discusión nos permitirá mostrar la necesidad que el género y la raza como categorías de análisis, pero fundamentalmente subjetivas, deben ser complejizados al ser pensada la raza Inter seccionada por el género/sexo/religión/locus de enunciación [...] (y no entender la raza superpuesta a ellos), ya que “las mujeres africanas e indígenas cayeron bajo el dominio de los hombres colonizadores y colonizados” (Mendoza, 2010, p. 23). La ausencia del tratamiento del género/sexo en los escritos decoloniales para América latina parte de la hegemonía de pensadores hombres, blancos, de clases medias, que como gesto incorporan exclusivamente el pensamiento feminista chicano, fundamentalmente de Gloria Anzaldúa, está construido desde otro lugar y por ende, es interpelado de otro modo (Bidaseca 2010).

La autora explica en la Conferencia ofrecida por María Lugones en las III Jornadas de Feminismo Poscolonial “Reconocer las superficies de nuestras hendiduras. Cartografiar el Sur de nuestros Feminismos”. Bs As, 15 y 16 de julio, 2013, que la limitación del pensamiento de Quijano parte de considerar al género anterior a la sociedad y la historia, lo cual naturaliza las relaciones de género y heterosexualidad y los efectos de la postcolonialidad. Mientras la antropóloga Rita Segato discute con Lugones esta tesis asumiendo que el género ya existía antes de la intervención del hombre blanco y, precisamente, es la modernidad la que captura y magnifica la jerarquía de género (Segato, 2011).

En “Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial” (2008), influida por el estudio de la intelectual afrofeminista Kimberlé W. Crenshaw (1991) sobre el análisis de la violencia de las mujeres afro y su

desaparición, Lugones plantea la necesidad epistemológica, teórica y política de la interseccionalidad de raza, clase, género y sexualidad para entender la indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color, que ella misma denomina como mujeres no blancas; mujeres víctimas de la colonialidad del poder y del género; mujeres del tercer mundo.

La autora propone un entrelazamiento de las categorías y de los análisis para así llegar a lo que denomina “el sistema moderno-colonial de género”. La interseccionalidad revela lo que no se ve cuando categorías como género y raza se conceptualizan como separadas unas de otras. Entonces el feminismo de color pone en tensión las categorías “mujer” o las categorías raciales “negro”, “hispano” ya que homogeneizan y seleccionan a la dominante, en el grupo, como su norma; por lo tanto, “mujer” selecciona como norma a las hembras burguesas blancas heterosexuales; “negro” selecciona a los machos heterosexuales negros y, así, sucesivamente. Dada la construcción de categorías, el ejercicio de intersección da cuenta que entre “mujer” y “negro” existe un vacío que debería ocupar la “mujer negra”, ya que ni “mujer” ni “negro” la incluyen. Entonces la autora evidencia cómo la interseccionalidad muestra lo que se pierde, y plantea la tarea de reconceptualizar la lógica de interseccionalidad para evitar la separación de las categorías dadas. Esto significa que el término “mujer” en si, no tiene sentido o tiene un sentido racial ya que la lógica categorial ha seleccionado un grupo dominante: mujeres burguesas blancas heterosexuales, y por tanto, como lo manifiesta Lugones, “ha escondido la brutalización, el abuso, la deshumanización que la colonialidad del género implica” (Lugones, 2014, p. 25).

Patúas y ancestras

Con notable maestría, trabajó en su álbum familiar para recuperar los rostros afrodescendientes de sus ancestras. Los imprimió sobre tela y los cosió con puntadas que suturan, uniendo pequeños sacos llamados *patúas* los que, de acuerdo con la religiosidad candomblé, protegen a quienes los portan. Se trata de *memoria* (1994), la primer obra de su trayectoria. En una de sus obras más conmovedoras de arte textil, *Paredes da memoria* (1994), Paulino bucea en ese linaje compuesto por 1.500 retratos traba-

jando el archivo fotográfico de su familia. En ellos están los “*tapuás*” o pequeños protectores cosidos a mano que funcionan a modo de lo que lo que denomino la “*cicatriz colonial*” (Bidaseca, 2021) de las heridas coloniales. Paulino, delicadamente, al suturar cada imagen-herida colonial que alberga la memoria, puede ofrendar *otra* historia, aquella que el poder silenció.



Pared de memoria (1994). Cortesía de Rosana Paulino.

Las fotos repetidas de once de sus antepasados *hablan* “de la fuerza de la comunidad”: “Es mi memoria, es la de mi familia, es la de la gente negra. Pueden ignorar a una de estas personas, pero *no pueden ignorar 1.500 pares de ojos sobre ustedes*”, señala en una entrevista brindada al diario El País⁴.

Imágenes-latentes que hospedan *capas y capas de pasados silenciados*, connotan nuevos sentidos y pujan por nacer en este *ahora*.

Las intervenciones estético-políticas producidas por el campo académico, artístico y artivista conducen a investigaciones, tan necesarias como sumamente valiosas, para contrarrestar el *mainstream* y el canon artístico hegemónico por el modelo de la blanquitud moderno occidental en Brasil y en Argentina.

4. Disponible em: <https://elpais.com/argentina/2024-03-26/la-artista-brasilena-rosana-paulino-sutura-la-herida-de-la-esclavitud.html>. Acceso em: 13 ago. 2025.

Aqué modelo comisarial que se aplica a los libros académicos de historia del arte no es neutro; constituye una “violencia epistémica” al decir de la feminista poscolonial india Gayatri Chakravorty Spivak (1999), asediado siempre por relaciones de poder.

Las cicatrices coloniales: la sutura de la herida colonial

Las narrativas nacionales tanto en Brasil como en Argentina han intentado apagar y borrar de la historia las luchas de las mujeres negras por la libertad en las independencias.

¿Qué otros archivos inesperados retuvieron esas memorias ancestrales cuando los archivos nacionales se empeñaron en apagar sus historias y en suturar las heridas coloniales?

En la *Serie Bastidores*, Rosana Paulino devuelve con la *presencia* de cada imagen, el acto del habla para aquellas mujeres cuyas bocas amordazadas con los hilos del amo, fueron impedidas de hacerlo.

Hilos negros que cubren ojos, bocas, con bordados que oponen el sentido bucólico, invocan la re-semantización de las bocas (hablar) y los ojos (mirar) de las mujeres esclavizadas que han atravesado el *Atlántico Vermelho*, al decir de Paulino connotando la sangre que tiñó esta historia colonial.

Provenientes de un continente como África cuando la trata esclavista organizara el sistema mundo-moderno colonial de género (Lugones, 2008)⁵ ellas fueron racializadas y sexualizadas, traías forzosamente para la reproducción de más y más esclavos. Des-humanizadas. Cubiertas por bozales en las plantaciones, ahora, en pleno siglo XXI, son liberadas por el poder del arte feminista negro de sanar las heridas coloniales.

Como señales de este cambio epocal, se esboza una contra-narrativa colonial (sin que ello implique considerar a los espacios culturales o museísticos como contra-coloniales): la Pinacoteca de São Paulo, se alza como precursora al incluir la obra de artistas negra/os en las colecciones de los museos; la edificación del Museo Afrobrasileño del Parque de Ibirapuera

5. Sobre el debate entre la socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi (1998), y otra intelectual nigeriana feminista afro Bibi Bakare-Yusuf (2003). Bakare-Yusuf criticó el análisis de Oyewumi de la cultura yoruba, en torno de la neutralidad de género y la ausencia de desigualdades de género.

que exhibe la Muestra permanente Carolina María de Jesus⁶; a lo que se suma en los últimos años por la Pinacoteca, el Museo de Arte de São Paulo, la Fundación Tomie Ohtake⁷, y en Argentina la Muestra de Rosana Paulino en el Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires, MALBA (2024), entre otros.

En estos últimos años y al calor del movimiento afro feminista y la política de cuotas raciales que es producto de la lucha de décadas de un “movimiento negro educador” (Gomes, 2017), el gesto simbólico de una *justicia poética* que restituye la memoria ancestral se observa con fuerza en las obras de las escritoras negras.

Así pues, la escritora afrobrasileña Carolina María de Jesus, es invocada en estos últimos años como la gran autora de *Quarto de despejo* (1960)⁸. Se trata de un libro que narra la historia de una mujer *afavelada* con sus dos hijos; una historia de hambre que fue escrita bajo las condiciones de una vida de múltiples opresiones de raza, género, clase.

Si, como dice Glissant (1990, p. 42), estos pueblos que han frecuentado la fosa, viven la Relación, ésta no puede ser hecha de extranjería, sino de conocimiento compartido. “Podemos decir ahora, escribe, que esta experiencia del abismo es la cosa más intercambiada”.

Humanos-no-humanos

Patricia Hill Collins (2008), en su libro “Pensamiento feminista negro” sostiene que la matriz de dominación de un sociedad se encuentra

6. “Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento (MG), em 1914, e faleceu em São Paulo (SP), em 1977. Enveredou por vários gêneros literários – romance, poesia, teatro, provérbios, autobiografia, contos. No entanto, é mais conhecida pela escrita de diários, o que rendeu seu livro de maior êxito comercial, *Quarto de despejo*. [...] O acervo de Literatura do Instituto Moreira Salles tem sob seus cuidados dois manuscritos de Carolina Maria de Jesus – intitulados *Um Brasil para os brasileiros* – e seu disco com composições próprias, também chamado *Quarto de despejo*. Eis o ponto de envolvimento e de partida do IMS na elaboração da ideia.” Muestra *Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os brasileiros*. Curadoria do antropólogo Hélio Menezes e da historiadora Raquel Barreto, com assistência de Phelipe Rezende. Disponível em: https://ims.com.br/exposicao/carolina-maria-de-jesus-um-brasil-para-os-brasileiros_museudeartedorio/. Acesso em: 13 ago. 2025.

7. Cabe destacar el rol de la/os comisaria/os de obra, entre los que se encuentran: Emmanuel Araujo, Igor Simoes, Fabiana Lopes, Helio Menezes, Diane Lima.

8. *Quarto de despejo*. Diario de una afavelada fue publicado por Francisco Alves en 1960 en São Paulo.

ordenada por intersecciones y esos dominios corresponden con lo económico, político e ideológico. “Esos ejes se intersectan de modo que no se pueden pensar los mismos ejes de lxs mujeres negras en los mismos términos que las de mujeres medievales, bajo el feudalismo. Sin esos ejes de intersección entre raza y género no es la misma dominación. De modo que comprender la construcción del estereotipo de la mujer negra como en torno de su hipersexualidad y su forma de resistir esa matriz de dominación” (Lugones, 2022).

Mientras para Hill Collins⁹ ella una mujer sola puede resistir, para Lugones la resistencia proviene de la participación alternativa de una comunidad que es anticapitalista, antirracista, antisexista, una comunidad que tiene un sistema de valores distintos, pero. La resistencia de la mujer negra para confrontar esta dominación en términos interseccionales, sin embargo sus experiencias son distintas y ellas son distintas unas de las otras en cómo responden.

El uso del standpoint que hace Patricia Hill Collins (2008) es el punto de vista del grupo, y el grupo mismo heterogéneo en una realidad que esta afectada en esos dos dominios de opresión que son el género y la raza. La resistencia es para ella necesariamente dialógica. Lugones cree que en el caso de las mujeres negras como de otra gente de color, hay una comunidad alternativa. Y ese diálogo es formal e informal por mujeres que están situadas de manera distinta, activistas en práctica cultural, mujeres intelectuales. Y ellas deben ser activistas sino su voz en el diálogo no esta incluida.

Según Lugones, su idea de interseccionalidad es importante pero no define la liberación o la resistencia, sino que es simplemente definitoria de la situación. En el caso de Crenshaw la ausencia de la mujer negra de la ley define un mecanismo de borrarla. Para Lugones (2022, p. 12) “en mi caso yo pienso en la posibilidad de actividad, de una agencia tal vez mínima pero importante solamente si la persona es impura, es decir, no es alguien que valora la homogeneidad ni la pureza en sí misma ni lo que construye lo social, sino es alguien donde raza y género están fusionadas pero en esa fusión ellas siguen siendo oprimidas: hay una correlación con resistiendo. Yo veo que Hill Collins (2008) es como un ser pre social. Para mi la mujer

9. La perspectiva interseccional en el ámbito de los estudios de género y de la raza fue desarrollada por: Hill Collins, 2008;Brah, 2011.

es social pero ese sujeto cuando esta siendo oprimido resiste, no hay resistiendo sin ser siendo oprimida y viceversa, yo lo pongo en el gerundio.”

Mientras el estudio de Crenshaw es útil para marcar la ausencia sin embargo no aparece la agencia, no hay agente para la resistencia. En Hill Collins (2008) hay resistencia y también esta la opresión interseccional pero no hay un sistema de género y parece que tanto en la mujer blanca como en la mujer negra son algo parecido o tal vez lo mismo, que el mismo sistema o dominio oprime a las dos y se intersecta con otro eje o dominio par producir esta complicación de fuerzas que se afectan mutuamente. Para Lugones es importante pensar que cuando uno piensa en modernidad uno piensa en dicotomías y dicotomías jerárquicas (Humano- no humano) y en esas dicotomías quienes tienen género son el hombre y la mujer burguesa, la gente africana e indígena no tienen género, lo cual produce complicaciones para el feminismo.

Las referencias de Lugones sobre los textos de viajeros en la Conquista, surge que “la gente indígena y negra no son considerados humanos pero están sexuados aunque no tienen control sobre su sexualidad. La razón por la cual la mujer es humana es porque reproduce con el hombre la raza y el capital sino ella tampoco sería humana porque ella no tiene razón” (Lugones, 2022, p. 7).

El poder sagrado de las plantas

Las llamadas “artes occidentales” carecen de lenguaje y vocabulario para abordar estas existencias y planos de vida.

En la serie *Senhora das Plantas*, Rosana Paulino (2022)¹⁰ utiliza plantas significativas en las culturas afrobrasileñas, como la dracaena trifasciata (la espada de Iansã), la planta cola de dragón y la bromelia, para crear un régimen de visibilidad que permite simbolizar la subjetividad femenina negra en la diáspora.

La voz de la artista, enuncia el lugar de su palabra y la ancestralidad afrobrasileña, vinculando el poder femenino con el *poder sagrado de las plantas*.

10. Ver Rosana Paulino. *Americanas*. Catálogo Malba, 2024

En Brasil, se atribuye a la espada de Iansá el poder de protección contra las energías negativas de la casa. Su forma de espada otorga el sentido simbólico de la re(ex)istencia.

En la Serie *Paraíso Natural*, y en obras como *Assentamento*, el trabajo de Paulino (2024) con las imágenes fueron tomadas del Archivo colonial del siglo XIX - por el fotógrafo August Stahl quien fue contratado por el científico Louis Agassiz- para demostrar que las razas establecen las jerarquías entre humanos y no humanos (entre ellos los europeos ubicaron a las poblaciones indígenas y afrodescendientes como a las especies y animales). Estas fotografías le permiten a Paulino investigar el discurso científico como empresa colonial, utilizado para justificar la esclavitud.

En 2023 obras de las series *Nascituras* (2023) y *Senhora das plantas* (2022) connotan lo que la artista define como un *ser que aún no naciente, late por nacer* (Paulino, 2024)

Interpreto este gesto como un momento de esplendor, en el nacimiento de una nueva subjetividad femenina que late con la fuerza poderosa de las plantas y los árboles, en un proceso de mutación que asalta el trazo de aquella línea de color que marcó racialmente su cuerpo¹¹

“Las *Nascituras* son un caso curioso porque las hice después de las *Mangues*, que estuvieron en la Bienal de San Pablo. Estaba pensando en otro trabajo, pero me dieron unas ganas muy fuertes de hacer a esas mujeres naciendo de las plantas, o, como el título dice, ‘listas para nacer’, ya que, en portugués, ‘nascituro/a’ es aquel o aquella que ya está listo para nacer pero todavía no nació. *Entonces dejó que nacieran*. Confieso que todavía no he entendido del todo el significado de esas obras, pero me parecieron un desdoblamiento natural después de las *Mangues*, ya que, en el caso no sólo de esa serie, sino también de las anteriores, como *Senhora das plantas*, *Jatobás* y *Búfalas*, estaba pensando en otras posibilidades psicológicas para las mujeres negras, toda vez que las construcciones psicológicas venidas de Europa, creo, no nos sirven” (Paulino, 2024)¹².

11. El filósofo sudafricano Mogobe Ramose argumentó que la línea entre civilización y barbarie fue una extensión del límite entre razón y sinrazón. El conquistador se atribuyó de ser el poseedor de una civilización superior. El conquistador era civilizado y el africano era el bárbaro. La línea entre civilización y barbarie, así, estableció la relación de superior e inferior (Ramos 2003, p. 46).

12. Disponible en: <https://www.instagram.com/p/C6waQj7rdVP/?igsh=YTE1ZThnM3N4OTE%3D>. Acceso em: 20 ago.2025.

Finalmente, en la Serie *Tejedoras* (2008)¹³ podemos observar un sinnúmero de crisálidas que salen de sus capullos que devienen humanos. Nos vuelven a las series *Mujeres Mangue o Jatobás*, en las cuales se ven cuerpos de mujeres cuyas extremidades son las plantas.

Maes-pretas

En 2007 *Amas de leite*, es una obra central en la memoria de las mujeres afrodescendientes que amamantaron a las y los hijos de sus amos. Paulino presenta sobre la pared siluetas de mujeres negras cuidando de niños blancos. De sus senos salen tiras del color de la leche que se unen a las botellas que portan las fotos de esas mujeres en su interior, y que son esparcidas por el suelo.

Como mencioné, Lélia Gonzalez, es una fuente de inspiración en el trabajo de Paulino. Un recorrido por su biografía habla que fue la penúltima y décimo séptima hija de padre negro y madre india con oficios de ferroviario y de empleada doméstica. Su biografía narra la capacidad de la joven que logra atravesar la barrera de color, ingresando en la universidad y convirtiéndose más tarde en profesora universitaria.

Un hecho importante que permite comprender esta movilidad ascendente es el trabajo de cuidado que su madre realiza para una familia italiana, como ama de leche de una niña cuya madre falleciera en el parto.

Lélia tenía la misma edad que la niña huérfana y las unía lazos afectivos y en la edad escolar la familia ofreció pagar sus estudios. «Estudié con mucha dificultad. Los libros eran prestados por las colegas hasta llegar a la Universidad» (apud, Viana, 2006, p. 48-56).

Las madres-negras (*Maes pretas*) esclavizadas fueron dedicadas a la práctica de cuidado y amamantamiento. Su leche fue, también, el alimento de los hijos e hijas blanco/as.

Lélia Gonzalez habló de ello cuando refirió a las mujeres esclavizadas en el campo en las plantaciones, o en la “Casa-Grande” de los amos. Las mucamas, explica fueron utilizadas para garantizar el ocio convirtiéndolas en “objetos” de la violencia sexual, y de las señoras porque además de hacer las labores de la casa, debían cuidar de los niños como amas de leche y niñe-

13. Ver a Rosana Paulino, *Americanas*. Catálogo Malba, 2024

ras. Esta obligación con la crianza de los niños blancos, las separó de sus propios hijos. “Si intentan ver las imágenes en las botellas, necesitan doblar sus rodillas porque están muy abajo. Es una forma de hacer una reverencia y mostrar que estas mujeres fueron personas”, dice Paulino y se agacha, explica en la entrevista acerca de la disposición del espacio.

Serie *¿História natural?* (2016),¹⁴ es el libro de artista de Rosana Paulino, la pregunta sobre la ciencia y su rol en la justificación de la esclavitud se expande y profundiza.

En las mujeres negras, el mestizaje proviene de la violación y manipulación sexual de las esclavas, de lo cual sobreviene el mito de la “mulata for export” (Lélia Gonzalez, 1988b) y la hipersexualización del cuerpo de las mujeres negras producto colonial.

En esta imagen, azulejos de registro portugués se intercalan como en un puzzle con imágenes de aves y el rostro de una mujer transportando plátanos en su cabeza.

Las mujeres como las plantas -el plátano-, funcionaron como monedas de circulación y signos de las explotaciones en los mitos del tropicalismo. Este mito fundó las bases de los estereotipos raciales e inclusive de las conductas consideradas inapropiadas y promiscuas de las poblaciones antillanas y caribeñas.

Es ese registro afectivo de las violencias profundas e inconmensurables que desbordan conceptos como: historia de esclavitud”, “colonialismo”: ¿Cómo llegar al dolor para atravesar la herida colonial?

Referências

AGASSIZ, Elizabethy; AGASSIZ, Louis. *A Journey in Brazil*. Boston: Ticknor and Fields, 1868

BIDASECA, Karina. *Perturbando el texto colonial*. Los Estudios (Pos) coloniales en América latina. Buenos Aires, SB, 2010.

BIDASECA, Karina A. “La piel y la cicatriz colonial. El desgarramiento y la escisión en dos artistas feministas palestina e israelí: Emily Jacir y Sigalit Landau.” *Claroscuro. Revista Del Centro De Estudios Sobre Diversidad*

14. Ver Rosana Paulino, *Americanas*. Catálogo Malba, Buenos Aires, 2024

Cultural, (20), 1-15, 2021. Disponible em: <https://doi.org/10.35305/cl.vi20.10>. Acceso en: 14 ago. 2025.

BIBI Bakare-Yusuf. Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. *Feminist Africa*, n. 2, Changing Cultures, 2003. Disponible em: <https://www.jstor.org/stable/48724973>. Acceso em: 14 ago. 2025.

BRAH, Avtar. *Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

CRENSHAW Kimberlé, Williams. “*Mapping the margins: Intersectionality, identity politics and violence against women of color*”. *Stanford Law Review*, 43, p. 1241-99, 1991.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York, Routledge, Chapman and Hall, 1990.

COLLINS, Patricia. *Pensamiento Feminista Negro*. Londres, Inglaterra: Routledge, 2008.

EVARISTO, Conceição. “La historia de la esclavitud siempre se ha escrito desde la mirada de los blancos Entrevista Contexto y Acción.” en 7/03/2018. Disponible en: <https://ctxt.es/es/20180307/Culturas/18254/Entrevista-Conceicao-Agnese-Marra-Brasil-esclavitud.htm>. Acceso em: 10 ago. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *A Critique of Postcolonial Reason. Towards a History of the Vanishing Present*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

GLISSANT, Édouard. *Poétique de la relation*. Paris: Gallimard, 1990.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, 1988 a, p. 92-93.

GONZALEZ, Lélia. “Por un feminismo Afrolatinoamericano”. En: *Isis Internacional & MUDAR - Mujeres por un Desarrollo Alternativo. Mujeres. crisis y movimiento. América Latina y el Caribe*, (9), 133-141, 1988b.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HILL Collins, Patricia. *Black Feminist Thought*, Nueva York: Routledge, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Francisco Alves, 1960

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22, v. 320, setembro-dezembro, 935-952, 2014.

LUGONES, María. “*Colonialidad y género*”. *Tábula Rasa*, Colombia, n. 9, p. 73-101, Jul- Diciembre, 2008.

LUGONES, María. Feminismo interseccional. En Bidaseca, Karina (Ed.) *Por una poética de la relación en los feminismos de color*. Buenos Aires: El Mismo Mar, 2022.

LUGONES, María. Conferencia Raza e interseccionalidad En Bidaseca, Karina (Ed.) *Por una poética de la relación en los feminismos de color*. Buenos Aires: El Mismo Mar, 2022.

MENDOZA, Breny. “La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano”. En ESPINOSA MIÑOSO, Y. (coord.): *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: En la frontera, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade - O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 32, n.º 94, Junho/2017.

OYERONKE Oyewumi. De-Confounding Gender: Feminist Theorizing and Western Culture, a Comment on Hawkesworth’s “Confounding

Gender”. *Signs*, v.23, p. 1049-1062, Published By: The University of Chicago Press, 1998.

PAULINO, Rosana, BIDASECA, Karina A. et al. *Amefricanas, Artivismos, memorias y descolonización/Artivismos, memorias e descolonização*. Buenos Aires: El Mismo Mar/CLACSO, 2025.

PAULINO, Rosana. *Catálogo Malba*, Argentina: Buenos Aires, 2024

PAULINO, Rosana. *Obras de las series nascituras*, 2023.

PAULINO, Rosana. *Senhora das plantas*, 2022.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” en Lander (comp.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RAMOSE, M. B. The philosophy of ubuntu as a philosophy. In: P. H. Coetzee; A. P. J. Roux, *Philosophy from Africa: A text with readings* 2nd Edition. London, UK: Oxford University Press South Africa, 2003.

SEGATO, Rita. “Género y colonialidad. En busca de claves de lectura y de unario estratégico descolonial”, en Bidaseca, Karina (Comp). *Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en américa Latina*, Buenos Aires: Bs. As, Godot, 2011.

VIANA, Elizabeth Di Espirito Santo. “Relações raciais, gênero e movimentos sociais: O pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)”. *Tesis de Maestría*, UFRJ, Brasil, 2006.

O campo de estudos sobre masculinidades e conexões com teorias feministas: seus desafios, problematizações e ações

*Adriano Beiras
David Tiago Cardoso*

Ao observar o crescimento das discussões cotidianas e acadêmicas sobre gênero, percebemos que estamos diante de um momento de diversos avanços e retrocessos. Por um lado, avançamos na diversidade de ideias, teorias feministas, discussões sobre a sociedade, direitos humanos e equidade de gênero. Por outro tivemos um aumento de ideias conservadoras que justificam a desigualdade de direitos de homens e mulheres, produzindo misoginia, sexismos e justificativas para manutenção de um contexto desigual. Diante deste contexto, é inevitável problematizar que os estudos sobre homens e masculinidades também ganharam destaques, com debates importantes no campo, em consonância com as teorias feministas, e com debates desqualificadores ao feminino e feminismos, com ideias que reivindicam o poder masculino.

Olhando as décadas que se passaram desde a emergência destes estudos, vivemos nos últimos anos um aumento crescente deste debate em redes sociais, publicidades, obras artísticas e a disseminação do termo masculinidades para vários campos, como questão, como problema, como processo de generificação e de sujeição ou assujeitamento, como formação de sujeitos e subjetividades ligadas a um complexo jogo de relações de poder.

Neste sentido, este texto tem como objetivo narrar um caminho, uma trajetória do campo de masculinidades, contextualizado no Brasil e sua intenção no Sul-global, a partir de nossa experiência como pesquisadores brasileiros no campo. Em nossa trajetória, levamos este conceito para a

prática psicossocial, de pesquisa e de militância. Neste caminhar narrado, não seguimos com a intenção de ser exaustivos e completos nesta narrativa de campo. No lugar, aqui apresenta-se um caminho situado de nossa experiência e conversas com autores e autoras, para procurar entender o processo de produção de masculinidades e suas relações com feminilidades, em sujeitos diversos que se identificam como homens.

Masculinidades: problematizações feministas

Há publicações em artigos e livros que buscam destacar a natureza das características masculinas e outras que irão problematizar esse discurso de diferenças biológicas, como aponta Laura Guerim (2020). Mas e se a masculinidade pode ser compreendida pela pluralidade? Tal problematização não é de agora e está ligado ao ressurgimento do movimento feminista e da libertação gay, nas décadas de 1960 e 70, como demonstrado Karen Griffin (2005).

Como rastro, surgiram vários nomes para designar as áreas de estudo: Estudos dos Homens; Estudos do Gênero dos Homens e das Masculinidades; Estudos das Masculinidades (Núñez Noriega, 2016). Contemporaneamente, para além do consenso de que as masculinidades são construções sociais (Griffin, 2005), o campo vem recebendo importantes contribuições dos Estudos *Queer* (Núñez Noriega, 2008; Núñez Noriega, 2016), problematizando o binarismo das identidades, convocando a pensar os corpos como uma multidão *queer* (Preciado, 2011).

Com relação ao conceito de masculinidade hegemônica, intensamente usado nas publicações, ações e pesquisas no campo nas últimas décadas, ele é compreendido por Connell (2003) como um padrão de práticas que privilegia os homens brancos, cisheterossexuais, em um lugar da sociedade demarcado pelo poder de submeter as mulheres e outras masculinidades aos seus domínios de interesse. Nos termos da autora, as masculinidades são marcadas pela pluralidade, ainda que destaque que na sociedade ocidental, os homens brancos, cisheterossexuais, tenham os privilégios frente ao status de hegemonia (Connell, 2003).

Mais recentemente, revisando sua própria produção teórica, Raewyn Connell, com a contribuição de James Messerschmidt (2013), destacou

que compreende que esta masculinidade tida como hegemônica é normativa, ainda que apenas uma minoria de homens a adote. Contudo, ela exige que os demais se posicionem em relação a ela. Desta forma, defenderá, em certa medida, o caráter relacional da masculinidade, pois ela só é possível se existir em contraposição a outras expressões subalternizadas, tratando, da mesma forma, de como os corpos são produzidos e o que eles fazem.

Nesta compreensão revisada, não há uma única masculinidade, essencial e universal, sendo vivenciada em cada sujeito. Somos apresentados, desde o nascimento, a uma multidão de formas de produzir e vivenciar o que chamamos de masculinidade, seja pelo acesso a filmes, séries, histórias em quadrinhos, mas também pela nossa socialização com outros sujeitos “não-virtuais”. Tal assertiva encontra eco na assertiva de que “os modos de subjetivação masculinas são plurais e plásticos” (Medrado; Lyra, 2014, p. 73). A plasticidade é pautada na compreensão de agência como as possibilidades de as normas serem performadas, habitadas e experimentadas de formas múltiplas e não apenas conformadas e subvertidas, sendo ela mesma uma propriedade universal dos sujeitos por ser socialmente construída, ainda que desigualmente distribuída. Assim, por meio desta compreensão, os corpos não apenas se constroem na relação com o outro, mas no diverso de si mesmo, onde há um grande trabalho social para fixá-la, convocando cada indivíduo a ser policial de si mesmo, mas que também pode produzir transformações (Preciado, 2011).

Esta compreensão plástica de viver o gênero encontra ressonância em Michel Foucault (2006, p. 184) quando afirma que “o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui”. Aqui saímos de uma visão estruturalista de sociedade, exposta por Connell, para uma visão pós-estruturalista, para pensar a produção do sujeito. No alinhamento com Foucault explicado acima, o poder e, portanto, as normas que ele produz são discursivas e não dependem do exercício autônomo de uma vontade deliberada, de decisões e escolhas de um único sujeito em sua individualidade (Safatle, 2017). Como metáfora, a norma seria o vento que sopra as várias folhas (sujeitos) de uma árvore (sociedade). Na ventania, contudo, nem todas caem e, nem todas as que caem, tem seu destino definido, ou seja, por mais que o vento sopra para o norte, a anatomia da folha pode desobedecer e não seguir a direção “pretendida”.

Contudo, as normas não se reduzem ao gênero, pois tecnologias são acionadas para a produção de regime de verdade sobre o masculino, acontecendo pela operação de diversos marcadores sociais da diferença (Medrado; Lyra, 2014). Eis, portanto, a necessidade de um olhar que tenha como lente analítica a interseccionalidade, a partir da compreensão que tais marcadores (Sexo, Gênero e Raça, para citar os principais) interagem, promovendo cenários de injustiças e desigualdades sociais, em que somos construídos e participamos da construção de lugares reconhecidamente complicados e contraditórios e, por ser assim, não significa capturar os corpos e seus marcadores como algo da essência, replicada em todas aqueles corpos que reconhecemos como iguais. Tal perspectiva nos convida a permanecer com um olhar plural, compreendendo as intersecções por meio das múltiplas interações sociais (Nogueira, 2017).

Outro ponto que queremos deixar em evidência é que, tal como o gênero, o sexo também é uma construção social (Medrado; Lira, 2014). Oliveira (2017) afirma que são as repetições discursivas que produzem a ilusão de que existe uma essência (uma identidade), uma forma material e que reivindica por um sexo biológico e natural. É Judith Butler (2003) quem vai subverter esta lógica ao afirmar que é o gênero que produz o sexo, pois o “[...] sentido em que o significado social atribuído ao sexo é todo ele gênero” (Oliveira, 2017, p. 24). Serão as normas que ao produzirem o gênero construirão nos corpos com pênis a categoria sexual, a identidade homem e, como tal, a obrigação destes corpos em expressar-se por meio de um certo modelo de masculinidade. Da mesma forma em que obriga a expressão de um modelo de raça, classe social e qualquer outra categoria reivindicada na produção das identidades.

Há de ter um cuidado de não cair na armadilha do individual. A defesa aqui é que as singularidades dos sujeitos são construídas na pluralidade. No campo das masculinidades, é preciso compreender que tais relações acontecem por meio de uma pedagogia homosocial e simbolicamente sexista, em que os homens são construídos e naturalizam atributos considerados como propriedade masculina, sustentado em práticas material e simbolicamente violentas. Ao seguirmos tal compreensão, ficamos alinhados com os movimentos de mulheres, feministas e LGBT, em que tais práticas precisam ser problematizadas por meio da “[...] politização do privado, da intimidade na qual se instituem as mais perversas formas de regulação de modos de

subjetivação masculina e feminina [...]” (Medrado; Lyra, 2014, p. 73-74). Ou seja, é no cotidiano dos homens, no dia-a-dia relacional, que as masculinidades são produzidas.

Neste passeio entre epistemologias distintas para entender o conceito, voltamos a versão *gramsciana* de Raewyn Connell (2003), que no seu resgate histórico para compreender as masculinidades, constrói o que chamou de “masculinidade hegemônica”. Para a autora, a hegemonia de um tipo específico de masculinidade tem fundamentos no machismo, misoginia, patriarcado e outras relações de poder. Connell (2016) afirma que as ordens do patriarcado têm o objetivo de definir o lugar que os corpos participam das relações sociais, onde as mulheres são valorizadas como mães ou mães em potencial e os homens são corporificados para o trabalho fabril e braçal, além das muitas violências do cotidiano, em suas palavras “os corpos não são regulados [...], mas sim colonizados e sondados relativamente ao seu potencial de lucro” (Connell, 2016, p. 35).

Embora esta compreensão de Connell venha de outras teorias críticas, no caso marxistas, é possível usá-la como discursos sociais acadêmicos explicativos de masculinidade. O Construcionismo Social convida à discussão destas interpretações. Assim, ainda que crítica e dando abertura para uma compreensão de masculinidade como uma categoria plural e construída socialmente, parece-me determinista e focada apenas nas relações propostas pelo sistema capitalista. Ao dizer que os corpos são colonizados e capturados por meio do potencial de lucro, em certa medida, parece uma atualização do discurso da servidão nos termos problematizados por La Boétie (2020), ao passo que a masculinidade hegemônica forçaria e enganaria aqueles ditos homens, subtraindo-lhes a força de trabalho na medida que os paga com um “espelho sem aço”. Diante destas discussões acadêmicas, trazemos aqui a questão de que possibilidades teríamos de compreender as masculinidades em todas as suas expressões plurais.

Para Wittgenstein um conceito não precisa ter contornos nítidos, pois nossa linguagem corrente é vaga e não tem atributos exatos, o que não é um obstáculo, mas sim a própria potência, pois renunciamos o interesse em submetê-lo a um conjunto de regras completas e exaustivas (Soares, 2013). Quando falamos “masculinidade”, todos sabem do que estamos falando, pois trata-se de uma aplicação da palavra no cotidiano. A proposta wittgensteiniana é, como demonstra Soares (2013), uma mudança no modo

como questionamos sobre o conceito, substituindo o “*O que é X?*” pelo “*Como é usado X?*”

Se o conceito de masculinidade é usado tanto nos estudos acadêmicos, como em outros jogos de linguagem de inúmeras formas e seguimos dialogando sobre ele como se “fosse a mesma coisa” deve existir alguma conexão, algo de essencial que é o coração do conceito. Tal como o coração não está no centro do nosso corpo, diferente do modo como fomos ensinados na escola, um conceito sem fronteira ou com as bordas borradas, também não tem um centro, ou se tem, se desloca em cada uso. É interessante trazer à discussão aquilo que Wittgenstein chamou de “semelhança de família” (Hebeche, 2003).

Para explicar a “semelhança de família” utilizaremos o mesmo caminho trilhado por Wittgenstein (2000) em sua obra *Investigações Filosóficas*, usando a família como metáfora principal. Se iniciarmos nossa pergunta às pessoas com o “O que é uma família?” haverá um cem número de definições distintas entre si, mas que ainda assim definem o que é uma família. Se observarmos as definições perceberemos que trataram mais de como os integrantes de determinadas famílias ou como as famílias em si são semelhantes entre si, ou seja, como as famílias se constituem (ou como funcionam como instituição familiar). As famílias são distintas entre si, pois são muito parecidas entre si, todas sobrepostas, o que faz com que as bordas fiquem borradas pelos constantes contatos e distanciamentos (históricos e culturais), ou seja, como realizações discursivas (Martins; Mcnamee; Guanaes-Lorenzi, 2015).

Ao aplicarmos isso às masculinidades, tanto no campo teórico, como no campo das relações sociais, veremos em uso um conjunto de condições necessárias e suficientes para compreendermos o que elas são, pois ao tempo que são distintas, são semelhantes, pois trata-se de uma abordagem multifacetada e variável, não sendo um conceito vago, mas relativo aos fatores culturais e históricos de determinada comunidade ou comunidades.

Uma vez genericado, os corpos não expressam “seu” gênero pela estabilidade. Nas palavras de Butler (2015, p. 29) “[...] isso representa a possibilidade de colapso da norma; em outras palavras, é um sintoma de que a norma funciona precisamente por meio da gestão da perspectiva de sua destruição, uma destruição inerente às suas construções”. Assim, quando o

enquadramento se rompe, aquela realidade aceita sem discussão entra em colapso, expondo aquilo que procurava controlar com este enquadramento.

Essa necessidade de se repetir, ao anular-se e aprofundar suas normas, irá produzindo as múltiplas expressões de gênero, “[...] de uma imensa multitude de corpos e de subjectividades que não se deixam fixar por identidades politicamente reguladas (Oliveira *et al.*, 2009, p. 23). Não seria diferente com as masculinidades e como exemplo, podemos citar o trabalho desenvolvido com grupos de homens autores de violência contra mulher (Beiras; Cantera, 2012; Beiras; Cantera, 2014; Beiras; Cantera; Alencar-Rodrigues, 2015), onde, ao possibilitar que estes homens entrem em contato com outros sujeitos, mulheres, outros homens, e portanto, com feminilidades, outras expressões de gênero e outras masculinidades, em contato com narrativas diversas, eles possam refletir sobre as suas vidas e o modo como se relacionam com o mundo cotidiano, possibilitando que esses enquadramentos normativos possam rompem consigo mesmos (Butler, 2015).

Os rastros dessas rupturas devem acontecer no cotidiano dos homens e no exercício de suas masculinidades. Para tanto, é preciso focar neste cotidiano relacional. Contudo, tal como Connell, que ao visitar o conceito, compreendeu que estava deixando algo de fora, a multiplicidade de masculinidades, ao revisitar o as masculinidades saturadas eu estava esquecendo de sair do campo discursivo acadêmico, ao pensar nos múltiplos discursos e normas que produzem os corpos e eu não dei foco naquilo que já está presente neste capítulo: a vida das pessoas acontece no cotidiano.

Para Gergen (1994, p. 209) “as identidades, neste sentido, nunca são individuais; cada uma é suspensa em um conjunto de relacionamentos precariamente situados. As reverberações sobre o que acontece aqui e agora entre nós podem ser infinitas”. Assim, as masculinidades se constroem nos relacionamentos que acontecem ao longo da vida, acessando múltiplas possibilidades narrativas de “ser homem”, tendo como efeito, sendo assim, inúmeras formas de expressá-las em cada relação construída.

É por isso, afirma Butler (2011), que o Outro é a condição do discurso reiterado como verdade, pois sem ele, não há linguagem. Afirma a autora que nós “[...] somos primeiro dirigidos, reportados por um Outro, antes mesmo que assumamos a linguagem para nós. Assim, podemos concluir que é somente na condição de sermos remetidos a um discurso que po-

demos, então, fazer uso da linguagem” (Butler, 2011, p. 22). É aqui que se apresenta a produção de discursos sobre masculinidades e seus efeitos políticos, performativos, definidores de uma determinada estrutura social, produzindo um conceito interpretativo para a sociedade e suas problemáticas de justiça social.

Depois desta problematização sobre o conceito, cabe destacar como ele tem sido usado disciplinarmente e interdisciplinarmente. Ele tem sido um conceito útil para compreender dinâmicas sociais, produzir contextos alternativos, provocar mudanças, explicar ações e movimentos históricos. No âmbito psicojurídico e sociológico ou criminológico, tem sido um conceito chave para entender processos de sujeição da mulher e violências diversas. Nos desafios do campo da saúde, educação e no entendimento de institucionalidades.

É necessário também alertar que esta trajetória e reflexões expostas partem de uma relação de alinhamentos com preocupações feministas contemporâneas, mas este conceito também pode estar vinculado a propostas completamente contrárias, como a emergência de grupos masculinistas, produtores de discursos de ódio, diferença, inequidades e produzindo influências sociais diversas, capturando jovens e meninos a campos muito problemáticos e perigosos.

Saberes e fazeres: entre desafios e ações

Cabe aqui defender o diálogo com as teorias feministas e apontar como o campo latinoamericano, onde nos inserimos, tem sido potente para problematizar o conceito e seus usos, consciente de limitações, diferenças, coerências e leituras de mundo. Destacamos, a produção realizada pelo Núcleo Margens - Modos de Vida, Família e Relações de Gênero, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, que desde meados da década de 1990, tem integrado acadêmicas e pesquisadoras em temáticas sobre gênero e masculinidades nos mais diversos campos de atuação e pesquisa. Focaremos nas últimas duas décadas, respeitando a atualidade da temática.

No campo da produção de referências teórico-metodológicas é interessante iniciar com o livro organizado por Toneli et al (2010), que tiveram

como objetivo conhecer e publicizar algumas experiências latinoamericanas de serviços de atendimento a homens autores de violência contra as mulheres. Por meio de entrevistas realizadas com profissionais de diversos países, em especial, Brasil, México, Peru, Argentina, Honduras e Nicarágua, tecem reflexões sobre os limites e possibilidades que acontecem no cotidiano dos trabalhos realizados. De modo sucinto, destaca-se a predominância de metodologias coletivas, contudo com uma pluralidade de teorias e epistemologias que sustentam a prática, nem todas com leituras feministas.

Na esteira desta produção, encontra-se o documento técnico “Recomendações Para Homens Com Antecedentes De Violência Contra Mulheres Durante O Isolamento” (Beiras; Zucco, 2020), publicado em tempos de crise sanitária, social e econômica provocada pela COVID-19. De modo objetivo, os autores promovem uma série de orientações aos homens de como lidar com o isolamento social a partir de relações não-violentas, nem consigo nem com aquelas pessoas que estavam convivendo sem poder sair de suas residências para evitar a exposição ao vírus. Para as profissionais da área foi publicado artigo sobre a metodologia de grupos reflexivos no ambiente virtual, discutindo sobre as primeiras adaptações e potencialidades (Beiras *et al.*, 2020).

Queremos destacar ainda, o mapeamento, em âmbito brasileiro, das ofertas de ações para o atendimento aos homens de violência contra as mulheres, uma parceria entre a Universidade e o Poder Judiciário, coordenado pelo Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR de Santa Catarina. Por meio deste trabalho, três publicações foram realizadas, sendo a principal delas uma possibilidade de dar um passo além do reconhecimento e da análise dos grupos ofertados no país, pois promove recomendações e critérios mínimos para a realização de propostas coletivas com homens (Beiras *et al.*, 2021).

Entre as recomendações propostas por Beiras *et al.* (2021), estão as necessidades das pessoas interessadas em realizar uma leitura a partir das teorias feministas de gênero e masculinidades, de ser uma prática reflexiva que promove também aos homens a possibilidade de se reconhecerem responsáveis pela violência praticada. Outro ponto a ser considerado é a sutileza de colocar aquelas posturas e práticas que não são recomendadas, em especial, posicionamentos extremistas que cristalizam os homens na condição de vilões ou o anseio em transformá-los em homens bons.

Tão importante quanto a produção técnica, sobre os desafios de promover ações no campo das masculinidades, é a produção científica. O Núcleo Margens não apenas tem promovido pesquisas, que falaremos a seguir, como tem buscado realizar capacitações com o Sistema de Garantia de Direitos em todo o território brasileiro. Já foram realizadas com trabalhadoras/es de defensorias públicas, equipamentos de Assistência Social e demais políticas públicas, tendo também participado juízes e promotores de justiça. No âmbito remoto, em parceria com o Núcleo de Cidadania e Ensino Digital (NCED/UFSC), na primeira edição do curso em Educação em Direitos Humanos, o pesquisador Rodrigo Caio Novaes, apresentou a aula “Por quê incluir os homens na discussão sobre os feminismos e a violência de gênero?”. Na terceira edição, as pesquisadoras Ana Carolina Mauricio e Camila Maffioletti Cavaler, ministraram aula intitulada “Do comum ao violento: masculinidades enquanto um produto social”.

Nas pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado, podemos destacar algumas produções. Nas dissertações, Garcia (2016) constrói reflexões e sentidos sobre a narrativa de homens autores de violência sobre família, ética e moralidade. Cardoso (2016), por meio de estudos de casos com trabalhadoras/es de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, discute como os sentidos de gênero e masculinidades constroem ações de atendimento às famílias e usuários da proteção social especial de média complexidade. Meinhardt (2020) irá problematizar como o Estado brasileiro irá fabricar de modo discursivo quais masculinidades contam como criminalizáveis. Outra dissertação que apresentamos é a pesquisa produzida por Isleb (2023) que dialoga e problematiza a participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens.

Em relação às teses de doutorado, destacamos três que auxiliam a dar profundidade nas discussões aqui promovidas e convidam ao exercício da leitura. Nothaft (2020) tece diálogos que permitem compreender a experiência das mulheres no enfrentamento das violências doméstica e familiar, bem como constroem relações no cotidiano dos serviços que acessam. Cavaler (2024) discute a relação entre mononormatividade e os feminicídios conjugais, convocando a construção de novas lentes para compreender os crimes praticados contra mulheres. Por fim, Cardoso (2024) irá promover diálogos a partir da imersão em grupos reflexivos para homens, trazendo a necessidade de construir caminhos para o futuro.

Por fim, para completar o tripé universitário (pesquisa, ensino e extensão), é necessário falar do projeto de extensão em andamento, nomeado como *Ágora*. O projeto articula atendimentos psicossociais individuais e grupais para Homens Autores de Violência contra Mulheres em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Surgido em 2019, o projeto tem como objetivo principal fomentar a implantação e consolidação de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência (GRHAV) no estado. O projeto segue como uma referência na articulação entre pesquisa, extensão e enfrentamento à violência de gênero, capacitando estudantes e profissionais, além de contribuir com alternativas críticas e transformadoras de intervenção junto aos autores de violência.

Considerações finais

Neste processo de escrita, buscamos construir um texto promotor de diálogos colaborativos sobre o campo de estudos sobre masculinidades, trazendo seus desafios, apresentando problematizações e ações, a partir das conexões com teorias feministas que temos realizado, em especial, por meio do Núcleo Margens/UFSC. Ao explorar possibilidades, buscamos destacar com os sentidos sobre masculinidades produzem subjetividades e práticas de atendimento.

As rupturas possíveis no cotidiano das relações entre gênero e poder, são possíveis a partir de construções metodológicas que permitam reflexões sobre a vida dos homens no exercício de suas masculinidades nos processos sociais. No cenário latino-americano enfatizamos o potencial do diálogo com as teorias feministas para criar estas reflexões transformadoras, sempre buscando uma abordagem ética e crítica frente à violência de gênero e as desigualdades sociais, em especial, entre os gêneros.

O valor das práticas acadêmicas e psicossociais realizadas por iniciativas como estas produzidas pelo Núcleo Margens/UFSC, promovem ações concretas e interdisciplinares. Contudo, é necessário dizer, que em tempos de conservadorismo, ao estar alinhadas às preocupações feministas, estas práticas enfrentam desafios, como o cuidado ao abordar masculinidades de forma plural, sem cair em discursos cristalizadores, que podem ser usados para a perpetuação das violências contra as mulheres.

Quando nos propomos a refletir sobre o campo de estudos das masculinidades, é preciso reconhecer que sua potência está na pluralidade de perspectivas que desafiam normas, promovem rupturas e contribuem com a abertura de caminhos para diálogos colaborativos. Esse processo exige não apenas um olhar crítico, mas toda a corporalidade, em que a prática ética é transformadora, pois considera as complexidades do cotidiano e os impactos das relações de poder nas subjetividades. Que possamos, portanto, acolher as masculinidades não apenas um conceito acadêmico, mas uma oportunidade de transformar relações e construir uma sociedade mais justa, equitativa e plural.

Referências

BEIRAS, A.; BRONZ, A.; SCHNEIDER, P. de F. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual - primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. *Nova Perspectiva Sistemica*, [S. l.], v. 29, n. 68, p. 61–75, 2021. DOI: 10.38034/nps.v29i68.606. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/606>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BEIRAS, A.; CANTERA, LEONOR M. Narrativas Pessoais, Construções de Masculinidades: Aportações para a Atenção Psicossocial a Homens Autores de Violência. *PSICO*, v. 43, n. 2, p. 251-259, 2012.

BEIRAS, A.; CANTERA, L. Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In: E. Blay (Org). *Feminismos e masculinidades*. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 29-43.

BEIRAS, A., CANTERA, L. M.; DE ALENCAR-RODRIGUES, R. I am a bull! The construction of masculinity in a group of men perpetrators of violence against women in Spain. *Universitas Psychologica*, 14(SPE5), 1525-1538, 2015.

BEIRAS, A.; MARTINS, D. F. W.; SOMMARIVA, S. S.; HUGILL, M. S. G. *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violên-*

cia contra as mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações. Florianópolis: CEJUR, 2021.

BUTLER, J. Vida Precária. Contemporânea. *Revista de Sociologia da Ufscar.* São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Ufscar, n.1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, D. T. *Através do espelho: gênero e masculinidade nas práticas discursivas das Equipes de Referência do CREAS.* 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. p. 299.

CARDOSO, D. T. *Masculinidades em disputa: homens em grupos reflexivos de gênero.* 2024. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. p. 384.

CAVALER, C. M. *Mononormatividade e feminicídios conjugais: a necessidade de novas lentes para a compreensão dos crimes contra mulheres.* 2024. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. p. 110

CONNELL, R. W. *Masculinidades.* Tradução de Irene Maria Artigas. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241–282, jan. 2013.

FOUCAULT, M. *A Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GARCIA, A. L. C. *Reflexões sobre família, ética e moralidade na ação violenta em narrativas de homens autores de violência.* 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. p. 215.

GRIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 47–57, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100011>. Acesso em: 19 mar.2025.

GUERIM, L. D. Neurociência Localizada: revendo diferenças de sexo/gênero em pesquisas sobre o cérebro. *Veritas* (Porto Alegre), 65(2), e36565, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2020.2.36565>. Acesso em: 10 mar.2025.

HEBECHE, L. “ Não pense, veja!” Sobre a noção de” semelhanças de família” em Wittgenstein. *Veritas* (Porto Alegre), 48(1), 31-58, 2003.

ISLEB, S. F.. *A sala está enfeitada: implicações da participação de mulheres na facilitação de grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero*. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. p. 153.

MARTINS, P. P. S., MCNAMEE, S.; GUANAES-LORENZI, C. Família como realização discursiva: uma explicação relacional. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 24(52), 9-24, 2015. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/155>. Acesso em: 24 mar.2025.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In: BLAY, E. (Org.). *Feminismos e masculinidades*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 55-74.

MEINHARDT, Y. M. *Nas trincheiras do proibicionismo: a fabricação de masculinidades criminalizáveis*. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. p. 91.

NOTHAFT, R. J. *Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. p. 232.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Editora Devires, 2017.

NÚÑEZ NORIEGA, G. LOS “HOMBRES” EN LOS ESTUDIOS DE GÉNERO DE LOS “HOMBRES”: UN RETO DESDE LOS ESTUDIOS QUEER. SECCIÓN I/Section I Los Estudios Sobre Varones Y Masculinidades: Una Ventana De Oportunidades Para La Comprensión Y La Transformación Social/Studies on Men and Masculinities: A Window Opportunity to Comprehensive, 27, 2008. p. 9-31.

NÚÑEZ NORIEGA, G. Los estudios de género de los hombres y las masculinidades:¿ qué son y qué estudian?. *Culturales*, 4(1), 9-31, 2016.

OLIVEIRA, J. M. *Desobediência de gênero*. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

OLIVEIRA, J. M.; PINTO, P.; PENA, C.; CARLOS, C. G. Feminismos queer: disjunções, articulações e ressignificações. *Ex aequo*, (20), 13-27, 2009.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos “ anormais”. *Revista Estudos Feministas*, 19, 11-20, 2011.

SOARES, M. L. C. Conceitos sem Fronteiras: Frege e Wittgenstein. *Revista Filosófica de Coimbra*, 45, p. 175-192, 2013.

TONELI, M. J. F.; LAGO, M. C. S.; BEIRAS, A.; CLIMACO, D. A. (orgs.). *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.

Estudos de Gênero e de Sexualidade – uma trajetória no campo da Educação

Guacira Lopes Louro

Vozes vindas de distintos lugares, marcadas por circunstâncias, modos e sotaques diferentes devem compor este livro. Entre elas se reconhecerá, possivelmente, convergências em intenções e projetos, diálogos, conexões, debates, talvez mesmo discordâncias. Uma escuta sensível também há de perceber, nessas narrativas, entrega e paixão.

Minha voz vem do Sul. Conto um pouco da história de um grupo que, do seu jeito e com suas circunstâncias, participou e participa da construção do campo de Estudos Feministas, Estudos de Gênero e de Sexualidade no Brasil.

As condições que possibilitaram a emergência deste e de tantos outros grupos no País se construíram ao longo dos anos 1980, especialmente na metade final da década. O Brasil experimentava, então, uma certa euforia com a anunciada “abertura política”. Intelectuais, artistas, ativistas (que certamente não haviam silenciado durante o período ditatorial) expressavam-se, agora, com muito mais força e des pudor. Acolhiam-se, também, com ansiedade e prazer, ideias e práticas que chegavam de fora, trazidas por gente que havia partido e retornava. Muitas eram as mulheres participantes de todo esse movimento. Elas eram militantes, jornalistas, professoras, estudantes, pesquisadoras e feministas, em sua maioria. O País vivia um momento de intensa agitação cultural, um momento de debate e de criatividade.

Ampliando o olhar, talvez fosse possível dizer que já vivíamos a pós-modernidade. Talvez não tivéssemos consciência disso ou até recusássemos o rótulo, mas esse era um tempo em que se pluralizavam os movimentos

sociais, grupos culturais historicamente sujeitados ganhavam visibilidade (e, em breve, protagonismo). Um tempo em que verdades inquestionáveis eram provocadas. Mulheres, negros, gays, lésbicas reivindicavam seus direitos, narravam suas histórias, expressavam seus desejos. Em muitos espaços e arenas essas vozes se faziam ouvir, perturbando conceitos e práticas tidos como únicos e universais. Os espaços acadêmicos por certo também se tornavam permeáveis a tais movimentos. Participando desse processo, vão surgir ou se afirmar grupos e núcleos de estudo e de pesquisa de mulher e de gênero em vários centros de estudo, instituições de pesquisa e universidades.

Estudos da Mulher – Estudos de Mulheres

Nosso grupo surge no campo da Educação, no contexto de um programa de pós-graduação numa universidade federal. Falo do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) ligado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS). Como muitos outros, o GEERGE ocupa-se, inicialmente, do que se costumava chamar de “questões ou estudos da mulher”. Portanto, o grande propósito era dar visibilidade a um sujeito que, tradicionalmente, ficara escondido das narrativas oficiais – da História, da Literatura, das Ciências, das Artes, e da Educação (mesmo que, neste campo, a mulher sempre tivesse desempenhado um papel relevante e indispensável).

Os primeiros movimentos nesta direção se constituíram em seminários e leituras dirigidas em torno da temática “Mulher e Educação” incluídos como opcionais no currículo do Programa. As atividades foram oferecidas por mim, professora recém egressa do doutorado com uma tese sobre História da Educação da mulher no Rio Grande do Sul. Na época, todas as disciplinas e atividades do PPGEdu tinham caráter opcional, cabendo aos estudantes a construção de sua trajetória no curso. A resposta aos seminários e leituras dirigidas deixou evidente, então, que havia um interesse expressivo por essas questões. Pouco a pouco, os encontros acadêmicos regulares foram se expandindo, tomando a forma de reuniões de estudo, solicitadas por um grupo que, efetivamente, desejava ir além e

pesquisar sobre a temática. Informalmente, ali estavam se construindo as bases para o GEERGE.

O propósito maior, ou seja, dar visibilidade à mulher como sujeito que ficara escondido ou subordinado, poderia se traduzir de várias formas: expor a ideologia patriarcal e o androcentrismo do conhecimento; demonstrar o quanto ou como as famílias, os livros didáticos, as escolas, as comunidades, as igrejas e até mesmo a mídia enfatizavam lugares e papéis sociais para mulheres, como reforçavam, frequentemente, seu destino doméstico e enalteciam suas funções de esposa e mãe; demonstrar como eram desconsideradas ou esquecidas outras possibilidades de carreiras e profissões para as mulheres; analisar como se construíam previsões ou profecias sobre as habilidades, capacidades e inclinações das meninas para determinados campos de conhecimento e prática e, conseqüentemente, se pressupunha sua inabilidade ou incapacidade para outros; analisar a contribuição dos espaços educativos na produção de corpos, gestos, comportamentos “femininos”. Currículos, normas e valores de instituições de ensino (religiosas e laicas) dirigidas exclusivamente às meninas/mulheres se tornavam foco de pesquisa. Os espaços físicos a elas destinados, seus brinquedos, vestimentas, uniformes e formas de disciplinamento também eram observados. Para além dessas questões, o trabalho docente ou, mais especialmente, o processo de feminização (ou “domesticação”) do magistério e suas marcas na formação e no reconhecimento social da profissão ganhavam especial atenção.

Analisar e conhecer trajetórias e processos educativos de meninas/mulheres vai demonstrar que elas podem apresentar muitas diferenças entre si, mesmo que eventualmente tenham alguns traços comuns, diferenças que são marcadas por suas distintas situações e posições sociais, por seus credos (ou ausência de credos) e religiões, pelos espaços que vivem, grandes centros urbanos ou pequenas vilas e aldeias, por suas etnias, por suas heranças socioculturais etc. Logo se perturba a noção da mulher como um sujeito universal e se passa a lidar com a noção de mulheres como um sujeito plural.

Essas pesquisas eram produzidas no contexto de um programa de pós-graduação, comprometidas, portanto, com as exigências acadêmicas que norteavam as dissertações de mestrado e as teses de doutorado. Isso implicava (ou, ao menos colocava como propósito) recorrer à teorização e à literatura da área atualizadas, dialogar com pesquisas contemporâneas, rever

e comentar estudos anteriores. No plano internacional, centros de investigação acadêmicos ou independentes já se firmavam como referência em vários países, como Estados Unidos, França, Alemanha, México, Espanha e Argentina. Crescia também o número de grupos e núcleos feministas no Brasil, ligados ou não a universidades. Portanto havia um forte empenho na busca por publicações, livros e revistas especializadas e, quando possível, na busca do contato direto com colegas pesquisadoras.

Os Estudos Feministas se constituíam, à época, como um campo “em construção” – não somente no Brasil, mas internacionalmente. Não se tratava de um campo de conhecimento consolidado e tradicional, mas de um território de debate e discussão, um espaço de ensaio teórico, de correntes em disputa, de polêmicas em relação a conceitos, metodologias e estratégias de investigação. Um campo vibrante, ativo, engajado e conectado com a militância e os movimentos sociais feministas. Sendo assim, algo que se tornaria marcante no GEERGE (e que pode ou deve ter se repetido em outros grupos) era a característica que todas nós, professoras e estudantes (e falo no feminino porque inicialmente apenas mulheres integravam o grupo), estávamos adentrando um campo teórico “novo”. Consequentemente, nos dedicamos, todas, a mergulhar na literatura disponível e esse caráter de novidade contribuiu para que o grupo se tornasse um espaço de discussões francas, pleno de indagações, um espaço menos afeito à proclamação de “verdades” definitivas; um espaço, enfim, de aprendizagens e práticas efetivamente democráticas.

Outro ponto que vale destacar é o fato de o grupo se constituir de pessoas egressas de diferentes áreas. Uma vez que o GEERGE se inscreve num programa de pós-graduação em Educação, ele se constitui como um espaço que acolhe qualquer um/uma que se interesse por ensino e/ou pesquisa, independentemente da sua formação de base. Deste modo, desde o início o grupo contou com profissionais vindos da Pedagogia, da Psicologia, da Educação Física, das Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Letras, História, etc. Essa composição certamente ajudou a construir uma perspectiva mais plural e multidisciplinar tanto no levantamento de questões quanto na busca e encaminhamento de respostas. Mais ainda, esses profissionais passaram a se constituir em difusores dos Estudos Feministas em seus campos específicos e, não raro, acabaram por replicar, em suas unidades de origem,

núcleos e grupos igualmente dedicados às questões de mulher ou, mais adiante, às questões de gênero e sexualidade.

A interlocução com outras estudiosas e estudiosos no País logo começou a ser promovida. Bancas de avaliação de teses e dissertações talvez tenham se constituído nas primeiras iniciativas, mas logo se seguiram os seminários, os encontros e os simpósios. Esses momentos iriam demonstrar nossa convergência em relação a propósitos políticos mais amplos e, ao mesmo tempo, também apontariam para a diversidade entre nossas trajetórias práticas e teóricas. A Anped (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação), com suas reuniões anuais congregando docentes e estudantes de todas as regiões do País, despontaria, pouco a pouco, como um espaço promissor para a descoberta de docentes e estudantes interessados na temática. Todas essas instâncias iriam colaborar na construção do diálogo, do debate, do contraponto e permitiriam que se ensaiassem parcerias e projetos conjuntos.

Essa narrativa, contudo, pode sugerir que a caminhada na construção e consolidação do campo de Estudos Feministas no Brasil se realizou de um modo crescente, sem atritos nem confrontos, e isto é, seguramente, um equívoco. Ao longo do processo, muitos grupos, tal como o GEERGE, enfrentaram resistências e descrença. É verdade que o país vivia um processo de redemocratização e que as questões sociais e políticas encontravam maior receptividade; mas ser reconhecido como um/uma intelectual crítico, naquela época, significava, acima de tudo, estar atento à luta de classes, teórica e praticamente. Desviar o foco – exclusivo – dessa questão praticamente parecia trair os ideais de liberdade e de igualdade social. Falar de desigualdades ou hierarquias entre homens e mulheres, denunciar e analisar processos de submetimento e subordinação feminina representava, para muitos, subtrair atenção da luta principal e talvez, até mesmo, provocar um retrocesso. Portanto, o surgimento de estudiosas, grupos e núcleos priorizando “questões da mulher” ou falando em “dominação masculina” podia ser – e era – entendido por muitos como uma falha, uma mudança na rota desejada. Foi preciso um grande esforço, tanto dos movimentos sociais quanto dos grupos acadêmicos, para colocar tais questões como importantes e urgentes. Foram necessários muitos embates e discussões, muita pesquisa, artigos, palestras e seminários; foi preciso experimentar árduas disputas para que se começasse a romper o gueto

em que usualmente ficavam restritos os núcleos ou grupos de estudos “de mulher” ou os grupos “de gênero”.

Gênero – o olhar pós-estruturalista

O reconhecimento acadêmico dos grupos e núcleos feministas implicava construir massa crítica, ou seja, exigia a produção e publicação qualificada e continuada de pesquisas e de registros de experiências na área, a demonstração de consistência em suas referências teóricas, a divulgação de suas proposições, conceitos e métodos acompanhada pela crítica de seus pares. Foi com essa disposição que entramos em contato com outras estudiosas, pesquisadoras/pesquisadores, intelectuais; comparamos e confrontamos seus escritos e depoimentos; observamos a potencialidade das teorizações e das práticas que embasavam seus relatos. A evidente pluralidade de perspectivas logo demonstrou que não se tratava de alinhar ou simplesmente agregar autoras/autores que compartilhavam a mesma temática; em vez disso, era importante escrutinar seus referenciais teóricos, políticos e práticos, tentar colocá-los em diálogo e, enfim, eleger a perspectiva que nos parecesse mais fértil ou promissora.

Nessa caminhada, a historiadora social norte-americana Joan Scott acaba por se distinguir. A leitura de seu artigo, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1990) repercutiu entre nós. Efetivamente, o artigo já havia provocado intensas discussões entre as feministas nos Estados Unidos e em outros países e iria se tornar uma espécie de clássico também entre as estudiosas brasileiras. Para o GEERGE, a leitura de Scott seria decisiva e marcaria uma nova etapa na trajetória do grupo.

Gênero surgia como uma ferramenta teórica potente. Formulado no contexto da luta discursiva feminista, o conceito ampliava e modificava o olhar e a perspectiva de investigação. O foco deixava de ser exclusivamente as mulheres e passava às relações entre os polos feminino e masculino. Gênero pretendia, precisamente, acentuar o caráter construído e social da produção desses polos, chamando a atenção para a pluralidade e a diversidade no interior de cada um deles. O conceito se constituía numa ferramenta teórica produtiva, útil, mas também polêmica.

A princípio, sua utilização vai se mostrar perturbadora até mesmo no contexto das discussões feministas. Um dos pontos desta polêmica se assentava no fato de que, de certa forma, gênero introduzia um outro sujeito nas investigações (ainda que tratasse primordialmente das relações entre os polos feminino e masculino). Sendo assim, contrariava aquelas que consideravam fundamental o realce da mulher/do feminino e não desejavam renunciar ao seu protagonismo ou exclusividade. Outro ponto que gerou atritos foi o fato de que o novo conceito não se propunha a decifrar a dinâmica social; não emergia como categoria central, única ou explicativa de todos os conflitos sociais. Joan Scott e várias outras estudiosas acentuavam que gênero sugeria que outras relações de poder também precisavam ser contempladas. A noção simplificadora do homem dominante versus a mulher dominada é perturbada. Acentua-se que a relação é mais complexa e matizada, que ela é atravessada e misturada a outras relações de poder.

O debate ou a disputa entre “estudos da mulher” e “estudos de gênero” se evidencia entre os vários núcleos e grupos ligados aos Estudos Feministas no país, tal como acontecia internacionalmente. Os grupos se distinguiam, efetivamente, pelas diferentes perspectivas teóricas que adotavam, e entre eles também seria possível perceber diferenças nas formas de apropriação e interpretação do conceito de gênero. No entanto, antes de considerar tal diversidade e confrontos como um problema, seria mais adequado admitir que tudo isso vitalizava o campo feminista em formação.

Movido por circunstâncias históricas locais, o PPGEdU da UFRGS experimentava, nesta época, uma espécie de revolução interna, marcada por intensos debates teóricos e políticos, pela ampliação da participação dos estudantes nas discussões e instâncias organizativas, pela emergência de novas lideranças e novas temáticas, pela reorganização administrativa e curricular. O GEERGE não era apenas influenciado por esse contexto, mas era, efetivamente, parte constitutiva de tal movimento. O vigoroso clima de discussão vivido no Programa vai contribuir, então, para que o Grupo se volte para os estudos pós-estruturalistas. O processo é desafiador e estimulante. Gênero se torna, assim, um conceito vital para nossas atividades, sendo incorporado ao nome do Grupo em 1990, quando o oficializamos.

Gênero parece-nos produtivo não apenas para analisar a subordinação ou a invisibilização das mulheres, mas os amplos processos educativos ou processos de construção de sujeitos femininos e masculinos e as formas

como esses processos se interferem mutuamente; útil para analisar instituições, campos disciplinares, produtos culturais, normas. Essa abrangência era indicada no artigo de Scott, quando ela apontava para uma série de instâncias ou espaços onde gênero pode ser percebido em uma sociedade: em seus “símbolos”, suas “doutrinas religiosas, educacionais, científicas, políticas, jurídicas”; nas suas “instituições sociais”, na sua “política” e também, por certo, nas “identidades subjetivas” (SCOTT, 1990, p. 135). Em outras palavras, somos instadas a considerar não apenas que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento e sim construído, ao longo de suas existências, através de práticas sociais masculinizantes e feminilizantes); e também a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são *generificadas*, ou seja, expressam e manifestam as relações sociais de gênero).

O conceito se revela sugestivo do pensamento pós-estruturalista na medida em que sinaliza para uma concepção de poder tributária do pensamento de Michel Foucault e propõe a desconstrução das oposições binárias ligadas ao masculino e ao feminino, de maneira trans histórica e universal, inspirada nas reflexões de Jacques Derrida. Todos esses elementos têm importantes reflexos na ideação de novas pesquisas, sugerindo outras questões, novas formas de indagar e novos procedimentos de investigação, apontando para processos, situações, espaços de observação e análise que talvez fossem anteriormente negligenciados. São referências que levam a pensar, por exemplo, nas múltiplas formas que o poder assume, chamam atenção para a miudeza do exercício do poder e para as possibilidades de cumplicidade e de resistência que atravessam muitas relações (não apenas entre homens e mulheres). Gênero passa a ser compreendido, evidentemente, em articulação com outros marcadores sociais, como classe, etnia/raça, geração, sexualidade, religião. Examinar como se dão esses arranjos, quais seus efeitos, como reforçam ou desequilibram hierarquias, como ou por onde passa o poder são alguns dos desafios que as estudiosas e os estudiosos da área enfrentam.

Importante lembrar ainda que, embora a maioria das sociedades, ao longo dos séculos, tenha estabelecido a divisão masculino/feminino como uma divisão fundamental e tenha compreendido tal divisão como relacio-

nada ao corpo, não se segue daí, necessariamente, a conclusão de que as identidades de gênero e sexuais sejam tomadas da mesma forma em qualquer cultura. É Linda Nicholson que chama atenção para este fato em seu instigante artigo “Interpretando gênero”, e ela segue, afirmando: “Perceber uma diferença física ou mesmo atribuir a ela uma significação moral e política não é o mesmo que usá-la para ‘explicar’ divisões básicas na população humana” (NICHOLSON, 2000, p. 18).

A autora lembra, por exemplo, que houve um tempo em que a Bíblia era a “fonte da autoridade” e nela se buscava a explicação para o relacionamento entre mulheres e homens e para as diferenças percebidas entre eles. Nesse tempo, o corpo tinha menos importância. Posteriormente, no entanto, o corpo ganhou um papel primordial, tornando-se causa e justificativa das diferenças. É fundamental perceber o deslizamento que ocorreu: as características físicas passaram a ser tomadas como a fonte ou a origem das distinções e não apenas como um sinal, marca ou manifestação das distinções. Essa mudança tem efeitos significativos sobre as formas de conceber e de exercitar o poder entre homens e mulheres.

Conforme Nicholson, embora as feministas tenham procurado se afastar do determinismo biológico, ou seja, da corrente que supõe que nossas vidas são determinadas pelas características de nossos corpos, e tenham se aproximado, em diferentes graus, da ideia de uma construção social dos sujeitos, muitas mantiveram a perspectiva de que a construção social se faz sobre ou a partir de um corpo. Assumem, assim, que haveria algumas “constantes da natureza” que seriam responsáveis por certas “constantes sociais”. Essa posição, diz Nicholson, cria obstáculos para uma melhor compreensão das diferenças entre as mulheres, entre os homens e, o que é mais instigante, entre quem pode ser considerado homem ou mulher.

Quando problematizamos radicalmente a noção de que a construção social se faz sobre ou a partir de um corpo, colocamos em questão a existência de um corpo *a priori*, ou seja, questionamos a ideia de um corpo que existiria antes ou fora da cultura. É possível admitir, então, que a identificação ou a nomeação de um corpo (feita no momento do nascimento, ou mesmo antes, através de técnicas prospectivas) dá-se sempre no contexto de uma cultura, por meio das linguagens e dos valores que essa cultura dispõe e adota. Assim passamos a aceitar que a nomeação do gênero não é, simplesmente, a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz

existir esse corpo. Em outras palavras, o corpo só se torna inteligível no âmbito da cultura e da linguagem. Esta foi a perspectiva que buscamos adotar.

Sexualidade – interfaces com a Saúde e as ONGs

Corpo, gênero, sexualidade costumam ser objeto de intensas discussões. Efetivamente, no âmbito do senso comum, esses elementos são vistos, muitas vezes, não só como conectados, mas misturados ou embaralhados. Entre especialistas e estudiosos, o debate assume outros contornos, mas persiste e se expande. Por certo uma diversidade de conceptualizações teóricas se desenvolveu e se desenvolve sobre o tema. Algumas teorias aceitam, outras contestam a existência de uma matriz biológica, de algum atributo ou impulso comum que se constitui na origem da sexualidade humana. Contudo, ainda que persistam muitas discussões conceituais, a maioria das estudiosas e estudiosos admite que a sexualidade supõe ou implica mais do que corpos, que nela estão envolvidos fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações que são mobilizados ou postos em ação para expressar desejos e prazeres.

Ao redor da década de 1970, os estudos sobre a sexualidade já eram objeto de discussão em algumas universidades e grupos de pesquisa no Brasil. Grande parte dessa atividade se remetia, provavelmente, às teorizações de Michel Foucault. As várias visitas do filósofo ao País (entre 1965/1976), marcadas por conferências e encontros com colegas, ajudaram a tornar conhecidas suas ideias, e logo elas se expandiram também por meio da tradução de seus livros. Ao mesmo tempo, vale destacar que grupos ligados às chamadas “minorias sexuais” saíam aos poucos da clandestinidade na qual tinham sido obrigados a viver, e começavam a se expressar mais abertamente, através de grupos de conscientização e da criação de seus próprios jornais e revistas. O movimento social ligado à sexualidade, ou à diversidade sexual, se tornava mais organizado e também, pouco a pouco, mais visível no País.

Outro elemento muito significativo quando analisamos as condições que possibilitam ou incitam os estudos sobre sexualidade no Brasil é o surgimento da AIDS e o corolário de medo, preconceito e prevenção que ela acarretou. A doença, inicialmente apresentada como o “câncer gay”,

teve como efeito imediato renovar a homofobia da sociedade brasileira, intensificando a discriminação, a intolerância, o desprezo e a exclusão. Simultânea e paradoxalmente, a doença também provocou o surgimento de redes de solidariedade e deflagrou uma espécie de “epidemia de informação”, como denominou João Silvério Trevisan (TREVISAN, 2000, p. 463). Efetivamente, no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1980, passou-se a discutir muito mais a sexualidade em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A prevenção e o combate à doença se convertem em alvo prioritário de vários grupos da área da saúde, além de objetivo importante de muitas ONGs (Organizações não Governamentais) e de grupos da militância homossexual. A preocupação em engajar-se neste movimento também faz com que organismos oficiais, como o Ministério de Educação e Cultura, passem a estimular projetos de educação sexual e, mais tarde, em 1996, o MEC acaba por incluir gênero e sexualidade como tema transversal nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

O GEERGE muito cedo se viu diante da necessidade de aprofundar os estudos sobre a temática. Inscrito no campo da Educação, o Grupo visava atender, de alguma forma, às demandas e questões do professorado, e imediatamente ficou evidente que a sexualidade era apontada como um dos principais “problemas” das suas salas de aula. As questões das professoras e professores se apresentavam como urgentes e iam desde orientações sobre formas de lidar com a curiosidade e as perguntas de seus alunos/as; com comportamentos ou situações sexualizadas nas salas de aula e recreios; com a gravidez precoce; com escritos pornográficos nos banheiros até – aquela que parecia ser a preocupação mais frequente – como lidar com meninos ou meninas que “pareciam” ser homossexuais. Na base de todos esses questionamentos estava, provavelmente, a completa ausência desta temática nos cursos de formação docente. Para dar conta desta demanda tornou-se indispensável ao Grupo aprofundar os estudos teóricos e empreender suas próprias pesquisas, antes de se considerar habilitado a promover atividades de extensão, assessoria ou ensino. Alargamos nossos referenciais para além dos Estudos Feministas, buscando a literatura produzida no campo dos Estudos Gays e Lésbicos e, mais adiante, da chamada Teoria Queer.

Acompanhamos Foucault, em sua *História da Sexualidade* e tantos outros textos, e nos afastamos da ideia da sexualidade como um “dado da natureza”, buscando compreendê-la como “um dispositivo histórico”.

Isso implicava assumir que muitos elementos (“o dito e o não dito”, como apontava o filósofo) podem integrar tal dispositivo (FOUCAULT, 1979, p. 244). Em analogia com o gênero, assumimos que a sexualidade também deve ser compreendida como um constructo histórico, produzida na cultura, cambiante, carregada de instabilidade, multiplicidade e provisoriidade. E, sendo assim, tal como o gênero, entendemos que a sexualidade se constitui num território onde o poder se exercita, por onde o poder passa e onde o poder se faz.

Esse conjunto de circunstâncias levou o GEERGE a estabelecer encontros significativos tanto com os movimentos militantes e organizações ligadas à diversidade sexual, quanto com entidades e núcleos acadêmicos ligados à saúde e à prevenção. Com duas ONGs muito atuantes em Porto Alegre, o NUANCES – Grupo pela Livre Expressão Sexual e o SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade, foram estabelecidas parcerias bastante produtivas. Os dois grupos, voltados para a visibilidade e a livre expressão da diversidade sexual, sempre foram atentos às questões da comunidade LGBTQ+, engajando-se ativamente em suas lutas políticas, confrontos sociais e demandas de saúde. As várias atividades conjuntas que empreendemos com essas duas ONGs, como cursos de extensão para professoras/professores da rede pública, palestras, seminários, pesquisas e publicações, permitiram trocas “de mão dupla”, ou seja, resultaram no intercâmbio de saberes e experiências entre os campos militante e acadêmico.

Os estudos sobre a sexualidade também deixaram visível sua interface com o campo da saúde e nessa direção desenvolvemos uma aproximação e um diálogo mais direto com a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS) e o NUPACS (Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde, da UFRGS). Junto com colegas destas duas instituições, integrantes do GEERGE participaram de pesquisas e publicações envolvendo corpo e sexualidade, acesso à saúde, impacto da epidemia de AIDS, ações de prevenção etc. Muitas outras atividades como seminários, congressos e colóquios permitiram trocas com entidades como o CLAM (Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos) e com diversos núcleos de estudo atuantes nas universidades e centros de pesquisa.

Os movimentos sociais de gênero e sexualidade continuavam e continuam sua ação, cada vez mais intensa e diversificada. Multiplicam-se os grupos e seus propósitos. Enquanto alguns reforçam a luta por reconheci-

to, legitimidade e integração social; outros questionam mais radicalmente a sociedade e desafiam as fronteiras tradicionais de gênero e sexualidade; e outros ainda se propõem a viver na própria fronteira, experimentando a ambiguidade e a indefinição. Os Estudos de Gênero e Sexualidade também se mostram em contínuo movimento, se ampliam, se diversificam, avançam. Os dois processos alimentam-se mutuamente.

A Teoria Queer é parte integrante deste momento. Intelectuais identificados com os movimentos de gênero e sexualidade e atentos às significativas mudanças que ocorrem neste campo e na sociedade globalmente passam a usar a expressão *queer* para se referir ao seu trabalho e pensamento teórico. Adotam o termo, indicativo do estranho ou esquisito, de tudo aquilo ou todo aquele que está fora de lugar (especialmente todo o sujeito não heterossexual), e o ressignificam para nomear uma corrente política e de pensamento que também se pretende subversiva, irreverente, perturbadora. Suas ideias e formulações não podem ser vistas como um conjunto sistemático e coeso, mas costumam guardar afinidades políticas e teóricas com o pós-estruturalismo francês, remetem-se, usualmente, às conceptualizações de Foucault sobre a sexualidade e empregam procedimentos desconstrutivos, tal como os sugeridos por Derrida, como metodologia de análise.

O GEERGE reconhece potencialidade nesta corrente e alguns integrantes do Grupo vão buscar em teóricos e teóricas queer novos elementos para seus estudos e pesquisas. A filósofa Judith Butler se destaca entre as referências. Seus questionamentos, formulações e provocações são tema de seminários e leituras dirigidas promovidas por docentes do GEERGE junto ao PPGedu/UFRGS e passam a instigar pesquisas, ensaios e artigos. Seus livros, em especial o inaugural *Gender Trouble* e também *Bodies that matter*, se revelam efetivamente perturbadores e instigantes para os campos feministas, para os Estudos de Gênero e de Sexualidade. Butler desafia e faz pensar. Ela incita a colocar em dúvida muitas verdades assentadas.

Para o campo da Educação, a Teoria Queer é particularmente desafiadora. Num campo que, historicamente, se constituiu como disciplinador e normalizador, lugar da prescrição e da obediência, o pensamento queer, antinormativo, afinado com a desobediência, com a irreverência e com a subversão, parece não ter lugar. Tentar articular Educação e Teoria Queer é tarefa que alguns de nós do GEERGE nos propomos. Efetivamente,

mais do que buscar “aplicar” a teoria ou pôr em prática uma “pedagogia e uma educação sexual queer” (o que poderia representar uma espécie de institucionalização ou “engessamento” do pensamento queer), vamos sugerir que se compreenda o queer mais amplamente. Não tomar o queer simplesmente como mais um “sujeito estranho”, como mais uma identidade “diferente”, que precisa ser acolhida ou que deve integrar o currículo; mas compreender o queer como um movimento ou uma tendência que pode provocar mudanças mais radicais no modo de agir e no modo de conceber o conhecimento. Preocupar-se menos com conclusões definitivas e prescrições e, em vez disso, assumir a dúvida e o questionamento como potencialmente produtivos. Indagar, por exemplo, “que condições possibilitaram que determinadas noções fossem tomadas como verdades (...) indispensáveis para serem introduzidas nos currículos e transmitidas de geração a geração? Quais as condições que empurraram para o silêncio outros saberes?” (LOURO, 2004a, p. 66). Questões como essas podem ser provocativas, produtivas. Tomar o pensamento e o movimento queer como uma disposição, um jeito de estar no mundo, de questionar e duvidar amplia, significativamente sua potencialidade teórica e política. Permite pensar o queer para além do território dos gêneros e das sexualidades e estendê-lo a muitos outros territórios.

Encontro com os Estudos Culturais

Alguns intelectuais afirmam que as políticas de identidade (desencadeadas pelos movimentos feminista, negro, gay, lésbico e outros), e aquelas que se autodenominam pós-identitárias (como a queer) não seriam apenas constitutivas da pós-modernidade, mas que são elas que tornam possível a pós-modernidade. Efetivamente todos esses movimentos “sacudiram” as sociedades, perturbaram e perturbam o *status quo*, fizeram e fazem circular saberes, experiências e práticas que, tradicionalmente, foram escondidos ou submetidos, considerados menores e subalternos.

Contemporaneamente aos Estudos ligados a esses movimentos, um outro campo teórico também se desenvolveu: os Estudos Culturais. Sua origem é marcada pela fundação, em 1964, do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), da Universidade de Birmingham, na Inglaterra.

Contra-pondo-se à concepção tradicional de cultura, usualmente compreendida de modo elitista, “como sendo constituída pelas obras artísticas e literárias de excelência, o Centre adotou uma concepção antropológica, fundamentada na definição da cultura como a totalidade da experiência vivida dos grupos sociais” (SILVA, 2000, p. 53-54).

Não é difícil perceber afinidades e estabelecer conexões entre os Estudos Culturais e os Estudos Feministas, Gays, Lésbicos, os Estudos Negros, o pensamento pós-colonial e a teorização queer. Todos eles estão vinculados, de algum modo, aos movimentos sociais e, vale acentuar, as demandas, lutas e projetos políticos desses movimentos acontecem, fundamentalmente, no terreno da cultura. É Stuart Hall, um dos mais significativos nomes dos Estudos Culturais, que, analisando a centralidade da cultura na contemporaneidade, chama atenção para o quanto as lutas pelo poder passaram a ser, cada vez mais, “simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva” (HALL, 1997, p. 20).

É, de fato, no âmbito da cultura que se dão, prioritariamente, os embates entre os grupos dominantes e os grupos que foram e são subordinados. Assim sendo, para analistas culturais e estudiosas, torna-se indispensável observar as posições sociais destinadas aos sujeitos (individuais e coletivos) nas mais variadas instâncias culturais, analisar as formas como aí são construídas e representadas as diferenças entre mulheres e homens, brancos e negros, heterossexuais, homossexuais e outros sujeitos sexuais; prestar atenção aos espaços, às instituições e instâncias que fazem circular e promovem estas disposições sociais e essas hierarquias. Por outro lado, também é importante observar como os grupos e movimentos sociais subalternizados têm se mobilizado para ocupar os espaços e instâncias culturais, que estratégias utilizam para se contrapor às representações que deles costumam ser feitas e, ainda, que outros espaços, recursos, linguagens e produtos culturais eles criam, promovem e propõem para se afirmar e se fazer ouvir.

Em nosso meio, particularmente no PPGEdU/UFRGS, os Estudos Culturais passam a circular e se expandir ao redor dos anos 1980. Uma atenção nova, por vezes inédita, é dada a espaços, veículos e produtos culturais antes pouco observados, como a cultura popular, a mídia, a televisão, o cinema, o rádio, as revistas e jornais, as redes sociais da internet, as academias de fitness, as arenas de futebol. Observa-se que todas essas instân-

cias exercitam “pedagogias culturais”, não apenas como transmissoras de conhecimento, de valores e de verdade, mas também como produtoras e veiculadoras de representações sociais.

No GEERGE, vamos dirigir a atenção particularmente às pedagogias sexuais e de gênero produzidas e reproduzidas nesses espaços. Vamos observar, por exemplo, como são representadas, nos filmes, nos desenhos animados, nas revistas em quadrinhos, nas novelas, na literatura, as várias identidades de gênero e sexuais, como lhes são atribuídos significados sociais, hierarquias e diferenciações; como tem sido representada e politizada a maternidade; como são indicadas a meninos e meninas, aos jovens e adultos, e também aos velhos e velhas as posições-de-sujeito legítimas, adequadas, sadias, normais e aquelas que devem ser rejeitadas e negadas. Determinadas a realizar uma leitura sob a perspectiva do gênero, passamos a analisar as revistas masculinas, as revistas de boa forma, os livros de autoajuda, os sites de relacionamento, os blogs, os bailes de terceira idade, as publicações e programas televisivos de encontros e de namoro e aqueles voltados ao corpo, à saúde, à aparência.

Uma leitura na ótica dos gêneros pode levar a perguntar: Como os sujeitos femininos e masculinos são representados? Quem os representa? Que recompensas são atribuídas àqueles e àquelas que cumprem os projetos de gênero e sexuais de sua sociedade? Que destino é reservado para quem escapa das “normas regulatórias”¹ da sociedade? Que brechas ou fissuras podem ser encontradas nas narrativas culturais dominantes? Como os grupos dominados usam essas brechas? Como esses grupos fazem uso crítico da paródia e do humor para recusar ou ressignificar as representações que lhes são atribuídas?

Por certo amplia-se muito o âmbito de estudo e análise. Sem dúvida inúmeras instâncias e dispositivos exercem pedagogias culturais e, frequentemente, suas formas de ação e seus recursos são mais sedutores do que os da educação formal, da educação familiar ou escolar. Daí a importância de voltar a atenção para esses espaços, buscar conhecer suas linguagens, seu ritmo, seus recursos de convencimento e as formas de contraposição que lhes são impostas. Daí a importância de promover sua leitura crítica.

Difusão. Expansões. Impacto

Os movimentos sociais que sacudiram as sociedades nas décadas finais do século XX iluminaram aspectos da vida e levantaram questões que até então pareciam pouco importantes, talvez insignificantes. Articulados a esses movimentos se constituíram e se afirmaram, como vimos, os Estudos Feministas, os Estudos Gays e Lésbicos, a Teoria Queer, bem como os Estudos negros, de raça/etnia, pós-coloniais. Todos eles marcados por um diferencial significativo: assumiam que a Ciência, ao contrário do que tradicionalmente se afirmava, não é neutra e isenta, e sim interessada e comprometida. Constituíram-se como campos teóricos e políticos e acabaram por ter um impacto muito maior do que o simples acréscimo ao rol das ciências existentes. Efetivamente, estes estudos acarretaram importantes transformações de ordem epistemológica: transformações relativas ao sujeito e ao objeto do conhecimento; transformações relativas a quem pode investigar, ao que pode ser investigado, como e porque ou para que investigar.

Os núcleos e grupos de estudo em gênero e sexualidade por certo tiveram participação nessa história. Em algumas décadas, eles debateram e colocaram em circulação noções, conceitos, teorias que eram até então restritas a especialistas ou simplesmente desconhecidas; produziram, no nosso País, pesquisas que dialogaram com a produção internacional e pesquisas voltadas para problemas locais de suas comunidades; difundiram e incentivaram os estudos de gênero e sexualidade na sociedade brasileira. Certamente esses núcleos tiveram alguns efeitos e desdobramentos mais imediatos e próximos, como a difusão dessas questões nas escolas, no meio acadêmico e em outros espaços, bem como o intercâmbio com os movimentos sociais, oxigenando o debate teórico ao trazê-los para o interior das academias e, em contrapartida, contribuindo para a militância. Mas sua atuação também precisa ser lida para além desses efeitos mais próximos. Com suas pesquisas, ensaios, debates, intervenção e ensino, esses núcleos contribuíram e contribuem para a construção de um campo de conhecimentos e, conseqüentemente, participam do grande impacto que o campo vem produzindo.

No âmbito mais próximo ou local, um dos desdobramentos mais significativos do GEERGE foi precisamente a proposta de criação de uma Linha

de Pesquisa – “Educação e Relações de Gênero” – no PPGEduc/UFRGS. A nova LP passou a integrar oficialmente a grade curricular do Programa no ano de 2000, inscrevendo a temática na oferta disciplinar dos cursos de mestrado e doutorado. Uma vez que o PPGEduc acolhe estudantes graduados de todas as áreas, ampliou-se desta maneira a difusão da temática de gênero e sexualidade para além da Educação e das Ciências Humanas e Sociais. A LP também representou, desde o início, um espaço que atraía e acolhia os “diferentes”, os “desviantes”, pois ali eles encontravam eco para as suas questões. Estudantes e egressos da nova LP, por sua vez, se tornaram propagadores desses conhecimentos em suas unidades de origem. Em vários locais foram criados, por esses egressos e egressas, núcleos e grupos de estudo replicando a experiência vivida. Ao longo dos anos, eixos de pesquisa vinculados à LP serviram de referência para seminários e disciplinas, como por exemplo: Gênero, Sexualidade e Educação; Políticas de Corpo e de Saúde: gênero, raça e nacionalidade; Infância, gênero e sexualidade; Gênero e sexualidade: reiteraões e transgressões da norma; Juventudes Contemporâneas, Gênero e Sexualidade; Políticas, direitos e movimentos sociais. Também ganharam destaque temáticas específicas, por exemplo, Envelhecimento, gênero e sexualidade; Violência de Gênero; Cinema e Sexualidade; Juventude e mídia; Pedofilização da sociedade e outras.

Igualmente destacável tem sido a atividade do GEERGE junto ao professorado das redes pública e privada de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, essa ação aconteceu sob a forma de assessorias ou de eventos/atividades pontuais em algumas escolas. Posteriormente, com objetivo de formação continuada do professorado e visando superar a ausência da temática de gênero e sexualidade nos cursos de formação docente, o GEERGE passou a oferecer cursos de aperfeiçoamento e de especialização, de forma gratuita, com apoio da UFRGS e do MEC. Esses cursos contaram com atividades presenciais e virtuais, o que permitiu atingir localidades do interior do estado.

Outra atividade que merece destaque foi a participação direta do GEERGE na criação do GT Gênero Sexualidade e Educação (Grupo de Trabalho 23) na Anped – Associação nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – concretizada em 2005. A Anped pode ser considerada a entidade maior no âmbito da pesquisa em Educação, pois congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, docentes e estudantes

vinculados a estes programas e demais pesquisadores e pesquisadoras da área. A entidade se constituiu, portanto, em espaço de excelência para discussão crítica dos estudos e experiências, para contato e intercâmbio entre pesquisadoras/es do País e do exterior e formulação de projetos conjuntos.

As atividades realizadas em parceria com entidades e núcleos ligados à área de saúde foram mais uma forma de expandir as propostas teóricas e políticas do Grupo para além das fronteiras disciplinares da Educação. Do mesmo modo, as parcerias com as ONGs significaram uma troca particularmente frutífera para as estudiosas do GEERGE e, por outro lado, representaram uma contribuição mais direta da academia à ação militante.

Outras atividades voltadas para a comunidade foram ciclos de cinema e teatro promovidos pelo GEERGE com sessões seguidas de debates. Essas atividades foram de caráter aberto e gratuito e os filmes e a peça teatral selecionados eram comentados sob a ótica de gênero e sexualidade por integrantes do Grupo e convidados de diversas áreas e, em seguida, discutidos por todos os presentes.

Para além dos desdobramentos mais imediatos e próximos, o trabalho constante e continuado desenvolvido pelos vários núcleos e grupos de estudo espalhados pelo Brasil permite afirmar que eles participaram e participam ativamente na construção do campo de conhecimento que liga os Estudos Feministas, os Estudos de Gênero e de Sexualidade. Portanto, eles vêm contribuindo para o grande impacto de ordem política e epistemológica que o campo tem produzido. Este campo ou campos (se o identificarmos como Estudos Feministas, Gays, Lésbicos e *Queer*)

[...] vêm promovendo novas políticas de conhecimento cultural. Não são apenas novos temas ou novas questões que têm sido levantadas. É muito mais do que isso. [...] vêm provocando importantes transformações que dizem respeito a quem está autorizado a conhecer, ao que pode ser conhecido e às formas de se chegar ao conhecimento. (LOURO, 2004b, p. 24).

Na concepção tradicional de ciência, o pesquisador é um sujeito neutro que formula problemas e hipóteses de investigação com total objetividade e isenção. As pesquisadoras feministas ousam se contrapor a esse modelo. Assumem que as pesquisas são interessadas e que as questões nas-

cem das experiências e observações vividas. Uma situação ou um fenômeno pode – ou não – se constituir em um problema dependendo de quem se ocupa dele. Na medida em que passam a ser protagonistas, estudiosas feministas vão formular questões negligenciadas pela ciência produzida na ótica masculina dominante. Falam por si e de si. Rompem silêncios. Evocam o privado, falam do seu corpo, da sua sexualidade, destacam lutas cotidianas, talvez “miúdas”, como dizia Foucault, mas igualmente significativas.

As chamadas “minorias” tornam-se igualmente produtoras e autoras do conhecimento. Elas se arrogam, então, o direito de decidir o que importa conhecer. Novos temas e questões ganham legitimidade, novos processos e fenômenos passam a interessar. As muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, de transitar entre essas fronteiras, as restrições e as brechas, as desigualdades e as resistências, a maternidade, a paternidade, as relações amorosas, o erotismo, o prazer... O novo campo teórico e político tem impacto sobre o sujeito e sobre o objeto do conhecimento. Tem impacto ainda na relação entre eles, pois os novos sujeitos se assumem como implicados no ato de conhecer. As pesquisadoras e os pesquisadores da área permitem-se colocar no quadro do que está sendo investigado, fazendo uso, muitas vezes, de suas próprias memórias e experiências, explicitando seus pressupostos de classe, raça/etnia, gênero e orientação sexual. Eticamente, suas características ou ‘marcas’ passam a ser tomadas em consideração, ao invés de se manterem escondidas e, muitas vezes, insinuadas nas pesquisas e nos resultados.

Ao eleger situações, espaços ou fenômenos diferentes dos usuais, torna-se necessário criar ou renovar metodologias, procedimentos e recursos de investigação. Ampliam-se as fontes de pesquisa, incluindo, por exemplo, diários, cartas, fotografias, autobiografias, depoimentos orais; buscam-se métodos ou procedimentos que podem implicar a imersão da pesquisadora/pesquisador nos espaços de interesse, observação participante, entrevistas coletivas, dramatizações. Lidando com cinema, literatura, revistas, blogs e sites da internet; e ainda com bailes, brinquedos ou jogos de futebol tomam-se de empréstimo técnicas e táticas de outras áreas e disciplinas, como a etnografia, a “etnografia de tela” e tantas outras, que podem contribuir para a leitura e análise sob a ótica de gênero e sexualidade.

As fronteiras disciplinares se mostram cada vez mais permeáveis. Os empréstimos e diálogos se revelam férteis e estimulam a criação e a inventi-

vidade. Isso vale em todas as direções. Vimos construir o campo de Estudos Feministas, de Gênero e Sexualidade com empenho, ousadia e ética. Não será pretensioso afirmar que o impacto desses campos já ultrapassou suas próprias fronteiras e vem afetando outros territórios. As potentes transformações provocadas por nossos campos de estudo talvez sejam capazes de fazer pensar, de um modo novo, a cultura, as instituições, o poder, as formas de aprender e de estar no mundo.

Notas

1. Normas regulatórias: Judith Butler afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas normas regulatórias precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize.

Referências

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. *Educação & Realidade*, v.22, n.2, Jul-dez. 1997.

LOURO, Guacira. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a.

LOURO, Guacira Lopes. Os Estudos Feministas, os Estudos Gays e Lésbicos e a Teoria Queer como políticas de conhecimento. In: LOPES, Denílson, BENTO, Berenice, ABOUD, Sérgio e GARCIA, Wilton (org.). *Imagens & Diversidade Sexual. Estudos da Homocultura*. São Paulo: Nojotas edições, 2004b.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Trad. Luiz Felipe Guimarães Soares. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, Vol. 8 (2), p. 4-41, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Trad. Guacira Lopes Louro. *Educação e Realidade*. Vol.16 (2), Jul/ dez. 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria Cultural e educação*. Um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3.ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

Estudos de Gênero e Literaturas Diaspóricas: trajetórias pessoais e transculturais

Leila Assumpção Harris

Trajetoórias pessoais e coletivas

Os trinta anos de atividade do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná (NEG/UFPR) certamente são motivo de celebração e fomentam a continuidade da pesquisa dos estudos de gênero no Brasil. Também me levam a refletir sobre a minha trajetória de pesquisa iniciada durante o doutorado, quando as questões de gênero passaram a ser um dos focos do meu projeto. A partir do meu ingresso na UERJ em 1998, atuando como professora de literatura norte-americana no Departamento de Letras Anglo-Germânicas, passei a fazer parte do Grupo de Pesquisa “A voz e o olhar do Outro: questões de gênero e/ou etnia nas literaturas de Língua Inglesa” do PPGL UERJ e do CNPq, que lidero desde 2008. Os diálogos com as colegas do grupo, o desenvolvimento de meu primeiro projeto de pesquisa ainda em 1998 e a participação em eventos acadêmicos deram impulso à minha carreira de docente pesquisadora.

Com a abertura do Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa no ano 2000, as docentes da especialidade tornaram realidade um projeto gestado por anos, que se integrou ao caráter pioneiro da UERJ e da Pós-Graduação em Letras. O Programa descortinou novos horizontes para o corpo docente, para alunos da UERJ e de outras instituições de ensino superior, interessados na especialidade. No primeiro semestre do curso, em 2001, fui responsável por um dos módulos do curso “Exclusão em dose dupla: a mulher como sujeito pós-colonial”, abordando a literatura contemporânea de escritoras *chicanas*. Meu projeto de pesquisa já em andamento,

envolvendo interseções de gênero, etnia, classe social e orientação sexual, associado às leituras que fiz para elaborar e ministrar o curso, norteou a direção da minha pesquisa desde então. Textos literários produzidos por escritoras contemporâneas de expressão inglesa, em sua maioria migrantes e provenientes de ex-colônias, passaram a constituir o *corpus* dos meus projetos de pesquisa.

O ingresso na pós *stricto sensu* também me permitiu pleitear e ser aceita no Grupo de Trabalho da ANPOLL “A Mulher na Literatura”, primeiro GT da ANPOLL, criado em 1985. Em 1999 já havia apresentado trabalho no VIII Seminário Nacional Mulher e Literatura, organizado pelo GT, mas em 2000 passei a ser membro do GT, participando dos encontros, seminários e publicações. Ao longo dos anos, teci uma rede de pesquisa e afetos no GT que sustenta e enriquece minha trajetória acadêmica e pessoal. Estas reflexões pessoais apontam também o caráter coletivo do meu envolvimento com os estudos de gênero tanto na formação de docentes e pesquisadores quanto em fóruns de discussão.

A diretriz de continuidade e renovação que caracteriza minha pesquisa é fruto da minha experiência como pesquisadora: muitas vezes projetos de pesquisa não terminam, desdobram-se. Como afluentes, seguem outros caminhos sem perder a conexão com o rio principal. As regras das instituições, em especial de agências de fomento, limitam a duração de cada projeto, tornando impossível uma investigação completa de certas questões em um período de três anos. Daí os afluentes.

A partir de uma perspectiva multidisciplinar alicerçada nos postulados dos estudos culturais e da crítica feminista, meus projetos têm colocado em tela a produção literária de escritoras diaspóricas contemporâneas, levando em conta as trajetórias transculturais por elas percorridas. Estudos sobre o caráter gendrado das diásporas, sobre as conexões entre a consciência diaspórica e a expressão literária, sobre a resignificação dos termos “lar”, “pátria” e “comunidade”, sobre o papel da memória, e sobre o cunho autobiográfico de muitas narrativas, entre outros, tornaram-se parte integral das questões que constituem pilares da minha pesquisa.¹

1. As reflexões incluídas neste texto são produto de minha pesquisa ao longo dos anos e fazem parte da minha produção bibliográfica.

Os conceitos de relacionalidade, de posicionamento dos discursos e das interseccionalidades de opressões são instrumentais para estabelecermos comparações pertinentes em relação à literatura produzida em regiões diversas, viabilizando a compreensão de múltiplas perspectivas ancoradas em saberes e estéticas pós e descoloniais. Adotadas por mulheres de lugares geográficos e sociais diversos, tais práticas têm seus alicerces tanto nas diferenças como nas semelhanças. Em sua discussão sobre uma análise relacional, Ella Shohat ressalta sua intenção de evitar discursos essencialistas sobre as diferenças culturais entre mulheres e de examinar posicionamentos diferentes em relação às histórias de poder, especialmente a partir do colonialismo. Defende então a abordagem do feminismo multicultural como “uma prática situada, em histórias e comunidades mutuamente co-implicadas e constitutivamente relacionadas, abertas a uma iluminação mútua”² (Shohat, 2006, p. 12). A proposta de Shohat nos remete à discussão sobre discursos identitários elaborada por Susan Friedman em *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter*, onde a crítica aponta a necessidade de ir “além do gênero”, não no sentido de deixar o conceito para trás, mas de incorporar outros constituintes identitários, de considerar o gênero a partir de uma perspectiva especializada ou locacional, ou seja, a partir de uma nova geografia identitária (Friedman, 1998, p. 17-18). De acordo com Friedman, qualquer identidade pode ser lida como um “local onde eixos diferentes se interseccionam, eixos tais como raça, etnia, gênero, religião, classe, sexualidade, idade [...]” (1998, p. 109). Kimberlé Crenshaw argumenta que as diversas categorias operam comumente como “eixos de subordinação”, que podem interagir e atuar como forças simultâneas de opressão (Crenshaw, 2002, p. 177). Cabe assinalar que nem Crenshaw nem Gloria Anzaldúa e Cherrie Moraga em *This Bridge Called my Back* (1978), uma das obras precursoras do feminismo de minorias, argumentam que a simultaneidade destas forças opressoras signifique que elas atuem de maneira uniforme em contextos diversos ou que promovam uma hierarquia de opressões.

Minha seleção do corpus de cada projeto é norteadada pelo recorte específico e por discussões teóricas que examinam a potencialidade do elo

2. A não ser pelas traduções identificadas nas referências bibliográficas, todas as outras são de minha autoria

entre a consciência diaspórica e a expressão literária. Mais recentemente, tenho explorado narrativas de escritoras que, situadas no espaço transnacional, lançam seus olhares em direção à terra natal, ao invés de focarem na trajetória de personagens diaspóricos. Em projetos anteriores, já incluí narrativas ficcionais que se passam nos países de origem das escritoras, porém privilegiando o deslocamento das personagens e a relação com o *locus* diaspórico. O recorte atual propicia, a partir do processo criativo, reflexões sobre a reconstrução de histórias, saberes e crenças silenciados. As duas fontes crítico-teóricas que impulsionaram o projeto são *From Sugar to Revolution: women's vision of Haiti, Cuba, and the Dominican Republic* (2013), de Myriam Chancy e *Contemporary Diasporic South Asian Women's Fiction: gender, narration, and globalisation* (2016), de Ruvani Ranasinha, o primeiro livro a discutir escritoras anglófonas do sul da Ásia, sem se restringir à Índia. Chancy e Ranasinha abordam as literaturas de áreas geograficamente distantes, com especificidades históricas e culturais totalmente diversas. No entanto, o legado colonial de violência e opressão é um ponto em comum entre os romances. O papel de personagens mulheres na recuperação de histórias e saberes previamente silenciados, preenchendo as lacunas deixadas pelas narrativas hegemônicas, está entre as questões investigadas.

A diversidade de sociedades e culturas que caracterizam o espaço caribenho contemporâneo está associada aos processos de colonização que operaram na região. A localização estratégica das ilhas entre as Américas e a Europa atraiu a atenção de colonizadores europeus dispostos a conquistar novos territórios. Em relação ao Caribe, a historiadora Catherine Hall observa que a partir do final do século XV, durante a primeira onda de colonização, os espanhóis praticamente exterminaram os povos originários que lá viviam. Em consequência, quase toda a população da região é proveniente de outros lugares. Povos provenientes de África foram levados à força para as ilhas caribenhas; estima-se que as ilhas caribenhas tenham sido o destino de cerca de quatro milhões de escravos de diversas etnias. Mais adiante chegaram grupos deslocados, ainda que com contratos, de uma parte do Império Britânico para outra, além dos que tentavam escapar de algum tipo de perseguição, como no caso dos judeus portugueses. Hall menciona ainda que por vezes os muitos colonizadores da região, como espanhóis,

britânicos, franceses e holandeses permaneciam nas colônias, constituindo uma presença *creole* branca (Hall, C., 1996).

Em “América Latina: o móvel e o plural”, Eduardo Coutinho discorre sobre as várias mudanças que o termo “América Latina” sofreu desde o seu surgimento no século XIX, quando visava diferenciar a América colonizada pelos povos de origem neolatina da América predominantemente Anglo-Saxônica. Na contemporaneidade, além de tornar-se mais abrangente, o termo adquire um viés claramente político, passando a incluir também colônias e ex-colônias francesas, inglesas e holandesas na região do Caribe. Como Coutinho sintetiza:

A combinação de fatores geográficos, etnolinguísticos, culturais, políticos, sociais e econômicos, entre outros, [...] somada à influência de correntes do pensamento mais recentes [...], levaram o conceito de “América Latina” a ir perdendo seu cunho excludente, presente na referência originária à cultura do colonizador, e ir ganhando, ao contrário, um caráter cada vez mais inclusivo. Desse modo, a ideia de “latinidade” permanece, por exemplo, viva em seu sentido de contraponto a uma América Anglo-Saxônica, marcada pelo poderio econômico, mas não exclui mais as outras culturas que a integram, como as indígenas e afro-americanas, cujo papel foi fundamental na formação cultural do continente (Coutinho, 2005, p. 161).

Considerações Crítico-teóricas

A visão da região do Caribe como integrante da América Latina lança luz sobre a consolidação do poder hegemônico, do apagamento de histórias, e subjugação de povos através da colonização. As reflexões de teóricos latino-americanos contemporâneos a respeito dos processos colonizadores que levaram à apropriação e domínio do chamado “novo mundo” também contribuem para elucidar os efeitos da colonização que ocorreu a partir do ciclo das grandes navegações no final do século XV e durante o século XVI. Ainda que minha pesquisa esteja voltada para o Caribe, vale assinalar que os efeitos aqui discutidos se aplicam, com variações, à América do Sul, incluindo o Brasil, último país do continente sul-americano a abolir a escravidão. De acordo com Lilia Schwarcz e Heloisa Starling os 4,9 mi-

lhões de escravos que aqui chegaram foram instrumentais para o “sucesso do sistema de *plantation* brasileiro [que] influenciaria todos os regimes de agricultura escravistas” (Schwarcz; Starling 2015, p. 82).

No prefácio da segunda edição de *Local Histories/Global Designs* [2000], Walter Mignolo enfatiza o “privilégio epistêmico” do ocidente, construído e consolidado graças à colonização dos povos que viviam no cone sul das Américas, inaugurando assim, de acordo com o teórico, a modernidade. Em consequência, “por quinhentos anos, a história universal foi narrada através da perspectiva da história local da civilização ocidental” (Mignolo, 2012, p. IX). Os vários processos colonizadores tiveram fim – em circunstâncias e momentos diversos – com a independência de ex-colônias que se tornaram estados-nação. No entanto, a colonialidade, ou seja, a lógica que esses colonialismos tinham em comum, perdura através dos séculos, questão amplamente abordada por Aníbal Quijano, María Lugones, e Walter Mignolo, entre outros.

Ao cunhar o termo “colonialidade de poder”, Quijano defende a premissa de que a classificação social da população colonizada de acordo com a ideia de raça foi um dos eixos fundamentais na criação de um novo padrão de poder mundial, estabelecendo uma distinção supostamente biológica entre conquistadores e conquistados. De acordo com o sociólogo peruano, no decorrer de três séculos de colonização, o grande número de povos originários encontrados, suas histórias, línguas e conhecimentos foram reduzidos a uma única identidade racial, colonial e negativa: índios. De modo semelhante, com o passar do tempo, os povos trazidos forçadamente de África também adquiriram uma identidade única: negros. A partir da criação dessas novas identidades, as diversas crenças e saberes destes povos foram relegados ao apagamento e eles “passaram a ser vistos como raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores” (Quijano, 2000, p. 552).

Em *Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System*, María Lugones expande o conceito de colonialidade de poder desenvolvido por Quijano para abordar a relação entre o colonizador e os seres colonizados a partir de questões não só de raça, mas também de gênero e sexualidade, examinando consequências da imposição colonial sobre questões diversas e práticas cotidianas (Lugones, 2007). Em outro texto, defendendo a descolonização do feminismo, Lugones mantém que a colonialidade de gê-

nero [...] “é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial”. Propõe então a descolonização do feminismo através da resistência e de uma práxis permanente, construída sobre o arcabouço do próprio povo colonizado (Lugones, 2014, p. 939-41).

A necessidade e a determinação de resistir à imposição de padrões eurocêntricos e às várias formas de colonialidade apontadas nas abordagens críticas aqui citadas também são discutidas por Walter D. Mignolo e Madina Tlostanova. Em *Theorizing from the borders: shifting to geo- and body-politics of knowledge*, os dois teóricos argumentam que através do pensamento “fronteiriço” é possível reagir à violência da epistemologia imperial/territorial e à retórica da modernidade que continua a ser imposta como uma forma de “salvação”, justificada a partir da suposta inferioridade dos povos colonizados (Mignolo; Tlostanova, 2006, p. 206). Como em *Borderlands/La Frontera* (1987), obra precursora de Glória Anzaldúa, amplamente reconhecida pelos teóricos latino-americanos, a noção de fronteira utilizada por Mignolo e Tlostanova não se restringe ao espaço geográfico. Além de incluir o político, o subjetivo e o epistêmico, o conceito evoca também a existência de povos, línguas, religiões e saberes diversos (Mignolo; Tlostanova, 2006, p. 208).

O “pensamento fronteiriço”, discutido por Mignolo em vários outros textos, pressupõe “um engajamento consciente em projetos políticos de cunho epistêmico, ético e estético”, especialmente uma “desobediência epistêmica” em relação aos padrões eurocêntricos, não no sentido de ignorar ou invalidar o legado cultural da modernidade, mas de não o encarar como “conhecimento absoluto”. Reconhecer que existem alternativas à modernidade e acreditar que outras visões de mundo são possíveis a partir da legitimação de subjetividades e saberes anteriormente obliterados são fundamentais para se pensar e para se concretizar os processos de descolonização (Mignolo, 2012, p. XVI-XVIII).

A premissa de que os povos colonizados não tinham história também é amplamente discutida e contestada por teóricos caribenhos. A crítica Jana Braziel destaca a relevância da teorização de Édouard Glissant, que abriu novos caminhos na área de estudos caribenhos, refletindo a respeito da história e literatura caribenhas como instrumentos de resistência aos paradigmas coloniais, (Braziel, 2006, p. 136). Em *Le discours antillais* (1981)

l Caribbean discourse (1999), o teórico antilhano afirma que a noção de povos “sem história” associada à África – por Hegel e pelo pensamento ocidental em geral – foi difundida no Atlântico Negro através da escravidão e da diáspora, sendo perpetuada pelo sistema hierárquico vigente nas plantações do Caribe, que foi transformado em uma área cuja “história é marcada por rupturas” (Glissant, 1999, p. 61-64).

Stuart Hall e Carole Boyce-Davies, entre outros teóricos caribenhos, discutem deslocamentos de natureza diversa como uma condição intrínseca de sujeitos colonizados. Nascidos no Caribe anglófono, na Jamaica e em Trinidad e Tobago, respectivamente, porém seguindo trajetórias migratórias distintas, ambos abordam questões cruciais sobre a identidade cultural influenciada pela colonização e pela diáspora. Em “*Thinking the Diaspora: home-thoughts from abroad*” (1999), Hall ecoa o pensamento de Glissant, reiterando sua convicção de que a identidade cultural do povo caribenho está inexoravelmente ligada a uma história marcada por rupturas. “O que denominamos Caribe renasceu de dentro da violência e através dela. A via para a nossa modernidade está marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial”. (Hall, S., 2003, p. 30-31). Em consonância com Hall e de maneira propositiva, Davies defende que no contexto das Américas uma visão do Caribe que incorpore uma história de genocídio, escravidão, e brutalidade física requer uma definição de cultura que inclua oposição, resistência e transformação (Boyce-Davies, 1994, p. 12). Para que tal transformação aconteça, é necessário recuperar as histórias interrompidas, obliteradas pelo processo colonizador.

A premência da recuperação do passado suprimido é compartilhada pelos teóricos caribenhos. Glissant mantém que cabe ao escritor caribenho “escavar fundo” em busca da memória coletiva apagada e, através da energia criativa, imaginar uma literatura própria. Defende também sua percepção de que “História (vista como expressão ou realidade vivida) e Literatura são parte da mesma problemática: o relato, ou um quadro de referências, das relações coletivas das pessoas com seu ambiente, em um espaço cambiante e em um tempo que muda constantemente” (Glissant, 1999).

Michel Trouillot, historiador e antropólogo, nascido e criado no Haiti durante as ditaduras dos Duvalier, desenvolve uma análise detalhada e perspicaz em *Silencing the Past* [1995]. Discorre sobre os variados locais

de produção de história e sobre os silêncios que atuam durante o processo de produção, oferecendo uma contribuição valiosa para um entendimento de História que vai além da visão eurocêntrica do termo. Sua percepção das conexões complexas entre história e poder que influenciam, ou mesmo determinam, quais histórias são contadas e quais são silenciadas, está sintetizada na conclusão do Prefácio da obra: “A história é fruto do poder, mas o próprio poder nunca é transparente a ponto de sua análise ser supérflua. A marca infalível do poder pode bem ser sua invisibilidade; o desafio inescapável será expor suas raízes” (Trouillot, 2016, p. 18). Trouillot ressalta a necessidade de reconhecer “a complexidade dos espaços sobrepostos em que a história é produzida, em especial quando é produzida fora da academia” (Trouillot, 2016, p. 48), tanto por pessoas comuns diretamente afetadas por eventos específicos, profissionais da mídia, artistas, entre outras. Ao abordar o papel dos silêncios nas narrativas históricas, enfatiza a necessidade de estratégias diversas para desconstruir os diversos silêncios que operam nas narrativas históricas.

Literatura Caribenha Contemporânea

Em sintonia com as reflexões de Glissant e Trouillot, porém especialmente atenta à produção de autoria feminina, Myriam Chancy avalia a relevância de autoras caribenhas contemporâneas tais como Julia Alvarez, Achy Obejas, Edwidge Danticat, Loida Maritza Pérez, entre outras. A teórica e romancista premiada, que nasceu no Haiti e reside nos Estados Unidos, reflete sobre o papel que essas escritoras exercem como “as novas arqueólogas de um sítio histórico ao qual daríamos o nome de ‘amnésia’” (Chancy, 2012, p. XXII), mas deixa claro que usa o termo arqueóloga não para evocar a figura de alguém que simplesmente observa, mas para se referir a escritoras engajadas em promover uma crítica do presente e estimular um resgate de histórias e saberes relegados ao esquecimento.

Essas escritoras não produzem romances históricos na acepção estrita do termo. Visam, no entanto, a partir do processo criativo, preencher as muitas lacunas deixadas pelas narrativas hegemônicas sobre o Caribe e quebrar silêncios impostos principalmente aos mais vulneráveis. O uso de memórias pessoais e coletivas na formulação de histórias alternativas às nar-

rativas oficiais, que muitas vezes suprimem ou distorcem vozes de vítimas de opressão e violência, é um tópico abordado pelas escritoras diaspóricas caribenhas. Tanto em entrevistas como em ensaios, Edwidge Danticat, nascida no Haiti e residente dos Estados Unidos, ressalta a importância da memória pessoal e coletiva. Após publicar *Brother, I'm Dying*, que contém memórias de seu pai e seu tio, Danticat fala do significado das lembranças para ela em sua condição de imigrante. “Você parte deixando o passado físico para trás. Sua ligação com as pessoas que ficaram é um elo forte na terra nova. Mas quando essas pessoas começam a morrer, parece que estão cortando as raízes sob os seus pés. Assim, eu pude criar algumas raízes para minhas filhas [...]” (Danticat, 2010b). Em “Daughters of Memory”, um dos ensaios na coletânea *Create Dangerously*, Danticat discorre sobre a dificuldade do povo haitiano de lidar com a memória coletiva, apegando-se aos triunfos e acobertando tragédias e derrotas. “Nós cultivamos uma amnésia histórica comunitária, repetindo continuamente ciclos cuja chegada nunca antecipamos até revivermos horrores semelhantes” (Danticat, 2010a, p. 64). Em contrapartida, em sua ficção, personagens se defrontam com os horrores, incluindo a longa ocupação estadunidense à guisa de manter a estabilidade do país; o “Massacre da Salsa”, que resultou no extermínio de cerca de 30.000 haitianos por ordem de Trujillo, ditador dominicano; as atrocidades da ditadura dos Duvalier, que durou quase trinta anos, entre outros. O legado de violência colonial contra os seres humanos e o meio ambiente, tópico abordado por Danticat em textos ficcionais e não ficcionais também figura nas obras de Jamaica Kincaid. Em entrevistas e ensaios, a escritora, que reside nos Estados Unidos, faz colocações incisivas sobre os efeitos do processo colonizador sobre Antigua, país onde nasceu, e sua população. Em “To name is to Possess” um dos ensaios em *My Garden (Book)*, Kincaid, uma ávida conhecedora de plantas, atribui seu desconhecimento do nome de várias espécies comuns em sua terra natal ao fato de que em Antigua “pertencia à classe dos conquistados e vivia em um lugar conquistado; [...] nada sobre o conquistado tem qualquer interesse a não ser que o conquistador assim o determine” (Kincaid, 1999, p. 119). Romancista prolífica e, assim como Danticat, reconhecida entre os expoentes da literatura caribenha anglófona contemporânea, Kincaid cria personagens que, afetadas pela opressão do processo colonizador, reagem à opressão que perdura.

A literatura produzida por escritoras caribenhas contemporâneas faz parte das práticas que compõem a “práxis” de que nos fala Lugones. Não se trata de uma literatura panfletária nem de sociologia ou antropologia disfarçadas, como por um tempo foi tratada. A pecha da inferiorização que atinge conhecimentos subalternos associada ao poder do cânone ocidental constituiu um obstáculo à legitimação desta literatura que só começou a ganhar espaço nas últimas décadas do século XX. A forte presença das escritoras caribenhas no cenário literário atual e os muitos prêmios recebidos atestam a visibilidade e reconhecimento não só nos destinos diaspóricos, incluindo Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e França, mas também no próprio Caribe. A consciência crítica do legado colonial e a energia criativa que impulsiona o fazer literário caracterizam sua ficção. Não há dúvida que o engajamento sociopolítico das escritoras se faz presente nas obras, mas as diversas estratégias narrativas que utilizam sublinham o cunho inovador, o talento individual das escritoras, e a de “desobediência epistêmica” aos padrões eurocêntricos

Apesar da inegável influência do romance tradicional, gênero literário introduzido através da colonização ocidental, muitas das obras que constituem este *corpus* literário não são romances tradicionais. Em várias obras, por exemplo, não há linearidade nem uma estrutura convencional. Nelly Rosario, escritora de origem dominicana comenta que nas oficinas literárias das qual participava enquanto escrevia *Song of the Water Saints* (2002), era criticada por estar escrevendo um livro sem enredo, mas que não se incomodava.

Não acredito que nossas vidas tenham um enredo traçado. Vagueamos, caminhando sem rumo. Foi assim que escrevi o livro. Não sabia para onde estava indo. Não tinha um esboço delineado. Apenas conhecia minhas personagens. Para mim, esta é a parte mais importante: tentar entender minhas personagens. É isso. [O romance] não tem um clímax, a típica estrutura de romances escritos por homens. Acho que muitas mulheres escrevem assim, fazendo uso de muitos clímaxes (Rosario, 2002, p. 35).

O apagamento de fronteiras entre discurso literário e histórico, entre ficção e não-ficção também está presente em vários romances. Jamaica Kincaid, frequentemente questionada sobre a combinação de ficção com

não-ficção em seus romances, argumenta que os modelos europeus de ficção, não-ficção, e história não são adequados, “pois distorcem o mundo onde nós, pessoas que parecem comigo, vivemos. Refiro-me aqui à nossa experiência pessoal” (Kincaid; Alleine, 2015). A afirmação de Kincaid reflete a consciência de sua identidade híbrida, marcada pelos saberes ancestrais, pelos efeitos da colonização e pela sua inserção em uma cultura hegemônica a partir de sua chegada aos Estados Unidos. Em “*Jamaica Kincaid, Caribbean Space and Living Dislocations*”, Carole Boyce-Davies descreve Kincaid como “uma mulher negra do Caribe vivendo em um mundo que constrói [sujeitos como ela] dentro de um conjunto pré-determinado de narrativas” (Boyce-Davies, 2018, p. 9), que desenvolve seu processo de “auto articulação”, criando suas próprias narrativas, transformando suas experiências através da imaginação (*idem*, p. 10). Sem cair em uma generalização, tendo em mente as diversas experiências pessoais, é possível conjecturar que muitas escritoras caribenhas contemporâneas tenham percorrido trajetórias semelhantes.

A imposição da universalidade do pensamento ocidental, a desumanização dos corpos de pessoas não-brancas e a obliteração de culturas figuram entre as consequências do processo colonizador. Se reconstruir a história, resgatando o que foi suprimido, e criar uma literatura própria são grandes desafios para os países caribenhos e para os povos previamente colonizados em geral, a legitimação da espiritualidade ancestral é um desafio ainda maior. As cosmogonias dos povos de África e daqueles originários das Américas, que têm sido ignoradas ou distorcidas, muitas vezes demonizadas, não se restringem aos dualismos da cultura ocidental. O preconceito e a intolerância em relação às crenças ancestrais, alimentados pelo racismo estrutural, ainda persistem. O uso da palavra vodu como termo guarda-chuva para se referir às diversas práticas religiosas e tradições de povos afro-descentes; a definição de vodu como feitiçaria, magia “negra”, assim como a associação com o diabo reforçam estereótipos calcados na estigmatização dos saberes e crenças das populações afrodescendentes a partir do processo colonizador. Aqui no Brasil, a destruição de terreiros de umbanda e candomblé ocorre com frequência; tanto os devotos quanto as religiões de matrizes africanas são alvos de postagens racistas nas redes sociais. Em março de 2025, uma influenciadora foi condenada a pagar fiança de R\$ 35 mil por danos morais coletivos após divulgar, no ano anterior, vários vídeos

no Instagram, associando as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul ao elevado número de ‘terreiros de macumba’ naquele estado.³ A criação de legislação e implementação de sanções para coibir atos e discursos de ódio e intolerância religiosa vêm ocorrendo em vários estados. No entanto, esse tipo de associação entre desastres naturais/crises climáticas e práticas religiosas não se restringe ao Brasil. Quando o Haiti foi atingido em 2010 por um terremoto devastador, Pat Robertson, conhecido televangelista estadunidense, atribuiu o terremoto e muitas outras tragédias que já ocorreram naquele país a uma maldição, consequência de um pacto que os escravos haitianos fizeram com o diabo para se libertarem da colonização francesa. Um ano após o terremoto e a declaração de Robertson, a historiadora Leslie Alexander apontou que o *New York Times* e o *Wall Street Journal* publicaram várias matérias que estabelecem uma conexão entre a pobreza e as práticas religiosas do povo haitiano (Alexander, 2011). A julgar por algumas postagens recentes originadas nos Estados Unidos, a indiferença e o preconceito contra os haitianos ainda prevalecem em certos segmentos.

Os vários dualismos presentes na cultura ocidental, separando corpo e mente, ser humano e o meio ambiente, o real e o mágico, entre outros, não fazem parte da cosmovisão dos povos de várias etnias oriundos de África. Deslocados à força e dispersos pelas Américas, despojados de sua história e cultura, foram impelidos a adotar as crenças e costumes dos colonizadores. No entanto, a transmissão cultural entre afrodescendentes resiste à padronização de crenças e saberes imposta pela colonização europeia. Promover alternativas aos modelos eurocêntricos não implica na invalidação desses modelos, mas contribui para descortinar e legitimar outros modos de ser e de entender o mundo.

No corpus da minha pesquisa sobre produção literária de escritoras diaspóricas contemporâneas, já encontrei e comentei sobre inúmeros índices da presença de tradições e crenças que remetem a cosmovisões não-eurocêntricas. O resgate da espiritualidade ancestral, a vertente mais recente da minha pesquisa, tem por objetivo investigar outras cosmogonias que integram o universo caribenho. A leitura de *When We Were Birds*, de Ayanna Lloyd Banwo foi decisiva na escolha da nova direção da minha pesquisa.

3. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/426574/mulher-e-condenada-po>. Acesso em: 10 mar.25

Trinidade, onde a escritora nasceu e viveu até graduar-se pela West Indies University, e a maior ilha do arquipélago que compõe Trinidad e Tobago, era habitada por povos originários até a chegada de Cristóvão Colombo em 1498. A diversidade étnica e cultural da ilha reflete seu processo de colonização. Permaneceu sob o domínio dos espanhóis, que para lá levaram escravos africanos, até o início do século XIX, quando se tornou colônia inglesa. Com a libertação dos escravos nas colônias inglesas em 1834, os colonizadores promoveram a imigração de trabalhadores sob o regime de servidão contratual, principalmente da Índia, mas também de outros territórios sob o domínio britânico. Trinidad e Tobago passou de colônia a estado-nação em 1862. Atualmente, os dois grupos étnicos predominantes são de ascendência africana e indiana. No gráfico sobre religiões da Enciclopédia Britânica, católicos e protestantes aparecem como maioria e são seguidos por hindus e outro/desconhecido, além de alguns grupos menores. As práticas religiosas de afrodescendentes são mencionadas como seitas e não estão incluídas no gráfico.⁴

When We Were Birds, publicado em 2022, foi o vencedor geral do Bocas Prize, o prêmio literário de maior prestígio do Caribe, e do American Book Award no ano seguinte. Escrito no inglês de Trinidad, versão popular crioula do idioma oficial, e ambientado na cidade ficcional de Port Angeles, a obra atraiu atenção imediata da crítica, mesmo antes de ser premiada, e gerou inúmeras resenhas elogiosas. No entanto, os rótulos diversos utilizados na descrição do romance, tais como história de fantasmas, história de amor, gótico caribenho, realismo mágico, folclore, entre outros, ignoram a influência de crenças afrodescendentes. A maioria das críticas não aborda a questão das cosmogonias dos povos oriundos de África, central no romance, e considera a obra a partir de uma ótica ocidental, ignorando o lugar de fala de Lloyd Banwo.

Entre as raras exceções, destaco a resenha de Leighan Renaud, professora de literaturas caribenhas na Universidade de Bristol, que ressalta a exploração do trauma, das relações familiares e da reverência ancestral no romance. Renaud estabelece um paralelo entre a relação conflituosa da coprotagonista Yejide com sua mãe Petronella, a história colonial do

4. Disponível em: <https://www-britannica-com.translate.goog/place/Trinidad-and-Tobago/History>; <https://www-britannica-com.translate.goog/place/Trinidad-and-Tobago/People>. Acesso em: 15 abr.2025

Caribe e o legado de traumas advindo do processo colonizador. Considera a habilidade de falar com os mortos uma dádiva pois implica em uma conexão duradoura com os ancestrais; ao mesmo tempo, observa que esse dom implica em existir entre os mundos dos vivos e dos mortos e ser lembrado das atrocidades do passado (Renaud, 2022). Renaud reforça assim um dos tópicos que integra a nossa discussão: o resgate de histórias silenciadas.

Lloyd Banwo, que também não acredita que os vivos e os mortos estejam tão distantes como se pensa, se autodefine em entrevista concedida a Millie Walton: “Sou uma mulher negra do Caribe com uma visão de mundo baseada na espiritualidade ancestral, então não sei separar o mágico do real. Para mim, não há separação. Quando se fala em realismo mágico ou fantasia, cria-se a antecipação de que o que vai acontecer não se encaixa na veia normal da realidade mas, de fato, não há nada normal sobre a vida” (Lloyd Banwo, 2022b). A proximidade entre os vivos e os mortos e a comunicação entre eles fazem parte da visão de mundo de Lloyd Banwo e do universo ficcional que cria.

When We Were Birds é um romance, gênero literário ocidental *par excellence* mas, como outras obras produzidas por escritoras caribenhas contemporâneas provenientes de ex-colônias, se distancia dos moldes tradicionais do gênero. A tradição da literatura oral, que remonta a saberes de povos não colonizados, perpassa a narrativa. A fábula inicial, contada pela avó de Yejide, remete a “um tempo antes do tempo” (Lloyd Banwo, 2022a, p. 3). Fala de um tempo quando os animais eram maiores, mais velozes, falavam e viviam em harmonia na floresta até aparecer um guerreiro que trouxe outros guerreiros, que trouxeram construtores, fazendeiros, padres, governantes, e com eles veio a morte, a destruição, e o sofrimento. Após um longo período, papagaios se transformaram em urubus e devoraram os corpos de animais e homens que haviam perecido no longo embate; dentro deles as almas dos mortos se transformam, são liberadas, e seguem seu caminho. Com o passar do tempo, as pessoas e os animais esquecem que o equilíbrio havia sido restaurado após o aparecimento dos urubus; a avó de Yejide termina a história de forma enigmática, afirmando que só os urubus lembram e sussurra “Nós lembramos.” (p. 7). A fábula, que pode ser lida como uma metáfora do poder destrutivo do processo colonizador, sugere que o equilíbrio é restaurado com a liberação espiritual.

Na fábula, a referência a “um tempo antes do tempo” sugere afastamento da temporalidade ocidental. O desenvolvimento de uma narrativa não-linear se coaduna com a visão oceânica do poeta caribenho Kamau Brathwaite, apresentada em *The Arrivants* (1981). Em entrevista, Brathwaite explica que o conceito de *tidalectics*, envolve uma dialética própria, “ao invés da noção de um-dois-três hegeliana”; está mais interessado no movimento cíclico de vai e volta das marés, que é repetitivo sem ser igual (Brown, 1995, p. 14). Em *When We Were Birds*, o trecho da narrativa na parte final do livro que traz de volta a fábula inicial e a carta de Darwin à mãe que explica o desaparecimento do pai há décadas atrás, promovendo um retorno dele (ainda que metafórico) à família, são apenas dois dos índices que reforçam a visão de um movimento cíclico ao invés de linear da narrativa, que une os vivos e os mortos assim como passado, presente, e futuro.

Os jovens coprotagonistas do romance, Yejide e Darwin, só se encontram no meio da narrativa. Suas experiências de vida são totalmente diferentes mas, apesar de trajetórias tão diversas, as histórias que ambos escutaram quando crianças ressoam entre si. Yejide, que vive confortavelmente, descende de uma linha de matriarcas que acreditam na conexão entre os vivos e os mortos e assumem, metaforicamente, o papel dos *urubus/corbeaux*, papel contra o qual a jovem se rebela mas acaba por assumir. Sua mãe, que nunca lhe deu atenção enquanto viva, conversa com ela e explica o dom e a missão das mulheres da família de conduzir os mortos/seus espíritos para a nova morada. “Nós tomamos conta deles e eles de nós” (Brown, 1995 p. 113). “Eles nos fortalecem e nós lhe damos paz” (Brown, 1995, p. 114). Nicole-Rachelle Moore, curadora da coleção caribenha do British Museum, observa que o romance ressalta a necessidade de cuidar dos mortos e honrá-los, mas não faz menção específica a nenhuma prática religiosa africana. Aponta, no entanto, que Yejide é um nome de descendência iorubá significando “A Mãe acordou novamente” e remete à habilidade das matriarcas da família de se transformarem em tempestades, como Oya, deusa iorubá dos raios e tempestades violentas (Moore, 2022). É provável que Lloyd Banwo considere mais importante focar na conexão entre os vivos e os mortos do que em uma das diversas práticas religiosas afrodescendentes do Caribe.

Já Darwin e sua mãe seguem o Rastafarianismo, prática cultural religiosa afro-cristã que surgiu na Jamaica em 1930. A mãe, exímia costureira, mantém contato com as pessoas devido ao seu trabalho mas, a não ser por Enid, vizinha e amiga, os dois vivem praticamente isolados. Na escola, os cabelos de Darwin, que nunca foram cortados, e seu jeito quieto o tornam alvo de agressões e rejeição dos colegas. Com o passar dos anos, diante da saúde cada vez mais debilitada da mãe e da extrema pobreza, Darwin aceita o único emprego que aparece e vai trabalhar como coveiro no cemitério de Port Angeles. Dentro da crença Rastafari, qualquer conexão com a morte é proibida e sua mãe se mantém irredutível. Quando não consegue dissuadi-lo de seu propósito, ela o expulsa de casa. O jovem, que nunca havia tido contato com a morte ou os mortos, enfrenta uma nova rotina que também envolve o cuidado dos mortos, ainda que de outra perspectiva.

Quase ao final do romance, as memórias e reflexões dos coprotagonistas, Darwin e Yejide, colocam em tela as histórias ouvidas pelos dois quando crianças. Yejide fala da primeira matriarca, Maman, uma escrava africana que podia voar e libertou os escravos após a misteriosa destruição da plantação onde viviam. A jovem também relembra os detalhes da história que sua avó contava sobre animais que falavam, de uma grande guerra, do papel dos urubus na restauração do equilíbrio, e conclui: “Salvaram o mundo”. Ela sorri, suavemente, como se estivesse ouvindo a voz da avó. “Era a minha história favorita. Nunca imaginei que fosse verdadeira” (Lloyd Banwo, 2022a, p. 223). Quando Yejide se refere a sua história favorita como verdadeira, Darwin se surpreende e começa a fazer perguntas sobre a história da escrava que podia voar, lembrando das várias histórias que Enid, vizinha e única amiga de sua mãe, lhe contava na infância sobre africanos que podiam voar e que de repente “ecoam como verdades antigas” A pergunta que Darwin se faz em seguida – “Quantas outras histórias que todos ouvimos quando crianças são verdadeiras?” – sublinha a força da oralidade. Os ecos entre as histórias que Yejide e Darwin ouvem quando crianças remetem à transmissão cultural/espiritual entre povos africanos.

Abordando os efeitos da colonização europeia e da escravização que resultou no deslocamento forçado de povos africanos, Myriam Chancy argumenta que, apesar das inúmeras rupturas, “Povos afrodescendentes, em várias geografias, transmitem através de suas produções culturais visões das gnoses e epistemes africanas, que podem ser identificadas justamente

por não serem criadas a partir de modelos europeus ainda que a forma de transmissão siga um modelo europeu” (Chancy, 2020), como o romance. Sob uma ótica eurocêntrica, estes índices ou vestígios de práticas e tradições que persistem ao longo dos séculos são comumente rotulados, na melhor das hipóteses, como folclore ou realismo mágico. Harry Garuba, poeta e professor de Estudos Africanos, nascido na Nigéria, não invalida o conceito de “realismo mágico”, mas aponta suas limitações para descrever múltiplas práticas representacionais e sugere o conceito mais abrangente de realismo animista que permite atribuir um aspecto físico/material àquilo que muitos consideram abstrato (Garuba, 2003, p. 274). Vale lembrar que no Prólogo de *O Reino Deste Mundo* (1949), Alejo Carpentier distingue o real maravilhoso do realismo mágico, defendendo que o maravilhoso surge de modo inequívoco “de uma inesperada alteração da realidade (o milagre) [...]” (s.p.) e acrescenta: “Para começar, a sensação do maravilhoso pressupõe uma fé. Os que não acreditam em santos não poderão se curar com milagres de santos”. Não há aqui a intenção de privilegiar um termo ou apresentar uma cosmogonia alternativa em lugar de uma cosmogonia eurocêntrica, apenas de aceitar que existem outras que podem/ devem coexistir, sem intolerâncias ou discriminações.

Referências

ALEXANDER, L. A Pact with the Devil? The United States and the Fate of Modern Haiti. *Origins: Current Events in Historical Perspective*, Fev. 2011. Disponível em: <https://origins.osu.edu/article/pact-devil-united-states-and-fate-modern-haiti>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BROWN, S. (ed.). *The Art of Kamau Brathwaite*. Bridgend: Seren, 1995.

BOYCE-DAVIES, C. *Black women, writing and identity: migrations of the subject*. London, NY: Routledge, 1994.

BOYCE-DAVIES, C. Jamaica Kincaid, Caribbean Space and Living Dislocations. *Wagadu: A Journal of Transnational Women's and Gender Studies*, v. 19, p. 7-21, 2018. Disponível em: <http://sites.cortland.edu/wagadu/v19-jamaica-kincaid/> Acesso em: 19 out. 2018.

BRAZIEL, J. E. Another line was born: genesis, genealogy, and genre in Jamaica Kincaid's Mr. Potter. Em: LANG-PERALTA, L. (Ed). *Jamaica Kincaid and Caribbean double crossings*. Cranbury, NJ: Associated University Presses, 2006. p. 127-150.

CARPENTIER, A. Prefácio. In: CARPENTIER, A. *O Reino Deste Mundo*. Trad: João Olavo Saldanha. Rio de Janeiro: Editora Record, 1985. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/carpentier-o-reino-deste-mundo-pdf-free.html>. Acesso em abr.25

CHANCY, M. *From Sugar to Revolution: women's vision of Haiti, Cuba, and the Dominican Republic*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2012.

COUTINHO, E. F. América Latina: o móvel e o plural. In: RESENDE, B. *A literatura latino-americana do século XXI*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005, p. 156-162.

CHANCY, M. "Haiti Then and Now" Interviews Professor Myriam J.A. Chancy. [Entrevista concedida a] Dr. Celucien L. Joseph. In: *Haitian Thinkers in the Public Space: an Interview Series*. Disponível em: https://haitithenandnow.wordpress.com/2020/07/13/haiti-then-and-now-interviews-professor-miriam-jachancy/?fbclid=IwAR0CoXJlZ6ICTNsVuXAWxM46f4Az8egwpkj_BJMbpwKW8CNdwoqjfPEyXk Acesso em: 02 set. 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. v.1, p. 176-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4S-FXPnJZ397j8fSBQQ/> Acesso em: 06 ago. 2016.

DANTICAT, E. *Create Dangerously: The Immigrant Artist at Work*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2010a.

DANTICAT, E. *Entrevista com a escritora Edwidge Danticat*. 2010b. Disponível em: <http://www.substantivoplural.com.br/entrevista-com-a-escritora-edwidge-danticat/> Acesso em: 04 out. 2010.

FRIEDMAN, S. *Mappings: Feminism and the Cultural Geographies of Encounter*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1998.

GARUBA, H. Explorations in Animist Materialism: Notes on Reading/Writing African Literature, Culture and Society. *Public Culture*, v. 15, n. 2, p. 251-85, 2003.

GLISSANT, É. *Caribbean discourse*. Trad. J. Michael Dash. Charlottesville: University of Virginia Press, 1999.

HALL, C. Histories, Empires and the Post-Colonial Moment. In: CHAMBERS, I.; CURTI, L. *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*. London: Routledge, 1996. p. 65-77.

HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. In: SOVIK, L. (Org). *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 25-50.

KINCAID, J. *My Garden(Book)*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1999.

KINCAID, J. Does Truth have a tone? [Entrevista concedida a] Lauren K. Alleine. *Guernica Magazine*, 17 jun, 2013. Disponível em: <https://www.guernicamag.com/does-truth-have-a-tone/> Acesso em: 2 ago. 2023.

LLOYD BANWO, A. *When we Were Birds*. New York: Doubleday, 2022a.

LLOYD BANWO, A. “A Way with Words”. Entrevista concedida à Millie Walton. *Citizen Femme*. 2022b. Disponível em: <https://citizen-femme.com/2022/03/22/a-way-with-words-ayanna-lloyd-banwo/>. Acesso em: 18 abr. 25.

LUGONES, M. “Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System”. In: *Hypatia*. v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

LUGONES, M. *Rumo a um feminismo descolonial*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, dez 2014. Disponível em: [https://periodicos .ufsc. br/index.php/ref/article/view/36755/28577](https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577). Acesso em: 07 set. 2015.

MIGNOLO, W; TLOSTANOVA, M. Theorizing from the border: shifting to geo- and body-politics of knowledge. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 2, p. 205-221, 2006.

MIGNOLO, W. *Local histories/global designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. 2a ed. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012.

MOORE, N. When WE Were Birds. Resenha. *Writers Mosaic*, 2022. Disponível em: <https://writersmosaic.org.uk/reviews/when-we-were-birds/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

RENAUD, L. The best fiction of 2022: Ayanna Lloyd Banwo’s *When We Were Birds* – an exquisite exploration of love and legacy. *The Conversation*, nov, 2022. Disponível em: <https://theconversation.com/the-best-fiction-of-2022>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ROSARIO, N. Nelly Rosario: Interview. [Entrevista concedida a] Angeli Rasbury. *Mosaic Magazine: Literary Arts of the Diaspora*. Disponível em: <https://mosaicmagazine.org/nelly-rosario-interview/> Acesso em: ago. 2020.

QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism, and America Latina. *Nepantla*. v. 1, n. 3, p. 533-80, 2000.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHOHAT, E. *Taboo memories, diasporic voices*. Durham: Duke University Press, 2006.

TROUILLOT, M. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Trad: Sebastião Nascimento. Curitiba: Cobogó, 2016.

Historiadoras das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos. Uma reflexão sobre os caminhos da produção de professoras e pesquisadoras do Departamento de História da USP

*Stella Maris
Scatena Franco*

Este ensaio visa refletir sobre as contribuições de historiadoras (professoras e pesquisadoras) vinculadas ao Departamento de História da Universidade de São Paulo para a construção do campo da história das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos no âmbito da pesquisa em História no Brasil. Não se trata de um levantamento de nomes que pretenda dar conta de todas as pessoas envolvidas nessa construção. Busca-se, antes, destacar algumas poucas personagens cujos trabalhos foram qualitativamente relevantes e que colaboraram para a difusão e desenvolvimento de estudos na área, seja por suas próprias pesquisas ou por meio das que orientam/orientaram. Parte-se da ideia de que alguns esforços individuais potencializaram a formação de historiadoras/es profissionais, o que vem ajudando a constituir um campo historiográfico. Isso, muito mais do que mecanismos institucionais de grande envergadura, teria corroborado para o aprimoramento de profissionais que têm se dedicado concentradamente a investigações nessa seara e, por sua vez, também para a formação de uma “descendência” em linhas de pesquisa. A despeito dessa ausência de sistematicidade em mais ampla escala, as pesquisas em História realizadas no Departamento de História da USP e nos Programas de Pós-Graduação em História Social e Econômica “renderam frutos” na propagação dos estudos

sobre mulheres, gênero e feminismos em outras universidades, em diferentes estados do Brasil.

Antes de abordarmos algumas figuras importantes para este processo, cabe ponderarmos sobre os sentidos de se investigar os caminhos da produção das historiadoras que escreveram sobre história das mulheres, de gênero e dos feminismos. Em que medida esse esforço se justifica?

Primeiramente, trata-se de observar a produção historiográfica como um trabalho *intelectual* das mulheres. Apesar de parecer óbvio, como bem afirmou Hilda Smith, a história das mulheres e a história intelectual andaram por muito tempo separadas, de modo que não foi corrente a prática de interseccionar esses dois campos. A história das mulheres geralmente manteve-se atrelada a uma história social, das lutas, ou do corpo e da sexualidade, como se o intelecto estivesse separado dessas instâncias. A história intelectual, por sua vez, tradicionalmente prezou o pensamento, e em grande parte se considerou que as mulheres se mantinham distantes desse âmbito. Assim, essas construções foram caminhando em vias paralelas, cruzando-se pouco nas pesquisas (Smith, 2007). Quebrando essa prática quase naturalizada de separação dessas instâncias, é importante tomar a produção do conhecimento histórico sobre mulheres, e sobretudo aquela feita por mulheres, como parte de um trabalho intelectual. Isso implica realizar levantamentos de quem foram as historiadoras a figurarem no campo, do que pesquisaram, sobre como publicizaram seus trabalhos, se deixaram legado, se criaram sucessoras, se constituíram redes de sociabilidades. Ademais, é importante analisar no interior das obras investigadas, quais foram os aportes teóricos com os quais lidaram. Também é interessante notar como esses aportes foram se desdobrando ao longo do tempo.

Entre os aspectos relevantes de se estudar a produção historiográfica dedicada a mulheres, gênero e feminismos está o de nos entendermos, enquanto produtoras/es de conhecimento, como agentes da nossa própria história, compreendendo que as relações de poder também perpassam as nossas dinâmicas de trabalho e produção. O paradigmático texto de Natalie Zemon Davis (Davis, 2025) sobre as historiadoras da *Escola dos Annales* mostra bem como aquelas mulheres caíram facilmente no esquecimento. É a mesma a perspectiva da argentina Mirta Zaida Lobato, ao tratar das “trajetórias evanescentes” das mulheres acadêmicas na Buenos Aires de

início do século, que galgaram alguns degraus na vida universitária, mas acabaram por ter suas histórias esquecidas (Lobato, 2024).

O trabalho de Bonnie Smith (Smith, 2003), alerta, ainda, para o fato de que talvez houvesse uma liberdade maior quando as mulheres historiadoras trabalhavam como “amadoras”, fora do cânone. Segundo a autora, uma vez que entraram nele tiveram que reproduzir padrões de produção dados por uma cultura acadêmica masculina, sem conseguirem ter algum tipo de destaque ou reconhecimento. Não se busca com isso um exercício de regressão a momentos em que a profissionalização não estava posta para as mulheres, mas a observação faz pensar nas condições de trabalho e de publicização dos resultados das mulheres intelectuais e das produtoras do conhecimento histórico em particular.

Finalmente, gostaríamos de lembrar de um outro aspecto que faz, hoje, com que voltemos nossos olhos para a historiografia sobre mulheres e gênero. Desde a emergência desse campo, nos anos 1970, até os dias atuais, temos vindo principalmente fazendo pesquisas e realizando reflexões teóricas (robustecidas com as elaborações sobre a categoria de gênero, sobretudo nos anos 1980). A ponderação sobre os caminhos da historiografia é algo que tem se ensaiado menos, até porque é preciso de tempo desde a fundação de uma corrente, até que uma análise que perceba os caminhos dessa produção possa ocorrer.

Todos esses argumentos estão na base de uma busca de entendimento sobre o lugar social, político e intelectual ocupado por aquelas que se dedicam e se dedicaram a produzir conhecimentos sobre as mulheres e sobre as relações de gênero no passado.

É notório como nas últimas décadas os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos ganharam destaque e importância na academia. Nos anos 1990, quando historiadoras realizavam pesquisas, formavam novas pesquisadoras, produziam conhecimento, não era raro serem descredibilizadas em relação a tais produções.¹ Não que isso tenha se alterado de todo. No entanto, hoje é mais difícil que esses preconceitos - que existem mesmo dentro da academia (um lugar que se supõe crítico a todo instante) - se sustentem. Atualmente eles têm de ser, no mínimo, mais autocontrolados,

1. Isto não vale outras realidades no Norte global, onde, conforme Scott, a constituição do feminismo acadêmico se consolida nos anos 1990. (SCOTT, 2024)

o que resulta das próprias pressões fomentadas pelos movimentos sociais e do trabalho de mulheres que fizeram suas pesquisas em momentos menos propícios. Houve, inegavelmente, uma modificação do *status* desse campo de atuação. Reflexões teóricas sofisticadas relacionadas a gênero, feitas por intelectuais como Joan Scott e Judith Butler, que atuaram fortemente no sentido da crítica ao essencialismo biológico, ajudaram a trazer para o campo essa mudança de *status*, imprimindo a ele autonomia e maior respeitabilidade.

O Departamento de História da Universidade de São Paulo teve como professoras e pesquisadoras figuras que contribuíram de alguma forma para constituição desse campo de pesquisa no Brasil. A ideia não é aqui adotar uma perspectiva “difusionista” de análise da produção do conhecimento, o que pressuporia a crença numa inabalável excelência naturalmente emanada “dos centros”. O que temos são processos bastante descontínuos, com muitos fios, alguns dos quais tentamos conectar, para concluirmos que os lugares de produção e difusão do conhecimento estão mais distribuídos no território nacional. No entanto, décadas atrás, quando a história das mulheres ainda não contava com muitas produções, houve um papel importante desempenhado por algumas historiadoras, que tanto fizeram pesquisas quando orientaram novas profissionais, que colaborariam para essa disseminação maior que vemos acontecer nos dias atuais. Há que se voltar para essas trajetórias e entender os papéis jogados para a ampliação desse cenário.

Os caminhos dessa construção não são nada óbvios. Primeiramente, não se verifica um esforço institucional sistemático, que tivesse reunido grupos muito extensos de pesquisadoras/es. Além disso, a valorização da pesquisa com enfoques diversificados do ponto de vista temático, temporal, espacial e teórico é uma marca dos dois programas de Pós-Graduação (os de História Social e Econômica) atrelados ao Departamento de História da USP. Isso parece ter corroborado para que as orientações dos trabalhos acadêmicos se perfizessem a partir de um espectro temático relativamente largo. Assim, ocorrem situações que tornam menos previsível esta análise sobre a constituição do campo da história das mulheres, do gênero e dos feminismos, uma vez que poucas foram as pessoas que seguiram estritamente apenas um enfoque. O fato de terem ou não legado “descendências”, isto é, pessoas formadas por essas profissionais que vieram a atuar

em universidades e a orientar trabalhos no mesmo campo também não se mostra de forma óbvia.

Uma trajetória a ser destacada é a da historiadora Laima Mesgravis, que foi professora no Departamento de História da USP de 1965 a 1988, atuando na Pós-Graduação até o começo dos anos 2000. Sua tese de doutorado, defendida em 1973, tratou sobre a história da Santa Casa de Misericórdia, envolvendo preocupações com a infância e a maternidade, passando pelo tema da roda de expostos. Este era justamente o momento de emergência da história das mulheres como uma nova vertente historiográfica (Soihet, Pedro, 2007). As orientações de trabalhos na Pós-Graduação foram no geral bastante diversas do ponto de vista temático, mas algumas delas possibilitaram uma aproximação à história das mulheres, como as que se voltaram à família, à imprensa feminina, à profissionalização da mulher ou às situações de violência sofridas por mulheres pobres.²

Outras duas historiadoras que atuaram como professoras no Departamento de História da USP e trabalharam com história das mulheres foram Eni de Mesquita Samara (1948-2011) e Maria Odila Leite da Silva Dias (1940). As duas historiadoras (a primeira mais do que a segunda) foram autoras que se dedicaram mais concentradamente à História das Mulheres. Curioso notar que as incursões de ambas na temática também datam de finais dos anos 1970 e início dos 80. Eni Samara defendeu sua tese sobre família na sociedade paulista no século XIX, sob orientação de Maria Thereza Schorer Petrone, em 1980, enquanto Maria Odila, já como professora da USP apresentava, em 1982, seu trabalho sobre mulheres em São Paulo como tese de Livre-Docência. Além de suas próprias produções, ambas foram orientadoras de pesquisas que propiciaram um efeito replicador para esta área.³

2. Algumas das pessoas por ela orientadas e que lidaram com a temática das mulheres na história acabaram por se tornar docentes e a também orientar trabalhos neste campo. Estes são os casos, por exemplo, de Paulo Eduardo Teixeira, professor da Unesp (*Campus Marília*) e de Rachel Soihet, que tornou-se professora na Universidade Federal Fluminense. Ambos foram orientandos de Mestrado de Laima Mesgravis.

3. A historiadora Mary Lucy Murray del Priore também teve, na mesma época, produção concentrada em história das mulheres, mas com enfoque na vertente da história das mentalidades. Curiosamente, os trabalhos de Doutorado orientados por ela na USP não são dedicados aos estudos sobre mulheres. A autora permaneceu como professora do Programa de História Social da USP até o início dos anos 2000, descontinuando suas atividades na instituição, que perfaz o escopo deste ensaio. Por esta razão, apenas mencionamos aqui a sua própria produção. São

Tirando o fato de realizarem esses trabalhos quando havia um forte apelo aos estudos sobre mulheres, é preciso destacar que há diferenças substanciais entre elas, o que já mostra o cenário diversificado de possibilidades de enfoques, como afirmamos antes. Uma diferença crucial é a de abordagens: Eni Samara atuava no âmbito do Programa de História Econômica e seus trabalhos tinham como base a Demografia Histórica e a História da Família, de onde se estabeleceu o seu vínculo, primeiro com a história das mulheres, e, depois, nos anos 1990, com as relações de gênero.⁴ Maria Odila Leite da Silva Dias, atrelada ao Programa de História Social, teve um trabalho marcado pelos estudos sobre mulheres pobres em São Paulo⁵, publicando também, pouco depois, trabalhos com enfoques mais teóricos⁶. Maria Odila produziu uma obra com espectro mais variado - podendo ser o enfoque sobre mulheres considerado apenas um dos veios de sua produção -, voltada inicialmente para questões historiográficas e para aspectos políticos e culturais.

Observando as atividades de orientação, notamos que ambas as professoras se dedicaram a formar pessoas que replicaram a *expertise* adquirida em seus novos postos de trabalho, vindo a formar também, por sua vez,

muitas as obras da autora, que dedicou-se a escrever livros de História para o grande público. Para o que nos compete, é importante mencionar sua tese de Doutorado, defendida em 1990 e publicada em seguida: PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo*. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília; Rio de Janeiro: EdUnB; José Olympio, 1993. Além deste, para o âmbito acadêmico tem relevância também o seguinte trabalho, sob sua organização: PRIORE, Mary del (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

4. Neste aspecto, o curso atravessado pela professora refletiu uma tendência mais geral na historiografia, de ter a demografia histórica e a história da família como pontos de partida de estudos que acabariam focando nas mulheres. Gênero, embora tenha sido uma categoria divulgada a partir dos anos 1980, demoraria – o que também é uma tendência geral no âmbito da História - a aparecer mais generalizadamente nos resultados de pesquisa. Seus primeiros artigos e livros em que figuram o conceito de gênero são de meados da década de 1990, a exemplo de: SAMARA, Eni de Mesquita. Gênero e identidad en America Latina. *Cuadernos Americanos Nueva Época*, México, v. 6, n.60, 1996; SAMARA, Eni de Mesquita. *As ideias e os números do gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX*. São Paulo: Hucitec; CEDHAL, 1997.

5. É de 1982 sua tese de Livre-Docência, intitulada *Anna Gertrudes de Jesus, mulher da terra. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. A tese foi publicada em 1984 pela Editora Brasiliense.

6. DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: BRUSCHINI, Maria Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *A questão do gênero*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Ventos, 1991; DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”. In: *Estudos Feministas*, CIEC/UFRJ, Vol. 2, no.2, 1994.

outras profissionais. Isso teve um efeito de espraiamento da produção e do próprio campo de pesquisa. Eni de Mesquita Samara orientou trabalhos de pesquisadoras que se institucionalizaram em universidades do Norte⁷ e Sudeste⁸. Dessas “descendências”, julgamos relevante destacar a atuação de Maria Beatriz Nader, professora do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, que tem se dedicado sistematicamente ao trabalho de formação, constituindo uma segunda geração de doutoras/es, com habilitação para se inserirem na atividade de docência no ensino superior público. Sua atuação se destaca como coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero (LEG), da mesma universidade, onde atuam pessoas sob sua orientação dedicadas a estudos sobre mulheres, gênero, violência e feminicídio. A morte precoce de Eni Samara em 2011 (a autora tinha 63 anos), interrompeu um processo de produção bastante profícuo. Esta produção a destacou como representante da historiografia nacional em publicações internacionais importantes sobre história das mulheres.⁹

Por seu turno, apesar de ter uma produção mais diversificada e menos concentrada em história das mulheres, Maria Odila Leite da Silva Dias também cumpriu importante papel de formadora. Ademais de orientar pessoas que se institucionalizaram como professoras no Nordeste¹⁰, algumas de suas orientandas se estabeleceram em outras universidades, colaborando para a constituição de estudos importantes. Este é o caso de Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, professoras (a primeira delas aposentada) do Departamento de História, além de docentes do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar

7. Orientou, por exemplo, Marize Helena de Campos, Cristina Donza Cancela e Antonio Emilio Morga, que atuam junto a programas de Pós-Graduação Profissional e acadêmico no Norte do país.

8. Este é o caso de Maria de Fátima Salum Moreira, que atuou junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na UNESP de Presidente Prudente.

9. No início dos anos 1990, Georges Duby e Michelle Perrot organizaram a *História das Mulheres no Ocidente*, que em sua versão espanhola ganhou capítulos sobre Espanha e América Latina. Nessa edição, Eni de Mesquita Samara foi a autora (ao lado de Horacio Gutierrez e Izilda Matos) representante do Brasil nos volumes IV e V. DUBY, Georges. e PERROT, Michelle. *Historia de las mujeres en Occidente, v. IV e V*. España: Editorial Taurus, 1991.

10. A exemplo de Maria Lucia Porto Silva Nogueira e Virginia Queiroz Barreto, professoras da Universidade do Estado da Bahia, estando a primeira vinculada a Programa de Pós-Graduação, atuando, portanto, como orientadora.

em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Ambas se doutoraram na USP nos anos 1990, momento em que a categoria de gênero se espalhava pela América Latina, sob impacto principalmente do texto de Joan Scott, *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*. (Soihet; Pedro, 2007; Tinsman, 2008)

Essas professoras formaram em Santa Catarina um núcleo de estudos voltado à História das mulheres, das relações de gênero e dos feminismos e colaboraram com veículos importantes para a disseminação de trabalhos na área, como o evento internacional *Fazendo Gênero* e a *Revista Estudos Feministas*. Seus trabalhos de orientação deram origem a uma nova geração de profissionais. Joana Maria Pedro orientou trabalhos principalmente focados em estudos sobre mulheres e gênero. Algumas das pessoas por ela formadas tornaram-se também docentes e integrantes de programas de Pós, orientando, por sua vez, pesquisas em diferentes níveis, da graduação ao Doutorado (uma menor parte), o mesmo tendo se passado com Cristina Scheibe Wolff, que, no entanto, orientou pesquisas em temáticas mais diversas.

Nem tudo, no entanto, são flores no desenvolvimento desse campo de pesquisa. A contar pelo número de pessoas já especializadas, não são tantas aquelas que galgaram a docência em História no Ensino Superior e menos ainda as que têm e tiveram oportunidades de orientar em todos os níveis. O que ocorre é que, mesmo tomando casos exemplares como estes, de professoras-formadoras extremamente empenhadas e dedicadas a um nicho bastante específico de produção, temos no âmbito do ensino público superior no Brasil uma capacidade de absorção muito pequena em vista do número de pessoas habilitadas. Ademais, nem todas as instituições têm Programas de Pós-Graduação, ou se têm, não necessariamente estão credenciadas para orientarem pesquisas no nível de Doutorado. São muitos, portanto, os casos em que as orientações são exercidas apenas no ensino de graduação, em trabalhos de Iniciações Científicas (IC's), Monografias ou Trabalhos de Fim de Curso (TCC's). Além destes, em alguns casos também despontam as orientações em Mestrados Profissionais, o chamado ProffHistória.

Isso nos leva a pensar nos limites colocados para a expansão dos estudos. Por um lado, esse esforço concentrado cria um manancial de profissionais com condições adequadas para preencherem vagas de trabalhos que possam multiplicar ainda mais as pesquisas com descobertas e propósitos

inovadores; por outro, há justamente falta de vagas para incorporar essa mão de obra qualificada, situação agravada pelo fato de, muito raramente, um concurso aborda “mulheres e gênero” como área, uma vez que não se trata de um campo definido como disciplina obrigatória nas grades curriculares dos cursos de História.

Dando continuidade à observação de como, a partir do trabalho de orientação de Maria Odila Leite da Silva Dias, podem ter surgido pesquisadoras que deram continuidade às investigações nesse campo que estamos privilegiando, destacamos a trajetória de Maria Helena Pereira Toledo Machado, Professora Titular do mesmo Departamento de História na USP, atuando desde 1996, que foi sua orientanda. É curioso que, neste caso, as pesquisas iniciais de Maria Helena Machado não foram focadas no campo de história das mulheres, mas abordavam principalmente a história da escravidão e, posteriormente, as temáticas racial e científica nos relatos de viagem do século XIX. Uma aproximação em direção à história das mulheres se mostrou mais recentemente, em estudos a partir da primeira década deste século, girando sobretudo em torno da temática da maternidade entre as escravizadas, o envolvimento das mulheres com a abolição e a produção literária da escritora negra Maria Firmina dos Reis. Considerando-se o intervalo de quase duas décadas entre o término do doutorado e o início dos trabalhos envolvendo mulheres, é possível que a formação da orientadora não tenha incidido tão diretamente na escolha de se passar a estudar história as mulheres, mas, se lembrarmos que a porta de entrada de Maria Odila foi o dos estudos sobre mulheres pobres e a abordagem mais recente de Maria Helena é sobretudo a das mulheres escravizadas, encontramos, sim, possíveis afinidades que perduraram. Ademais, ecos desse interesse se revelam também em recentes trabalhos de suas orientandas, envolvendo as relações entre maternidade e escravidão.¹¹

Se pensarmos nos legados das duas professoras e orientadoras que destacamos, temos por um lado um processo focado nos estudos de mulheres vinculados à família por meio da demografia. Tratou-se de um caminho interrompido pelo falecimento precoce de Eni Samara, que representava essa

11. Destacamos duas pesquisadoras que se voltaram para essa mesma temática: Lorena Féres da Silva Telles, que terminou seu Doutorado em 2019, e Marília Bueno de Araújo Ariza, que doutorou-se em 2017 e recentemente tornou-se professora do Departamento de História da USP, possibilitando ampliar o quadro de estudos com o mesmo enfoque.

corrente no Departamento de História da USP. Ao mesmo tempo, o tema da família vinculado às mulheres ressurge nos trabalhos recentes de Maria Helena Machado e de suas orientandas, sobre maternidade e escravidão, mas elas vão trilhando outros vieses, qual seja, o da história social e do cotidiano, tão caros àquela que entendemos como formadora, Maria Odila Leite da Silva Dias, que no início dos anos 1980 defendeu sua Livre-Docência sobre mulheres pobres em São Paulo no século XIX. Há que se lembrar que, atrelado à maternidade estava também a pesquisa de uma orientanda sua, que não chegou a ser professora, mas que deixou uma pesquisa significativa: Maria Lucia Mott, que defendeu, em 1998, seu trabalho sobre parteiras no Brasil do século XIX. Outras pesquisadoras, como Joana Pedro e Cristina Scheibe abriram novas frentes na Universidade Federal de Santa Catarina, uma vez que incorporaram a perspectiva de gênero e o feminismo, sem abandonarem os trabalhos voltados à história social. Esta guinada de gênero é muito evidente tanto nos textos que publicaram, como nos das pesquisas das pessoas que por elas foram orientadas, e ainda nas atuações institucionais, em associações, laboratórios e núcleos de pesquisa, revistas e eventos.

Para quem busca, por meio de nomes e trajetórias, perscrutar fios de uma genealogia que envolve filiações e descendências instáveis como aquelas com as quais estamos lidando, é fundamental prescindir do apego à exatidão. Trata-se de um esforço que necessariamente carrega uma dose impressionista e que fatalmente resvalará em algumas faltas. A imprecisão é o preço necessário a se pagar ao aceitarmos uma empreitada como esta, onde nada é exatamente óbvio. Se, ainda assim, conseguimos buscar algumas ligações com os exemplos que demos acima, há outros caminhos ainda menos definidos.

Um trabalho importante sobre mulheres feito no Programa de História Social da USP contou com orientações à primeira vista incompatíveis. Leila Algranti defendeu, em 1992, seu Doutorado sobre mulheres nos conventos no período colonial brasileiro, um trabalho com forte vocação para a história cultural, apesar de os procedimentos metodológicos estarem ancorados na história social, de cunho material. Seu orientador foi Fernando Novais, um historiador reconhecidamente marxista. De fato, apesar de o professor ter orientado outras pesquisas que pendiam para o cultural, a tese de Leila Algranti sobre mulheres foi uma peça única entre os trabalhos de orientandos do professor Novais, justificada, de toda ma-

neira, por estar delimitada no período colonial, estudado pelo orientador. Leila Algranti tornou-se professora da Unicamp e ligou-se ao Grupo Pagu, de estudos de gênero, orientando também alguns trabalhos significativos em história das mulheres.¹²

Ao que tudo parece mostrar, os anos 1990 foram geradores de novos trabalhos que enveredaram pelo campo de gênero (enquanto outros se mantiveram nos marcos da história das mulheres e da família). Entretanto, pessoas formadas na USP continuaram suas carreiras em outras instituições, desenvolvendo a área nesses novos locais de trabalho (destaques para as já citadas Leila Algranti, na UNICAMP; Maria Beatriz Nader, na UFES; Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe, na UFSC). Nesta mesma década e na próxima, a “oferta” de orientação na área viria a diminuir no Departamento de História da USP. Maria Odila Leite da Silva Dias passou a atuar também na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde orientou muitos trabalhos sobre história das mulheres, enquanto permaneceu no quadro de orientadores da USP, mas dividindo-se entre as duas instituições. Eni de Mesquita Samara ainda foi bastante atuante no começo dos anos 2000, ocupando cargos institucionais, como os de Diretora do Museu Paulista (2003-2007) e de Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mas veio a falecer precocemente, em 2011. Mary del Priore, que seria também uma possibilidade para a orientação de novos estudos acadêmicos sobre mulheres, optou por exonerar-se da USP no início dos anos 2000 para fazer carreira como escritora.

Um certo vazio nas possibilidades de orientação se instalava num momento de franco crescimento de demandas para estudos sobre história das mulheres e sobretudo para pesquisas em relações de gênero. Na primeira, mas sobretudo na segunda década do século XXI, as questões de gênero se espraiaram não só nas academias, mas nos movimentos sociais, propagando-se com a ajuda das redes sociais. Os desdobramentos do campo de gênero – notadamente os estudos interseccionais e os que

12. Referimo-nos aos trabalhos de Ana Paula Vosne Martins, que defendeu em 2000, sob orientação de Leila Algranti, tese sobre mulheres e medicina no século XIX. A autora ligou-se ao Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná e vem orientando bastante detidamente trabalhos sobre mulheres e gênero na história. Além dela, Algranti também orientou Luciana Mendes Gandelman, professora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e na UnB, tendo nesta primeira instituição orientado também trabalhos (de Mestrado, sobretudo) sobre gênero.

envolvem as diversidades sexuais, como as homossexualidades, as masculinidades não hegemônicas e a transgeneridade - repercutiram dentro e fora das universidades, nas marchas, nas estantes e mesas das bibliotecas, nos coletivos, nos grupos de estudos. Neste momento, sob coordenação de três professoras – além da minha, como docente da área de História da América Contemporânea, a das professoras Maria Cristina Correia Leandro Pereira, de História Medieval, e a de Antonia Terra de Calazans Fernandes, professora de Ensino de História – foi criada a disciplina Eletiva História das Relações de Gênero, que passou a ser ministrada com enfoques específicos nas áreas de cada uma das professoras. Neste mesmo momento, grupos de estudo e pesquisa passaram a ser fundados, como o Grupo de Pesquisa em Gênero e História (GRUPEGH/USP), que desde 2015 continua ativo sob minha coordenação, compartilhada com colegas e orientandas.¹³ Entre 2017 e 19 a professora Maria Cristina C. L. Pereira apoiou iniciativa de alunas do Departamento para fundar Grupo de Estudos de Arte e Gênero (GEAGÊ/USP). Em 2018, também apoiou os estudantes na formação do grupo *Plural: Expressões de Gênero e Sexualidade* (atualmente descontinuado), com espaço para discussões de textos sobre gênero e sexualidades não hegemônicas. Na sequência, em 2020, fundou o *Laboratório de Teoria, História e Imagens Cuir/Queer (LATHICQ-USP)*, do qual se mantém coordenadora, dedicado ao estudo das relações entre teoria, arte e gênero. As três docentes responsáveis pela disciplina de História das Relações de Gênero vêm orientando trabalhos em história das mulheres, gênero e feminismos, além de dedicarem-se aos seus campos originais (a História da América, a História Medieval e o Ensino de História). Os compromissos com a área original geram demandas também específicas, de forma que o esforço de concentração integral nos estudos de mulheres e de gênero nem sempre é possível. De toda maneira, a criação de canais de participação e a abertura para orientação qualificada permitem, dentro de certos limites, absorver interessadas/os/es em desenvolver pesquisas nesse escopo.

13. Marcela Boni, professora de Ensino de História na Unicamp, é atualmente Vice-Líder deste grupo, que está inscrito no Diretório de Grupos do CNPq. Participam, também, ativamente da coordenação, Julia G. Oliveira, professora da UFABC e Ana Beatriz Mauá Nunes, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da USP.

Considerações finais

Tendo percorrido esse curso, passando por trajetórias de pesquisadoras e, principalmente, por seus trabalhos de orientação, nota-se que, exceto em alguns casos particulares não parece ter sido possível manter uma concentração integral e sistemática no campo da história das mulheres, de gênero e dos feminismos por docentes do Departamento de História da USP, vinculadas/os aos Programas de Pós-Graduação em História Social e Econômica. Isso certamente advém de uma tradição em se manter a diversidade no âmbito da pesquisa, o que faz com que as orientações se voltem para temas bastante diferentes. O objetivo aqui não é realizar um balanço, nem apontar caminhos melhores ou piores. As realidades institucionais são assaz complexas e um exame mais pormenorizado demandaria outros tipos de atenção. De todo modo, é possível perceber que profissionais dedicadas ao desenvolvimento do campo e que atuam em diferentes partes do Brasil foram formadas/os na USP, por orientadoras que estiveram sob influxo dos primeiros movimentos que deram origem à tendência historiográfica da história das mulheres. O fato de essas pessoas pertencentes a diferentes gerações terem prosperado ao disseminarem os estudos em suas novas vinculações institucionais não depende, de modo algum, exclusivamente da competência da formação que receberam por meio de seus orientadores, mas principalmente de suas próprias iniciativas e compromissos com o campo. Ainda assim, a abertura e disponibilidade para se permitir que caminhos fossem trilhados se fizeram fundamentais, para além da base teórica e historiográfica que possam ter passado mais ou menos satisfatoriamente.

Também parece ser possível entender que, mesmo nos contextos em que uma dedicação mais focada se fez – e se faz – presente, há limites que esbarram em questões estruturais, como a falta de colocação a muitas pessoas capacitadas, cujas trajetórias podem tender à estagnação por falta de oportunidades de se dar sequência às pesquisas. O almejado, para esses casos, seria que alguém que concluisse o seu doutorado pudesse aceder à docência em nível superior, preferencialmente em instituição com programas de Pós-Graduação credenciados junto à CAPES. Isso é algo para o que é preciso se alertar. O empenho de abertura de canais institucionais parece ser fundamental para que uma tendência ao esquecimento das minorias sociais

e de estudiosas/os/es de temas não hegemônicos não continue marcando a história.

Referências

DAVIS, Natalie Zemon. Mulheres e o mundo dos Annales. *Topoi*, v. 25, 2024.

LIBLIK, Camen Silvia Krummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

LOBATO, Mirta Zaida. Trayectorias evanescentes e ideas de mujeres universitarias en las primeras décadas del siglo XX. La Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. *Indicios. Revista del Departamento de Historia/UBA*, n. 3, 2024.

SCOTT, Joan W. A fantasia da história feminista. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2024.

SMITH, Bonnie. Gênero&História: homens, mulheres e a prática histórica. Bauru: Edusc, 2003.

SMITH, Hilda. Women Intellectuals and Intellectual History: their paradigmatic separation. *Women 's History Review* 16:3, 2007.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, n. 54, v. 27, 2007.

TINSMAN, Heidi. A Paradigm of Our Own: Joan Scott in Latin American History. *The American Historical Review*, n. 5, v. 113, 2008.

ZILBERLEIB, Branca. *Das mulheres ao gênero: a constituição de um campo de estudos na historiografia brasileira (décadas de 1980 e 1990)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de História Social da USP, 2019.

Políticas sociales y acciones femeninas: un recorrido historiográfico posible para pensar la relación público privado. Argentina, provincia de Buenos Aires, primeras décadas del siglo XX

Yolanda de Paz Trueba

El nexo entre el Estado y los particulares de cara a la atención de necesidades sociales de amplio espectro, es un tema que, estimulado por las cuestiones del tiempo presente regresa una y otra vez al debate público cada cierto tiempo. Uno de esos momentos fue la vuelta de la democracia en Argentina en 1983, que generó un clima favorable al desarrollo de diversos campos de la historiografía nacional, entre ellos el que pensaba al Estado y su relación con la sociedad civil. Más tarde, durante la década de 1990, la implementación de políticas neoliberales que conllevó una retirada del Estado y dejó en manos privadas muchas de sus funciones, motivó la reflexión sobre las políticas sociales. Ambos factores generaron un interés en la manera en que los gobiernos se articulaban con la sociedad en el presente pero también en el pasado. En este sentido, la intersección de los siglos XIX y XX, momento de conformación de una estructura estatal de alcance nacional y de consolidación de la misma, fue objeto de observación privilegiada por parte de historiadores/as desde distintas perspectivas de análisis e intereses. Un aspecto en el que se hizo hincapié y se analizó con detenimiento fue ese Estado de inicios del siglo XX que, amparado en la lógica liberal, de un modo u otro se involucró en lo social (Suriano, 2000; 2001; Moreyra, 2009; 2017; Biernat; Ramacciotti, 2011; Lvovich; Suriano, 2006; Di Lisica; Bohoslawsky, 2005).

Las miradas de los/as historiadores /as se centró de manera privilegiada en ese contexto de confluencia de siglos, momento de grandes cambios eco-

nómicos, urbanos, culturales y sociales, testigo de una transformación tanto en la percepción de los problemas sociales como en la puesta en práctica de diversas estrategias para resolverlos. Entre ellos, y en gran parte impulsados por los avances de la Historia de las mujeres, encontraron un lugar los estudios sobre las instituciones femeninas de asistencia. La restitución de su agencia en la esfera pública permitió pensar entonces en el ejercicio de derechos más allá de la práctica del voto y en los sentidos de lo político al margen de lo partidario. La beneficencia se constituyó en una herramienta para construir ciudadanía y empoderamiento para las mujeres, mientras resolvía para el Estado argentino en todos sus niveles, problemas sociales acuciantes y en aumento, justo en el momento de mayor auge de la economía agroexportadora (Bonaudo, 2006; Dalla Corte; Piacenza, 2006; Eraso, 2009; de Paz Trueba 2010; Pita 2012; Guy, 2011; Billorou, 2010;2019; Bracamonte, 2012; 2015; 2020; Vaca, 2013; Dalla Corte, Ulloque y Vaca, 2014; de Paz Trueba; Bracamonte, 2022).

Una parte de esos estudios contribuyó a desarticular la idea tradicional de que el primer gobierno peronista (1946-1952) había introducido las políticas sociales. Se demostró que los gobiernos liberales de inicios del siglo XX habían estado animados también por cierto aire reformista y que estas ideas eran compartidas por otros agrupamientos políticos como el socialismo o el catolicismo (Zimmermann, 1995). Otros autores plantearon que incluso había que remontarse a la época colonial para ver el germen de acciones sociales (Moreno, 2000). En este mismo sentido, y en relación concreta con la asistencia, algunos trabajos han sostenido que en la década de 1930 se acrecentaron los intentos de regulación estatal de la misma, buscando perfeccionar acciones que en el período previo habían sido poco articuladas (Giménez, 2009), lo que marcaría una continuidad entre el periodo peronista y las décadas anteriores (Suriano, 2004; Ortiz Bergia, 2009). Algunas investigaciones afirman que muchas de esas obras han estado enfocadas mayormente en niños, niñas y en la maternidad (Cosse, 2005; Biernat; Ramacciotti, 2008; Ortiz Bergia, 2018; Stagno, 2020). Mi propia línea de indagación centrada en materia de infancia, sostiene que en el caso de la provincia de Buenos Aires tempranamente desde la década de 1920 es posible observar una voluntad estatal de intervenir con más énfasis en la cuestión social, aspectos en los que los roles femeninos en la

arena pública fueron determinantes para suplir ausencias estatales y cubrir demandas en constante aumento (de Paz Trueba, 2020; 2022; 2023).

Todos estos aportes abonaron cierto consenso y en resumidas cuentas podemos afirmar hoy que es preciso reparar en acciones sociales que habían partido de grupos diversos mucho antes de iniciarse cualquier intervención de tipo estatal organizada como la del primer peronismo. Esas acciones provenían mayormente de la órbita privada, y solo en ocasiones recibieron subsidios estatales. Más adelante este se limitó a regular algunas actividades pero no a gestionarlas por sí mismo. También se sacó del centro de análisis al Estado nacional, ya que muchas veces fueron los poderes provinciales y municipales los que brindaron apoyo económico (Moreyra, 2009; de Paz Trueba y Bracamonte, 2022), para dar cuenta del accionar de otros grupos y ámbitos en la gestación de un Estado social previo al Estado de bienestar de mediados del siglo XX.¹¹

Los años que van entre 1913 y 1930, fueron un tiempo de reconfiguración de las formas de asistencia tanto privadas como estatales, cuando se tornaron evidentes en la provincia de Buenos Aires, los signos de una marcada crisis económica y social que se incrementó con las consecuencias de la Primera Guerra Mundial sobre una economía conectada al mundo como la argentina. En ese contexto las demandas al Estado fueron en aumento y se diversificaron. Fue así que si bien la década de 1930 habría mostrado un mayor intervencionismo estatal a través de la creación de instituciones que buscaban tener alcance nacional, muchas de esas acciones se gestaron en la década de 1920, al menos en lo propositivo. Estos años deben ser abordados de manera específica ya que muestran mutaciones en la manera de entender la responsabilidad social del Estado, simultáneamente a la insistencia en la necesidad de sostener la alianza estratégica con las instituciones de la sociedad civil, que posibilitaba hacer uso de sus estructuras instaladas desde hacía décadas.

A través de estas acciones desarrolladas por particulares y solo en ocasiones y de manera irregular subvencionadas por el Estado en sus di-

1. En los primeros momentos, la mayoría de los estudios recalaban en la ciudad de Buenos Aires haciendo lecturas en clave nacional de fenómenos que en ocasiones no iban más allá de sus límites. Posteriormente, el análisis de realidades provinciales diferentes y aun de ciudades distantes de la capital del país, aportaron complejidad al panorama inicial de investigaciones como se detallará en las páginas siguientes.

versos niveles, un colectivo social heterogéneo integrado por huérfanos, abandonados, ancianos, mendigos o simplemente hijos e hijas de familias trabajadoras, desplegaron una serie de demandas cuya resolución quedó en manos de instituciones de beneficencia. Aunque estas organizaciones recibían ciertos apoyos económicos estatales, por su inestabilidad dependían fuertemente de los aportes privados. No obstante esto, afirmamos que se trató de un tipo de política social en la que el rol del Estado quedaba reducido a hacer uso de un andamiaje previo y en funcionamiento. Este estaba compuesto por una diversidad de organizaciones que tuvieron gran capacidad para adaptarse a los cambios de las demandas y necesidades tanto de viejos colectivos de asistidos (los mendigos o niños huérfanos), como a otros más nuevos formados por los escolares pobres o los ancianos (de Paz Trueba, 2024; 2025).

Atendiendo a lo mencionado antes, este capítulo busca ofrecer un análisis en clave historiográfica de los aportes de investigaciones que se han nutrido de variados campos como la Historia de las mujeres pero también la de las instituciones y el Estado. Buscamos restaurar la trayectoria histórica que estos trabajos iluminan a la hora de calibrar la relación entre política pública y privada en relación a la asistencia de los más pobres.²²

En un primer momento el capítulo transita por las voces de algunas agrupaciones femeninas y/o feministas que repararon en la cuestión social y en la problemática de las mujeres, la maternidad y el trabajo en ese contexto de fines del siglo XIX e inicios del siglo XX. Luego ofrece un recorrido por las diversas perspectivas de análisis (algunas más tradicionales y otras renovadas) que han realizado variados aportes para la reconstrucción de ese contexto y las formas de intervención asistencial desplegadas.

Feminismo y filantropía: coincidencias, diferencias y alternativas para concebir la asistencia en los inicios del siglo XX

Desde fines del siglo XIX eran identificables en Argentina distintas agrupaciones femeninas que de un modo u otro, y a pesar de sus mu-

2. Deseo destacar que el trabajo ofrece un itinerario que da cuenta de un gran número de trabajos y líneas de investigación, pero que no está exento de omitir la mención de otros que también han realizado aportes. Cuestiones de espacio y organización del capítulo me han llevado a optar por este camino, como uno entre otros posibles.

chas divergencias, confluían en la defensa de los derechos de las mujeres. Filántropas y feministas son un buen ejemplo de esto (Guy, 2011). Su interés y preocupación por la infancia y las mujeres, promovió encuentros americanos que legitimaron esos reclamos, y los pusieron en la agenda de los poderes públicos. En general, mientras que las filántropas (y muchos funcionarios varones con ellas) creían en la utilidad de las instituciones de socorro infantil existentes, las feministas se oponían a ellas, y bregaban por leyes que favorecieran a las mujeres para que no recurrieran al abandono de sus hijos e hijas en asilos.

Sus coincidencias las llevaron a congregarse en 1900 en el Consejo Nacional de la Mujer por medio de una alianza entre miembros de la elite que desarrollaban tareas de beneficencia y mujeres universitarias y profesionales que no tenían poder político y económico como las otras, pero eran portadoras de toda una batería de ideas acerca de cómo aliviar las condiciones de existencia de sus congéneres. En ese momento, el propósito era nuclear a todas las organizaciones femeninas del país más allá de las diferencias y “El Consejo fue así la primera experiencia de alianzas políticas entre grupos muy diversos de mujeres argentinas[...].” (Vassallo, 2000, p. 177). Esta unión fue efímera y se rompió definitivamente en 1910, cuando se retiró de él la Asociación de Universitarias Argentinas, que entre otras cosas defendía el sufragio femenino y no acordaba con el matiz católico que tenía el Consejo.

Sin embargo, este proyecto se diferenció de otros grupos como el de las anarquistas, más revolucionarias. Estas, ubicadas al margen de la institución antes mencionada, fueron las más combativas, no creían en el Estado, ni en la Iglesia ni en el matrimonio. Tampoco en una reforma del Código Civil para obtener libertades porque renegaban de la ley burguesa.

Las anarquistas se reivindicaron como las portadoras de “la voz de la mujer” a través de un periódico con este mismo nombre en el que hacían notar no solo la explotación femenina en razón de su clase, sino también del género. Ya desde el siglo XIX había publicaciones que proponían un mayor acceso a la educación para las mujeres, o la igualdad ante la ley. Pero las anarquistas fueron más allá y prevenían sobre la doble explotación de estas: en las fábricas como trabajadoras, pero también en el hogar como madres y esposas (Martínez Prado, 2015; Fernández Cordero, 2017). Con la misma virulencia se oponían también a sus compañeros que tildaban de

“falsos anarquistas” porque no las acompañaban en sus peticiones. Ellas creían que las diferencias de clase quedaban subsumidas en las de género: la explotación de las mujeres por parte del hombre las igualaba con las demás mujeres. No creían en la libertad que el voto podía darles porque en definitiva lo que las esclavizaba era el matrimonio y sus tareas dentro del hogar.

La Voz de la Mujer, surgido en 1896 fue el medio de prensa que les dio voz aunque tuvo vida efímera y sus seguidoras fueron escasas dada su radicalidad. Pero lograron con sus pronunciamientos demarcar fronteras con otras propuestas del período: “...el discurso de las anarquistas tuvo su incidencia en la configuración de lo que ya empezaba a reconocerse como un “movimiento feminista” (Martínez Prado, 2015, p. 79).

Las socialistas por su parte, denunciaron tempranamente los abusos cometidos sobre las mujeres trabajadoras, y también fueron pioneras en el reclamo por el sufragio femenino. Pero entre ellas también había diferencias y mientras que para unas era prioritario obtener el voto, para otras la lucha por la supresión de las desigualdades de clase debía ponerse por delante. Entre las dirigentes más prominentes se contaban Alicia Moreau, Carolina Muzzilli, las hermanas Cherkoff, Elvira y Ernestina López, Raquel Massini, etc.

Lo cierto es que y más allá de la experiencia del Consejo, no todas las mujeres del momento se reconocían como feministas y aun no todas las que se decían feministas, abogaban por derechos políticos. Muchas solo querían derechos civiles. Como ha señalado Marcela Nari (2004), el feminismo tenía sentidos diversos para unas y otras. En 1900, se podía encontrar a católicas refiriéndose a cierto feminismo cristiano, que debían delimitarse de los feminismos socialistas y revolucionarios. Martínez Prado (2015) ha señalado que sobre los feminismos argentinos pesaban a inicios del siglo una serie de disputas por su significado. Incluso es posible pensar en una competencia entre las mujeres del Consejo Nacional de la Mujer por una parte y las socialistas por otra, ya que ambos sectores consideraban que la problemática de las obreras y sus hijos era de su injerencia y en consecuencia presentaron en paralelo propuestas a la legislatura (Vignoli, 2022).

En síntesis, hacia 1900 en Argentina había varios caminos políticos que podían emprender las mujeres que desearan defender sus derechos como bien ha descrito detalladamente Dora Barrancos (2007). Dado que

como planteó Marcela Nari (2004), desde fines del siglo XIX e inicios del XX, entendían que era la organización la que las iba a liberar, las feministas comenzaron a organizar instituciones propias, autónomas o dentro de otras mayores (Valobra, 2018). Aunque muchas fueron fugaces, en ocasiones el impacto no fue despreciable, ya que pusieron sus reivindicaciones en locución y el feminismo se constituyó como una cuestión de la época y trascendió su propio entorno.

La Historia de las mujeres tuvo un rol protagónico al momento de poner sobre el tapete las acciones de los feminismos argentinos de principios del siglo XX. En pos de dar visibilidad a sus acciones, una serie de trabajos ya clásicos repararon en las feministas y entre ellas especialmente las socialistas y sus preocupaciones en torno al mundo de las trabajadoras (Feijóo, 1980; Barrancos, 2002; 2007; Vassallo, 2000; Eiros, 1990; Lobato, 2007; Queirolo, 2006; Halperin, 2000; Becerra, 2009). Otros abordajes centraron más su mirada en movimientos como comunismo y anarquismo (Barrancos, 1989) o sobre feminismo y su vínculo con el maternalismo (Nari, 2004). Todas estas pesquisas se posicionan desde la Historia de las mujeres y en sus primeras manifestaciones estudiaron a las socialistas y el mundo del trabajo, así como la relación más o menos problemática con otras corrientes relacionadas con el mundo de los trabajadores y las demandas esgrimidas por las agrupaciones de mujeres del momento. En cambio los trabajos que analizan el nexo entre filántropas y feministas lo han hecho en relación a sus enfrentamientos y divergencias y en general se las presenta como contrapuestas (Vassallo, 2000; Vignoli, 2019). Una excepción podrían ser trabajos que abordan a las socialistas muchas de las cuales eran también feministas y sufragistas, e insistieron en reformas de tipo social amplio (Lavrin, 2005).

Cierto es que el feminismo del Consejo fue moderado, no se enfrentó al poder ni se proclamó sufragista. Se alinearon mujeres de distintas tendencias detrás del objetivo amplio de la elevación de las mujeres especialmente a través de la educación, lo que les permitiría ser mejores madres y esposas. Es lo que Vassallo (2000) caracteriza como la prefiguración de un feminismo de la diferencia. Más adelante, la heterogeneidad de posturas de las mujeres que lo formaban llevó a su división como ya señalamos. No obstante estas definiciones, lo cierto es que en 1900, el Consejo y el estudio de esta experiencia (Vignoli, 2019) es lo más cercano que podemos

encontrar entre feminismo y filantropía, en ese momento en que, femenino y feminismo, eran casi sinónimos, producto de lo que como postula Vassallo (2000), era una indefinición de lo que feminismo representaba en este contexto.

Si bien como ha sostenido Karen Mead (2000), no se puede buscar feministas entre las mujeres de la beneficencia, sí tuvieron una voz que se alzó por la defensa de algunos derechos de las mujeres, como el del trabajo en condiciones dignas. Aunque tenía que ver con la idea de trabajo para los pobres, entrenar a las huérfanas en el desempeño de diversas labores para que se sostuvieran cuando llegaran a la mayoría de edad y la manera de concebir el trabajo para mujeres pobres, fue un modo también de pronunciarse por cierta autonomía femenina. Si bien este planteo encierra contradicciones, la autora nos previene sobre cómo la historiografía ha pasado por alto estos matices al recuperar a las matronas de la elite.

En síntesis, conservadoras o no, todas ellas tuvieron una voz fuerte en los debates sobre la condición femenina a fines del siglo XIX e inicios del XX.

Sobre la voluntad estatal y la acción particular: algunos abordajes historiográficos sobre el Estado, las mujeres y las instituciones.

Estos pronunciamientos de agrupaciones femeninas y feministas, se daban sobre situaciones que afectaba a las mujeres pero que no pueden ser analizadas al margen de otras preocupaciones contemporáneas y que la historiografía identifica de manera amplia como “cuestión social”, y a la que Suriano (2000) definió como los desajustes políticos, económicos y morales producto del proceso de modernización que es identificable en Argentina desde 1860 y cuyos efectos se agravaron hacia fines del siglo a causa de la crisis económica de 1890.

Como señalé al inicio de este capítulo, ese es el momento en que diversos estudios han reparado, cuando ante la amplitud de las problemáticas, comenzaron a oírse las primeras voces (no solo femeninas) que reclamaban al Estado liberal algún tipo de intervención. Ese contexto de intersección entre dos siglos, ha sido objeto de gran atención por parte de historiadores/as en Argentina, estudios que en mayor o menor medida se

han desarrollado entre los años 1990 y 2000 y cuyo foco de interés se ha centrado principalmente en la cuestión social y diversos aspectos vinculados a ella. La criminalidad, las condiciones urbanas, la vivienda, la salud pública y especialmente los cambios en el movimiento obrero y los problemas que este ocasionaba, fueron objeto de las primeras investigaciones y de debates diversos.

Dos líneas interpretativas insoslayables son las representadas por los trabajos de Eduardo Zimmermann (1995) y Juan Suriano (2000). El primero de ellos, afirmó que la cuestión social produjo transformaciones en las elites intelectuales y políticas argentinas, permitiendo que surgiera una corriente liberal reformista de distintas ascendencias ideológicas (radical, católica, socialista, conservadora). Esa elite habría sido fundamental para influir en el surgimiento desde el Estado de formas institucionales de intervención sobre los males sociales. Suriano en cambio, puso en primer plano el papel de las demandas de la clase obrera en el diseño de políticas sociales por parte del Estado, y advirtió sobre la necesidad de observar los matices dentro del grupo reformista a la hora de proponer cambios: había así distintos intereses de base entre católicos y liberales pero coincidían en la búsqueda de bienestar obrero.

Sin embargo, debemos remarcar que esas políticas sociales tuvieron que ver casi exclusivamente con dos cuestiones específicas: la salubridad de las ciudades y la regulación de los conflictos laborales. El resto de intervenciones sobre la pobreza, salud, infancia, maternidad etc., quedaron hasta entrado el siglo XX en manos privadas y/o religiosas, como una multiplicidad de trabajos sobre asistencia e instituciones, en gran medida estimuladas por los avances en la historia de las mujeres y los estudios de género, han demostrado (de Paz Trueba, 2010; 2020; 2022; 2023; 2024; Bracamonte, 2012; 2023; Pita, 2012; Aversa 2015; Bonaudo, 2006; Dalla Corte; Piacenza 2006, Moreyra 2009, entre otros). Es decir que ese contexto fue propicio también en un segundo momento para el análisis de las intervenciones institucionales particulares sobre la pobreza, las desigualdades, el abandono de niños/as, etc., como veremos más adelante

De acuerdo con Suriano (2001) el ámbito del trabajo fue el primero en ser percibido como pasible de ser intervenido por parte del Estado. Las voces de los médicos higienistas, muchos de los cuales fueron consolidándose como profesionales y ganando lugares como funcionarios (González

Leandri, 1999), reclamaron la presencia del Estado por ejemplo en cuestiones de salubridad o hacinamiento, a raíz de las epidemias que desde fines del siglo XIX azotaron grandes conglomerados urbanos como Buenos Aires y Rosario. Lo mismo puede decirse sobre las condiciones de vida obrera y su uso del ocio y la preocupación por la moralidad, ya que el despliegue de ideologías como el anarquismo o el socialismo se consideraban peligrosos para el orden social (Lobato, 1996; Lvovich; Suriano, 2006). Luego de esto, la concepción liberal del Estado, era una limitante para concebir intervenciones de mayor alcance, por ejemplo sobre la pobreza, algo que hasta mediados del siglo XX fue dejado en manos de instituciones filantrópicas o de caridad.

Estos primeros estudios sobre la cuestión social de inicios del siglo XX se han visto en los últimos años complejizados por abordajes que recuperan otras aristas. En este sentido adquieren relevancia aquellos trabajos que examinan las políticas sociales atendiendo a las agencias, los funcionarios y cuerpos técnicos y los saberes de los que disponían para llevar adelante la gestión del Estado día a día. Es decir buscan comprender las condiciones bajo las cuales los agentes estatales, puestos en el centro del debate, desempeñaban sus tareas observando tanto sus capacidades como sus limitantes para ello (Neiburg y Plotkin, 2004; Bohoslavsky y Soprano, 2010; Plotkin; Zimmermann, 2012; Lobato; Suriano, 2014; Salvatore, 2016; Portelli, 2017; Cerdá y de Paz Trueba, 2022).

En el contexto de fines del siglo XIX, la Iglesia católica se constituyó en un actor con voz fuerte para expresarse sobre la cuestión social. En un movimiento que excede Argentina, para ubicarse a escala global, desde la publicación de la encíclica *Rerum Novarum* de 1891, la Iglesia se mostró preocupada ante el avance del socialismo y del anarquismo, y buscó la manera de interceder para aplacar los efectos adversos de la lucha de clases (Martín, 2020). Los llamados católicos sociales, promovieron así la sanción de una legislación destinada a la protección de los obreros, e intervenciones sobre el mundo del trabajo para no dejar a los sectores populares expuestos a las ideologías obreras que crecían al calor de los problemas del mundo laboral sobre todo de talleres e industrias en desarrollo y expansión. A través de esa encíclica

[...] el viejo lazo que unía al catolicismo con las prácticas de caridad pretendía de algún modo *aggiornarse*, dar cuenta de que circunstancias sociales novedosas obligaban a encontrar nuevas respuestas...al problema de los desheredados (Castelfranco y Amuchastegui, 2016, p. 9).

Fue mutando sus maneras de concebir esa ayuda (la caridad debía también atender a la reforma) y se amplió el rango de actores sociales que eran pasibles de ser ayudados, incluyendo a los sectores obreros en sus preocupaciones y acciones (Moreyra, 2017).

Es por ello que la Iglesia que había sido un actor central desde época colonial en la asistencia a las necesidades, continuó siéndolo. Pero una lectura atenta a continuidades y desplazamientos, debe alertarnos sobre la necesidad de no hacer lecturas excesivamente lineales sobre ese accionar. En el caso específico de la infancia de una amplia región de la provincia de Buenos Aires, objeto de mi propio interés, mientras que el gobierno provincial procuraba una mayor intervención sobre la situación social de los menores de edad pobres y ensayó tempranamente la instalación de una institución de asilo y reforma en la ciudad de La Plata, capital de la provincia, en los niveles locales la asistencia de los sectores católicos se amplió y adaptó a nuevas demandas en los años 1920. En este sentido, los escolares pobres, los hijos de familias trabajadoras que no requerían de asilo pero sí asistencia para su educación o los ancianos desvalidos, aparecen entre los colectivos de socorridos ampliando así su rango de acción donde solo parecían tener cabida hasta ese entonces, los niños y niñas huérfanos o abandonados, los mendigos o los delincuentes reales o potenciales (de Paz Trueba, 2020; 2022; 2024).

En síntesis, y a partir de la diversidad de investigaciones mencionadas y otras, es posible afirmar que hubo diversos aspectos en los que el Estado liberal de fines del siglo XIX se vio compelido a intervenir para regular desigualdades y sobre todo situaciones de conflicto social. Sin embargo dentro de esas primeras décadas del siglo XX es posible advertir cambios y continuidades, pequeños desplazamientos que de modo sintético podemos señalar como de modernización en las ideas sobre la asistencia, donde el control debía dejar paso también a la prevención y a la integración de amplios sectores sociales. Hacia 1920 es posible afirmar que funcionarios del Estado sostenían ya ideas acerca de la necesidad de una mayor intervención

estatal sobre campos hasta entonces liderados por las asociaciones particulares (muchas de ellas religiosas o vinculadas a la Iglesia Católica) como fueron las que enfocaron sus tareas en las infancias. No obstante esto, las elites morales femeninas siguieron siendo mayormente las que canalizaron esas acciones sociales (de Paz Trueba, 2025). El Estado solo intervino de manera directa en la legislación y regulación primero del mundo del trabajo y más tarde con algún tipo de control sobre las asociaciones que, de todos modos, continuaron teniendo amplio margen de gestión, acción y decisión (de Paz Trueba, 2020; de Paz Trueba y Bracamonte, 2022; Tossounian, 2015; Moreyra, 2017). Todo lo cual se vio más marcado en localidades del interior como las de la provincia de Buenos Aires, donde la mano del Estado llegaba solo a través de subvenciones esporádicas e inestables (de Paz Trueba, 2022 y 2023).

Cuestión social e intervenciones: aproximaciones renovadas para un viejo problema

Como se evidencia en las investigaciones mencionadas antes, sus abordajes se relacionan estrechamente con el vínculo entre sociedad, Estado, las cuestiones sociales y las maneras de atenderlas. Es allí donde ese interés por el Estado y lo social, se intersecta con las instituciones de la sociedad civil que atendieron a una diversidad de demandas para las que éste no tenía una estructura capaz de sostenerlas.

Como ha estudiado Beatriz Moreyra para el caso de la provincia de Córdoba (2009; 2017 entre otros), pero que puede extenderse con matices a otras zonas del país, entre 1890 y 1930, se desarrolló un modelo mixto de atención de necesidades donde organizaciones particulares y el Estado (y en gran medida los Estados municipales), atendieron las carencias de los más pobres (Moreyra, 2009; de Paz Trueba y Bracamonte, 2022).

Ese estudio de las instituciones estuvo centrada en un primer momento en la función de control social y moralización que estas desarrollaron (Ciafardo, 1990). Estos abordajes se concentraron en las actividades de las benefactoras y no atendieron a los asistidos, dando por descontada una acción exitosa de disciplinamiento social. Uno de los mayores cuestionamientos que recibió este modelo fue justamente esa idea de que las institu-

ciones benéficas (y otras) salieron airoas en su labor disciplinaria y que sus alcances sobre aquellos en los que enfocaron sus acciones, fueron efectivos (Di Liscia y Bohoslawsky, 2005). Desarrollos posteriores de la historiografía de la asistencia, llevaron a recuperar otras aristas. Uno de los primeros aspectos a mencionar es que de aquellos estudios de corte netamente institucional y disciplinador, se ha pasado a atender a las resistencias y mecanismos de negociación desarrollados por los asistidos. Se deben recuperar los procesos de apropiación u oposición de los grupos de socorridos respecto de las prácticas destinadas a disciplinarlos o a suplir sus carencias, aun cuando se tratara de una relación asimétrica y jerárquica (Moreyra, 2016; de Paz Trueba y Bracamonte, 2020; de Paz Trueba, 2017; 2018; Billorou, 2019; Bracamonte, 2019; Cerda, 2019; Aversa, 2019).

Al mismo tiempo, si los primeros desarrollos estuvieron centrados en la ciudad de Buenos Aires y, en particular en el estudio de la Sociedad de Beneficencia de la Capital, el estudio de espacios geográficos alejados de los centros productores de discursos ha permitido iluminar otros ángulos de la asistencia y de la relación entre los particulares y otras instancias estatales, en especial el rol jugado por los poderes municipales. En los años 2000 proliferaron trabajos que abordaban otras realidades espaciales y diversas instituciones del interior del país que se encargaron a niveles provinciales y locales de la atención de las necesidades (Moreyra, 2009; de Paz Trueba, 2010; Dalla Corte y Piacenza, 2006; Ulloque, 2011; Delgado, 2011; Dalla Corte, Ulloque; Vaca, 2013; Eraso, 2009; Ortiz Bergia, 2009).

También cabe que señalemos algunas derivas que los estudios sobre la pobreza y el asistencialismo han tenido en los últimos años. En primer lugar, se ha desarrollado todo un campo de investigaciones que repara en las infancias. Este colectivo recibió desde los inicios del siglo XX una gran atención por parte de legisladores, intelectuales, funcionarios, pedagogos, juristas y estuvieron en boca de la opinión pública diversas cuestiones y problemáticas que le atañían. Hace ya varios años que este campo de estudios está en plena expansión y varios trabajos se refieren a su institucionalización, a su educación, a las intervenciones sobre las formas familiares de cara a cuidar a los futuros ciudadanos de la nación, etc. con una diversidad de abordajes e intereses que abonan la temática desde distintas aproximaciones (Lionetti, 2007; Lionetti y Míguez, 2010; Cosse, Llobet, Villalta y Zapiola, 2011; Aversa, 2015; Allemandi, 2017; Lionetti, Cosse y Zapiola,

2018; Zapiola, 2019; Moretti, 2018; Moreyra y Moretti, 2019; Remedi, 2017 y 2019; de Paz Trueba, 2017; 2018; 2019; 2020; 2023; Freidenraij, 2020; Stagno, 2020).

Finalmente, si como planteamos al inicio, las coyunturas han tenido gran parte de responsabilidad en una vuelta de la mirada al pasado, la pobreza, la asistencia, la necesidad de un Estado más presente, las discusiones sobre su conveniencia o no, regresaron a la escena tras la pandemia de COVID 2019. En este sentido, alcanzó auge en este contexto,³³ una perspectiva de abordaje que puede aportarnos pistas para pensar en esas relaciones entre lo público y lo privado tal como este capítulo propone: la dimensión del cuidado.⁴⁴ Una vez más, la historia de las mujeres y la mirada de género han sido centrales para estimular estas reflexiones.

En este punto debemos retomar algunas de las ideas del primer apartado. A inicios del siglo XX, las mujeres de diversas agrupaciones motivadas por la defensa de sus derechos, denunciaron situaciones que entendían como desigualdades. En particular las anarquistas argentinas de *La Voz de la Mujer*, se pronunciaron a favor de la liberación de las mujeres lo que consideraban que no podría conseguirse si solo se lo relacionaba con el mundo del trabajo o la obtención del sufragio sino también con el hogar y el amor (Fernández Cordero, 2017). Una mirada que denotaba mayor amplitud que la esgrimida por sus compañeras locales así como por las feministas europeas de clases medias que bregaron por conseguir el voto como herramienta para modificar su situación.

Casi contemporáneamente pero sobre todo desde inicios del siglo XX, las socialistas argentinas con el ojo puesto en los derechos de las mujeres trabajadoras, advirtieron también que acceder al mercado de trabajo sin de-

3. Aunque su origen se remonta más atrás en el tiempo, ya que estos temas fueron objeto de discusión de las académicas feministas desde las décadas de 1960 y 1970 (que incluyó lecturas críticas desde el propio marxismo como las de Larguía y Dumoulin (1976) o Silvia Federici (2018). Sus estudios han alertado sobre la importancia social y el valor económico que las tareas domésticas y de cuidado al interior del hogar tienen, así como sobre su desigual distribución entre varones y mujeres.

4. Si bien no es tema que desarrollemos en este capítulo, en los últimos años la perspectiva del cuidado está siendo utilizada en una nutrida producción académica para estudiar temas vinculados con la profesionalización de algunas ocupaciones como la enfermería y las visitadoras sociales, entre otras. La pandemia de Covid 19 acrecentó las preocupaciones en esta clave y las investigaciones desde esta perspectiva. Entre otros: Ramacciotti, 2023; Ramacciotti y Testa, 2021; Martín, Queirolo y Ramacciotti, 2019.

jar de lado las cargas domésticas conllevaba implícita una desigualdad al tener que conciliar trabajo fuera del hogar con tareas domésticas y de cuidado. Así, las oportunidades laborales se diluían ante esta disyuntiva. Como ha señalado Graciela Queirolo (2019, p. 50), tanto Carolina Muzzili como Gabriela Laperrieri de Coni, reclamaron ciertas intervenciones en pos de conciliar trabajo con esto que hoy llamamos cuidado: “¿Cómo podía una trabajadora compatibilizar atención maternal con dedicación laboral?”. Más tarde, Josefina Marpons, también representante socialista llamaba la atención sobre el peso de las tareas domésticas que recaían sobre las mujeres de clase trabajadora. Las soluciones en estos casos rondaban al reclamo de un Estado más presente, fuera a través de la creación de instituciones que permitieran a las mujeres conciliar ambas labores,⁵⁵ o por medio de la sanción de una legislación que se hiciera eco del problema.

La pregunta que debemos hacernos es cómo se resolvieron esos dilemas. Para el caso que nos interesa plantear aquí, la perspectiva histórica nos proporciona claves para pensar el modo en que esos cuidados fueron organizados en una sociedad como la argentina de las primeras décadas del siglo XX cuando el capitalismo estaba en sus etapas iniciales, y las tareas domésticas y de cuidados dentro del hogar no formaban parte de las preocupaciones de los sectores reformistas que en ese mismo momento discutían propuestas sobre la cuestión social. No obstante y como hemos señalado antes extensamente, investigaciones varias han demostrado que las asociaciones de la sociedad civil respaldaron esas carencias.

Si bien históricamente la familia se ha definido y ha actuado como cuidadora, los aportes pioneros de la crítica feminista al pensamiento económico en los años 1960 y 1970, como otros más recientes que analizan la relación entre los procesos sociales de producción y reproducción desde la óptica del cuidado, han sido centrales para advertir que “[...] la forma en la cual se definen responsabilidades de cuidado entre sectores y entre personas excede ampliamente el mundo de las negociaciones interpersonales, y

5. Como el establecimiento de comedores que ofrecieran almuerzo y cena a todos los integrantes de una familia trabajadora, eliminando así esta tarea del ámbito doméstico. También proponía la creación de instituciones que albergaran a la prole de las trabajadoras para que ellas pudieran dejarlas bajo el cuidado de otras personas como salas cunas para los niños de entre 0 y 24 meses, de jardines de infantes para los pequeños que no podían concurrir a la escuela primaria y de colonias de vacaciones para el verano. Se trata de emprendimientos inspirados en instituciones europeas (Queirolo, 2019, p. 53).

requiere ser explorada en su dimensión institucional y política” (Esquivel, Faur y Jelin, 2012, p. 13). Si la producción capitalista era central para la economía estas voces se alzaron para denunciar que no lo era menos la reproducción que se llevaba adelante de manera menos visible al no producir (en apariencia) un valor para el mercado.

En síntesis, la lógica del cuidado nos alerta sobre la necesidad de pensar la atención de necesidades de la población como un mecanismo de articulación entre el mercado, el Estado y la familia. Esta dimensión de análisis abre un espectro más amplio que obliga a trascender la esfera privada y a recalibrar las maneras en que distintas instituciones y organismos intervienen hoy y lo han hecho en el pasado, en la provisión de bienestar. Como ha señalado Queirolo (2019), el aporte de la historia nos permite pensar en temas como la inequidad en el acceso al trabajo y la explotación del capitalismo sobre las mujeres en un largo plazo, como temas que dan cuenta de continuidades de larga data y deudas pendientes. Al mismo tiempo, también entendemos que el estudio de las necesidades de los sectores más pauperizados y la provisión de cuidados puede y debe ser analizada desde un punto de vista que incorpore la pobreza en general, no solo las carencias de las mujeres trabajadoras y a las asociaciones de beneficencia de las mujeres de las elites como parte de esa red de contención que podía asistirles brindando para ello parte de su tiempo privado y doméstico (Murillo, 1996).

A modo de cierre

Como afirma Beatriz Moreyra, las preguntas sobre el presente, el aumento de las desigualdades actuales, la pobreza, etc. han llevado a repensar los modelos de asistencia social de inicios de siglo XX:

[...] la renovación de las temáticas y las problemáticas de los historiadores jamás nace en abstracto, sino que responde a una alquimia compleja que asocia la agudeza de las cuestiones contemporáneas, la relación de la historia con las ciencias sociales y las nuevas humanidades y las demandas específicas del campo disciplinar” (Moreyra, 2017, p. 17).

Esa renovación de la historiografía en relación al estudio de los sistemas de asistencia a fines del siglo XIX e inicios del XX, permite afirmar

con cierto grado de certeza la existencia de un modelo de atención a las necesidades sociales en el que se amalgamaban elementos y recursos públicos y privados que fueron mostrando hasta mediados del siglo XX un desplazamiento en las maneras de entender las formas de intervenir y el rol del Estado y los particulares en ello. También, aunque con variaciones regionales, se ha observado una importante persistencia del accionar femenino en esas intervenciones.

Más allá de las inquietudes que la llamada cuestión social recibió a fines del siglo XIX e inicios del XX, el Estado argentino no se destacó por la organización de instituciones que pertenecieran a su órbita, situación aún más acuciante si desplazamos la mirada desde la ciudad de Buenos Aires, capital del país y en la que repararon en un primer momento la mayoría de las investigaciones e intervenciones, hacia otros espacios provinciales. En el caso específico del interior de la provincia de Buenos Aires en que se detienen mis propias pesquisas, este patrón se corrobora aun en el marco de una política provincial que en la década de 1920 comenzó a dar visos de mayores cuotas de injerencia. En este mismo contexto, el laicado femenino renovó su protagonismo y se adaptó a los nuevos tiempos de la mano de una Iglesia muy atenta también a los requerimientos de lo social, algo que excede el contexto nacional (de Paz Trueba, 2022).

Ahora bien, como hemos señalado, esos consensos se han ido construyendo a la par de la renovación de perspectivas de análisis e intereses de diversos campos de la historiografía. Si los estudios del Estado, sus elencos de funcionarios y las instituciones no fue menor, la Historia de las mujeres y el abordaje de género hicieron gran parte. También en los últimos años ha cobrado centralidad la óptica del cuidado que si no es nueva, nos brinda herramientas alternativas para pensar en las cuestiones centrales sobre las que gira este capítulo.

La manera en que se han ido configurando las políticas sociales a lo largo de la historia es mucho más que una descripción de las formas de atención de las demandas y necesidades emanadas de los sectores más pobres o relegados de la sociedad. Los estudios largamente detallados a lo largo del capítulo, nos permiten aseverar que las acciones de las organizaciones de la sociedad civil, configuraron un sistema de atención de necesidades funcionales al Estado y por ende jugaron un rol político y público. La perspectiva del cuidado avala esta afirmación y nos permite además profundizar en ello

para pensar no solo en la centralidad de la agencia femenina, sino en la persistencia de las desigualdades por motivos de género.

Como planteamos siguiendo a Esquivel, Faur y Jelin (2012), la dimensión del cuidado introduce la necesidad de tener en cuenta su costado político e institucional antes que solo lo relativo a la organización familiar. Hay actividades socialmente necesarias que requieren de otras instituciones para ser garantizadas y el ámbito doméstico y la organización de la familia, no pueden ser estudiadas solamente desde la lógica del mercado. Auxiliada por esta mirada, es posible afirmar en estas páginas que el entramado institucional de inicios del siglo XX, dio espesura a la atención de ciertas necesidades sociales que el Estado argentino no tomó en sus manos hasta muy entrado el siglo.

Este punto intersecta directamente con las mujeres y su rol de cuidadoras, antes y ahora, tanto de sus propias familias como, en algunos casos, también de las de otros. Esto nos devuelve a la necesidad de pensar en los sistemas de respuestas a las demandas sociales como parte de un tejido institucional público y privado donde el análisis del rol femenino hoy cobra nuevamente relevancia. Antes, algunas mujeres de las elites pudieron hacer uso de su papel socialmente asignado y culturalmente construido para tornarse sujetos políticamente influyentes aun sin el ejercicio del voto (o a pesar de esto). Hoy ya con ese derecho ampliamente extendido y sin discusión alguna, las desigualdades en materia de distribución de las responsabilidades de cuidado persisten, inclinando la balanza notablemente del lado de las mujeres, pero sobre todo de las más pobres. Habrá que esperar para ver qué otras herramientas teóricas nos aportan los estudios de género para pasar de la reflexión a una sociedad en efecto más igualitaria.

Referencias

ALLEMANDI, Cecilia. *Sirvientes, nodrizas*. Una historia del servicio doméstico en la ciudad de Buenos Aires (fines del siglo XIX y principios del XX), Buenos Aires. Bs. As.: Teseo- Universidad de San Andrés, 2017.

AVERSA, María Marta. *Un mundo de gente menuda*. El trabajo infantil tutelado, ciudad de Buenos Aires, 1870-1920. Tesis de Doctorado inédita, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2015.

AVERSA, María Marta. La vida en el Asilo. La tutela de la infancia pobre en la ciudad de Buenos Aires, primeras décadas del siglo XX. En Yolanda de Paz Trueba (Comp.). *Infancia, pobreza y asistencia*. Argentina, primera mitad del siglo XX. Rosario: Prohistoria, 2019, p. 35-55.

BARRANCOS, Dora. *Anarquismo, educación y costumbres en la Argentina de principios de siglo*. Bs.As.: Contrapunto, 1989.

BARRANCOS, Dora. *Inclusión/Exclusión. Historia con mujeres*. Bs. As.; FCE, 2002.

BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad Argentina*. Una historia de cinco siglos. Bs.As.: Sudamericana, 2007.

BECERRA, Marina. Marxismo y feminismo en el primer socialismo argentino. Enrique del Valle Iberlucea. Rosario: Prohistoria, 2009.

BIERNAT Carolina y RAMACCIOTTI, Karina. La tutela estatal de la madre y el niño en la Argentina: estructuras administrativas, legislación y cuadros técnicos (1936-1955). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.2, n.15, p. 331-351, 2008.

BIERNAT Carolina y RAMACCIOTTI, Karina. La protección a la maternidad de las trabajadoras en Argentina. Aspectos legales y administrativos. Primera mitad del siglo XX *Historia, Ciências Saude - Manguinhos*, Río de Janeiro, vol. 18, p. 153-178, 2011.

BILLOROU, María José. Los comedores escolares en el Interior argentino (1930-1940). Discursos, prácticas e instituciones para el apoyo a los escolares necesitados. En Lucía Lionetti y Daniel Míguez (Comps.). *Las infancias en la historia argentina*. Intersecciones entre prácticas, discursos e instituciones (1890-1960). Rosario: Prohistoria, 2010, p. 155-173.

BILLOROU, María José. Maestros y vecinos en pos del bienestar de la niñez. Las asociaciones cooperadoras escolares en el territorio pampeano (1930-1943). En Yolanda de Paz Trueba (Comp.). *Infancia, pobreza y asis-*

tencia. Argentina, primera mitad del siglo XX. Rosario: Prohistoria, 2019, p. 81- 97.

BOHOSLAVSKY, Ernesto y SOPRANO, Germán (eds.). *Un Estado con rostro humano*. Funcionarios e instituciones estatales en Argentina desde 1880 a la actualidad. Buenos Aires: Prometeo-Universidad Nacional de General Sarmiento, 2010.

BONAUDO, Marta. Cuando las tuteladas tutelan y participan. La Sociedad Damas de Caridad (1869-1894). *Signos Históricos* n. 15, p-70-97, 2006.

BRACAMONTE, Lucía. Mujeres benefactoras en el sudoeste bonaerense argentino: el caso del Patronato de la Infancia de Bahía Blanca, 1906-1931. *Historelo*, v. 4, n. 7, p. 48-84, 2012.

BRACAMONTE Lucía. Mujeres y beneficencia: representaciones de género en la prensa católica de Bahía Blanca durante las tres primeras décadas del siglo XX. *Cultura y Religión*, Santiago de Chile, v. IX, p. 83 – 99, 2015.

BRACAMONTE, Lucía. “Damas” y asistencia social: las comisiones de cooperadoras salesianas en Bahía Blanca durante la década de 1920. En Mabel Cernadas, María de las Nieves Agesta y Juliana López Pascual (Coords.). *Amalgama y distinción*. Culturas políticas y sociabilidades en Bahía Blanca. Bahía Blanca: EdiUNS, 2017. p. 37-66.

BRACAMONTE, Lucía. Estudiar con asistencia estatal: solicitudes de becas en Bahía Blanca durante la década de 1920. En Yolanda de Paz Trueba (Comp.). *Infancia, pobreza y asistencia*. Argentina, primera mitad del siglo XX. Rosario: Prohistoria, 2019, p. 99-120.

BRACAMONTE Lucía. Mujeres y asistencia en Bahía Blanca: la perspectiva estatal (1918-1920). *PolHis*, v. 26, p. 93 – 122, 2020.

BRACAMONTE, Lucía. Maternidad y asistencia: formación religiosa de hijos e hijas de cooperadoras salesianas (Buenos Aires, 1900-1930). *Signos Históricos*, v. 18, p. 259-289, 2023.

CASTELFRANCO, Diego y AMUCHASTEGUI, María Mercedes (Coords.). Introducción al dossier El catolicismo y la cuestión social en Argentina y España, entre fines del siglo XIX y mediados del siglo XX. *Itinerantes Revista de Historia y religión*, UNSTA, n.6, p. 5-13, 2016.

CERDÁ, Juan Manuel y DE PAZ TRUEBA, Yolanda. ¿Quiénes cuidan a los niños? Entre competencias deseadas y posibilidades. Las instituciones para niños y jóvenes en las provincias de Buenos Aires y Mendoza en los años 20. *Estudios Sociales del Estado*, v. 8, n15, p. 34-63, 2022.

CERDÁ, Juan Manuel. Vida cotidiana en el reformatorio de Mendoza a finales de la década de 1920. En Yolanda de Paz Trueba (Comp.). *Infancia, pobreza y asistencia. Argentina, primera mitad del siglo XX*. Rosario: Prohistoria, 2019, p. 57-80.

CIAFARDO, Eduardo. Las damas de beneficencia y la participación social de la mujer en la ciudad de Buenos Aires, 1880-1920. *Anuario del IEHS*, n. 5, p. 161-170, 1990.

COSSE, Isabela. La infancia en los años treinta. *Todo es Historia*, n. 37, p. 48-57, 2005.

COSSE, Isabella, LLOBET, Valeria, VILLALTA, Carla y ZAPIOLA, María Carolina. *Infancias: políticas y saberes en la Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Teseo, 2011.

DALLA-CORTE CABALLERO, Gabriela y PIACENZA, Paola. *A las puertas del Hogar: madres, niños y Damas de Caridad en el Hogar del Huérfano de Rosario (1870-1920)*. Rosario: Prohistoria, 2006.

DALLA CORTE, Gabriela, ULLOQUE Marcelo y VACA, Rosana. *La mano que da. 160 años de la Sociedad de Beneficencia de Rosario*. Rosario: Prohistoria, 2014.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda y BRACAMONTE, Lucía. Mujeres que piden: estrategias y concepciones de lo público y lo privado en un contexto de crisis. La provincia de Buenos Aires entre 1913 y 1920. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 77, n.1, p. 25-53, 2020.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda y BRACAMONTE, Lucía. Los pobres y la pobreza en las agendas municipales: acciones y discusiones en el centro y sur de la provincia de Buenos Aires entre 1913 y 1920. *Revista Páginas UNR*, v. 14, n. 34, l, p. 1-21, 2022.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda. *Mujeres y esfera pública: la campaña bonaerense entre 1880 y 1910*. Rosario: Prohistoria, 2010.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda. Familias pobres y Defensores de Menores en el centro de la provincia de Buenos Aires. Formas de intervención en la transición al siglo XX. *Revista Historia*, Caribe, Universidad del Atlántico, Colombia, v. 12, n. 31, p. 229-257, 2017.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda. Crecer fuera de casa. Madres y niños ante la pobreza en la campaña bonaerense Boletín Americanista, Universidad de Barcelona, n. 76, p. 199-214, 2018.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda. Mujeres católicas y Estado en torno a la pobreza y la infancia: viejas y nuevas intervenciones en la provincia de Buenos Aires, 1913-1926. *Anuario Digital*, n.33, p. 1-22, 2020.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda. Voluntades provinciales, instituciones locales: los menores de edad en la intersección. Provincia de Buenos Aires, años 20. *Avances del Cesor*, v. 19, n. 27, p. 1-20, 2022.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda. Entre lo bueno y lo impropio. El Patronato de Menores de la provincia de Buenos Aires y su política de asistencia en los años 20. *Trashumante*, n. 21, p. 100-120, 2023.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda. *Las benefactoras, las maestras y las infancias trabajadoras: una combinación posible para la asistencia*. Provincia de Buenos Aires, década de 1920 XIV Jornadas de Investigadores en Historia del Centro de Estudios Históricos (CEHIS), Universidad Nacional de Mar del Plata, 10, 11 y 12 de abril de 2024.

DE PAZ TRUEBA, Yolanda. Pedir y agradecer. Las mujeres y la escritura de notas como estrategia asistencial. *Revista Descentrada*, 2025, e251. ISSN 2545-7284. <https://doi.org/10.24215/25457284e251>

DE PAZ TRUEBA, Yolanda. Los menores de edad y la asistencia social en la legislatura durante la gobernación de José Luis Cantilo. Provincia de Buenos Aires, 1922-1926. *Revista Quinto Sol*, vol. 29, n. 3, septiembre-diciembre, 2025. ISSN 1851-2879, p. 1-19 <http://dx.doi.org/10.19137/qs.v29i3.8410>

DELGADO, Susana. *La gracia disciplinada. Detrás de los muros del Asilo Unzué*. Mar del Plata, 1912-1955. Bs. As.: Biblos, 2011.

DI LISCIA, María Silvia y BOHSLAVKY, Ernesto (Eds.). (2005). *Instituciones y formas de control, social en América Latina, 1840-1940*. Una revisión. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

DI LISCIA, María Silvia y SOPRANO, Germán (Eds.). *Burocracias estatales. Problemas, enfoques y estudios de caso en la Argentina (entre fines del siglo XIX y XX)*. Rosario: Prohistoria-Ed. UNLPam, 2017.

EIROS, Nélica. Mujer y trabajo, una perspectiva historiográfica. *Anuario del IEHS*. n. 5, p. 221-233, 1990.

ERASO, Yolanda. Maternalismo, religión y asistencia: la Sociedad de Señoras de San Vicente de Paul en Córdoba, Argentina. En Yolanda Eraso (Comp.). *Mujeres y asistencia social en Latinoamérica, siglos XIX y XX*. Argentina, Colombia, México, Perú y Uruguay. Córdoba: Alción editora, 2009, p. 199-239.

ESQUIVEL, Valeria, FAUR, Eleonora y JELIN Elizabeth (Eds.). *Las lógicas del cuidado infantil entre las familias, el Estado y el mercado*. Bs. As.: IDES, 2012.

FEDERICI, Silvia. Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018 [2012].

FEIJOO, María del Carmen. *Las feministas*. Bs.As.: CEAL, 1980.

FERNÁNDEZ CORDERO, Laura. *Amor y anarquismo*. Experiencias pioneras que pensaron y ejercieron la libertad sexual. Bs.As.: siglo XXI, 2017.

FREIDENRAIJ, Claudia. *La niñez desviada*. La tutela estatal en niños pobres, Huérfanos y delincuentes. Buenos Aires, 1890-1919, Buenos Aires: Biblos, 2020.

GIMÉNEZ, Paola Emilce. *Estado, cuestión social e infancia*: El Patronato Nacional de Menores (1931-1944) Segundas Jornadas Nacionales de Historia Social, La Falda, Córdoba, Argentina, 13 al 15 de mayo de 2009.

GONZÁLEZ LEANDRI, Ricardo. *Curar, persuadir, gobernar*: la construcción histórica de la profesión médica en Buenos Aires, 1852-1886. Madrid: Csic, 1999.

GUY, Donna. *Las mujeres y la construcción del Estado de Bienestar*. Caridad y creación de derechos en Argentina. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

HALPERIN, Paula. Mi mamá me mima. Mujeres, médicas y socialistas en Unión y Labor. En Omar Acha y Paula Halperin (Comps.). *Cuerpos, géneros e identidades*. Estudios de Historia de género en Argentina. Bs. As.: Ediciones el Signo, 2000, p. 105-133.

LARGUÍA, Isabel y DUMOULIN, John. *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*, Barcelona. Anagrama, 1976.

LAVRIN Asunción. *Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay, 1890-1940*. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2005.

LIONETTI, Lucía. *La misión política de la escuela pública*. Formar a los ciudadanos de la república (1870-1916). Bs. As.: Miño y Dávila, 2007.

LIONETTI, Lucía y MIGUEZ, Daniel (Comps.). *Las infancias en la historia Argentina*. Intersecciones entre prácticas, discursos e instituciones (1890- 1960). Rosario: Prohistoria, 2010.

LIONETTI, Lucía, COSSE, Isabella y ZAPIOLA, María Carolina (Comps.). *La historia de las infancias en América Latina*. Tandil: IGEHCS/ Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018.

LOBATO, Mirta (ed.). *Política, médicos y enfermedades*. Bs. As., Biblos/ UNMdP, 1996.

LOBATO, Mirta. *Historia de las trabajadoras en la Argentina (1869- 1960)*. Buenos Aires: EDHASA, 2007.

LOBATO, Mirta y SURIANO, Juan (Comps.). *La sociedad del trabajo Las instituciones laborales en la Argentina (1900-1955)*. Buenos Aires: Edhasa, 2014.

LVOVICH, Daniel y SURIANO, Juan (eds.). (2006). *Las políticas sociales en perspectiva histórica. Argentina, 1870-1952*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

MADDALENA, Pablo. Reflexiones sobre el estudio de las políticas de protección social en la Argentina de la primera mitad del siglo XX. *Estudios Sociales del Estado*, v. 1, n.1, p. 121-138, 2015.

MARTÍN, María Pía. *Los católicos y la cuestión obrera*. Entre Rosario y Buenos Aires (1892-1919). Bs. As.: Imago Mundi, 2020.

MARTIN, Ana Laura, QUEIROLO, Graciela y RAMACCIOTTI, Karina Inés. *Mujeres, saberes y profesiones*. Un recorrido desde las Ciencias Sociales. Argentina, siglo XX. Bs. As., Biblos, 2019.

MARTÍNEZ PRADO, Natalia. La emergencia del feminismo en la Argentina: un análisis de las tramas discursivas a comienzos del siglo XX. *Estudios Feministas*, v. 23, n. 1, p. 71-97, 2015.

MEAD, Karen. La mujer argentina y la política de ricos y pobres al fin del siglo XIX. En Omar Acha y Paula Halperin (Comps.). *Cuerpos, géneros e identidades*. *Estudios de Historia de género en Argentina*. Bs. As.: Ediciones el Signo, 2000, p. 29-59.

MORENO, José Luis. *La política social antes de la política social*. Bs. As.: Prometeo, 2000.

MORETTI, Nicolás. Infancia y desigualdad en la pedagogía social salesiana (Córdoba, Argentina) a comienzos del siglo XX. *Folia Histórica del Nordeste*, n. 33, p. 137-159, 2018.

MOREYRA, Beatriz y MORETTI, Nicolás. Asistencialismo y desigualdad social: una relación persistente en la modernidad liberal. En Yolanda de Paz Trueba (Comp.). *Infancia, pobreza y asistencia*. Argentina, primera mitad del siglo XX. Rosario: Prohistoria, 2019, p. 17-33.

MOREYRA, Beatriz. *Cuestión social y políticas sociales en la Argentina*. La modernidad periférica: Córdoba, 1900-1930. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2009.

MOREYRA, Beatriz. *Los “asistidos” como grupo social en los espacios asistenciales en Córdoba (Argentina) 1900-1930: la conformación de una identidad*. Delaware review of Latin American Studies, v.17, n.2, p. 1-12, 2016.

MOREYRA, Beatriz. Modelo asistencial e historiografía en Argentina en la modernidad liberal. *Quinto Sol*, v. 21, n. 3, p. 1-25, 2017.

MOREYRA, Beatriz. Estado y Sociedad civil en la construcción del campo social en Córdoba (Argentina), 1900-1930: asistencialismo y desigualdad social. *Folia Histórica del Nordeste*, n.33, p. 113-135, 2018.

MURILLO, Soledad. *El mito de la vida privada*. De la entrega al tiempo propio. Madrid: Siglo XXI, 1996.

NARI, Marcela. *Políticas de maternidad y maternalismo político*. Bs. As.: Biblos, 2004.

NEIBURG, Federico y PLOTKIN Mariano Ben (comps.). *Intelectuales y expertos*. La constitución del conocimiento social en Argentina. Buenos Aires: Paidós, 2004.

ORTIZ BERGIA, María José. *De Caridades y Derechos*. La construcción de políticas sociales en el interior argentino. Córdoba (1930-1943). Córdoba: CEH, 2009.

ORTIZ BERGIA, María José. La salud pública en transformación. La estructuración de políticas sanitarias en Córdoba-Argentina, 1930-1943. *ASCLEPIO*, Madrid, v. 64, p. 121 – 146, 2012.

ORTIZ BERGIA, María José. El Estado en el interior nacional. Aproximaciones historiográficas a un objeto en constante revisión. *Estudios Sociales del Estado*, v.1 n.1 59-85, 2015.

ORTIZ BERGIA, María José. El oficio de hacer el Estado. Burocracia y políticas de minoridad, Córdoba 1926-1955. *Anuario IEHS*, v. 33, n. 1, p. 39-60, 2018.

ORTIZ BERGIA, María José. Enfermos pobres: Clasificaciones estatales, diferenciación social y acceso al bienestar en los años treinta (Córdoba-Argentina). *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, p. 86 – 108, 2021.

PALERMO, Silvana y SILVA, Jeremías. Expertos, burocracias y política de masas en Argentina. *Estudios Sociales del Estado*, 2(3), 6-21., 2016

PITA, Valeria. *La Casa de las Locas*. Una historia social del Hospital de Mujeres Dementes, Buenos Aires, 1852-1890. Rosario: Prohistoria, 2012.

PLOTKIN, Mariano Ben y ZIMMERMANN, Eduardo (Comps.). *Los saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

PORTELLI, María Belén. Catolicismo y reforma social en la Argentina a comienzos del siglo XX. Una mirada desde el pensamiento y la obra de Arturo M. Bas. Trashumante. *Revista Americana de Historia Social*, n. 9, p. 52 – 77, 2017.

QUEIROLO Graciela. Mujeres que trabajan: una revisión hidrográfica del trabajo femenino en la ciudad de Buenos Aires (1890-1940). *Nuevo Topo*. *Revista de Historia y Pensamiento* n. 3, p. 29-49, 2006.

QUEIROLO, Graciela. El cuidado en la historia: nuevos análisis para un antiguo problema. En Gabriela Nelba Guerrero, Karina Ramacciotti y Marcela Zangaro (Comps.). *Los derroteros del cuidado*. Bernal: UNQUI, 2019, p. 45-58.

RAMACCIOTTI, Karina Inés. Estudiar, cuidar y reclamar: la enfermería argentina durante la pandemia de covid-19, Bs. As., *Biblos*, 2023.

RAMACCIOTTI, Karina Inés y TESTA, Daniela. Reflexiones sobre los cuidados sanitarios ante situaciones críticas en Argentina. En Yolanda de Paz Trueba, Olga Echeverría, Lucía Lionetti y Silvana Gómez (Coords.). *Volver al después del contagio*. Las post epidemias argentinas de la colonia a nuestros días. CLACSO-FCH, 2021, p. 315-348.

REMEDI, Fernando. Pululan por nuestras calles infinidad de menesterosos. Miradas y concepciones sobre la mendicidad. Córdoba (Argentina), en el tránsito del siglo XIX al XX. *Historia 396*, v.2 n.7, p. 507-535, 2017.

REMEDI, Fernando. Miradas sobre la mendicidad infantil en la ciudad de Córdoba en las primeras décadas del siglo XX. *Revista Páginas*, n. 27, p. 1-23, 2019.

SALVATORE, Ricardo. Burocracias expertas y exitosas en Argentina: los casos de educación primaria y salud pública (1870-1930). *Estudios Sociales del Estado*, v. 2, n. 3, 2016, p. 22-64.

STAGNO, Leandro. *La configuración de la juventud como un problema: Delitos y vida cotidiana de varones jóvenes provenientes de los sectores populares (La Plata, 1938- 1942)*. Tesis de doctorado inédita, Universidad Nacional de La Plata, 2020.

SURIANO, Juan. *La cuestión social*. Buenos Aires: La Colmena, 2000.

SURIANO, Juan. La cuestión social y el complejo proceso de construcción inicial de las políticas sociales en la Argentina moderna. *Ciclos*, n. 21, p. 123-147, 2001.

SURIANO, Juan. Los historiadores y el proceso de construcción del Estado social. En Julián Bertranou, Juan Manuel Palacio y Germán Serrano (Comps.). *En el país del no me acuerdo*. Bs. As.: Prometeo, 2004.

TOSSOUNIAN, Cecilia. Las Asociaciones Femeninas y la Emergencia de un Estado Social: La Protección a la Maternidad y a la Infancia (Buenos Aires 1920-1940). *Estudios Sociales del Estado*, n.1, v. 2, p. 58-93, 2015.

ULLOQUE, Marcelo. *Asilar a las niñas*. La construcción de un espacio de género (Rosario, 1935-1955). Rosario: Prohistoria, 2011.

VACA, Rosana. *Las reglas de la caridad*. Las Damas de Caridad de San Vicente de Paul, Bs.As., 1866-1910. Rosario: Prohistoria, 2013.

VALOBRA, Adriana. *Ciudadanía política de las mujeres en Argentina*. Mar del Plata: Eudem, 2018.

VASSALLO, Alejandra. Entre el feminismo y la negociación. Los feminismos argentinos en los inicios del Concejo Nacional de Mujeres (1900-1910). En Fernanda Gil Lozano, Valeria Silvina Pita y María Gabriela Ini (Dirs). *Historia de las Mujeres en Argentina*. Bs. As.: Taurus, 2000, Tomo 2, p. 176-195.

VIGNOLI, Marcela. La circulación y resignificación del feminismo en la Argentina de fin-de-siglo a través de su proceso de integración al International Council of Women (1899-1910). *Journal of International Women Studies*, v. 20, n. 8, p. 5-17, 2019.

VIGNOLI, Marcela. Ley y no limosna. Un proyecto de protección a la maternidad del Consejo Nacional de la Mujer en Argentina (1902-1908). *Anuario IEHS*, v. 37, n.2, p. 59-78, 2022.

ZAPIOLA, Carolina. *Excluidos de la niñez*. Menores tutela, estatal e instituciones de reforma. Buenos Aires, 1890-1930. Buenos Aires: UNGS, 2019.

ZIMMERMANN, Eduardo. *Los liberales reformistas*. La cuestión social en la Argentina 1890-1916. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.

Políticas de gênero e Forças Armadas na América Latina: resistências e mudanças

Cristian Daniel Valdivieso Ojeda

Joyce Miranda Leão Martins

Cloves Luiz Pereira Oliveira

Introdução

A presença de mulheres nas Forças Armadas é ainda pequena em diversos países da América Latina, o que dificulta a normalização da presença feminina e a eliminação de preconceitos não somente nessas instituições como em outras esferas da sociedade. O Chile é considerado líder regional em iniciativas que promovem a igualdade de gênero. E a presença de cerca de 20% de mulheres nas forças armadas, seguido da Argentina com 17,1%. No polo oposto, Equador, Colômbia, Brasil, claudicam com menos de 10% distribuídas entre as corporações do Exército, marinha e Aeronáutica, respectivamente: 4%; 4,5%; 8,5%. Com efeito, historicamente, em várias partes do mundo, as forças armadas tem oscilado entre proibição total à participação feminina nos seus quadros até a admissão com algumas restrições em determinadas áreas e funções.

Frequentemente, alegava-se que a “fisiologia feminina” poderia comprometer o desempenho militar em operações de combate, dependendo do ambiente, além de colocar em risco as tarefas reprodutivas ontológicas das mulheres, como serem mães e guardiãs últimas das pátrias. Seja por parirem os soldados e os enviarem para as batalhas, seja por apoiarem os esforços de guerra, cuidando dos feridos, mantendo as famílias na ausência dos maridos e filhos, seja engrossando os chãos das fábricas e oficinas para manter a economia. Esse significado pode ser encontrado em diversos contextos

históricos nos quatro continentes, onde as mulheres desempenharam um papel fundamental no suporte as Forças Armadas e na manutenção da sociedade, como atesta a literatura de estudos feministas que registra desde a sumária exclusão até os tetos de vidro (Bjerk, 2008; Orichio, 2012; Silva, 2007; Takahashi, 2002).

Este texto analisa a inclusão das mulheres nas Forças Armadas do Equador, destacando os desafios e avanços relacionados às políticas de gênero implementadas no contexto da Constituição de 2008, que estabeleceu o Equador como um Estado plurinacional e intercultural. O estudo foca na primeira política de gênero para as Forças Armadas, publicada em 2013, e examina como essa política aborda a equidade de gênero, a diversidade e a interculturalidade. Localizada no campo de estudos de Relações Internacionais, valendo-se da abordagem interdisciplinar para examinar as dinâmicas de gênero no âmbito das Forças Armadas na América Latina. A pesquisa mostra que a política de gênero representou um passo importante na democratização das Forças Armadas equatoriana, mas ainda há lacunas a serem superadas para alcançar uma inclusão efetiva e intercultural.

Nosso esforço é mostrar como os tabus sobre ingresso e participação das mulheres nas instituições das Forças Armadas derivam da ideologia patriarcal de que o serviço militar é um espaço masculino, a despeito do fato de que as funções militares se transformaram em áreas como saúde, logística e artilharia. A luta por maior representatividade feminina nas Forças Armadas é fundamental para a construção de um ambiente mais inclusivo e para a valorização do potencial de todas as pessoas. A política de gênero representou um passo importante na democratização das Forças Armadas, mas ainda há lacunas a serem superadas para alcançar uma inclusão efetiva e intercultural.

Nosso objetivo é agregar diferentes realidades de pesquisa e de construção de espaços de interlocução acadêmica desse campo de estudos, bem como da sua relação com as políticas públicas, com os movimentos sociais e os diferentes feminismos latinoamericanos. Assim, esperamos contar com sua contribuição a respeito da construção de um campo de conhecimentos; dos desafios que vivemos para superar conflitos nos espaços institucionais e na sociedade; das reflexões sobre os diferentes processos de expansão do campo de estudos de gênero e, sobretudo, de como foi

possível contribuir para produzir instituições democráticas e inclusivas a partir das perspectivas feministas.

O Equador se consolidou, desde a Constituição de 2008, como um Estado plurinacional e intercultural. Catherine Walsh (2005) afirma que a interculturalidade se diferencia da multiculturalidade e da pluriculturalidade por se referir a um processo de diálogo e inclusão cultural-social de saberes e realidades, visando dar visibilidade aos sujeitos que se encontram à margem do Estado de direito. Para Walsh (2009), o Equador deu um passo relevante na inclusão de visões de mundo ancestrais da composição social e étnica do país. Entre esses ‘outros’ excluídos, encontram-se populações indígenas, afrodescendentes e, principalmente, mulheres pertencentes a esses grupos. Resta saber se os princípios da interculturalidade conseguiram remodelar uma das instituições mais fundamentais do Estado Moderno no Equador: as Forças Armadas.

Tendo como base a nova Constituição, o governo do economista Rafael Correa Delgado, presidente da República de 2007 a 2017, colocou em prática um projeto político denominado “Revolução Cidadã”, em que foi promovido o Plano Nacional para o Bem Viver (PNBV), diretriz de governo com 12 Objetivos Nacionais. Entre eles, encontramos a promoção da “igualdade”, a “unidade na diversidade”, a “convivência fraterna, solidária e cooperativa”, o fortalecimento do “Estado democrático, pluralista e laico”, entre outras medidas associadas à justiça social, participação cidadã, liberdade e democracia (Equador, 2009, p. 6).

O Bem Viver é a tradução do kichwa *Sumak Kawsay*, define-se como: a “vida em plenitude [...] em excelência material e espiritual [...] no equilíbrio interno e externo de uma comunidade” (Macas, 2010, p. 14). A introdução do Bem Viver na Constituição de 2008 trouxe consigo a ampliação do paradigma antropocêntrico jurídico liberal, pois concede direitos à natureza (Hernández, 2017, p. 28) e determina a busca por “nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o bem viver, o *sumak kawsay*” (Equador, 2008, p. 15).

O governo de Rafael Correa promoveu políticas públicas voltadas à inclusão dos ‘outros’ e formou gabinete com sete dos 17 ministérios sob comando feminino. Nesse contexto, as mulheres deram um salto significativo em termos de representação parlamentar, de 25% em 2006, eleitas para o então Congresso Nacional, passaram para 34,6% na Assembleia

Constituinte, em 2007. Entre 2013 e 2017, o número de deputadas manteve-se na ordem de 38% (CNE, 2020; Tellería, 2009, p. 37). No mesmo período, três mulheres ocuparam presidência, primeira e segunda vice-presidência do Parlamento, “algo que nunca havia ocorrido” (Cárdenas, 2019, p. 83).

Este artigo analisa as políticas dirigidas à inclusão feminina em um espaço reconhecidamente masculino, as Forças Armadas, reprodutoras de um *ethos* próprio, em que a figura do homem encarna a imagem do soldado e uma masculinidade hegemônica e militarizada. Argumentamos que a presença feminina exige medidas que não apenas promovam a equidade de gênero, mas também um Estado diferente, em que a mulher não seja o outro do indivíduo liberal, mas agente que traz novas perspectivas aos espaços de poder, construindo novo horizonte de direitos.

Duas perguntas orientam este trabalho: de que formas as mulheres são contempladas na política de gênero para as Forças Armadas? Qual é a concepção de gênero que esses documentos adotam? Nosso recorte empírico é a primeira política de gênero para as Forças Armadas do Equador, publicada em 8 de março de 2013. Até 2025, o Equador publicou um total de cinco documentos que contêm a chamada Política de Defesa Nacional. Esses documentos foram produzidos entre 2002 e 2018. Os livros brancos de 2002, 2006 e 2018 não mencionam as mulheres ou o fazem parcialmente (Valdivieso, 2023). Entretanto, a Agenda Política de Defesa, de 2014-2017, passa a incluí-las de modo amplo devido à Política de Gênero de 2013.

Para isso, estabelecemos distinções entre três termos: mulher, sexo e gênero. Utilizaremos a categoria mulheres, no plural, para identificar de que formas elas são contempladas na política de gênero, levando em conta a perspectiva interseccional (Crenshaw, 1989, Mendoza, 2021). Mulher constitui uma categoria empírica que nos permitirá examinar a narrativa do texto. Já os termos sexo e gênero costumam ser empregados como sinônimos, embora tenham significados distintos. Sexo se refere à carga genética dos indivíduos, que são biologicamente classificados como homens ou mulheres (Costa; Sélis; Soares, 2009, p. 207-208). Gênero deve ser compreendido como a construção social das normas e comportamentos atribuídos aos indivíduos, determinadas por um sistema binário masculi-

no-feminino (Runyan; Peterson, 2014, p. 2), mas que vai além deste, pois gênero é também uma categoria relacional (Scott, 2018, [1986]).

A pesquisa é conduzida por um estudo da narrativa, diretamente ligada à existência do discurso, que se manifesta por meio da palavra escrita, oral ou por símbolos que disputam significados no campo simbólico e ideológico (Brandão, 2012, p. 9). O discurso possui sujeito, visão de mundo e historicidade. Também pode ser compreendido como “a palavra em movimento” (Orlandi, 2012, p. 15), ou seja, não há significados fixos e estáticos entre significado e significante, pois essas estruturas operam dentro de uma lógica de poder.

2. Mulheres equatorianas rumo às Forças Armadas

¡Cobardes...hombres nacidos para la servidumbre! ¿De qué tenéis miedo...? ¡No hay tiempo que perder...!

(Manuela Cañizares, 1809).

As Forças Armadas, instituição central na formação do Estado-nação equatoriano, passaram por mudanças relacionadas à emergência da globalização. Com a Constituição do Equador de 2008, muitas das iniciativas até então paralisadas encontraram o canal adequado para se materializar em políticas que resultaram na inclusão das mulheres nos corpos militares. O processo de inserção esteve longe de ser bem-sucedido durante os primeiros anos de implementação dos novos regulamentos estabelecidos pelas escolas militares, pois a entrada das mulheres foi vista como uma ameaça ao *status quo* militar.

Chacón evidencia que não houve entrada contínua de mulheres na instituição entre 1956 e 1999. Pelo contrário, as convocatórias ocorreram esporadicamente e, em muitos casos, do total de ingressantes, poucas conseguiram concluir sua instrução. A autora argumenta que “talvez isso tenha obedecido à falta de políticas públicas, padrões culturais machistas enraizados, cultura organizacional e gestão para enfrentar as mudanças socioculturais” (Chacón, 2014, p. 111). Deve-se também considerar o elemento maternidade, usado como obstáculo para a acomodação das mulheres nos quartéis em diversos países (Carreiras, 1995).

O processo de inserção das mulheres na vida militar é fruto de uma série de fatores sociais, culturais, econômicos e tecnológicos. Helena Carreiras argumenta que na Europa o processo ocorreu a partir das demandas sociais sobre a atuação das mulheres no mercado de trabalho, a equalização de oportunidades em relação aos homens, o impacto tecnológico na vida militar e devido às dificuldades do recrutamento masculino (Carreiras, 1995, p. 105). A autora acrescenta ainda o “fator II Guerra Mundial” como canalizador da atuação feminina nas instituições militares, cujo efeito se fortaleceu nas décadas de 1960 e 1970.

No Equador, e na América Latina, a inserção das mulheres ocorreu apenas no final do século XX. Lezlie Shackell, ex-oficial do Exército dos Estados Unidos, relata que sucessivas visitas à academia de West Point permitiram que autoridades militares equatorianas convivessem em ambiente no qual as mulheres experimentavam maior aceitação.

Desde a década de 1990, ou até antes, oficiais, suboficiais e tropas equatorianas coordenaram com e trabalharam ao lado de oficiais femininas designadas a embaixadas no Equador ou que participaram de intercâmbios e eventos nacionais e regionais, como os exercícios de treinamento médico (MEDRETE, pela sigla em inglês), Manutenção da Paz (PKO South), Caminhos Fortes e Novos Horizontes, além de centenas de intercâmbios de menor escala (Shackell, 2009).

Essa interação tinha como objetivo a modernização institucional e doutrinária das forças militares. A Academia de Guerra do Exército equatoriano e a ESMIL realizaram estudos para modernizar as tropas. Arquivos da escola confirmam que se “elaborou e apresentou, em 1996, o estudo de estado maior, no qual se recomenda a entrada de mulheres como cadetes na Escola Superior Militar Eloy Alfaro” (ESMIL, 2012, p. 143).

O general Luis Hernández, diretor da ESMIL durante o processo de incorporação das primeiras mulheres em 1999, relata que as autoridades da Direção de Educação do Exército retomaram o estudo da Academia de Guerra do Exército de 1996. Após a conclusão do processo, definiram que dever-se-ia: a. Autorizar a entrada de cadetes mulheres para armas de apoio de serviços e apoio de armas de combate; b. Aplicar processo de seleção de acordo com o perfil a ser desempenhado segundo o regulamento; c. Convidar instrutoras mulheres para capacitar as oficiais equatorianas; d. Desenvolver uma “campanha psicológica” para informar sobre a impor-

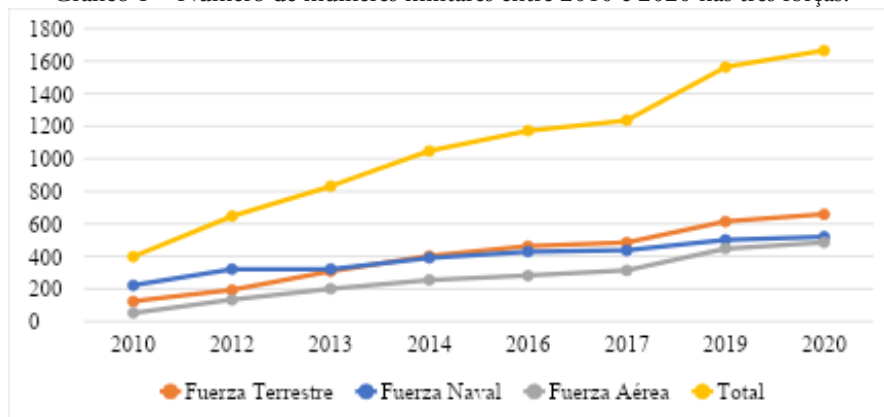
tância do processo em toda a instituição; e. Adequar o ambiente físico nas instalações; f. Incorporar experiências de países vizinhos para estabelecer as regulamentações administrativas da nova realidade (Hernández, 2004, p. 242–243). No entanto, identificavam-se resistências, pois a “idiosincrasia social não estava preparada para assumir desafios e preencher espaços que correspondiam exclusivamente aos homens” (ESMIL, 2012, p. 143).

Hernández menciona que a entrada das mulheres ocorreu em outubro de 1999. Em julho de 2000, os altos mandos ordenaram uma “investigação sobre a entrada de cadetes mulheres na Escola Militar” (Hernández, 2004, p. 245). O general Hernández relata que a ordem teve um propósito específico: “terminar com o recrutamento de cadetes mulheres” (Hernández, 2004, p. 257).

A investigação teve efeitos diretos, restringindo o acesso feminino apenas a componentes de serviço e não de combate. Adicionalmente, “o recrutamento de mulheres foi suspenso por um tempo” (Shackell, 2009, p. 61). A isso se somavam obstáculos derivados do próprio processo, principalmente em relação à infraestrutura e doutrina. Hernández sofreu consequências diretas e teve de recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) contra a República do Equador para exigir seu ascenso a general de brigada como lhe era devido. No documento, “afirmou que se tratava, na verdade, de uma represália contra o senhor Hernández Peñaherrera por impulsionar a entrada de mulheres oficiais de armas na força terrestre” (CIDH, 2018, p. 1).

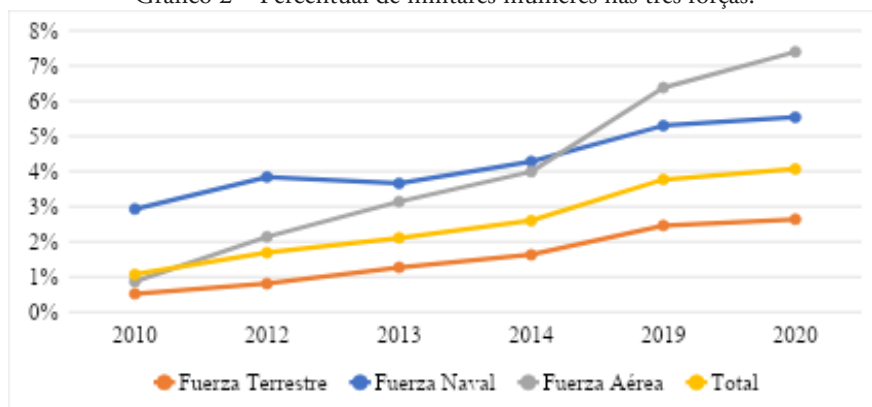
Apesar dos obstáculos, a inserção seguiu seu caminho e se tornou um processo irreversível no âmbito militar, abrindo cada vez mais portas a cadetes que se incorporam nas diversas escolas militares. Além da ESMIL, as forças Naval e Aérea contam com seus respectivos institutos: a Escola Superior Naval “Comandante Rafael Morán Valverde” e a Escola Superior Militar de Aviação “Cosme Rennella Barbato”. Vale destacar que, em 2020, o universo populacional das forças militares equatorianas era de 40.918 efetivos, sendo 1.665 mulheres. A seguir, apresentamos a participação feminina em números.

Gráfico 1 – Número de mulheres militares entre 2010 e 2020 nas três forças.



Fonte: Valdivieso (2023)

Gráfico 2 – Percentual de militares mulheres nas três forças.



Fonte: Valdivieso (2023)

Os Gráficos 1 e 2 mostram tendência geral de aumento da participação das mulheres. O contingente médio do Exército é de 24.000 militares, na Marinha é de 8.900, e na Força Aérea é de 6.400. O Gráfico 2 revela que, proporcionalmente, a força que mais incorpora mulheres é a aérea (7,40%), seguida pela naval (5,54%) e, depois, pela terrestre (2,64%). Em relação ao total de pessoal feminino nas Forças Armadas, observa-se um salto de 1,07% para 4,07% no decênio de 2010-2020. Também é notória a semelhança entre as linhas do total e da Força Terrestre. Isso indica que, ao existir superioridade numérica do pessoal militar masculino e feminino

no Exército, a tendência é que o total de mulheres se assemelhe ao número de mulheres ingressantes nesta força.

3 Políticas de gênero para a defesa

A entrada das mulheres nas Forças Armadas impactou a realidade institucional e exigiu a elaboração de políticas públicas para garantir sua incorporação com base em critérios de respeito às garantias constitucionais. No artigo 6, a Constituição determina que “[...] todas as equatorianas e os equatorianos são cidadãos e gozarão dos direitos estabelecidos na Constituição.” No preâmbulo da Carta, já se antecipa o objetivo de construir uma “nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o bem viver, o *sumak kawsay*”; “[...]uma sociedade que respeita, em todas as suas dimensões, a dignidade das pessoas e das coletividades” (Equador, 2008, p. 15).

Nesse amparo legal, surge a *Política de Gênero das Forças Armadas do Equador*, de 2013. Nesta seção, analisamos sua composição narrativa para compreender a presença das categorias mulher e gênero nessa política. Buscamos responder: de que formas as mulheres estão presentes nos documentos de defesa? Qual é a concepção de gênero que esses documentos adotam?

3.1 Atores e contexto

O primeiro mandato de Rafael Correa (2007-2009) foi marcado por medidas inéditas da denominada Revolução Cidadã. Entre elas, a designação de um gabinete ministerial com enfoque tendente à paridade de gênero. No entanto, o principal fator foi colocar no Ministério da Defesa a Guadalupe Larriva, primeira mulher a ocupar essa pasta na história do Equador. Entretanto, um trágico acidente de helicóptero interrompeu sua gestão com apenas nove dias no cargo (Creamer, 2007).

Durante três dias, a pasta de Defesa foi assumida por Ricardo Patiño, que depois se tornou ministro efetivo da Defesa e passou por cargos como ministro da Economia e Finanças, de Coordenação Política e de Relações Exteriores. O curto período em que Patiño assumiu o ministério não agradou aos militares devido às suas declarações sobre o caso e pelo temor em

relação ao regime liderado por Correa. Foi nesse contexto que a segunda ministra da pasta, Lorena Escudero, assumiu o cargo.

A nova ministra permaneceu no cargo por sete meses. Sua gestão foi cercada de tensões devido ao acidente aéreo. As sanções aplicadas não agradaram aos representantes do Poder Executivo (Redação El Universo, 2007). Além disso, Escudero teve que lidar com o antagonismo militar em relação a temas vinculados à igualdade de gênero nas Forças Armadas. Por exemplo, solicitou alterações no regulamento disciplinar para proibir a expulsão de homossexuais (Redação El Diario Ecuador, 2007).

Entre 2008 e 2012, a pasta da Defesa foi comandada por três civis: Wellington Sandoval Córdova (2007), Javier Ponce Cevallos (2008) e Miguel Carvajal Aguirre (2012). Durante a gestão de Javier Ponce, ocorreu a insurreição policial de 30 de setembro de 2010, na qual o ministro teve que ordenar uma operação de resgate para retirar o presidente Correa, que estava retido no Hospital da Polícia Nacional, na cidade de Quito. Em novembro de 2012, a pasta ficou sob comando de María Fernanda Espinosa, figura ativa da Revolução Cidadã, com ampla experiência política e defensora do protagonismo feminino.

O quadro permite verificar as principais medidas do ministério até a formulação da Política de Gênero de 2013.

Quadro 1 – Avanços de gênero para as Forças Armadas (2009-2013)

Año	Medida	Gestión
2009	Lei 118. Lei de Pessoal das Forças Armadas.	Javier Ponce Cevallos
	Regulamento Transitório para garantir o princípio de aplicação direta e imediata dos direitos do pessoal militar feminino nas Forças Armadas.	
2011	Abertura de novas especialidades para o pessoal militar feminino.	Javier Ponce Cevallos
	Cartilha de Gênero.	
	Regulamento de disciplina e de recompensa de aspirantes nas escolas de formação das Forças Armadas.	
2012	Protocolos para o processamento, trâmite e seguimento de expedientes em matéria de direitos humanos e gênero nas Forças Armadas.	Miguel Carvajal Aguirre
2013	Política de Gênero das Forças Armadas.	María Fernanda Espinosa

Fonte: Elaboração própria com base em Iza (2016), Chacón (2014, 2020).

Vale destacar que o acidente da ministra Guadalupe Larriva desencadeou uma tempestade na instituição. Entende-se assim o motivo pelo qual, durante a curta gestão das duas ministras, não foram registradas medidas específicas sobre a inserção feminina. A maioria delas ocorreu durante as gestões dos ministros Ponce e Carvajal, com um roteiro direcionado a democratizar os espaços militares. Além disso, esses avanços permitiram que a política de gênero fosse desenvolvida posteriormente.

3.2 Política de Gênero das Forças Armadas do Equador

A Política de Gênero das Forças Armadas surgiu para atender às necessidades de um total de 831 mulheres que faziam parte das forças militares até o ano de 2013 e preparar o terreno para futuros ingressos. A publicação do documento ocorreu no dia 8 de março de 2013, por motivo da data simbólica do Dia das Mulheres: “[...]este instrumento jurídico constitui nossa homenagem aos e às soldados da Pátria [...] um reconhecimento especial à luta política das mulheres do Equador, da América Latina e do mundo inteiro, na busca pela aceitação de seus direitos e pela construção do futuro” (Equador, 2013, p. 3).

3.2.1 Estrutura, objetivos e marco legal da política

Em concordância com a norma constitucional e as políticas do Governo da Revolução Cidadã, o Ministério da Defesa Nacional promulgou a Política de Gênero das Forças Armadas, um instrumento inovador e pioneiro que visa prevenir qualquer tipo de discriminação nas Forças Armadas, fortalecer a igualdade de oportunidades para homens e mulheres na carreira militar, promover o bom viver para o pessoal militar e impulsionar a coeducação baseada nos princípios de igualdade e não discriminação por motivo de gênero (Equador, 2013, p. 3).

De entrada, verifica-se o uso de uma concepção dual da categoria gênero, inclusiva para as necessidades das militares mulheres e para os militares homens. Quando a política de gênero faz referência ao propósito de atender às demandas do pessoal militar, independentemente de seu sexo,

aproxima mulheres e homens da categoria gênero. Deve-se considerar que é habitual a ordem masculina e patriarcal emergir como neutra e universal.

A política de gênero ajuda a reinterpretar o espaço militar, buscando reduzir o efeito masculino imperante na instituição. Com isso, abre-se margem para a inserção de outros sujeitos, os considerados não masculinos. Além disso, ao associar gênero e necessidades do pessoal em geral, a política evita restringir seu efeito apenas às mulheres. É comum que diversos instrumentos legais traduzam gênero como “questões de mulheres”.

No entanto, é importante considerar que as forças militares já estão organizadas em função da presença de homens (embora dentro de um padrão heterossexual). Portanto, a política de gênero tem como foco principal contribuir “de maneira significativa para a integração da mulher na instituição militar” (Equador, 2013, p. 8). Da mesma forma, invoca dois princípios que são desenvolvidos no corpo da política, a maneira de glosário: “igualdade e não discriminação por motivo de gênero” (Equador, 2013, p. 7).

O primeiro está no artigo 11 da Constituição da República: “[...] todas as pessoas são iguais e gozarão dos mesmos direitos, deveres e oportunidades.”. No mesmo artigo, afirma-se que é dever do Estado adotar medidas para a promoção de uma “igualdade real em favor dos titulares de direitos que se encontrem em situação de desigualdade”. O segundo princípio está no artigo três e menciona que é dever do Estado “garantir sem discriminação alguma o efetivo gozo dos direitos estabelecidos na Constituição e nos instrumentos internacionais” (Equador, 2008, p. art. 3).

Ainda no âmbito interno, instrumentos adicionais amparam a Política de Gênero, como a Lei Orgânica da Defesa Nacional. Esta determina que o ministério deve “[...]garantir o respeito aos direitos humanos por parte dos membros das Forças Armadas no cumprimento de seu dever” (Equador, 2009, p. art. 10). Por fim, o Plano para o Bem Viver indica que se deve: “[...]garantir a vigência dos direitos e a justiça” (Equador, 2009, p. 303).

Em entrevista a uma funcionária do Ministério da Defesa, Sofía Zaragocín evidencia o protagonismo feminino para levar adiante as políticas nesses marcos. Ela afirma que a formulação da política de gênero constitui um passo a mais para o reconhecimento das mulheres como sujeitos habilitados para atividades relacionadas à defesa nacional.

Nós desenvolvemos essas políticas de gênero baseadas nas ideias da Revolução Cidadã de igualdade e ênfase no Bom Viver e na equidade de gênero. Vimos a oportunidade: agora ou nunca! Sabíamos que iria incomodar, mas tínhamos o aval político para fazer isso. Claro, os oficiais militares de alto nível, como o comando conjunto, teriam que aprovar, mas tínhamos nossos aliados e funcionou (Zaragocín, 2018, p. 439).

3.2.2 Análise da política de gênero

A Política de Gênero das Forças Armadas tem quatro objetivos gerais, cada um deles contempla entre uma e três políticas. Colocaremos aqui os quatro e posteriormente explicaremos detalhadamente cada um deles com as políticas estabelecidas no documento.

Objetivo 1: fortalecer a igualdade de oportunidades de acordo com o plano de carreira para homens e mulheres.

Objetivo 2: promover o bom viver para o pessoal militar feminino e masculino nos quartéis militares.

Objetivo 3: promover a coeducação do pessoal militar baseada no respeito aos princípios de igualdade e não discriminação por motivos de gênero.

Objetivo 4: controlar e prevenir fatos discriminatórios baseados em gênero que tenham por objetivo prejudicar ou anular direitos. (Equador, 2013, p. 9, 11, 13, 14).

Percebe-se que os objetivos estão direcionados a atender demandas presentes em temas como plano de carreira, estrutura habitacional para as mulheres, coeducação entre o pessoal militar e prevenção da discriminação. Esses objetivos podem ser compreendidos por sua natureza complementar. Considerando que o Bem Viver é o marco orientador da política de gênero, cada medida busca necessariamente a convivência em harmonia e respeito aos direitos amparados constitucionalmente. No entanto, a perspectiva interseccional está ausente, como se as mulheres (e os homens) fossem um monolito, e o Equador fosse um país sem diversidade étnica, racial e sem problemas com discriminações relacionadas à orientação sexual. Examinemos em detalhes esses objetivos.

3.2.2.1 Objetivo 1: fortalecer a igualdade de oportunidades de acordo com o plano de carreira para homens e mulheres

O Objetivo 1 conta com duas políticas. A primeira delas consiste em “promover o aproveitamento das capacidades do pessoal militar das Forças Armadas, como oficiais e tropas, em todas as armas, técnicos, serviços e especialidades, conforme suas competências” (Equador, 2013, p. 9). A segunda aponta para a importância de “fomentar o Serviço Militar Voluntário Feminino” (Equador, 2013, p. 10).

No fortalecimento da “igualdade de oportunidades”, a instituição possui uma dívida histórica com as mulheres. Até então, tinha representado um *continuum* do espaço doméstico, no qual elas desempenhavam funções consideradas femininas: tarefas de cuidado, domésticas, educação, limpeza e administração. Isso equivale na instituição ao cumprimento de ações como sanitaristas, especialistas e ficcionistas nas forças militares. Apesar do ingresso em escolas como a ESMIL, em 1999, persistem resistências à incorporação como pessoal de combate.

A política de gênero busca eliminar as restrições à carreira militar das mulheres. Para isso, impulsionará, “de forma gradual e progressiva, a plena incorporação e acesso das mulheres às Forças Armadas, como oficiais, membros de tropas, em todas as armas, técnicos, serviços e especialidades” (Equador, 2013, p. 9). A política também visa “realizar diagnósticos permanentes sobre a situação das mulheres”. No entanto, não menciona a periodicidade dos diagnósticos.

No âmbito da conscrição, o documento destaca o fomento ao serviço militar voluntário quando houver infraestrutura adequada para garantir uma capacitação apropriada. Considera a formulação de um plano piloto destinado ao diagnóstico da participação feminina. Esse plano foi executado apenas em 2018, com o Acordo Ministerial N° 056, em 20 de março, durante o mandato de Lenín Moreno. O plano piloto consistiu na reserva de 199 vagas para mulheres, de um total de 5.000, em cinco cidades do país (Ortega, 2018).

3.2.2.2 Objetivo 2: fomentar o bem viver para o pessoal militar feminino e masculino nos quartéis militares

O Objetivo 2 introduz a concepção do Bem Viver para repensar as condições de habitação, pois situações de assédio sexual e importunação ocorrem nos quartéis. Para isso, estabelece três medidas: “melhorar a infraestrutura e habitabilidade”, “garantir o direito à saúde das mulheres e homens militares” e “melhorar o bem-estar do pessoal militar” (Equador, 2013, p. 11).

A primeira medida se dirige à adequação de espaços físicos para o pessoal feminino e masculino, considerando necessidades como a maternidade e a paternidade. No país, já ocorreu a expulsão de uma militar por motivo de gravidez. O novo regulamento buscaria oferecer condições propícias para a maternidade e não mais considerá-la obstáculo. A política cita a elaboração de um “plano de instalação de centros infantis para os filhos e filhas do pessoal [...], que promovam o envolvimento paterno na criação e cuidado” (Equador, 2013, p. 11). Note-se que exorta a participação do homem no cuidado dos filhos.

Sobre o direito à saúde, o documento busca melhorar o atendimento médico para doenças catastróficas, promover campanhas de educação sexual, “promover a maternidade e paternidade responsáveis” e fornecer atendimento psicológico ao “pessoal militar que tenha sofrido violência de gênero e outras formas de discriminação” (Equador, 2013, p. 12). O que chama a atenção dessa segunda medida, além de promover cuidados médicos de acordo com as diferenças biológicas do pessoal e novamente abordar a maternidade e paternidade, é a referência ao atendimento psicológico para casos de violência de gênero e discriminação. É importante destacar que a política não se limita às mulheres, mas ao pessoal em geral, garantindo o cumprimento efetivo dos direitos de cidadania previstos na Constituição para todos.

Exemplo disso é o caso do ex-oficial Homero Flor Freire, afastado do Exército em 2001 por “atos de homossexualismo”, segundo o Regulamento Disciplinar. O caso chegou à Corte Interamericana de Direitos Humanos e a sentença foi emitida em 31 de agosto de 2016, a favor do ex-militar. Como parte das garantias de “não repetição: medidas de capacitação para autoridades estatais sobre a proibição de discriminação por orientação se-

xual” (CIDH, 2016, p. 68), o Estado cita a política de gênero que estamos analisando. Da mesma forma, o primeiro crime de ódio no país ocorreu contra um afro-equatoriano.

Os abusos contra Michael Arce beiraram a tortura física e psicológica. Expuseram as práticas racistas das Forças Armadas e do sistema de justiça equatoriano, que agiram de acordo com um padrão sistemático de discriminação que no Equador afeta os afro-equatorianos e os indígenas de diferentes nacionalidades (Braulete, 2019).

As medidas contra a violência e a discriminação constituem pilares fundamentais para a introdução do Bem Viver. Isso impacta diretamente na terceira medida relacionada a “melhorar o bem-estar do pessoal militar”. Este último ponto do Objetivo 2 acentua as medidas anteriores para: “promover o equilíbrio da vida militar e familiar”, “fomentar um bom ambiente de trabalho reduzindo todo tipo de assédio” e “realizar um acompanhamento oportuno e adequado dos casos de violência intrafamiliar sob responsabilidade dos Departamentos de Bem-estar do Pessoal de cada força” (Equador, 2013, p. 12).

3.2.2.3 Objetivo 3: fomentar a coeducação do pessoal militar com base no respeito aos princípios de igualdade e não discriminação por causa de gênero

O objetivo 3 possui uma política com duas medidas guiadas pelo respeito aos princípios de igualdade e não discriminação. A política está voltada para “[r]eduzir padrões culturais que geram violência baseada em gênero.” (Equador, 2013, p. 14). Este objetivo menciona a coeducação, que é um termo amparado no PNBV, de 2009, e está vinculado à “incorporação de enfoques de interculturalidade, direitos, gênero e sustentabilidade” (Equador, 2009, p. 171).

A coeducação possui um papel de ruptura do modelo doutrinário que impera nas forças militares. Na medida em que a maioria de seus contingentes é formada por homens, a educação militar perpetua os privilégios do sujeito considerado masculino, sem impor obstáculos ao seu desenvolvimento profissional. Com a militar mulher, por outro lado, ocorre um processo distinto. Elas entram em um sistema cuja doutrina as rejeita e, sendo

inevitável seu ingresso, coloca-as sempre à margem das funções. Portanto, a coeducação no sistema militar busca mudanças doutrinárias, ou seja: atingir a forma como as mulheres são percebidas nos quartéis. Na prática, as modificações podem ser observadas nos processos de admissão das escolas militares que promovem critérios de equidade.

O mesmo ocorre com os cursos de mudança de patente. No Exército, o Curso de Tigres é requisito para ascender de subtenente a tenente. As primeiras promoções de mulheres realizaram o mesmo treinamento que os homens. A tenente Liliam Salazar foi uma delas e afirma: “[...] não é que sejamos fracas. Temos uma estrutura e musculatura diferentes. Não se pode fazer força da mesma forma e no mesmo tempo que o homem” (FM, 2015, p. 9). Salazar menciona a necessidade de regulamentos que considerassem as diferenças biológicas. O condicionamento físico é um dos principais argumentos para restringir o acesso das mulheres. Os cursos são projetados por homens e para homens. A falta de resistência física, em muitos casos, tornou-se motivo de discriminação em um espaço de convivência altamente machista (Herrera, 2020, p. 117).

Apesar da política buscar equiparar homens e mulheres, existem distorções internas sobre ela. Isso evidencia os limites da mudança doutrinária, pois o cerco masculino é difícil de superar quando se abordam questões de gênero: “com as políticas de gênero, os homens estão ainda mais furiosos conosco porque dizem que agora temos proteção extra” (Zaragocín, 2018, p. 441). O sujeito masculino não se identifica nas políticas e, pelo contrário, reforça os estereótipos na medida em que inexistem mecanismos corretivos para o machismo institucional (Herrera, 2020, p. 77).

3.2.2.4 Objetivo 4: controlar e prevenir atos discriminatórios baseados em gênero que tenham como objetivo prejudicar ou anular direitos

O último objetivo conta com uma única política: “[...] gerar mudanças na legislação militar com enfoque de gênero” (Equador, 2013, p. 14). A política aborda o que problematizamos na subseção anterior. Os casos de discriminação são uma constante no meio militar e não possuem uma direção unilateral, de homens para mulheres. O caso de ódio racial que Michael Arce sofreu em 2011 é representativo da condição. Arce vivenciou

tanto violência física como psicológica, com comentários que o classificavam como inferior às mulheres (Braulete, 2019). Agressões dessa natureza mostram a profunda cultura machista e de desprezo pelos corpos femininos: o negro é inferior porque significa ainda menos do que uma mulher.

A política considera duas medidas para introduzir um enfoque de gênero na legislação militar e reduzir a cultura de discriminação. A primeira busca incorporar o enfoque nas “leis e regulamentos militares, sem discriminação, estabelecendo medidas de ação afirmativa para ampliar e fortalecer a participação da mulher nas Forças Armadas” (Equador, 2013, p. 14). Observa-se que a política introduz um novo conceito, enfoque de gênero, termo não definido na política de gênero, mas com respaldo constitucional do artigo 70 e do PNBV. Esse enfoque busca promover a igualdade entre homens e mulheres. Aqui verificamos novamente um uso restrito do gênero como síntese da dicotomia homem-mulher. Algo que complementa o enfoque de gênero é a interculturalidade, o que, em teoria, amplia o alcance da política para uma diversidade de mulheres.

A segunda medida destaca a “situação de maternidade, paternidade, amamentação, etc., considerando o princípio mais favorável” (Equador, 2013, p. 14). Mais uma vez, divergências sobre questões concernentes aos direitos reprodutivos segundo o gênero, revelam os pontos frágeis da forma como as Forças Armadas promovem a integração das mulheres nos seus quadros no Equador. Isto implica debater – por exemplo – qual é a autonomia das mulheres para decidir sobre ter ou não filhos, quando e quantos, como também sobre acesso a métodos contraceptivos e planejamento familiar. Ou seja, o que está em jogo é a autonomia corporal e a liberdade de escolha que as mulheres têm para exercer seus direitos reprodutivos quando se tornam membros das Forças Armadas. A ampla presença do tema de maternidade e paternidade na política mostra a urgência de atender essa demanda e fortalecer mecanismos existentes, como o Regulamento da Lei de Pessoal das Forças Armadas, de 2009, e modificado em 2011:

Serão concedidas permissões não descontáveis da licença anual ao pessoal militar feminino, por maternidade, durante o período de duas semanas anteriores e dez semanas posteriores ao parto, as quais poderão ser acumuláveis (Equador, 2011, p. art. 83).

Nem a Lei de Pessoal nem o Regulamento da Lei de Pessoal mencionam as permissões por paternidade. Com a política de gênero, a paternidade ganhou espaço nos regulamentos. E foi tentado colocá-la em um nível de relevância semelhante à maternidade como atividade compartilhada do pessoal. Não encontramos evidências de que antes da política de gênero existisse a figura da paternidade nos regulamentos internos. No Regime de Trabalho para o Pessoal Militar das Forças Armadas, elaborado pelo COMACO em 2019, constam ambas as situações como direitos do pessoal. Em outras palavras, pode-se argumentar que a política teve efeitos positivos na introdução dessas duas situações nos regulamentos e leis que regem o espaço militar, tal como propõe a política de gênero. Embora o tema da maternidade constitua um campo maior de reflexões que podem surgir ao se analisar a participação feminina, limitamo-nos a considerar a inclusão de maternidade e paternidade para efeitos de síntese de acordo com nossos objetivos.

Considerações finais

A política de gênero de 2013 constituiu um esforço de democratização das Forças Armadas, ao voltar olhares para a ampliação de sujeitos na instituição, bem como ao buscar promover educação equitativa entre homens e mulheres e incluir a defesa de direitos relacionados a sexo e raça em seus procedimentos. Reforçou, no entanto, a visão dicotômica entre homens e mulheres, como se fossem sujeitos sem raça, visão de mundo e orientação sexual. Ao mencionar esses temas, tratou-os de modo separado, como se ataques relacionados à sexualidade, à raça e ao gênero não formassem um conjunto de opressões cruzadas que podem incidir todas sobre um mesmo sujeito.

A diversidade foi tangenciada e não observada em seus sentidos mais profundos, revelando a dificuldade da Política para lidar com uma instituição basilar do Estado moderno, o qual observa todos os indivíduos que divergem do padrão branco – masculino – hetero como os outros a serem incluídos (parcialmente) dentro de uma matriz que segue a referendar o reconhecido modelo de atuação do Estado liberal. Ir além dele, em direção à interculturalidade, implica não apenas incluir direitos de grupos em docu-

mentos, mas promover a representatividade destes em funções de comando e de organização das instituições.

Lorena Escudero ficou apenas sete meses no cargo de Ministra da Defesa, mas a presença foi fundamental para modificar o regulamento disciplinar das Forças Armadas, exigindo que fosse proibida a expulsão de homossexuais da instituição. O ato da ex-ministra evidenciou que as Forças Armadas não eram apenas dirigidas por visões e procedimentos masculinos e heteronormativos, mas sim por concepções estreita de masculinidade e, por conseguinte, restrito entendimento sobre direitos e dignidade da vida humana.

Referências

BJERK, D. Glass Ceilings or Sticky Floors? Statistical Discrimination in a Dynamic Model of Hiring and Promotion. *Economic Journal*, 118 (530), 961-982, 2008.

BRAULETE, T. *Caso Michael Arce*: Primera sentencia por delito de odio en Ecuador, 2019. Disponível em: LAPORA. <https://www.lapora.sociology.cam.ac.uk/es/caso-michael-arce-primera-sentencia-por-delito-de-odio-en-ecuador>. Acesso em 28 jun. 2025.

CÁRDENAS, G.P. La mujer en el poder legislativo de Ecuador: análisis desde la comunicación verbal y no verbal. *Revista de Comunicación de La SEECI*, 49, 81–102, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15198/seeci.2019.49.81-102>. Acesso em: 28 jun.25.

CARREIRAS, H. Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 18, 97–128, 1995. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/895/1/6.pdf>. Acesso em: 28 jun.2025.

CHACÓN, R.C. *Mujer militar*: su inclusión en las Fuerzas Armadas. Ministerio de Defensa Nacional, 2014. Disponível em: <https://isbn.cloud/9789942017109/mujer-militar-su-inclusion-en-las-fuerzas-armadas/>. Acesso em: 28 jun. 2025

CHACÓN, R.C.. *Avances de Género en las Fuerzas Armadas Ecuatorianas: 20 años*. Fuerzas Armadas del Ecuador, 2020.

CIDH. *Caso Flor Freire vs. Ecuador*, 2016.

CIDH. *Informe No. 167/18*. Caso 12.957, 2018. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2018/ECSA12957ES.pdf>. Acesso em jun. 25

CNE. *Participación política de las mujeres en el Ecuador*, 2020.

COSTA, J.; SÉLIS, L.M.R.; SOARES, S. A. De Afrodite a Melíade? O feminismo nos estudos de segurança. In: S. Kalil Mathias (Ed.), *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*, 2009.

CREAMER, D. La ministra de Defensa de Ecuador muere en un choque de helicópteros, 2007. Disponível em: *El País*. https://elpais.com/diario/2007/01/26/internacional/1169766017_850215.html. Acesso em: 30 jun.25.

CRENSHAW, K. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, 1,1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ECUADOR. *Constitución del Ecuador*, 2008.

ECUADOR. Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: *Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural*. Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo – SENPLADES, 2009. Disponível em: <http://plan.senplades.gov.ec>. Acesso em: 30 jun. 2025

ECUADOR. *Reglamento a la Ley de Personal de las Fuerzas Armadas*. Decreto Ejecutivo 1720, 2011b.

ECUADOR. *Requisitos para el ingreso a las Escuelas Militares*. Ministerio de Defensa Nacional, 2012.

ECUADOR. *Política de Género de las Fuerzas Armadas del Ecuador*. Ministerio de Defensa Nacional, 2013.

ESMIL. *Historia de la Escuela Superior Militar Eloy Alfaro*. Full Color, 2012.

FM. *El Curso de Tigres reconoce el derecho femenino*. Familia Militar, 2015. p. 6, 8–9.

HERNÁNDEZ, L. *Por honor: una lucha por la ley y la dignidad militar*. Corporación Editora Nacional, 2004.

HERNÁNDEZ, R. Confrontando la Utopía Desarrollista: El Buen Vivir y La Comunalidad en las luchas de las Mujeres Indígenas. In: S. Varea; S. Zaragocin (Eds.), FEMINISMO Y BUEN VIVIR: UTOPIÁS DECOLONIALES, 2017. p. 26-43. PYDLOS. Disponível em: <http://pydlos.ucuenca.edu.ec>. Acesso em 30 de jun. 25.

HERRERA A.; KATHERINE P.. *Mujeres comando en la Policía Nacional y las Fuerzas Armadas de Ecuador*, 1.^a Ed. Quito: Editorial IAEN, 2020.

MACAS, L. *Sumak Kawsay: La vida en plenitud*. América Latina En Movimiento, 452, 14-16, 2010. Disponível em: <http://www.plataformabuenvivir.com/wp-content/uploads/2012/07/MacasSumakKawsay2010.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MANCERO, M. ¿Negociación patriarcal? El impasse por la despenalización del aborto por violación en Ecuador. *Debate Feminista*, 57, 58-82, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/CIEG.2594066XE.2019.57.05>

ORDÓNEZ, A. Los militares deben apartarse de la Política. *Irénees*, 2008. Disponível em: https://www.irenees.net/bdf_fiche-documentation-559_es.html. Acesso em: 30 jun. 2025.

ORICHIO, A. P. C.. *Oficiais Enfermeiras para a Marinha do Brasil: do curso de formação militar à ocupação de espaços no hospital Naval Marcílio Dias (1980-1984)*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Rio de Janeiro:

Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de enfermagem Anna Nery, 2012.

ORTEGA, G. Histórico alistamiento militar femenino en Ecuador, *France24*, august, 5, 2018. Disponível em: <https://www.france24.com/es/20180805-ecuador-mujeres-ejercito-voluntario>. Acesso em: 30 jun. 2025.

REDACCIÓN LA JORNADA. Releva el presidente Rafael Correa al comandante del ejército ecuatoriano. *La Jornada*, february, 2007. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2007/02/03/index.php?section=mundo&article=024n1mun>. Acesso em: 30 jun. 2025.

REDACCIÓN EL COMERCIO. Dos mujeres y su paso fugaz por altos cargos del poder político. *El Comercio*, 8 march, 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160302190135/http://www.elcomercio.com/actualidad/politica/mujeres-y-paso-fugaz-altos.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

REDACCIÓN EL DIARIO ECUADOR. FF.AA. no expulsarán a los homosexuales. *El Diario Ecuador*, August 29, 2007. Disponível em: <https://www.eldiario.ec/noticias-manabi-ecuador/50735-ffaa-no-expulsaran-a-los-homosexuales/>. Acesso em 30 jun. 2025.

REDACCIÓN EL UNIVERSO. (2007, August 6). Ministra Escudero está inconforme con resultados en el caso Larriva, 2007. *El Universo*. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/2007/08/06/0001/8/0C5419DEB5E-2492081DD8A7CFED095CC.html/>. Acesso em: 30 jun.25.

RUNYAN, A. S.; PETERSON, V. S. Global gender issues in the new millennium, fourth edition, 2014. In: *Global Gender Issues in the New Millennium, Fourth Edition*. <https://doi.org/10.4324/9780429493782>

SCOTT, J. *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. In *Gender and the Politics of History* Columbia University Press, 2018.

SHACKELL, L. La integración de mujeres en la Escuela Superior Militar 'Eloy Alfaro' (ESMIL): Un proceso modelo derivado del caso del Ecuador. Howard University, 2009.

SILVA, C. R. *Masculinidade e Feminilidade nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher*. In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre, julho, 2007.

TAKAHASHI, E. E. *Homens e Mulheres em Campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

TELLERÍA, L. Mulher, Forças Armadas e Missões de Paz na Região Andina. In: S. Kalil Mathias (Ed.). *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas* São Paulo: UNESP, 2009. p. 51-81.

VALDIVIESO, C. D. (2022). Mujer militar y política de defensa: reflexiones desde Ecuador y el Buen Vivir. *Relaciones Internacionales*, 49, 111–132, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/RELACIONESINTERNACIONALES2022.49.006>. Acesso em: 30 jun. 2025.

VALDIVIESO C. D. Las políticas de género en las Fuerzas Armadas del Ecuador (2007-2017): resistencias y mudanzas. *Tese* (Doutorado em Relações Internacionais). São Paulo: Universidade Estadual Paulista/ Departamento de Relações Internacionais, 2023.

WALSH, C. *La Interculturalidad en la Educación*. Lima: UNICEF; Gobierno del Perú, 2005.

WALSH, C.. interculturalidad crítica y pedagógica de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. *Entre Palabras*, 2009, 3, p. 1–29.

ZARAGOCÍN, S. A Soldier's Buen Vivir: Social Inclusion in the Ecuadorian Armed Forces. *Bulletin of Latin American Research*, 37(4), 434–448, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/blar.12778>. Acesso em: 30 jun. 2025.

Autores e autoras

Adriana Piscitelli é antropóloga e feminista, é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU da Universidade Estadual de Campinas e professora no Departamento de Antropologia e do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da mesma universidade, É pesquisadora A1 do CNPq. É autora de: Jóias de Família, gênero e parentesco em grupos empresariais brasileiros ligados a famílias (Editora da UFRJ, 2006); Trânsitos, brasileiras nos mercados transnacionais do sexo (EUERJ/CLAM, 2013); organizou, com Laura Lowenkron: Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes: entre leis, políticas e experiências, Coleção Encontros, PAGU, 2023; com Gláucia Oliveira Assis e José Miguel Nieto Olivar: Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil, Coleção Encontros, PAGU, 2011); com Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara a coletânea Sexualidades e Saberes, Convencões e Fronteiras (Editora Garamond, 2004) e diversos números dos Cadernos PAGU, entre eles Mercado do Sexo (2005) e, com Márcia Vasconcelos, o dossiê Gênero no tráfico de pessoas (2008).

Adriano Beiras é coordenador do PPGP/UFSC. Professor do Dept. de Psicologia e do PPGP/UFSC. Doutor Europeu em Psicologia Social (UAB - España), Becas MAEC-AECID. Estágios de Pós-doutorado (UFSC bolsa PDJ - CNPq, Universidad de Granada-UGr-España, University of Brighton-UK). Coordenador do Núcleo de Pesquisa Margens/UFSC (<https://margens.ufsc.br>). Editor da Revista Nova Perspectiva Sistêmica. Principais publicações: MAURICIO, A.C.; HUGILL, M.S.G.; BEIRAS, A. Projeto Ágora: uma análise da intervenção psicossocial em grupos reflexivos com homens autores de violência. *Revista Brasileira de Execução Penal*, v. 5, n. 1, p. 177-194, 2024; MAURICIO, A.C.; NERY, G.V.; PADULA NOVAES, R.C. de; SCOTT, J.B.; BEIRAS, A. Metodologia

de grupos reflexivos para homens autores de violência e a judicialização da vida: o caso do Projeto Ágora. *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil*, 2022; BEIRAS, Adriano; MARTINS, DFW; SOMMARIVA, SS; HUGILL, MSG. Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações. Florianópolis: Cejur, 2021.; BEIRAS, Adriano; BRONZ, A. Metodologia de grupos reflexivos de gênero. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

Ana Paula Vosne Martins é doutora em História pela UNICAMP, com dois pós-doutorados em História realizados na Casa de Oswaldo Cruz (2005) e na Universidade Federal Fluminense (2015). É professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, onde atua desde 1993, tendo sido Coordenadora do Programa de Pós-graduação em História por três mandatos (2011-2013; 2021-2023; 2023-2025). Foi coordenadora do Fórum de Coordenadores e Coordenadoras da Pós-Graduação da UFPR e atualmente coordena o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR.

Bila Sorj é doutora em Sociologia pela Universidade de Manchester, UK, e Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade do Rio de Janeiro. É pesquisadora Senior do CNPq e do programa Cientista do nosso Estado da Faperj. Co-coordena o Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NESEG) do Programa da Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ. Publicou, entre outros, *Clássicas do Pensamento Social: Mulheres e Feminismos no Século XIX*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021 (c/ Verônica Toste Daflon); “A mulher na sociedade de classes: um clássico dos estudos de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, 2021 (c/Anna Bárbara Araujo).

Cleusa Gomes da Silva é graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (1996), mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas Unicamp (2001) e doutora em Educação pela Universidad San Lorenzo (2021). Tem experiência na área de História atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: História e educação, História das Mulheres e relações de Gênero, Biografia Histórica e Gênero e Diversidade no Ensino da História. É docente da Universidade Federal da Integração Latina Americana no curso de bacharelado História-América

Latina e História - Licenciatura. Foi vice diretora *pro tempore* do Instituto Latino Americano de Arte, Cultura e História (gestão 2016-07/2017). Foi Coordenadora do curso de História da UNILA (2021 a 2023). É pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná, líder do grupo de pesquisa Observatório de Gênero, Diversidade e Educação na América Latina e Caribe - UNILA, cadastrado no diretório do CNPq.

Clotilde Proveyer Cervantes es Doctora en Sociología y profesora titular del Departamento de Sociología de la Universidad de La Habana. Desarrolla las líneas de investigación sobre “Estudios de género”, sobre “Violencia de género en Cuba” y sobre “Género y educación”, como resultado de las cuales ha publicado numerosos artículos y libros en publicaciones nacionales y extranjeras. Es coordinadora del Equipo asesor en materia de género de la Federación de Mujeres Cubanas (FMC), es miembro del Tribunal Nacional de Doctorado de la especialidad de Sociología y del Comité Académico de la Maestría de Sociología de la Universidad de La Habana. Ha sido profesora invitada en cursos de Maestría y de doctorado de universidades de A. Latina, de países de Europa, Canadá y E. Unidos. Ha obtenido premios nacionales e internacionales por su labor investigativa.

Cloves Luiz Pereira Oliveira possui graduação em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia (1988), especialização em Estudos Latino-Americanos e mestrado em Sociologia - University of Pittsburgh (1995) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é Vice-chefe do Departamento de Ciência Política e Professor Associado IV do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. Professor do PPGNEIM, PPGCP e Coordenador do Programa A Cor da Bahia. É membro do Conselho Consultivo da ABRAPEL. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais atuando principalmente nos seguintes temas: estratégias eleitorais, marketing político, gênero e raça e política.

Cristian Daniel Valdivieso é doutor em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e coordenador do Iaras – Núcleo de Estudos de Gênero. Professor substituto da Universidade Federal de

Alagoas (UFAL), no Instituto de Ciências Sociais (ICS). Entre suas principais publicações, destaca-se “Mujer militar y política de defensa: reflexiones desde Ecuador y el Buen Vivir”, publicada em 2022 na revista *Relaciones Internacionales* da Universidad Autónoma de Madrid (UAM), y “Gender And Security: Perspectives From South America”, capítulo publicado em 2025, en el libro “Transformations in international politics, conflicts, regionalism, and Latin America”.

David Tiago Cardoso é graduado em Psicologia (2006 – UNIVALI), mestre (2018) e doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2024), pesquisador do Núcleo de Pesquisa Margens/UFSC, atua como psicólogo na política pública de Assistência Social e como psicoterapeuta em consultório particular. É docente no curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Principais publicações: BEIRAS, Adriano; CARDOSO, David Tiago. *Psicoterapia com homens: experiências, desafios e estratégias de psicoterapeutas socioconstrucionistas. Psicoperspectivas*, v. 23, n. 2, p. 36-48, 2023; CARDOSO, David Tiago; GUIMARÃES, Ana Nogueira; BEIRAS, Adriano. *Diálogos em movimento: em direção à metodologia construcionista social. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 16, n. 2, 2023.

Guacira Lopes Louro é estudiosa de gênero, sexualidade e teoria queer. Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciada em História, pela UFRGS (1969), Mestre em Educação pela UFRGS (1976) e Doutora em Educação pela UNICAMP (1986). Em 1990, junto com um grupo de estudantes, criou o GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) na UFRGS. Como professora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS, orientou dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre questões de gênero, sexualidade e teoria queer em articulação com o campo da Educação. Tem publicado vários livros, artigos e capítulos e participado de congressos, seminários e colóquios sobre a temática. Agora fora das salas de aula, continua estudando e escrevendo. Seu último livro é *Flor de açafraão*, publicado pela Autêntica Editora (Belo Horizonte, 2017).

Yolanda de Paz Trueba es profesora, Licenciada y Doctora en Historia por la Universidad Nacional del Centro de la provincia de Buenos Aires. Se desempeña como Investigadora del CONICET y como Profesora Titular

en la carrera de Historia en la citada casa de estudios. Desde 2004 ha investigado sobre el lugar de las mujeres en la esfera pública a fines del siglo XIX y primeras décadas del XX y desarrolla proyectos sobre las prácticas sociales, políticas e institucionales públicas y privadas sobre la infancia y sus mundos laborales entre 1880 y 1930 en la provincia de Buenos Aires. También estudia las experiencias, prácticas y percepciones de los niños y niñas objeto de esas intervenciones. Es autora de libros, compilaciones, capítulos de libros y numerosos artículos en revistas académicas del país y del exterior. Entre ellos *Mujeres y esfera pública: la campaña bonaerense entre 1880 y 1910*, Rosario, Prohistoria Ediciones, 2010 y compiladora de *Infancia, pobreza y asistencia. Argentina, primera mitad del siglo XX*, Prohistoria, 2019.

Joyce Miranda Leão Martins é professora adjunta de Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio de doutorado na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP), da PUC/SP. Líder do Iaras - Núcleo de estudos de gênero. Vice-diretora da Regional Nordeste da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Autora do livro *O Novo Jogo Eleitoral Brasileiro: PT e PSDB na democracia de público*; e das obras literárias *A tatuagem* (Prêmio Barco a Vapor 2022) e *Contos de uma história só*. Principais publicações: *Os estigmas da feminista e a construção da 'mulher de bem': agruras do gênero na eleição presidencial brasileira de 2018*, no livro *Estudos de Gênero, Feministas e sobre as Mulheres: Reflexividade, Resistência e Ação*; *Diversity in Political Representation: Gender, Race and Ethnicity in the Municipal Elections of 2020*, no livro *Black Lives Matter in Latin America: Continuities in Racism, Cross-National Resistance and Mobilization in the Americas*.

Julia S. Abdalla é doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e atualmente bolsista na pesquisa “Medições de Uso do Tempo” do Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA). Sua tese, que recebeu a menção honrosa na edição de 2021 no Prêmio CAPES de Tese, foi publicada pela Editora Fino Traço sob o título “Feminismos negros e interseccionalidade: alianças, encontros e margens” (2023). Outras publicações incluem os capítulos “Exercising diversity: from identity to

alliances in Brazil's contemporary Black feminism" (Rutgers University Press, 2023), "O Estado de bem-estar social e a crítica feminista de Nancy Fraser" (Zouk, 2024) e "Interseccionalidade: uma questão sociológica?" (BVPS Coleção, 2025), o livro "Gênero, feminismos e políticas públicas" (Zouk, 2024) e os artigos "Do outro lado do mundo branco: experiências da cidade nos feminismos negros contemporâneos" (Teoria e Cultura, 2024) e "Sobre as relações entre ativistas jovens e partidos políticos: considerações a partir de um estudo dos feminismos negros" (Feminismos, 2021).

Julian Simões é Mestre em Antropologia Social e Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Realizou Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Sociologia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia e do Mestrado Profissional em Sociologia da UFPR. É membro do Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) da UFPR, do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (PAGU/UNICAMP) e editor da *Cadernos Pagu*.

Karina A. Bidaseca es afiliada à Universidad de Buenos Aires/Núcleo NUSUR (EIDAES-Universidad de San Martin)/CONICET/ Programa Sur Sur CLACSO. Investigadora Principal de CONCET- NuSUR (Núcleo sur sur de estudios posconiales, performances, identidades afrodiaspóricas y feminismos (EIDAES/UNSAM). Profesora Titular na Universidad de Buenos Aires e Universidad Nacional de San Martin, Coordinadora del Programa Sur Sur en CLACSO. Posdcotorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CINDE/Universidad de Manizales/PUC-Sao Paulo, Brasil/ COLEF, México/UNLA/FLACSO/CLACSO).

Leila Assumpção Harris é professora Titular aposentada Universidade do Estado do Rio de Janeiro; professora colaboradora do PPGL UERJ. Possui graduação em Português-Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973), mestrado em Inglês (Linguística) pela Texas Tech University (1975) e doutorado em Inglês (Literatura Norte Americana) pela Texas Tech University (1990). Estágio de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (agosto de 2006 a julho de 2007 e estágio PROCAD na Universidade Federal de Santa Catarina (2017.2). Docente da UERJ de 1998- 2025, atuando na graduação (literatura norte-americana) e pós-graduação (literaturas de língua inglesa) Procientista

com bolsa FAPERJ no período de 2008 a 2023. Coordenadora do GT da ANPOLL A Mulher na Literatura de 2008-2010. Tem experiência na área de Letras, com ênfase literaturas de língua inglesa, literatura comparada, literaturas contemporâneas de autoria feminina, estudos de gênero, classe e etnia, estudos culturais. Líder do Grupo de pesquisa do GrPesq/ CNPQ A voz e o olhar do Outro: questões de gênero e/ou etnia nas literaturas de língua inglesa.

Marlene Tamanini é professora titular aposentada (em julho de 2022) do Departamento de Sociologia da UFPR. Tem experiência de ensino na área de sociologia clássica e contemporânea, metodologia da pesquisa e epistemologia no curso de graduação em Ciências Sociais e na pós-graduação de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Ministrou disciplinas com ênfase em gênero, teoria feminista, novos sujeitos, cuidado, sexualidade, família e corpo. Pesquisou reprodução assistida, produções tecnológicas e biomédicas em laboratório, suas relações com corpos, embriões, filiação, maternidade, paternidade e família por mais de 20 anos. Orientou e publicou nos temas acima citados. Foi coordenadora do Curso de Ciências Sociais de dezembro de 2011 a dezembro de 2013. Co-coordena o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR. Foi vice coordenadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia de 2016 a 2018 e de 2018 a 2020. Membro da REDLIBRE <https://sites.usp.br/redlibre/>.

Miriam Adelman é professora associada aos Programa de Pós-graduação em Sociologia (PGSOCIO) e Pós-graduação em Letras (PGLETRAS, área de Estudos Literários) da UFPR, após 27 anos de docência como professora do departamento de Ciências Sociais (posteriormente, Sociologia) da UFPR (1992-2019). Tem livros, capítulos e artigos publicados nas seguintes temáticas: teoria sociológica contemporânea; teoria feminista; cultura e discursos midiáticos; corporalidades e identidades e relações entre humanos e outros animais. Atualmente realiza pesquisa de campo nesta última área, através de estudos sobre gênero e culturas equestres populares, na interface com discussões sobre gênero e espaço e os usos (e abusos) do rural nas sociedades contemporâneas. Na área de cultura e discursos midiáticos, realiza pesquisa sobre a produção de mulheres na literatura e noutras áreas das artes. É também tradutora e poeta.

Rosa Campoalegre Septien es una académica afrofeminista y afrocubana, con un posdoctorado en ciencias sociales infancias y juventudes y un doctorado en ciencias sociológicas. Es profesora e investigadora titular y consultora internacional. Coordina el diploma superior “Pueblos afrodescendientes y reparación histórica” auspiciado por CLACSO y es profesora en los doctorados de Comunicación de la Universidad Austral de Chile y de Trabajo Social de la Universidad de Mar del Plata, además de la especialización internacional CLACSO en estudios afrolatinoamericanos. Especialista en políticas del cuidado con perspectiva de género y políticas públicas y justicia de género, lidera proyectos internacionales, regionales y nacionales con excelentes resultados. Realizó una estancia de investigación en la UNAM (2024-2025). Es coordinadora del Grupo de Trabajo Afrodescendencias y Propuestas Contrahegemónicas del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Es coordinadora y fundadora de la Universidad de la Diáspora Africana (UDA). Ha sido profesora invitada en universidades de América y Europa y tiene experiencia en dirección desde 1980. Ha recibido varios reconocimientos por sus resultados científicos, incluyendo la Orden Carlos J Finlay y el Premio Academia de Ciencias de Cuba (1998, 2013 y 2022). En 2020 obtuvo la Beca de investigación CLACSO “Pensar en pandemia desde las Ciencias Sociales”. Sus líneas de investigación incluyen familia y cuidados, afrodescendencias-feminismos negros, familias-cuidados y violencia, con múltiples publicaciones internacionales y nacionales. Preside la Asociación Internacional para el desarrollo Afrofeminista y la Cátedra Nelson Mandela, y fue ministra de igualdad de género del Estado de la diáspora Africana entre 2020 y 2023. Desde el 2022 asiste como parte de la sociedad civil al Foro Permanente de Naciones Unidas para los Afrodescendientes.

Stella Maris Scatena Franco é professora Associada do Departamento de História da Universidade de São Paulo, onde leciona História da América Contemporânea e História das mulheres e das relações de gênero na América Latina. Tem se dedicado a pesquisar sobre a produção intelectual de mulheres na América Latina nos séculos XIX e XX, envolvendo fontes como relatos de viagem, romances, autobiografias e a própria historiografia. É autora de *Peregrinas de Outrora: viajantes latino-americanas no século XIX* (Editora Mulheres e Edunisc, 2008) e *Viagens e Relatos: representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX* (Intermeios, 2018).

Os estudos sobre mulheres e o uso da categoria gênero nas Ciências Humanas se organizaram e consolidaram nos meios acadêmicos e universitários na América Latina desde a década de 1980. Ao longo de quatro décadas, a produção intelectual e a realização de pesquisas inovadoras contribuíram para a crítica às formas de dominação e opressão sustentadas no gênero, em sintonia com os feminismos latinoamericanos, como fizeram também a crítica às exclusões e silenciamentos da produção intelectual, científica, literária e artística de mulheres, tanto no cânone, quanto nos currículos universitários. Passados quarenta anos, propomos às autoras e autores convidadas/os uma pergunta: qual a diferença que os estudos sobre mulheres e o uso da categoria gênero nas Ciências Humanas e nos Estudos Literários representam para a produção do conhecimento, para a formação intelectual de jovens estudantes universitárias/os e para a reflexão política contemporânea? Cada capítulo procura responder a pergunta a partir de um ponto de vista que articula memórias, experiências e reflexões das áreas de investigação, demonstrando a potência e a complexidade da área dos estudos sobre mulheres e da abordagem de gênero para conhecer o passado, compreender as iniquidades do presente, mas também a fim de nos armarmos intelectualmente para os enfrentamentos políticos que não cessam de nos assombrar e convocar à reflexão e a ação.

